

**LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI**

**O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: uma análise dos seus discursos  
políticos (1922-1950)**

**ASSIS**

**2018**

**LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI**

**O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. Claudinei M. M. Mendes

Bolsista: CNPq

**ASSIS**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S918b Stringuetti, Lucas Mateus Vieira de Godoy  
O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950) / Lucas Mateus Vieira de Godoy Stringuetti. Assis, 2018.  
201 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Dr. Claudinei M. M. Mendes

1. Gomes, Eduardo, 1896 -1981. 2. Brasil - História - Tenentismo - 1922-1934. 3. Brasil - História - Revolução paulista - 1924. 4. União Democrática Nacional (Brasil). I. Título.

CDD 981.05

Lucas Mateus Vieira de Godoy Stringuetti

**O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: uma análise dos seus  
discursos políticos (1922 - 1950)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em HISTÓRIA (Área de Conhecimento: HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 19/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes - UNESP/ASSIS

Membros: Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire - FGV/RIO DE JANEIRO



Prof. Dr. Milton Carlos Costa - UNESP/ASSIS

Dedico este trabalho a minha família, ao meu grande amigo Claudio Edward dos Reis, e a minha mulher Luana, um anjo que apareceu em minha vida, por sempre acreditarem em mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Claudinei Magno Magre Mendes, por acreditar em minha pesquisa e pelas orientações preciosas, que contribuíram muito para a consecução deste trabalho. Não posso deixar de elogiar sua honestidade, lealdade e profissionalismo. Com certeza, além de orientador, é mais um amigo que fiz.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me proporcionar a bolsa de estudos, a qual me ajudou a desenvolver a dissertação, subsidiar minha pesquisa e meu sustento.

Aos meus pais, Luiz Martinho Stringuetti e Fatima Aparecida Vieira de Godoy, por cuidarem de mim e me ensinarem o caminho da independência.

Aos meus amigos Walter Migliorini, Leandro Henrique Sartori, Varlei da Silva, João Caramori, Cristiano Stolf e Micaela Martinho de Oliveira, por me auxiliarem nos momentos difíceis ao longo desta trajetória, seja com conselhos, incentivos e outros suportes.

A Marlene Aparecida de Godoy Stringuetti, Ana Brunialti, José Hort e Elizabeth Cordeiro, por me ajudarem ao longo da pesquisa. Vocês realmente foram muito importantes e demonstraram serem pessoas muito humanas. Muito obrigado.

Aos professores Eduardo José Afonso, Milton Carlos Costa e Wilton Carlos Lima da Silva, pelos conselhos, que foram muito pertinentes para que eu pudesse pensar minha dissertação.

Ao professor Américo Oscar Guichard Freire, pela maneira atenciosa que me recebeu, aceitando participar de minha defesa.

A professora Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira, por me ensinar o caminho da pesquisa ao longo de minha segunda graduação, o curso de Letras, pela UNESP de Assis. Agradeço também pela orientação, humanismo e por confiar em mim, acreditando que minha dissertação iria dar certo.

Aos funcionários da biblioteca da UNESP de Assis, sempre muito prestativos, bem como a própria UNESP e ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade.

Por fim, agradeço a Deus por cuidar de mim e de minha família e a todas as pessoas que confiaram em meu trabalho ao longo desses anos.

*De personalidade forte, autêntico patriota, ele baseou sua existência nos ensinamentos cristãos, apegando-se aos valores morais, à família, à disciplina. Líder nato, atraiu aliados, amigos, admiradores, seguidores e, como não poderia deixar de acontecer, adversários. Na linha de frente, empunhou a bandeira das boas causas, participou do Tenentismo, sem jamais pleitear notoriedade ou tirar partido para si de seus ideais. Quando muitos pensavam que era um mito, dizia-se na verdade um ser comum, afeito a valores de lealdade, honestidade, espírito público, amor à pátria.*

STRINGUETTI, Lucas Mateus V. de G. **O Brigadeiro Eduardo Gomes**: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950). 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

## RESUMO

Este trabalho apresenta dois objetivos: primeiro, propomos discutir e investigar a participação do Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) nos movimentos tenentistas de 1922, denominado Dezoito do Forte de Copacabana, ocorrido no Rio de Janeiro, e em 1924, na chamada Revolução de 1924, acontecida em São Paulo, bem como a ideologia política dos movimentos, a fim de analisarmos a posição política de Gomes, nesse momento histórico. Segundo, pretendemos analisar os discursos políticos do Brigadeiro em suas duas candidaturas à Presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), nos anos de 1945 e 1950. Seus discursos serão analisados considerando dois temas: a questão dos trabalhadores e da educação no Brasil, assuntos de relevância política e sempre discutidos pela maioria dos candidatos. Dessa maneira, nossa intenção é examinar sua posição política nesses dois acontecimentos distintos, com o intuito de sabermos se sua posição ideológica modificou ou não entre esses dois períodos diferentes, isto é, como integrante do tenentismo e, posteriormente, como candidato por duas vezes à Presidência da República pela UDN. Ao mesmo tempo, analisamos as biografias que foram escritas sobre Gomes. A interpretação dos discursos do Brigadeiro também possibilita entender a ideologia política dos movimentos tenentistas (1922-24) e o programa de governo da UDN.

Palavras-chave: Eduardo Gomes. Discursos. Tenentismo (1922-1924). UDN. Biografias.



STRINGUETTI, Lucas Mateus V. de G. **The Brigadier Eduardo Gomes**: an analyses of his political speeches (1922-1950). 2018. 200 f. Dissertation (Master in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

### **ABSTRACT**

This work has two objectives: the first is to discuss and investigate the participation of Brigadier Eduardo Gomes (1896-1981) in the tenentista movements in 1922, named Eighteen of the Copacabana Fort, which occurred in Rio de Janeiro, and in 1924, in the 1924 Revolution, which happened in São Paulo, as well as the political ideology of the movements, in order to analyse Gomes' political position in this historical moment. The second objective is to analyse the Brigadier's political speeches in his two candidacies to the Republic presidency for União Democrática Nacional (UDN) in the years 1945 and 1950. His speeches are going to be analysed concerning two themes: the issue of the workers and education in Brazil, two relevant topics always discussed by the majority of the candidates. Therefore, the goal is to examine his political position in these two distinct events, with the aim to discover whether his ideological position changed or not between these two different periods, as member of the tenentista movement, and later as two-time presidential candidate for UDN. At the same time, we analysed the biographies written about Gomes. The analyses of the Brigadier's speeches also enables the understanding of the political ideology of the lieutenants' movement (1922-24) and the UDN's government programme.

Keywords: Eduardo Gomes. Speeches. Tenentismo (1922-1924). UDN. Biographies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. Brigadeiro Eduardo Gomes: Análise biográfica, tenentismo e UDN</b> .....	<b>22</b>
1.1 O gênero biográfico: uma discussão historiográfica .....	22
1.2 Eduardo Gomes (1896-1981) .....	26
1.3 As biografias escritas sobre Eduardo Gomes: analisando sua posição política .....	34
<b>CAPÍTULO 2. Os movimentos tenentistas de 1922 e 1924: a participação de Eduardo Gomes</b> .....	<b>63</b>
2.1 A década de 1920 no Brasil: o Exército e os 18 do Forte de Copacabana .....	63
2.2 A Revolução de 1924: uma continuidade .....	79
<b>CAPÍTULO 3. As eleições de 1945 pela UDN: os discursos do Brigadeiro sobre a questão dos trabalhadores e a educação no Brasil</b> .....	<b>97</b>
3.1 A década de 1940 no Brasil: um período de transformação política .....	97
3.2 A fundação da UDN e a escolha do Brigadeiro como candidato à Presidência da República .....	102
3.3 Entrevistas concedidas durante a campanha presidencial .....	120
3.4 O Programa da UDN em 1945 .....	127
3.5 O Brigadeiro Eduardo Gomes e os seus discursos sobre os trabalhadores .....	134
3.6 A educação no Brasil: os discursos do Brigadeiro sobre o tema .....	150
<b>CAPÍTULO 4. A segunda candidatura do Brigadeiro pela UDN: seus discursos sobre a questão dos trabalhadores e a educação em 1950</b> .....	<b>169</b>
4.1 O Brasil pós 1945 e as eleições de 1950 .....	169
4.2 Os discursos do Brigadeiro sobre a questão dos trabalhadores .....	171
4.3 Os discursos do Brigadeiro sobre a questão da educação .....	183

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>194</b>
1. Fontes .....	194
2. Bibliografia .....	195

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta dois eixos de análises: no primeiro, propomos discutir e interpretar a participação do Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) nos movimentos tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro, e em 1924, em São Paulo, bem como a ideologia política do movimento.<sup>1</sup> No segundo, pretendemos analisar os discursos políticos do Brigadeiro em suas duas candidaturas à Presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), nos anos de 1945 e 1950. Buscaremos examinar seus discursos considerando dois temas: a questão dos trabalhadores e da educação no Brasil, que são temas de grande importância política e sempre abordados pela maioria dos candidatos. Assim, estudaremos esses dois momentos históricos distintos da vida do Brigadeiro, a fim de interpretarmos sua posição política nesses acontecimentos. Desta maneira, tomaremos como recorte historiográfico os anos de 1922 e 1924 e os anos de 1945 e 1950 de sua vida política, por meio dos discursos políticos relacionados às temáticas que já ressaltamos acima, num período em que Gomes passou a ser visto como representante dos ideais políticos da UDN. Nosso intuito é analisar se sua posição político-ideológica modificou ao longo destes dois períodos históricos distintos, ou seja, década de 1920, como integrante do tenentismo, e década de 1940, como candidato à Presidência da República pela UDN.

A importância desta pesquisa se dá pela inexistência de estudos produzidos pela área de história, que abordem tal temática e, ainda mais, pela importância do Brigadeiro Eduardo Gomes para a história do Brasil Republicano. Nos causa certo estranhamento a lacuna desses estudos se considerarmos sua trajetória de vida: figura de impacto em nosso cenário político do século XX, Patrono da Força Aérea Brasileira, ministro da Aeronáutica em duas oportunidades (governo Café Filho e governo Castelo Branco), participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Além disso, foi preso quando iria integrar a Coluna Prestes e teve envolvimento nas ações que derrubaram Washington Luís, após fracasso eleitoral da Aliança Liberal.

No governo Vargas, trabalhou na criação do Correio Aéreo Militar; em 1935, comandou o 1º Regimento de Aviação contra a ação conhecida como Revolta Comunista; em

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que, com relação ao tenentismo, o Brigadeiro Eduardo Gomes quase nada deixou de discurso, a não ser a sua defesa, no processo jurídico sobre sua participação na insurreição dos Dezoito do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1922. Dessa maneira, ao analisar seus discursos nos anos em que participou das revoluções de 1922 e 1924, no Brasil, tomaremos como base, não só o seu pronunciamento no processo jurídico de 1922, mas principalmente os discursos do próprio movimento tenentista em si e de seus integrantes, já que Eduardo Gomes foi um dos integrantes do movimento e compactuou com seus ideais.

1937, pediu exoneração do comando desse regimento, por se opor à instauração do Estado Novo;<sup>2</sup> e no ano de 1941, foi promovido a Brigadeiro, com a criação do Ministério da Aeronáutica. Com o fim do Estado Novo, candidatou-se às eleições presidenciais pela União Democrática Nacional (UDN), que ocorreram em 1945, sendo derrotado por Eurico Gaspar Dutra, do PSD, ex-ministro da Guerra de Vargas. Em 1950, novamente candidato à Presidência da República pela UDN, foi derrotado por Vargas, do PTB, e ainda participou indiretamente do golpe civil militar que depôs o presidente João Goulart, em 1964.<sup>3</sup>

Existem cinco trabalhos sobre o Brigadeiro: três biografias, uma obra em que o autor dá destaque à vida de Gomes na aviação brasileira e outra, de autoria do próprio Brigadeiro Eduardo Gomes, contendo todos os seus discursos políticos de quando foi candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945.

Com relação às três biografias existentes sobre o Brigadeiro, percebemos que todas são apologéticas, isto é, favoráveis a vida do Brigadeiro, apresentando uma imagem positiva de Gomes, principalmente como candidato à Presidência da República, pela UDN, em 1945. Dessas biografias, duas foram produzidas na década de 1940 e uma, que é a mais recente, foi publicada em 2011. A primeira biografia, denominada *Brigadeiro Eduardo Gomes (1945)*, foi escrita por Gastão Pereira da Silva, que nasceu em 1897, em São José do Norte – RS, vindo a falecer em 1987, tendo sua obra publicada em 1945 pela editora Panamericana Ltda. O autor do livro ficou conhecido por ser um psicanalista, biógrafo, ensaísta, romancista, teatrólogo e por ser o divulgador da Psicanálise no Brasil (In: Orelha da obra, 1945).

Em sua obra, Silva (1945) procurou traçar o retrato psicológico de Gomes, o qual só conseguiu após muita pesquisa, leitura de jornais do passado e depois de obter informações verbais de diversas pessoas que mantiveram contato com o Brigadeiro. Em seu livro, o autor aborda inicialmente questões relacionados à Primeira Guerra Mundial, à Revolução Russa e à década de 1920 no Brasil, dando ênfase aos movimentos tenentistas de que Gomes participou,

---

<sup>2</sup> Um fato interessante que cabe aqui ressaltar é que o Brigadeiro Eduardo Gomes já possuía um histórico de lutas democráticas em nosso país, não só através de sua participação nos dois movimentos tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro e, de 1924, em São Paulo, contra o regime oligárquico da República Velha, como também, segundo Leôncio Basbaum, em sua luta na Revolução de 1930, contra as velhas oligarquias, em favor de um país democrático. Assim, não podemos negar o passado democrático de Gomes que, talvez por isso, tenha rompido com o governo Vargas, inclusive se opondo ao Estado Novo em 1937 e passado a ser escolhido o candidato à Presidência da República pela UDN em 1945. Ver: Basbaum (1976) e Benevides (1981).

<sup>3</sup> Segundo Drumond (2011) Eduardo Gomes não teve atuação direta no golpe-civil militar, porém apoiou o golpe e aplaudiu o nome do general Humberto Castelo Branco para presidir, inicialmente, o regime militar. Mais tarde, em 1972, na cidade de São Paulo, onde recebeu uma homenagem dos paulistas que comemoravam o jubileu de ouro do movimento tenentista do Forte de Copacabana, o Brigadeiro acabou se encontrando com Jânio Quadros. Na conversa entre eles, criticou severamente o regime militar, afirmando que faltava ao movimento dedicação ao ideal democrático, que foi duramente defendido nas primeiras horas do regime, mas que os militares não haviam cumprido com suas promessas. Além disso, para Gomes já havia passado a hora do Brasil ser devolvido ao comando de um civil.

isto é, as insurreições de 1922 e 1924. Posteriormente, Silva procurou tratar da atuação de Gomes no movimento revolucionário de 1930, no levante da Escola de Aviação de 1935 e, por fim, de sua candidatura à Presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), em 1945.

A segunda biografia produzida sobre Eduardo Gomes, cujo título é *O Brigadeiro da Libertação* (1945), foi escrita por Paulo Pinheiro Chagas e publicada também em 1945, pela editora Zélio Valverde S. A., às vésperas do pleito de 2 de dezembro.<sup>4</sup> Chagas (FGV CPDOC, 2015)<sup>5</sup> nasceu em setembro de 1906, em Oliveira (MG) e faleceu em Belo Horizonte, no dia 12 de abril de 1983, tendo sido médico, advogado e político. Em sua biografia, a apologia ao Brigadeiro fica bem mais nítida, pois, além de apoiar o Brigadeiro nas eleições de 1945, também foi um dos fundadores da UDN. O autor realiza uma biografia mais completa que a de Silva, procurando retratar a vida de Gomes, desde sua infância, mostrando a relação dele com sua família, até a sua candidatura à Presidência da República, em 1945, pela UDN.

A terceira, denominada *O Brigadeiro. Eduardo Gomes, trajetória de um herói* (2011), foi publicada em 2011 pela editora Cultura, e escrita por Cosme Degenar Drumond, que nasceu em 1947 no Rio de Janeiro, tendo iniciado em 1974 sua carreira profissional como redator-revisor concursado do Ministério da Aeronáutica. Nela, em relação às outras, temos o trabalho mais completo até o momento sobre o Brigadeiro, pois em uma obra de fôlego, Drumond traçou a vida de Gomes desde seu nascimento, até sua morte em 1981, no Rio de Janeiro, resgatando todos os fatos da vida militar, política e da aeronáutica da personagem. O autor chega à conclusão que Gomes foi um herói, um mito, ou seja, mantém a mesma ideia dos outros dois biógrafos, que foi a de escrever um trabalho favorável ao Brigadeiro, sem crítica ou desconstrução de sua imagem heroica de vida, como se esse fosse um santo.

Apesar das três biografias serem escritas em épocas distintas, é essencial ressaltar que tais biografias são de grande importância para a compreensão da vida pessoal e política de Gomes, sendo crucial para a nossa pesquisa.

Com relação à obra escrita pelo próprio Brigadeiro Eduardo Gomes, denominada *Campanha de Libertação* (1946), foi publicada em 1946, pela Livraria Martins Editora. Esta obra é de fundamental importância para nossa pesquisa e para aqueles que pretendem estudar os discursos políticos do Brigadeiro, bem como o momento político das eleições de 1945 no

---

<sup>4</sup> Em nossa pesquisa tivemos acesso à 2ª edição do livro de Paulo Pinheiro Chagas, publicado em 1946, porém é importante ressaltar que nada foi alterado com relação à primeira edição do livro.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo\\_pinheiro\\_chagas](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_pinheiro_chagas)>. Acesso em: 13 de nov. 2015.

Brasil, pois contém todos os discursos políticos de Gomes neste momento histórico, transcritos em livro, tornando-se uma fonte extremamente rica.

Por último, há o livro *Caminhada com Eduardo Gomes* (1984), publicado em 1984, pela editora Revista de Aeronáutica e escrita por Deoclécio Lima de Siqueira, que nasceu em 1916, teve uma grande trajetória na Aeronáutica, e faleceu em 1998, sendo considerado o Patrono do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). Aliás, foi seu idealizador (RESERVAER.COM.BR, 2016).<sup>6</sup> Siqueira procurou tratar do acelerado desenvolvimento da Aviação Brasileira que se desenvolveu na década de 1930 no Brasil, ao mesmo tempo que deu destaque ao Brigadeiro Eduardo Gomes, como um símbolo de bravura na defesa dos princípios democráticos do país, mostrando sua importância também na aviação brasileira. Assim, mesmo não sendo um trabalho biográfico, Siqueira (1984) também manteve a ideia de desenvolver um trabalho favorável a Gomes.

Acreditamos que o pouco número de trabalhos sobre o Brigadeiro se deve, fundamentalmente, a seu apoio ao golpe-civil militar de 1964, como no contentamento do nome do general Humberto Castelo Branco para presidir o regime provisório, mesmo que o Brigadeiro não tenha tido uma atuação direta no movimento que depôs João Goulart. Frequentemente, os indivíduos que participam de acontecimentos decisivos ao longo da história são considerados somente pelas suas últimas atuações, ignorando-se ou colocando-se em plano secundário suas atividades anteriores. No entanto, é de se admirar como uma figura tão importante como foi o Brigadeiro para a história do país, devido ao seu envolvimento em diversos fatos políticos de grande relevância nacional, tenha sido deixado de lado pelos pesquisadores, principalmente, os da área de história.

Este estudo tem como objetivo ampliar a abordagem de temas relacionados às figuras políticas de grande destaque nacional, especificamente aqui, de Gomes, que surgiu das raízes do movimento tenentista durante a Primeira República. Justifica-se esta dissertação já que existem poucos trabalhos sobre os personagens que participaram do movimento tenentista e principalmente, porque dos poucos trabalhos que há sobre a vida do Brigadeiro, nenhum procurou historicizá-la e analisar sua posição política. Justamente esta é a nossa intenção principal. Além disso, temos como objetivos específicos averiguar o posicionamento ideológico de Gomes, enquanto participante do tenentismo. Para isso pretendemos analisar a ideologia política dos movimentos de 1922 e 1924, para abstrair a intenção política dessas insurreições, já que contaram com a participação de Gomes e este compartilhava de seus

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.reservaer.com.br/galeriahonra/TB-Deoclecio.pdf](http://www.reservaer.com.br/galeriahonra/TB-Deoclecio.pdf)>. Acesso em: 08 de out. 2016.

ideais. Também pretendemos investigar o motivo da entrada de Gomes na UDN, em 1945, e porque se tornou o candidato ideal do partido para concorrer à eleição à Presidência da República desse período, já que existiam outras figuras políticas de grande importância que também poderiam assumir esse lugar. Nesse sentido, nossas análises sobre as biografias a respeito de Gomes são importantes, a fim de identificarmos como foi construída a imagem do candidato à Presidência da República e se esta imagem foi realmente o verdadeiro motivo para Gomes ter sido escolhido como candidato da UDN, em 1945. Do mesmo modo, temos a intenção de saber se o Brigadeiro compactuava com a ideologia política deste partido ou possuía posição política contrária a ele, já que a UDN não se manteve desde o início apenas como um partido de direita, mas inicialmente, se configurava como um partido de esquerda, contendo inclusive, representantes que o Brigadeiro ajudara a combater em 1922, como o próprio Artur Bernardes, ex-presidente do Brasil. Por fim, pretendemos averiguar sua posição política em 1950, quando fora novamente candidato à Presidência da República pela UDN.

Para a realização desta pesquisa, contamos com documentos relacionados aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, ao partido político da UDN em 1945 e 1950, além de entrevistas e depoimentos de pessoas próximas ao Brigadeiro e de pessoas que participaram dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, as quais relataram o fato ocorrido. Também utilizamos, como fonte de pesquisa:

- panfletos;
- programas políticos;
- biografias sobre o Brigadeiro, publicadas na década de 1940;
- documentos relacionados aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC), no Rio de Janeiro, bem como de livros memorialísticos narrados por participantes dos conflitos tenentistas ou historiadores, que anexaram em suas obras documentos importantes para a pesquisa.
- a obra escrita por Gomes, em 1946, denominada *Campanha de Libertação*, que foi de extrema importância para selecionarmos e analisarmos seus discursos políticos nesse período, já que o livro possui algumas entrevistas e todas as suas orações como candidato à Presidência pela UDN em 1945;
- programa do partido político da UDN no ano de 1945, e que se manteve o mesmo em 1950, entrevistas concedidas pelo Brigadeiro durante sua campanha política em 1945 e outros documentos relacionados ao partido da



UDN, expostos no livro de Virgílio A. de Mello Franco (que foi Secretário Geral da UDN nesse período) denominado *A campanha da U.D.N. (1944-1945)*, publicado em 1946.

- e também, ao analisarmos os discursos políticos pronunciados por Gomes, com as mesmas temáticas de 1945, porém no ano de 1950, utilizamos o Jornal *Correio da Manhã*.

Durante nossas pesquisas feitas no CPDOC, no Rio de Janeiro, além dos documentos encontrados sobre o movimento tenentista e também do período que envolve a candidatura política do Brigadeiro pela UDN, verificamos que Gomes foi uma figura importante em nosso cenário político do século XX. Descobrimos muitos índices de seu passado, tais como:

- seu antigo apartamento, localizado no edifício Seabra, número 88, na Rua da Praia do Flamengo.
- notamos que o parque do Flamengo, em frente a seu antigo apartamento, recebeu o nome de Parque Brigadeiro Eduardo Gomes.
- no Forte de Copacabana que abriga ao lado o Museu Histórico do Exército, e foi ponto de conflito tenentista de 1922 pudemos conhecer um pouco mais sobre a vida, o local e pertences dos participantes do lendário Dezoito do Forte de Copacabana.

Por outro lado, verificamos quanto a própria população do Rio de Janeiro desconhece a história do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nos locais históricos descritos acima, indagamos pessoas que tanto trabalham ali, quanto zelam por esses locais, como alguns cadetes que tomam conta do Forte de Copacabana e do Museu Histórico do Exército, a respeito do Brigadeiro Eduardo Gomes. Constatamos que nenhuma delas soube nos responder quem era essa figura histórica e o que realizou em vida.

Partimos da hipótese que o Brigadeiro provavelmente tinha sua ação política direcionada por ideais democráticos, em defesa dos ideais de nosso país,<sup>7</sup> porém, só após nossas análises poderemos chegar a um consenso sobre seu posicionamento político nos períodos em que este trabalho visa estudar.

---

<sup>7</sup> Nossa hipótese parte da análise que fizemos sobre as três biografias que foram escritas ao longo do tempo sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes e que foi publicada em forma de artigo na Revista de História da Universidade de Brasília (UNB), denominada *Revista História, histórias*, v. 4, n. 8, 2016. ISSN 2318-1729. Neste artigo analisamos como os autores das biografias: *Brigadeiro Eduardo Gomes (1945)*, *O Brigadeiro da Libertação*, segunda edição da obra (1946) e *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói (2011), traçaram o perfil político de Gomes enquanto candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945.

Como metodologia para nossa pesquisa, adotamos o expediente de análise dos discursos políticos do Brigadeiro Eduardo Gomes, como já fora afirmado anteriormente, sobre as temáticas da questão dos trabalhadores e da educação no Brasil nos anos de 1945 e 1950. Assim, nossa ideia é interpretar tais fontes para podermos identificar a posição política de Gomes no período de nosso recorte temporal, tomando como conhecimento a vida de nosso personagem analisado, a linguagem expressa por ele em seus discursos políticos e o contexto histórico político da época em que seus discursos foram pronunciados. Dessa maneira, nosso propósito é comparar sua posição política neste período com nossa análise historiográfica sobre sua inserção nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, por meio dos documentos que demonstram os ideais do movimento revolucionário, a fim de observarmos se Gomes manteve a mesma postura política dos anos do tenentismo ou se mudou com o decorrer do tempo, nos anos que disputou as eleições políticas pela UDN.

Como suporte teórico, seguimos a abordagem da História Intelectual ou das Ideias, que, como um campo de estudo vasto e de certo modo recente, oscila ainda, segundo Silva (2003, p. 16): “[...] por um lado entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras, e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia [...]”.

Dessa maneira, podemos aproximar nosso método de pesquisa das ideias do historiador político da Universidade de Cambridge, Quentin Skinner. No final dos anos 1960, este historiador escreveu seu artigo denominado *Meaning and understanding in the history of ideas*, que foi publicado na Revista *History and Theory*, em 1969. Foi nesse período que esse historiador do pensamento político apresentou seu método denominado contextualismo linguístico, proposto para o estudo da história das ideias, em que criticava os procedimentos analíticos textualistas e contextualistas da época e afirmava que uma nova abordagem contextualista e histórica precisaria ser construída. Assim, Skinner, conforme Souza (2008), atentava para o fato de que só seria possível compreender o significado de determinado texto, ou mesmo enunciado ou ideia qualquer, recuperando as intenções do autor no ato da escrita e reconstruindo seu contexto das convenções linguísticas, num determinado momento histórico.

Desse modo, para Souza (2008), Skinner também afirmava que devemos considerar o contexto social e as condições políticas e econômicas no período em que o texto fora escrito, tendo como ponto essencial entender as intenções do autor no momento da escrita. Assim, Skinner, segundo Souza (2008), esforçou-se para demonstrar que são nos atos da fala dos autores, em seu mundo mental e no repertório linguístico de seu momento histórico, que o historiador das ideias deve buscar a interpretação dos textos.

Ao analisarmos determinado texto, assim como Skinner, acreditamos que o pensamento político de um determinado autor adquire inteligibilidade à medida que procuramos relacioná-lo, também, a sua própria história de vida, pois alguns aspectos dos eventos da história que este vivenciou podem aparecer em seus discursos. Ao mesmo tempo, segundo Oliveira (2003, p. 61):

O historiador intelectual deve reconhecer que além do texto há história efetiva. O conteúdo histórico do texto só é encontrado quando se relaciona o texto ao contexto, tentando perceber os anexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.

Dessa forma, analisaremos os discursos políticos do Brigadeiro, entendendo-os dentro do contexto histórico social da época de sua produção, a fim de averiguarmos sua posição política. Concomitantemente, a intertextualidade e o próprio contexto político que pode estar presente nos discursos são de suma importância para analisarmos a posição política de algum personagem histórico, ou mesmo interpretarmos determinados textos. Skinner, ao ser entrevistado por Burke (2000, p. 330) afirma:

Pode-se dizer que meu interesse fundamental é pelos atos linguísticos, pelos contextos linguísticos e pela intertextualidade.  
 Todo meu trabalho é intertextual, isto é, trata de saber como e até que ponto o entendimento de um texto pressupõe o entendimento de sua relação com outros textos. Evidentemente, também tenho interesse por outro contexto, o político, já que acredito que ninguém escreve teoria política num vácuo. Há sempre uma história a ser contada sobre a política de uma sociedade, em resposta à qual, por exemplo, o *Leviatã* foi escrito?

Tomando a obra *Maquiavel*<sup>8</sup> de Skinner como exemplo, o autor tinha como objetivo compreender as doutrinas de Maquiavel. Com este intuito, Skinner (1988) pretendeu recuperar os problemas que Maquiavel confrontou em *O Príncipe*, nos comentários e também em suas outras obras sobre filosofia política. Para conseguir realizar tal proeza, Skinner (1988) teve que reconstruir o contexto no qual aquelas obras foram originalmente compostas, o contexto renascentista e da filosofia clássica, assim como o contexto político da vida da cidade-estado italiana no início do século XVI. Feito isso, após restituir Maquiavel ao mundo em que suas ideias foram formadas, Skinner (1988) pôde então, apreciar o seu ataque às

---

<sup>8</sup> Ver: Skinner (1988).

concepções morais correntes em sua época e averiguar finalmente o porquê de o nome de Maquiavel ser muito invocado quando se discutem questões relativas à liderança e ao poder político.

Utilizando o exemplo de Skinner (1988) pretendemos averiguar a posição política de Gomes nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, por meio das biografias, da historiografia e dos documentos sobre o tenentismo, com relação aos ideais do movimento e seus programas políticos, com os discursos políticos de Gomes em 1945 e 1950 – em suas duas candidaturas políticas pela UDN, com os temas políticos já ressaltados acima, para analisarmos sua posição política nesses períodos, a fim de identificarmos se seu posicionamento político manteve-se o mesmo ou se foi modificando ao longo desses momentos históricos distintos.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro, abordamos a vida do Brigadeiro Eduardo Gomes e realizamos uma análise crítica e comparativa das obras biográficas escritas ao longo do tempo sobre ele. Analisamos as seguintes biografias: *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945), de Gastão Pereira da Silva; *O Brigadeiro da Libertação* (1946), segunda edição do livro de Paulo Pinheiro Chagas, editada em 1946; e *O Brigadeiro. Eduardo Gomes, trajetória de um herói* (2011), escrita por Cosme Degenar Drumond.

Nessas análises, discutimos como o perfil político do Brigadeiro Eduardo Gomes foi retratado nas obras em questão, em sua participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, e por ocasião da disputa eleitoral em 1945 e 1950, nas respectivas eleições em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pela UDN. Ao mesmo tempo, averiguamos, especificamente, como foi construída a imagem do Brigadeiro ao longo do tempo e como tal imagem contribuiu para que este pudesse ter sido escolhido o candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945. Também discutimos, além de proximidades e diferenças, como estas obras apresentaram suas abordagens do ponto de vista documental e histórico.

No segundo capítulo, enfatizamos o contexto histórico da década de 1920 no Brasil, e analisamos a participação de Gomes nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, bem como a ideologia política desses movimentos, através de documentos, manifestos e programas dos tenentes. Também discutimos como parte da historiografia brasileira classificou ideologicamente essas insurreições.

No terceiro, abordamos, primeiramente, o contexto histórico e político da década de 1940 no Brasil. Em seguida, avaliamos os discursos iniciais da campanha do Brigadeiro, bem como discutimos e analisamos a fundação e o programa político da UDN em 1945. Ao mesmo tempo, tratamos o motivo da escolha do Brigadeiro como candidato à Presidência da

República pela UDN, neste ano, e como foi feito o encontro histórico entre o Brigadeiro e tal partido. Por fim, como estudo central, analisamos a posição política de Gomes, através de seus discursos políticos em 1945, com as temáticas relacionadas à questão dos trabalhadores e a educação no Brasil.

Já no quarto capítulo, contextualizamos historicamente o ano de 1950 no Brasil e analisamos os discursos políticos de Gomes, como candidato pela segunda vez à Presidência da República pela UDN, através dos mesmos temas políticos de 1945, isto é, a questão dos trabalhadores e da educação no Brasil, a fim de analisarmos sua posição política neste período. Em conclusão, realizamos as Considerações Finais de nosso trabalho buscando comparar esses períodos históricos da vida política de Gomes, para avaliarmos sua posição política.

## **CAPÍTULO 1. Brigadeiro Eduardo Gomes: Análise biográfica, tenentismo e UDN**

Neste capítulo, nosso objetivo é abordar a vida de Eduardo Gomes, traçando alguns aspectos importantes de sua vida política, valendo-nos das poucas biografias sobre ele. Concomitantemente, realizaremos uma análise comparativa dessas biografias, para discutir de que maneira o perfil político de Gomes foi retratado pelos referidos autores em sua participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 e por ocasião da disputa eleitoral em 1945 e 1950, nas respectivas eleições em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pela UDN. Ao mesmo tempo, interpretamos como sua imagem foi construída ao longo do tempo e como ela contribuiu para que Gomes viesse a ser escolhido como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945. Também averiguamos além de proximidades e diferenças, como essas obras apresentam suas abordagens do ponto de vista documental e histórico.

Para delinear a vida de Eduardo Gomes e também realizarmos a análise que pretendemos das biografias, foi de fundamental importância a discussão do gênero biográfico e sua contribuição para a pesquisa no campo da história, ressaltando alguns de seus métodos nessa área.

### **1.1 O gênero biográfico: uma discussão historiográfica**

O termo *biografia*, dicionarizado em 1721, significava um gênero cujo objeto era a vida dos indivíduos. Antes, as biografias apareciam na forma de memória, ou seja, a partir das relações ocorridas entre os indivíduos, um indivíduo narrava fatos dos quais tivera participação ou fora testemunho (PRIORE, 2009).

No século XIX, a biografia apareceu com muita importância na ideia de construção de nação, enaltecendo e immortalizando heróis e monarcas, e ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feitos de ancestrais fundadores, monumentos, tradições populares, lugares de memória, entre outros. Tal concepção foi retomada pelos positivistas; além do mais, a biografia exaltava as glórias nacionais, num cenário que valorizava o acontecimento, o fato (PRIORE, 2009).

Segundo Schwarcz (2013), no século XIX, as histórias de reis, príncipes, senadores e governantes eram as mais requisitadas. No Brasil, esse gênero foi muito praticado pelo Instituto Histórico e Geográfico que nasceu voltado ao enaltecimento do Império. Assim, ao

lado das trajetórias dos reis, rainhas e governadores, eram realizados no dia a dia da instituição relatos biográficos sobre os sócios locais.

No entanto, a biografia, que estava praticamente abandonada até a metade do século XX, começou a ganhar força no meio histórico na segunda metade do século. Segundo Levillain (2003), o florescimento da biografia na França ocorreu no final de 1970, sendo que foi reabilitada na Universidade nos anos de 1960. No ano de 1966 entre as 756 teses de história contemporânea que haviam sido levantadas, 46 eram biografias.

Para Almeida (2014), num artigo que escreveu sobre a biografia e o ofício do historiador<sup>9</sup>, procurando discutir a importância do gênero biográfico nos estudos históricos contemporâneos, a biografia no campo histórico tem percorrido um trajeto acidentado, pois enaltecida no passado, passou a ser desprestigiada em grande parte do século XX, em virtude dos ataques que sofrera da Escola dos Annales. Mas, no final do século XX, o gênero passou a estabelecer-se com maior intensidade, despertando cada vez mais o interesse do leitor comum, sendo visado para novas pesquisas e descobertas.

Contudo, no período medieval havia as hagiografias, dando tranquilidade ao gênero biográfico, que desde a Antiguidade ficou separado da história, devido a sua aproximação com o gênero literário, que apresenta um regime de verdade distinto da de um historiador. Todavia, não podemos olvidar a distinção entre a chamada biografia histórica e a biografia literária. A primeira faz com que o historiador recorra à documentação para imprimir um ponto de vista a sua narrativa e orientar o caminho que está percorrendo, pois o trabalho do historiador necessita de provas para se apoiar e confrontá-las com outras coletadas durante o seu processo de pesquisa, realizando um procedimento rigoroso e científico, mas não significando que o historiador se preocupe apenas com a ciência e se esqueça da arte no processo da confecção de sua pesquisa. Já na biografia literária o autor não se fixa apenas na documentação, mas se utiliza da ficção e da imaginação para tornar sua narrativa mais interessante ao leitor, porém mais afastada da realidade (ALMEIDA, 2014).

Bourdieu (2000) em seu trabalho sobre o gênero, discutiu sobre a existência de uma ilusão biográfica, afirmando que os historiadores de biografias não poderiam tratar a vida de determinado indivíduo como um relato coerente de fatos, pois agindo desta maneira estariam reduzindo a vida de um indivíduo a uma mera ilusão retórica. Bourdieu pretendeu nos mostrar que devemos esquecer a ideia da existência de um homem cronológico, linear, com um destino determinado por alguma coisa em seu nascimento que o acompanhará por toda a sua

---

<sup>9</sup> Ver: ALMEIDA, Francisco Alves de. *A biografia e o ofício do historiador*. Dimensões, v. 32, 2014, p. 292–313. ISSN: 2179 8869.

vida, pois a vida de qualquer indivíduo é descontínua e fragmentada e seria fundamental a reconstrução do contexto social, de seu espaço e tempo, onde o indivíduo agia.

Por outro lado, Dosse (2015) argumenta que existem três fases no percurso da biografia no processo histórico. A primeira delas, chamada de idade heroica, é aquela em que os autores das biografias eram incumbidos de transmitir valores, modelos de conduta e procedimentos para as gerações posteriores.

Na segunda fase, que Dosse (2015) denominou de biografia modal, o biógrafo só teria valor apenas para apontar o coletivo, o plural, ou seja, a sociedade do biografado, seu meio social nos diferentes e distintos tempos e espaços. E por fim, a terceira fase, que está presente até os dias de hoje, chamada de idade hermenêutica, é o momento em que a biografia transformou-se no campo de experimentação do historiador, influenciado por diversas tendências disciplinares.

Um fato curioso é que segundo pesquisas realizadas sobre as figuras mais biografadas entre os anos de 2000 a 2009, foi confirmada a atração cada vez mais intensa por personagens heroicos. Assim, foram encontradas nas respectivas ordens as biografias de Napoleão Bonaparte, que seria o mais biografado, seguida por Sartre, Charles de Gaulle, Luís XIV, Catarina de Médici, Michael Jackson, João Paulo II, Sigmund Freud, François Mitterrand e Jesus Cristo (DOSSE, 2015).

Dosse (2015) também afirma que a biografia é um verdadeiro romance, indo na contramão das ideias de Bourdieu (2000), pois segundo o historiador, em primeiro lugar a biografia deve seguir uma ordem cronológica dos fatos, para manter a atenção do leitor na expectativa de um futuro que ocorrerá sobre o biografado, sendo desvendado na íntegra da história; portanto, para Dosse (2015), o que dá o caráter romanesco é a expectativa do futuro. Ao mesmo tempo, o biógrafo nunca pode descentralizar demais o herói da biografia, fazendo-o desaparecer do pano de fundo da narrativa.

Complementando essa discussão, não podemos nos esquecer de um texto de Levi (2000), intitulado *Usos da biografia*, no qual o estudioso argumenta que os historiadores fascinados pelas trajetórias individuais e suas riquezas, passaram a abordar a questão biográfica a poucos anos, de diferentes maneiras. Entre essas abordagens históricas, estão a prosopografia e biografia modal, biografia e contexto, a biografia e os casos extremos e biografia e hermenêutica.

A prosopografia e biografia modal só despertam interesse ao ilustrarem comportamentos ou aparências ligadas às condições sociais mais frequentes, assim não se trata de biografias verídicas, mas sim, da utilização de dados biográficos com objetivos



prosopográficos. Para Levi (2000), os historiadores das mentalidades usufruem da prosopografia mostrando pouco interesse pela biografia individual.

A abordagem da biografia e contexto faz com que a biografia mantenha sua especificidade e conserve a época, o meio e os fatores sociais que caracterizam todo o entorno atmosférico das trajetórias, permitindo compreender o que de primeiro momento pode parecer inexplicável. Por outro lado, o contexto é muito importante para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outros personagens que tenham alguma relação com a personagem retratada. Esse método é muito eficaz para compreendermos a vida de um indivíduo, mostrando um equilíbrio entre sua trajetória individual e seu meio social como um todo.

Com relação à questão da biografia e os casos extremos, Levi (2000) nos diz que esse método é muito eficaz, uma vez que as biografias são utilizadas apenas para compreender o contexto a ser trabalhado, durante o qual muitas vezes ele nem é percebido em sua integridade, mas por meio de suas margens.

Por fim, Levi (2000) cita o uso da abordagem da biografia e hermenêutica, em que o material biográfico torna-se discursivo, podendo ser interpretado de diferentes formas e assumindo uma variedade de significados, fazendo os historiadores refletirem cada vez mais sobre os tipos de narrativas de modo disciplinado, buscando meios de comunicação mais sensíveis ao caráter dinâmico das escolhas e ações.

Esses tipos de orientações sobre as abordagens biográficas, segundo Levi (2000), representam os mais novos caminhos nos quais os estudiosos procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico, substituindo a biografia tradicional, que é linear e factual, sobre a qual Bourdieu (2000) tanto discorre.

Atualmente, a biografia continua a fazer parte da vida do historiador e está presente em inúmeros trabalhos e pesquisas, sendo que tal gênero ganha cada vez mais destaque perante o público leigo, que acaba por se interessar cada vez mais por elas. O biografismo nativo é revelador de nosso momento cultural, em que a curiosidade do leitor pela vida de personalidades públicas movimenta o mercado editorial brasileiro.<sup>10</sup>

Para Schwarcz (2013), tendemos ver a personagem numa interação constante com os impasses sociais e ligada a seu grupo, ou, ao contrário, em buscar nela um caso único e

---

<sup>10</sup> Há na mídia inclusive, um debate a respeito de biografias não autorizadas pelos biografados. Uma decisão do STF – Supremo Tribunal Federal revela que não será mais necessária a permissão para a publicação. Vide: <<http://www.correiodopovo.com.br/ArteAgenda/Variedades/2015/12/575523/Mais-seguro-com-biografias,-mercado-editorial-para-novidades-para-2016>>. Acesso em: 26 de dez. 2015.

particular, como uma memória de si. Contudo, em um trabalho biográfico é sempre necessário e extremamente importante situar o indivíduo analisado em seu grupo e no contexto social em que se encontra inserido.

Do mesmo modo, ao lermos o trabalho biográfico de Lena Júnior (1999), sobre Astrojildo Pereira, veremos que o autor, ao diferenciar as biografias das histórias de vida, comenta que as primeiras se apresentam através de uma reconstrução de um momento histórico, contendo seu sistema político, contexto social e os dados particulares da personagem retratada.

Em outro texto estudado a respeito da relação entre biografia e história, Conceição (2011) ressalta a mesma ideia de que um trabalho biográfico tem que ser realizado através das relações sociais tecidas por um indivíduo em seu mundo.

É nesse sentido, que procuramos desconstruir as biografias apologéticas aqui tratadas por nós, sobre o Brigadeiro, pois tais obras mitificam o personagem estudado, tornando-o um herói. Assim, ideias como as de Lena Júnior (1999) e de Conceição (2011), por exemplo, que tratam da importância do contexto histórico, do sistema político e social do personagem que está sendo analisado, é fundamental para pensarmos a vida, mas também analisarmos os discursos políticos de Gomes, dentro do objetivo que este trabalho propõe. Ao mesmo tempo, a questão da abordagem da biografia e contexto, proposta por Levi (2000) já discutido acima, também é essencial para interpretarmos o material biográfico que dispomos a analisar.

Acreditamos também que, para um trabalho biográfico se concretizar de forma bem estruturada e racional, o autor deve explicitar a seus leitores o porquê da escolha de determinada personagem estudada, suas metodologias de trabalho, fontes, conceitos e as perguntas que serão feitas para que o trabalho biográfico se realize de forma a dar sentido à pesquisa desenvolvida e se fazer compreensível aos seus leitores.

## **1.2 Eduardo Gomes (1896 – 1981)**

Eduardo Gomes nasceu em 20 de setembro de 1896 na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, filho de Luís Gomes Pereira e de Jenny Gomes. Seu pai nasceu em Olinda, tendo se diplomado em Direito pela mesma faculdade que seu avô Félix Peixoto de Brito Melo (1807-1878), importante político conhecido de Alagoas. Frequentara o Curso Jurídico de Olinda (PE). Pereira também iniciou sua vida profissional como jornalista, em Recife e aos 21 anos, em 1875, ingressou na Marinha, por decreto do governo imperial, como oficial do gabinete comissionado.

Com o início da República, Pereira foi promovido a capitão-tenente e oficial de gabinete do novo ministro da Marinha, o almirante Eduardo Wandenkolk (1838-1902), devido à reavaliação dos cargos de confiança da administração pública, feita por Deodoro da Fonseca. Também serviu nessa função ao almirante Custódio de Mello (1840-1902), o sucessor de Wandenkolk no governo de Floriano Peixoto (DRUMOND, 2011).

Na época em que Pereira ainda servia como ministro do almirante Eduardo Wandenkolk, foi um dos convidados do visconde de Rodrigues de Oliveira, cujo título de nobreza foi outorgado do penúltimo rei de Portugal, a participar da festa, à noite em sua residência, em outubro de 1890, de comemoração da sua filha Jenny, que havia completado 18 anos. Encantado com a moça, Pereira também foi correspondido, vindo a se casar no dia 7 de fevereiro de 1891, na Capela do Palácio Imperial, em Petrópolis. Tiveram como padrinhos de casamento o Presidente da República, Deodoro da Fonseca e sua mulher, dona Marianinha, sendo um símbolo da importância do visconde Oliveira, na época (DRUMOND, 2011).

Em 1893, Pereira demitiu-se da Marinha, pois como teve envolvimento na Revolta da Armada (1893-1894), caso permanecesse, não teria condições políticas de avançar na carreira, pois fora inicialmente nomeado pelo imperador. Assim, resolveu aventurar-se em outros caminhos e inspirado na figura de Mauá, criou um projeto de engenharia ambicioso. A ideia era construir uma estrada de ferro entre o Recife a Arica, no Chile, cruzando as províncias de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso e parte do território boliviano, unindo assim o Atlântico ao Pacífico. O projeto também incluía a construção de docas no porto de Recife, bem como assentamentos agrícolas em volta da ferrovia.

Em 1894, Pereira deu continuidade a seu projeto, pois sua mulher Jenny cedeu ao marido a herança que ganhara de seu pai. Deste modo, Pereira viajou a Londres com o objetivo de conseguir parceiros para realizar seu ideal, porém voltou ao Brasil de mãos vazias e abandonou o projeto (DRUMOND, 2011).

Pereira resolveu partir para outro negócio e, dessa vez tinha em mente construir um trecho ferroviário que iniciasse no centro do Rio e fosse até ao pé da Serra da Estrela, que ligava o Rio à Petrópolis. Começou a obra com dinheiro próprio, porém deixou o projeto de lado, pois o ramal não era um trecho precursor e seus custos seriam altos demais, com pouco retorno comercial. No entanto, Pereira tentou um terceiro negócio, e estudando o mercado do café, principal motor de nossa economia, arrendou terras na cidade de Descalvado, no interior de São Paulo e mudou para lá com a mulher. Tentando tirar lucros com o novo empreendimento, Pereira não obteve sucesso e resolveu passar o negócio adiante, mudando-se

com Jenny para Petrópolis, comprando, inclusive, uma casa na cidade, com a economia que lhe sobrou (DRUMOND, 2011).

Precisando encontrar um novo emprego, Pereira decidiu voltar ao jornalismo e conseguiu emprego no *Jornal do Brasil*, em 1895, sendo contratado para cuidar de uma coluna, que publicava seção de cartas, interagindo com os leitores. Segundo Drumond (2011, p. 31), o próprio Pereira “escrevia e enviava à redação cartas contendo críticas ao governo, publicadas sob o título ‘Do constante leitor, Luís Gomes’”.

Pereira e Jenny tiveram dois filhos que faleceram prematuramente, Raul e Sérgio. Já em Petrópolis, na casa que adquiriram, na rua 7 de Abril, nasceu o terceiro filho do casal, Stanley e um ano depois, em 20 de setembro de 1896, nasceu Eduardo Gomes e no ano seguinte, Eliane Maria. Stanley tornar-se-ia futuramente advogado, formando-se em Direito pela Faculdade de Petrópolis. Diferentemente da vida farta e rica que Jenny tivera, seus filhos enfrentaram as dificuldades comuns da classe média. Jenny inclusive, teve que se desfazer muitas vezes de suas joias, por meio de venda ou penhora, para ajudar nas despesas da casa e também costurava as roupas que os filhos e o marido vestiam (DRUMOND, 2011).

Fato curioso é que o pai de Gomes era muito patriota e sua mãe católica, talvez sendo um dos motivos que levou Eduardo Gomes anos mais tarde a ter a personalidade que teve ao longo da história, de combater sempre ao lado do país e de incumbir em seu cotidiano e em sua vida política a questão católica.

Eduardo Gomes aprendeu as primeiras letras no curso Werneck e depois foi estudar Humanidades no Colégio São Vicente de Paulo, momento em que o apelidaram de “o matemático”, pois mesmo não sendo o número um de sua turma, se destacava na matemática. Terminando o curso secundário, em 1912, Gomes teve como objetivo ingressar no Exército, porém não foi feliz; embora aprovado nos exames, estava abaixo da idade exigida, pois tinha apenas dezesseis anos. No ano seguinte, Gomes tentou novamente entrar no Exército, porém novo insucesso, na época tinha problemas de visão, mas nunca desistiu de seu objetivo, o que o levou a uma terceira tentativa, e apresentando idade legal e a vista em boa condição conseguiu seu feito, adentrando na Escola Militar do Realengo (CHAGAS, 1946).

Na Escola Militar, por meio de seu gosto pela matemática ficou entre os melhores alunos e conheceu dentre tantos líderes desta geração Siqueira Campos, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e Cordeiro de Farias, sendo Siqueira Campos seu amigo mais próximo. Posteriormente, Gomes sentou Praça no Exército, em 13 de abril de 1916 e após um curso que fizera foi declarado aspirante de Artilharia, em 17 de dezembro de 1918 e segundo-tenente

em 30 de dezembro de 1919, promovido a primeiro-tenente em 5 de janeiro de 1921 (CHAGAS, 1946).

Outra questão que confirma a tradição católica de Gomes era o culto à religião praticado na Escola Militar do Realengo, pois os católicos mais fervorosos eram chamados de vicentinos. Aos domingos, assistiam missa na Igreja de Realengo, celebrada pelo Padre Miguel, que praticava ações de benemerência na região. Os vicentinos ajudavam com obras assistenciais, doando dinheiro que recolhiam dos cadetes, sendo que Gomes integrava tal grupo (DRUMOND, 2011).

Eduardo Gomes entrou para a história do Brasil com suas duas participações nos movimentos tenentistas de 1922 no Rio de Janeiro, denominado os Dezoito do Forte de Copacabana e em 1924 na Revolução de São Paulo, que durou cerca de um mês.

Na Revolução tenentista de 1922, Gomes foi atingido por uma bala de fuzil, tendo uma fratura exposta do fêmur esquerdo e passando por duas difíceis cirurgias. Após esse episódio, foi julgado pelo seu envolvimento no movimento de 1922, mas em 1923 por efeito de um habeas-corpus, esteve algum tempo em liberdade, empenhando-se no amparo à causa dos cadetes que haviam sido expulsos da Escola Militar. Contudo, depois de quase dez meses de sumário de culpa, no ano de 1923 foram pronunciados os revoltosos de 1922, segundo o artigo 107 do Código Penal brasileiro, considerando-os a terem o intuito de mudar violentamente a forma de Governo e a Constituição do país (CHAGAS, 1946).

Informados por seus amigos da sua prisão que ainda seria decretada, Eduardo Gomes conseguiu fugir dois dias antes, indo no Natal de 1923 para Mato Grosso, onde com um pseudônimo de Eugênio Guimarães passou a viver na fazenda de Taquaraçu, da família do marechal Bento Ribeiro, no município de Três Lagoas.

Quando teve início a Revolução de 1924, em São Paulo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, Eduardo Gomes partiu para esta cidade, chegando em 1º de julho desse ano e participando ativamente da revolução. No entanto, ao executar uma missão importante num avião que levaria em média trinta mil exemplares de manifesto subversivo ao povo do Rio de Janeiro, em que Gomes era observador e Carlos Hedler piloto, o avião caiu em plena Serra do Mar, num pântano, nas proximidades da cidade de Cunha. Com a população observando a queda do avião, junto do Delegado de Polícia da cidade, Gomes conseguiu disfarçar afirmando ser um oficial legalista e que o avião continha uma poderosa carga de dinamite destinada aos masorqueiros, quando o avião caiu, cabendo interditar o aparelho até o dia seguinte, que com a devida calma, deveriam ser retirados os petardos (CHAGAS, 1946).

Escondido na casa de um tio e seguindo para Santa Catarina com a ajuda de seu irmão Stanley, advogado, Gomes foi detido por um sargento do navio em que estava, e levado para a Casa de Correção no Rio de Janeiro, onde ficou por um tempo, até conseguir, com a ajuda de um habeas-corpus, ser transferido para o Corpo de Bombeiros. Nesse lugar ficou numa torre incomunicável, sendo meses depois transferido para um presídio da Imigração, em São Paulo. Mais tarde foi mandado para o Rio de Janeiro, onde, em maio de 1926 estando na prisão do 1º de Cavalaria, recebeu ordens para seguir rumo junto aos outros presos para a ilha da Trindade (CHAGAS, 1946).

Na ilha, Eduardo Gomes seguiu estudando, adquirindo conhecimento e executando um exercício físico para as pernas, que estavam fracas devido o tiro que o atingiu em 1922. Assim, diariamente subia uma cratera que havia na ilha, conseguindo, depois de algum tempo, com muito esforço, corrigir seu problema, ocasião em que saiu do local. Em 1926, Gomes foi posto em liberdade, porém em 1927, na iminência de uma nova prisão, partiu para a cidade de Campos, com o pseudônimo de Edmundo Goulart – que seriam as iniciais de seu nome e trabalhou como engenheiro na fazenda Pau Brasil, de propriedade do coronel Francisco Mota. Em 1929, ao se apresentar às autoridades foi detido (CHAGAS, 1946).

Em maio de 1930, após ser libertado, voltou a conspirar no Rio de Janeiro, participando do movimento que preparava nova revolução, isto é, a Revolução de 1930. Assim, Gomes no final de junho enviou Godofredo Tinoco ao Rio Grande do Sul, para estabelecer contato com Osvaldo Aranha, Estillac Leal, Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros, a fim de estabelecer ligações e estimular a conspiração. Encontrando-se em Barbacena (MG), no dia 3 de outubro, Gomes, juntamente com Tasso Tinoco, Ari Parreiras, Olímpio Falconière da Cunha e outros oficiais, somados a mais seiscentos soldados, foram enviados para lutar contra as forças federais em Juiz de Fora (MG). Prolongada a resistência do 12º Regimento de Infantaria (12º RI) em Belo Horizonte, que se estenderia por dez dias, os planos iniciais dos revolucionários de Barbacena foram modificados, pois tiveram à disposição apenas 70 praças, sob o comando do capitão Fulgêncio para dar início ao levante. No dia seguinte, Gomes encarregou Tasso Tinoco de submeter setecentos operários que não haviam aderido à revolução em Conselheiro Lafaiete, que era posição chave para o transporte ferroviário. Tal procedimento foi feito com a ajuda de apenas dez voluntários civis, armados e com carabinas de caça. Vencida a resistência do 12º RI de Belo Horizonte, os primeiros reforços chegaram à Barbacena no dia 10, por meio de um batalhão com cerca de 350 homens comandados por Néelson de Melo. Com a deposição de Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e a posse do Governo Provisório de Vargas em novembro, muitos oficiais rebeldes

foram promovidos, inclusive Eduardo Gomes, que foi capitão em 15 de novembro e, cinco dias depois, major (FGV CPDOC, 2017).<sup>11</sup>

No ano de 1931 chefiou o Correio Aéreo Militar (CAM), porém com a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, os serviços do CAM foram interrompidos e Gomes se pôs contrário ao levante, participando das operações contra os revolucionários e transferindo-se com seu grupo para o campo de Resende, que era base de ação de todas as operações aéreas no vale do Paraíba durante esse período de revolução. Em 6 de setembro, assumiu de modo acumulativo o comando das unidades aéreas do Destacamento de Exército do Leste. Terminada a Revolução de 1932, Gomes participou com Juarez Távora dos entendimentos realizado pelo Governo Provisório para uma solução civil e paulista para o governo de São Paulo e retomou suas atividades à frente do CAM. Também comandou o Grupo Misto de Aviação até março de 1933, que com a reorganização da aviação militar, tal grupo foi extinto transformando-se no 1º Regimento de Aviação, com sede em Campo dos Afonsos. No mês de junho, Gomes foi promovido a tenente-coronel (FGV CPDOC, 2017).<sup>12</sup>

Em 27 de novembro de 1935, Eduardo Gomes como comandante do 1º Regimento de Aviação, agiu contra a Revolta Comunista, liderada por Luís Carlos Prestes, que iniciou um levante dominando a maior parte do 1º Regimento de Aviação, conseguindo isolar Gomes no pavilhão de comando. Tentando-se defender com os poucos elementos que possuía, Gomes conseguiu escapar da morte, tendo sua mão direita atingida por um tiro de fuzil, em pleno combate – o qual depois da intervenção cirúrgica que sofreu na mão, começou a adotar o tênis como exercício diário para a melhoria do ferimento (CHAGAS, 1946).

No ano de 1937, Eduardo Gomes se opôs ao golpe que Vargas planejara e acabou se demitindo do cargo que ocupava, por perceber que o golpe era contra a democracia brasileira. Desde 1938, Gomes, já coronel, foi transferido para a FAB com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941 e, no final desse ano, foi promovido a Brigadeiro do Ar e nomeado comandante da 1ª e da 2ª Zonas Aéreas (norte e nordeste do Brasil) (CHAGAS, 1946).

Anos mais tarde, em 1944, Gomes foi promovido a major-brigadeiro, o mais alto posto da Aeronáutica e nos anos posteriores, em 1945 e 1950 foi escolhido para ser o candidato a Presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), perdendo os dois pleitos, mesmo tendo apoio da maioria da imprensa nacional. Nas eleições de 1945, Dutra venceu o pleito com uma larga margem de votos – 3.351.507 votos; ganhando de Eduardo Gomes

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 06 de mai. 2017.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 06 de mai. 2017.

(UDN), Yedo Fiúza (PCB) e de Mário Rolim Teles do Partido Agrário Nacional. Vargas, não podendo concorrer, ganhou vaga na Assembleia Constituinte em vários estados, com o apoio da população, se elegendo tanto como deputado, quanto como senador, o que era legal na época. Nestas eleições à Presidência da República, cerca de 6 milhões de eleitores votaram, contabilizando 2.039.341 votos ao Brigadeiro, 569.818 votos a Fiúza e apenas 10.001 votos a Teles (DRUMOND, 2011).

No final de 1946, em outubro, Gomes foi promovido a tenente-brigadeiro e seis meses depois, foi homenageado com a Medalha Cruz de Aviação (Fita B). Já no campo político a UDN o homenageou com a presidência de honra do partido, momento em que o Brigadeiro delegou tal título a seu amigo José Eduardo Prado Kelly, deputado constituinte nos anos de 1934 e 1946 (DRUMOND, 2011).

Em 1950, com as eleições no país, o Brigadeiro concorreu novamente à Presidência da República pela UDN, perdendo para Getúlio Vargas, do PTB, que obteve cerca de 3.845.040 votos, tendo como vice o ex-deputado João Café Filho, que fora adversário político de Vargas desde o Estado Novo; o Brigadeiro recebeu cerca de 2.520.790 votos, Cristiano Machado, que concorreu pelo PSD, conquistou 1.697.193 votos e João Mangabeira, do PSB, conseguiu apenas 10 mil votos (DRUMOND, 2011).

Em 1954 com o suicídio de Vargas, o vice Café Filho assumiu a Presidência da República, indicando Gomes para a pasta da Aeronáutica. Um ano depois, foi condecorado com mais quatro medalhas: Mérito Militar Grã-Cruz da República de Portugal; Medalha Abdón Calderón de Primeira Classe, presenteada pela República do Equador; Medalha Marechal Hermes e, por fim, a Grande Medalha da Inconfidência, como pioneiro das Rotas Aéreas do país, concedidas as últimas medalhas pelo governo do Brasil. Em 1955, Gomes foi novamente chamado a se candidatar à Presidência da República pela UDN, mas já decidido a encerrar sua participação nos pleitos para cargos eletivos, apoiou seu velho amigo, o general Juarez Távora, que acabou perdendo para Juscelino e Jango. Logo após a vitória de Juscelino e Jango, Gomes deixou o cargo de ministro da Aeronáutica, sendo substituído pelo major-brigadeiro Vasco Alves Seco (1898-1965) e em 1960, com 64 anos de idade e 44 anos de tempo de serviço, Eduardo Gomes passou para a reserva, levando consigo uma série de homenagens, tanto de sua instituição, à qual havia se dedicado muito, como de países estrangeiros (DRUMOND, 2011).

Em seu novo momento de vida, passou a ir à missa com frequência, andando sempre de terno escuro, sua predileção. Pela manhã, gostava de caminhar às vezes solitariamente, às



vezes em companhia de algum amigo. No apartamento que ficava no Flamengo, costumava ler jornais e manter sempre um livro novo em sua cabeceira (DRUMOND, 2011).

Gomes não teve atuação direta no movimento que tirou o presidente João Goulart, mas apoiou o golpe civil-militar de 1964 e se contentou com a tomada do poder pelo general Humberto Castelo Branco, para assumir o governo militar provisório. Após a vitória de Castelo Branco, este chamou Gomes para assumir o Ministério da Aeronáutica, que aceitou e permaneceu no cargo até março de 1967, quando passou o cargo ao marechal Márcio de Souza e Mello. Durante a ditadura militar, Gomes, que inicialmente apoiou o movimento, achando-o necessário, não esperava, no entanto, que o movimento se alongasse por tanto tempo, por isto, passou a criticar severamente a ditadura, argumentando que já era hora de o Brasil voltar à democracia, sendo devolvido ao comando de um civil (DRUMOND, 2011).

Figura política-militar ilustre, de grande personalidade e comprometimento com tudo que fazia, segundo Drumond (2011, p. 273), “[...] o Brigadeiro utilizava metade do seu salário para pagar o aluguel do apartamento e para as despesas de rotina, reservando a outra metade para doações aos pobres de Petrópolis e a Missões religiosas”.

Entre algumas de suas pérolas mais famosas, está a de um episódio muito interessante presenciado pelo amigo do Brigadeiro, que na época era tenente-brigadeiro e ministro do Superior Tribunal Militar, Deoclécio Lima de Siqueira, quando Gomes estava internado em uma casa ao lado do antigo hospital da Aeronáutica do Galeão, o qual poderia receber atendimento médico adequado, pois estava muito debilitado devido a sua idade. Nessa visita, ocorrida no dia 10 de outubro de 1979, seu amigo Siqueira surpreendeu Gomes sentado numa cadeira de rodas, com o enfermeiro lendo para ele uma entrevista de Luís Carlos Prestes, ao jornal *O Globo*. Surpreendido, Siqueira comentou:

O que é isso, Brigadeiro, o senhor está aderindo ao marxismo? Eduardo Gomes esboçou um sorriso e balançou os ombros. Deoclécio perguntou-lhe: Se o Prestes desejasse visitá-lo, o senhor o receberia? [...] Eduardo Gomes respondeu ao brigadeiro Deoclécio: Não tenho nada contra ele. Mas recebê-lo seria uma deslealdade para com os meus companheiros sacrificados em 1935 (DRUMOND, 2011, p. 313).

Nessa passagem, Gomes se refere à Revolta Comunista ocorrida em 1935, que foi liderada por Luís Carlos Prestes como já ressaltada mais acima e que contou com a participação do Brigadeiro, lutando contra a sublevação e inclusive sendo baleado em uma de suas mãos.

No dia 13 de junho de 1981 o Brigadeiro morreu, e três anos depois, em 1984, foi homenageado como Patrono da Força Aérea Brasileira. Assim, por tudo isso, com uma vida

importante, tanto militar como politicamente, que pensamos em estudar um personagem tão esquecido do meio acadêmico e da memória social.

### 1.3 As biografias escritas sobre Eduardo Gomes: analisando sua posição política

Para nortear o diálogo entre os três livros biográficos, pretendemos apresentar seus autores, dando ênfase às suas trajetórias de vida, para, em seguida, analisar as obras de acordo com o objetivo pretendido no texto, como já ressaltamos anteriormente. Nossa análise pautada na comparação dessas biografias, irá discutir de que maneira o perfil político do Brigadeiro foi retratado pelos autores em sua participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 e na disputa eleitoral em 1945 e 1950,<sup>13</sup> nas respectivas eleições em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pela UDN e, ao mesmo tempo, irá averiguar além de proximidades e diferenças, como estas obras apresentaram suas abordagens do ponto de vista documental e histórico.

O autor do livro de cunho biográfico, *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945), é mais conhecido por ter sido o divulgador da Psicanálise no Brasil. Foi também jornalista, médico, biógrafo, psicanalista, pesquisador, teatrólogo e romancista. Gastão Pereira da Silva (1898-1987) nasceu em São José do Norte, RS, em 1898, e se formou em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Silva (1945) foi um crítico das normas elitistas da formação em psicanálise e teve grande atuação na imprensa, com passagens em revistas como: *Carioca*, *Vamos Ler*, *Dom Casmurro* e *Seleções Sexuais*. Escreveu mais de 50 livros, foi radialista, criando programas de rádio-Teatro e radionovela na Rádio Nacional, tornando-se um nome de referência na introdução da psicanálise no dia a dia da população urbana. Também foi defensor da liberdade de imprensa e dos direitos humanos, sendo inclusive sócio e Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro titular da Sociedade Brasileira de Criminologia (SBC) (ESCRITA, 2015).<sup>14</sup> Conforme a primeira orelha da obra (1945), além do livro sobre o Brigadeiro, Silva escreveu diversas biografias, entre elas, as de Prudente de Moraes, Osvaldo Cruz, Rodrigues Alves, Xavier da Silveira, Almeida Junior, Procópio, Pereira Passos, Freud e Lenine.

---

<sup>13</sup> Para discutirmos o perfil político de Gomes em sua participação como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1950, apenas analisaremos o ponto de vista do autor Cosme Degenar Drumond, de sua biografia, *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói. Isso se deve ao fato desta biografia ser a mais completa que existe até o momento e ser publicada em 2011, pois as outras duas biografias publicadas na década de 1940 não abordam a participação de Eduardo Gomes na disputa presidencial de 1950, indo até sua candidatura política de 1945.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.escrita.com.br/leitura.asp?Texto\\_ID=15385](http://www.escrita.com.br/leitura.asp?Texto_ID=15385)>. Acesso em: 12 de nov. 2015.

Paulo Pinheiro Chagas, autor de *O brigadeiro da Libertação* (1946), nasceu em 1º de setembro de 1906, em Oliveira (MG) e faleceu em Belo Horizonte no dia 12 de abril de 1983. Participou da Revolução de 1930 e no mesmo ano concluiu o curso de medicina, passando a exercer a profissão em Belo Horizonte. Ingressou na vida política ao se filiar ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo foi preso. Já no ano de 1933 elegeu-se suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda PRM e, neste mesmo ano, matriculou-se na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Em 1934, elegeu-se deputado na Assembleia Constituinte de Minas Gerais. No ano de 1937, Chagas bacharelou-se em Direito. Em 1943 foi um dos assinantes do chamado *Manifesto dos mineiros*. Um fato interessante a ressaltar é que Chagas foi um dos fundadores, em 1945, da UDN; em dezembro deste mesmo ano candidatou-se a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, mas obteve apenas uma suplência. Em 1950 ingressou no Partido Social Democrático (PSD), que fazia oposição a UDN e elegeu-se deputado federal por seu estado, reelegendo-se em 1954. No ano de 1956, abdicou-se de seu mandato para assumir a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Entre os anos de 1958 e 1962, foi reeleito deputado federal e se licenciou em janeiro de 1963 por ter sido nomeado ministro da Saúde pelo presidente João Goulart, mas ficou até julho daquele ano, reassumindo em seguida o mandato de deputado federal. No período de ditadura militar, com a extinção do multipartidarismo no Brasil e o estabelecimento do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e foi reeleito em 1966 pela legenda, exercendo o mandato até o fim de sua legislatura, em janeiro de 1971 (FGV CPDOC, 2015).<sup>15</sup>

O livro *O Brigadeiro: Eduardo Gomes, trajetória de um herói* (2011), foi escrito por Cosme Degenar Drumond, que nasceu em 1947 no Rio de Janeiro e, no ano de 1974, iniciou carreira profissional como redator-revisor concursado do ministério da Aeronáutica. Integrou a equipe que organizou e inaugurou o Museu Aeroespacial da Força Aérea Brasileira, em Campo dos Afonsos (RJ). É técnico em assuntos culturais pelo Museu Histórico Nacional e, como jornalista, especializou-se no segmento de Defesa. Também cobriu congressos e feiras internacionais de aviação e defesa no Brasil, e em países como França, Inglaterra, Grécia e Chile. Em 2000 e 2002 recebeu o Prêmio Santos Dumont de Jornalismo. Entre os anos de 2008 e 2010 foi palestrante convidado do Departamento da Indústria de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para o curso de Gestão de Recursos de Defesa, promovido pela Fiesp em parceria com a Escola Superior de Guerra (ESG). Tem participado

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo\\_pinheiro\\_chagas](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_pinheiro_chagas)>. Acesso em: 13 de nov. 2015.

como mediador em debates sobre comunicação social, defesa nacional e indústria de defesa. Concomitantemente recebeu diversas condecorações, como: Medalha Mérito Santos Dumont (Comando da Aeronáutica); Medalha do Pacificador (Comando do Exército); Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Cavaleiro (Comando da Aeronáutica); Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Oficial (Comando da Aeronáutica); e Medalha Mérito Tamandaré (Comando da Marinha). Atualmente é sócio e diretor de redação da revista *Defesa Latina*, título relançado em 2009, e autor dos livros *O Museu Aeroespacial Brasileiro* (1984); *Asas do Brasil. Uma história que voa pelo mundo* (2004); *Alberto Santos Dumont. Novas revelações* (2008); e *Asas da Solidariedade. História e histórias do Correio Aéreo Nacional* (2011) (DRUMOND, 2011).

O livro *Brigadeiro Eduardo Gomes*, de Silva, foi escrito e editado em 1945, num momento de agitação política em nosso país, marcado pelo término da ditadura de Vargas e o ressurgimento da democracia, caracterizada pela fundação de novos partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN), o partido do Brigadeiro Eduardo Gomes, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) e pela realização de eleições. Cabe destacar também que os integrantes da UDN, contribuíram de maneira efetiva para os acontecimentos que levaram à queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

A UDN, fundada oficialmente em 7 de abril de 1945, foi então, o grande movimento de oposição a Vargas, aglutinando nomes como:

Arthur Bernardes, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Oswaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Isidoro Dias Lopes, a família Caiado, entre tantos outros, tinham o apoio da Esquerda Democrática e de comunistas dissidentes da linha oficial do PCB – todos, no entanto, com os mesmos anseios políticos: além do fim do Estado Novo e da luta pela democratização do país, nutriam um combate sem tréguas a Vargas (FERREIRA, 2003, p. 20-21).

Além disso, a história da UDN foi bastante contraditória em relação ao doutrinamento liberal que a marcara em sua origem, caracterizado pelo seu ideal defensor do retorno à prática da política liberal democrática. Contudo, em 1945, com o término dos resultados das eleições, o Brigadeiro Eduardo Gomes, mesmo possuindo apoio intenso da imprensa e da mídia, acabou perdendo para Eurico Gaspar Dutra, do PSD, que obteve 55,3% da votação, enquanto o Brigadeiro conquistou 34,7% (DELGADO, 2003).

Adentrando na obra biográfica de Silva (1945), podemos perceber que o escritor, no contexto histórico já ressaltado anteriormente, comenta que escrevera tal obra para informar a

população sobre o candidato presidencial Eduardo Gomes, e justifica dizendo de antemão que não estava ligado a qualquer corrente político-partidária, sendo somente um escritor militante e profissional das letras que apenas fabricava seu pão de cada dia.

Escrevo para o povo. Só me sinto ligado realmente ao povo porque faço parte integrante dele e por isto a minha voz pode ser considerada insuspeita. Não tenho, outrossim, a mínima aspiração política, não desejo ocupar qualquer cargo. Só desejo, realmente, é que me permitam exercer livremente a minha profissão de escrever, sem compromissos de qualquer espécie, para o povo (SILVA, p. 9-10).

Vemos assim, a preocupação do biógrafo em se colocar como livre de qualquer posicionamento político, até porque escreveu num momento de grandes agitações e mudanças políticas para a época e sobre um candidato à Presidência da República que estava sendo apoiado por grande parte da imprensa e mídia.

O próprio autor argumenta que não fez uma biografia completa de Gomes, devido à “angústia do tempo e da impossibilidade de estabelecer contato direto com o meu biografado sempre arredo e inatingível a qualquer manifestação publicitária” (SILVA, 1945, p. 10).

Como metodologia e fontes para realizar o seu trabalho, Silva (1945) utilizou-se de pesquisas em jornais do passado, colhendo dados por intermédio de pessoas que conviveram com o Brigadeiro. Assim, procurou traçar o seu retrato psicológico, já que tem sua formação em medicina, sendo especialista em psicanálise. Uma única fotografia que o estudioso conseguiu encontrar foi a que o Brigadeiro aparece junto de seus companheiros na famosa insurreição tenentista de 5 de julho de 1922.

Por meio de uma biografia linear, Silva (1945) fez um trabalho em que aborda a trajetória política de Gomes, desde sua participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 até sua candidatura à Presidência da República pela UDN em 1945. Mesmo afirmando de antemão que não estava ligado a nenhuma corrente político-partidária e que apenas escrevera tal biografia para informar a população sobre o candidato Gomes, o autor (SILVA, 1945) realiza uma biografia totalmente apologética. Percebe-se isso desde o início de sua narrativa, o qual tenta criar uma imagem de um Gomes muito pobre, tendo uma vida sofrida quando criança. Ao mesmo tempo, o autor constrói a imagem de um Gomes democrático, patriótico e católico, justificando essa imagem por meio de seu contexto familiar.

Segundo Silva (1945, p. 59):

Criado no respeito aos seus, educado sob o freio de uma religião rígida em seus princípios morais (Eduardo Gomes é católico praticamente) ouvindo a todo instante a voz paterna, clamando pela justiça, êle não podia, de maneira alguma, deixar de imprimir nas dobras profundas do espírito as impressões fortes que lhe ficaram gravadas, como as imagens nas placas fotográficas, projetadas pela autoridade paterna.

No que diz respeito à infância de Gomes, assim como a de seus irmãos, sabemos que tiveram uma infância pobre (FGV CPDOC, 2017)<sup>16</sup>, apesar de o pai, Luís Gomes, como já afirmado anteriormente, ter sido detentor de vastas posses, antes de ter caído numa ruína financeira, e a mãe, Jenny Gomes, ter sido filha de um visconde e bisneta de Nicolau de Campos Vergueiro, importante político do Império. O fato é que Silva (1945) exagera na descrição da vida do menino Gomes, sem ao menos ter provas concretas sobre sua vida. Na verdade, o antepassado de seus pais, nos prova o contrário, e mesmo não podendo afirmar com toda certeza, seria muito difícil Gomes ter tido uma infância tão sofredora assim. Concomitantemente, Silva compara a história de vida de Gomes com a dos grandes homens, tentando idealizar e heroicizar a imagem do Brigadeiro, em 1945, ano em que este estava concorrendo à Presidência da República.

Vejam os:

Pobre, como pobres são todos os filhos de intelectuais ou jornalistas, Eduardo Gomes não teve brinquedos.

A realidade dos fatos entrara-lhe pela alma a dentro, ainda muito cedo.

Dêsse modo, não sofreu a solução de continuidade daqueles que se iludem na infância e conhecem mais tarde todas as tristes e inesperadas crueldades da vida.

Êsses, - quando a realidade lhe chega, - as vezes muito tarde, não se conformam com ela. Por isso mesmo dividem sem querer a personalidade.

[...] Se examinarmos as vidas dos grandes homens que tiveram uma educação rígida no lar, que nele sentiram as influências decisivas de uma vontade forte e portanto sem colapsos de qualquer natureza, veremos, sem exceções, que todos eles realizaram os seus ideais, sem perلustrarem por caminhos sinuosos (SILVA, 1945, p. 59-60).

Dentre os grandes homens que Silva (1945) cita e compara a história de vida com a de Gomes, estão Osvaldo Cruz, Pasteur, Stalin e até mesmo Beethoven, os quais tiveram uma infância complexa. Porém, se superaram na vida e se tornaram pessoas conhecidas e de grande importância até hoje.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

A imagem católica e patriótica de Gomes também vai sendo construída pouco a pouco por Silva (1945), a fim de dar embasamento à figura democrática de Gomes, sem ao menos ter documentos que tratem da vida do Brigadeiro; por isso, o que está em jogo em sua obra, é uma biografia de caráter apologética, sem nenhuma crítica ou embasamento por meio de fontes, tendo visível objetivo eleitoral. Assim, segundo Silva (1945, p. 65-66):

Católica, em oposição ao marido que depois se tornou ateu, inúmeras discussões entre os dois tinham lugar, colocando porém o pequeno Eduardo ao lado de sua mãe, que lhe tomava sempre a defesa e lhe seguia os passos no caminho das virtudes cristãs.

Assim, se um se voltava para a Igreja, o outro se voltava para a pátria. Entre êsses dois altares, entrava em formação a alma de Eduardo Gomes.

Tão patriota era Luiz Gomes que os seus íntimos diziam que êle sacrificava tudo e até mesmo a família quando, para defendê-la, perdia a melhor das oportunidades, desde que esta viesse envolvida por interesses que colidiam com o bem comum. Assim enfrentou privações, apenas porque era um patriota.

Contam mesmo que certa vez abandonara um excelente lugar na secretaria da Marinha, unicamente para poder criticar os atos do govêrno.

Silva (1945) ainda argumenta que o pai de Gomes trouxera ao mundo um herói nacional e comenta que se não fosse sua infância, “crivada de privações, mas iluminada por dois grandes ideais e hoje talvez, não tivéssemos o homem que o Brasil reclama para dirigir os seus altos destinos” (SILVA, 1945, p. 67). Cabe aqui uma pergunta. Se realmente o Brasil reivindicava o nome do Brigadeiro para dirigi-lo, por que então Gomes não venceu as eleições de 1945 e 1950 pela UDN?

Fica claro que o Silva (1945) em um contexto histórico agitado e de mudanças no cenário político, tenta criar a imagem de um Brigadeiro pobre, que teve a influência de seus pais em sua personalidade, que é um herói nacional e que foi um menino inteligente e exemplar, de grande raridade, como os grandes homens. A construção da identidade de um menino exemplar e diferente dos demais é ainda mais justificada pela seguinte passagem da obra de Silva (1945, p. 68):

O menino Eduardo Gomes, acordava cedo, muito antes de seus pais. Seus brinquedos prediletos sempre foram os livros de gravuras. Mas, a sua característica principal, é que êle não falava muito. Era uma criança ensimesmada, vivendo dentro de si mesma, e nunca folheando os seus livros de gravura, perguntava ou pedia explicações insistentes como acontece com a maioria das crianças. Não tinha a curiosidade infantil exagerada. Era como se compreendesse precocemente a verdade das coisas que via.

Do mesmo modo, se traçarmos um paralelo com a biografia escrita por Paulo Pinheiro Chagas, denominada *O Brigadeiro da Libertação* (1946), podemos observar uma proximidade. Chagas (1946) buscou reforçar os argumentos de Silva (1945), destacando uma imagem positiva dos pais de Gomes, enaltecendo tanto Jenny, quanto Luís Gomes e ressaltando que a qualidade católica de sua mãe, a qualidade patriótica de seu pai e a legenda heroica de seus avós, contribuíram para a personalidade de Gomes anos mais tarde.

De uma solidariedade total com o marido, nunca D. Jenny fôra tão grande em sua dedicação, como nesses terríveis dias de adversidade. Fizera um casamento feliz, e isto explicava tudo. Jamais partiu de sua boca uma palavra de desalento ou de amargura. Dava-se com alegria ao cuidado dos filhos. Culta, finalmente educada, a moça rica, que tivera em Paris uma vida de fartura, transfigurava-se na mãe admirável, que era o céu daquele lar. Católica praticante, de uma fé apurada em sentimentos profundos, tinha essa serenidade, que é um reflexo de paz interior.

De resto, apoiava a filosofia política de Luis Gomes, homem de luta. E quanto o rijo pernambucano, na habitual pregação democrática aos filhos, lhes dizia que o Brasil precisava de liberdade, de cultura, de justiça social, D. Jenny, uma Vergueiro; intervinha entusiasmada com o seu aplauso.

[...] Eduardo [...] teve os começos de um menino pobre.

Não foram as histórias de fadas que lhe povoaram a infância. Sua emoção despertou, ouvindo a grande aventura das tradições domésticas. Com suas lutas e seus revezes, foi a legenda heróica dos avós que primeiro impressionou o natal de sua imaginação.

Cresceu, escutando a lição do pai, homem patriota e idealista. Cresceu, recebendo da mãe, mulher piedosa, os ensinamentos da fé (CHAGAS, 1946, p. 35-41).

Sem dúvida nenhuma, percebemos que a imagem de Gomes foi sendo moldada por esses biógrafos, principalmente se pensarmos que tais obras foram publicadas em 1945, ano das eleições e da disputa do Brigadeiro como candidato à Presidência da República pela UDN. Assim, fica clara a real intenção desses biógrafos, isto é, de construírem uma imagem heroica de Gomes, como se este fosse um mito, de boa índole, bom menino, boa família, católico, democrata, que iria colocar o Brasil nos eixos novamente. Tais biografias são puramente panfletárias, pensando-se nas eleições políticas desse período.

Seguindo nossa ideia, sobre as raízes de Gomes, chama-nos atenção o fato de a terceira biografia, de Drumond (2011), denominada *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói, ressaltar a ideia de que Gomes e sua família enfrentaram “[...] as dificuldades comuns à classe média” (DRUMOND, 2011, p. 31). Aqui, a origem pobre e humilde de Gomes é modificada, e o autor (DRUMOND, 2011) utiliza o termo classe média, destacando que Gomes enfrentou as dificuldades que a classe média costuma enfrentar. Pelo menos nesta



obra, temos uma análise mais condizente com o que foi a trajetória familiar de Gomes e com as questões que colocamos inicialmente em nossa análise.

Voltando ao livro de Silva (1945), ao analisarmos sua visão política sobre o movimento revolucionário de 1922 e com ele o posicionamento político de Gomes, podemos observar que o autor classifica Gomes como uma daquelas pessoas que têm uma história de vida que pode servir de exemplo para as futuras gerações. Vemos novamente mais um trabalho apologético, com a intenção de tornar Gomes o candidato vitorioso em 1945. Para Silva (1945), Gomes na Revolução Tenentista de 1922 realizou um ato de defesa da democracia e dos princípios eternos de liberdade. Assim, neste contexto político, temos a administração de Epitácio Pessoa, que não favorecia os interesses coletivos, frutos da República do café com leite e das oligarquias dominantes.

Todos estes fatores, juntamente com o caso de Pernambuco em junho de 1922, uma revolta popular nesse Estado, no qual o Presidente Epitácio Pessoa deu ordens para o Exército controlar o levante. Porém, o Marechal Hermes da Fonseca, ex-Presidente da República e presidente do Clube Militar na época, havia mandado seus militares não reprimirem a revolta, fato esse que levou Epitácio Pessoa a mandar prender o Marechal, pois viu seu ato como uma indisciplina, e, ao mesmo tempo, ordenou o fechamento do Clube Militar, contribuíram para que os militares, sob o comando do Capitão Euclides Hermes da Fonseca se rebelassem no dia 5 de julho de 1922. Para Silva (1945, p. 20-21), a escola militar, “[...] com a sua juventude corajosa, decidida e idealista, pronta a defender os princípios de liberdade que constituíam a aspiração de todos os brasileiros, representavam um reduto de civismo”.

Nessa afirmação, fica claro que Silva (1945) coloca o movimento tenentista, em que Gomes participou, num patamar heroico e idealizado, classificando-o como um movimento patriótico e corajoso, dos quais seus participantes estavam lutando pela liberdade da nação.

O autor (SILVA, 1945) descreve que os participantes desse movimento agiram sem medo, para que o Brasil pudesse voltar aos trilhos da verdadeira democracia; porém houve uma deserção em grande quantidade de militares que ficaram temerosos com o conflito que poderia ocorrer. No entanto, segundo Silva (1945), mesmo diante da desistência de muitos militares do conflito, quatro grandes idealistas da vanguarda revolucionária, animados por um Brasil livre e melhor seguiram em frente ao combate, sendo eles: Siqueira Campos, Newton Prado, Mario Carpenter e Eduardo Gomes.

Naquele momento, mesmo diante da tentativa de intervenção do General Bonifácio, comandante da Artilharia de Costa, que tentou convencer o Capitão Euclides para ficar do lado das tropas legalistas, pois de nada adiantaria a luta do movimento que estava fadado ao

fracasso, os dezoito homens<sup>17</sup> resolveram ficar e resistir bravamente, combatendo contra aproximadamente quatro mil homens das tropas legalistas. Segundo Silva (1945, p. 28):

[...] eles marcharam para o mais glorioso de todos os destinos: o de defender com o próprio sangue, sem ambições pessoais, o patrimônio e a integridade de uma pátria que vinha sendo humilhada e ferida pelo despudor e pelo egoísmo dos seus dirigentes.

Vemos, portanto, que o autor (SILVA, 1945) continua a realizar uma narrativa apaixonada sobre o combate que ocorreria logo em seguida e que ficaria marcada na história do Brasil.

No combate na Avenida Atlântica entre os tenentes e as tropas legais, Eduardo Gomes caminhava com o seu fuzil, observando o tenente Carpenter e logo em seguida, Newton Prado e Siqueira Campos despencaram no chão, feridos pelo tiroteio das tropas governistas. Mesmo com o braço ensopado de sangue, pois levara um tiro, Gomes continuou lutando até o fim, quando o movimento enfim fracassou (SILVA, 1945).

Fica claro, segundo nossas observações, que Silva (1945) realizou uma análise positiva do movimento tenentista de 1922, caracterizando-o como uma insurreição que lutou pela liberdade do país; uma sublevação democrática e patriótica, e que segundo o autor:

No cenário nacional, aparecia a figura de Eduardo Gomes. Começou lutando pela liberdade. Deu seu sangue pela liberdade. E pela liberdade lutaria sempre nos instantes em que o Brasil necessitasse da coragem e do desprendimento de homens de sua fibra. A sua história começa aqui (SILVA, 1945, p. 32).

Para o biógrafo (SILVA, 1945), a história de Eduardo Gomes na vida política e de muitas lutas, levando em nome os ideais do país, começava em 1922 e seguiria até a data de sua morte em 1981.

Com relação ao movimento tenentista de 1924, Silva (1945) pouco tratou em sua biografia, relatando apenas que Gomes tomou parte do movimento fazendo a ligação entre os revolucionários do Rio de Janeiro e de São Paulo. Segundo Silva (1945, p. 36) “foi Eduardo Gomes quem, na nossa história, pilotou pela primeira vez, um avião em serviço de guerra,

<sup>17</sup> É importante ressaltarmos que segundo Deoclécio Lima de Siqueira, em seu livro *Caminhada com Eduardo Gomes* (1984), o Brigadeiro havia dito uma vez que os Dezoito do Forte eram 10 e não 18, porém às vezes o Brigadeiro dizia que eram 13, pois aos 10 deveriam se somar Siqueira Campos que ia na frente, com mais 2 soldados, que faziam reconhecimento. Assim, o combinado segundo Gomes era saírem 29 soldados do Forte de Copacabana, mas destes saíram apenas 17 e durante a marcha mais um civil juntou-se ao grupo, totalizando 18, e ao se aproximarem do local de combate, contra as tropas do governo, o número havia-se reduzido para treze soldados (SIQUEIRA, 1984, p. 87).

deixando cair de grande altura milhares de boletins revolucionários”. Tal afirmação é mais uma vez apologética, com a intenção de enaltecer o passado de Gomes, pois como sabemos, em contexto mundial, o avião foi colocado como arma de guerra, pela primeira vez, em 1911, em um conflito entre a Itália e a Turquia. Assim, missões de reconhecimento foram realizadas em 23 de outubro de 1911, de bombardeio, em 01 de novembro do mesmo ano, e de fotografia aérea, em 1912, tendo como figura de destaque da aviação italiana nessas missões, o capitão Carlo Piazza.

Com relação ao Brasil, foi o tenente Ricardo João Kirk (1874-1915), nascido em Campos dos Goytacazes e falecido no Paraná, o primeiro oficial do Exército Brasileiro a aprender a pilotar aviões. Inclusive, ao ter início a Guerra do Contestado (1912-1916), na divisa do Paraná com Santa Catarina, coube ao tenente Kirk, que na época havia sido convocado pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, no dia 16 de setembro de 1914, a conduzir pela primeira vez, num serviço de guerra, operações aéreas em apoio às operações terrestres, tendo executado missões de reconhecimento (RESERVAER.COM.BR, 2017).<sup>18</sup>

Para Silva (1945), o ano de 1924 representou o mesmo caos político de 1922, com Artur Bernardes, na época Presidente de nosso país, seguindo as mesmas diretrizes políticas que Epiácio Pessoa.

Ao descrever politicamente Gomes, como candidato à Presidência da República pela UDN, Silva (1945) caracterizou a personagem como um verdadeiro democrata e também como um homem desapegado aos costumes soberbos da sociedade, sendo desinteressado pelo exibicionismo e pelo fausto, assumindo-se também, como um homem totalmente católico, gostando de assistir suas missas aos domingos, ao lado de sua mãe.

Em uma entrevista com uma das crianças que vivia perto da casa do Brigadeiro, na época das eleições de 1945, Silva (1945, p. 87-88) concluiu que Gomes era amado e respeitado por todos, destacando sua popularidade: “Quando se consegue o amor das crianças desconhecidas da rua é que já se começa a transitar os caminhos da vitória”.

Aqui cabe refletirmos de forma crítica sobre a atitude do escritor, pois ele entrevistou apenas uma criança, que assumiu um posicionamento positivo sobre o biografado e não vemos argumento contrário algum mostrando uma postura negativa de Gomes. Podemos notar que o autor se precipitou em sua análise ou, por meio de um jogo de emoções, preferiu não esconder sua preferência pelo biografado, mesmo tentando não demonstrar isso, acabou por realizar uma biografia de caráter apologética.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <[www.reservaer.com.br/est-militares/aviao-contestado.html](http://www.reservaer.com.br/est-militares/aviao-contestado.html)>. Acesso em: 20 de mai. 2017.

Silva (1945) afirma que Gomes era um homem difícil de ser analisado, sendo necessário um contato mais delongado com ele para oferecer ao analista uma maior possibilidade de penetrar no seu mundo interior, o qual argumenta: “confesso que tentei, por diversas vezes, aproximar-me desse homem na aparência tão simples, mas tão difícil de ser perscrutado” (SILVA, 1945, p. 97).

Assumindo precipitadamente uma posição a respeito de Gomes, Silva (1945, p. 99) destaca uma das principais características do Brigadeiro, isto é, sua serenidade, e comenta: “[...] é na serenidade de homens assim que a democracia frutificará”. Para o autor, qualquer outro candidato à Presidência da República já teria concedido centenas de entrevistas, tirado mil fotografias, apresentando um milhão de projetos, porém o Brigadeiro, ao contrário, não fazia isso.

Ao longo da leitura da obra, percebemos que o escritor (SILVA, 1945) procura manter a imagem positiva inicial, que havia descrito sobre Gomes e ainda por cima se declara favorável ao Brigadeiro, dizendo que ele seria o melhor candidato a ganhar as eleições para à Presidência da República daquele ano. Nessa argumentação, fica clara o posicionamento do autor, pois se de início ele afirma que procura realizar uma biografia sem caráter partidário, durante seu texto ele se contradiz e passa a apoiar o Brigadeiro.

Enaltecendo Gomes, Silva (1945) destaca a rotina de vida do candidato como sendo simples e próxima das massas, compartilhando de seu ritmo, a fim de que soubesse dos problemas que o Brasil passava, de uma forma diretamente ligada ao povo. Sempre caracterizando Gomes como um verdadeiro democrata, o autor o classifica também como um herói, o qual derramou sangue diversas vezes pela abolição da escravatura política brasileira, e que só poderia pensar em liberdade, liberdade esta que o Brasil necessitava. Além do mais, segundo o autor, Gomes:

Viu no comunismo uma forma de fascismo ao contrário, uma ditadura proletária (são maneiras de ver) e não se debatendo por nenhum extremismo, dedicou-se de corpo e alma à democracia, não a essa democracia propaladamente dirigida, mas a verdadeira democracia, que é o governo que governa segundo a vontade soberana do povo. Por ela e só para ela tem vivido Eduardo Gomes (SILVA, 1945, p.120).

É neste segmento ideológico que o escritor (SILVA, 1945) caracteriza o Brigadeiro Eduardo Gomes, como um homem humilde e condizente com as causas populares, sem importar-se com a fama e luxo, o mais democrático possível, no melhor sentido da palavra, e

o candidato favorável a vencer as eleições daquele período, trazendo a liberdade para o povo brasileiro, livre das entranhas da ditadura de Vargas.

A segunda biografia analisada é a *O Brigadeiro da Libertação*, de Chagas (1946), e, como já dito anteriormente, a primeira edição foi publicada em 1945 e a segunda, idêntica à primeira, em 1946. O autor realiza uma biografia mais completa do que a de Silva (1945), o qual conta a vida de Gomes desde sua infância, até a sua candidatura à Presidência da República pela UDN, em 1945. No entanto, não deixa de ser uma biografia apologética.

Informações apresentadas por Chagas (1946) sobre o tenentismo, nos mostram que na tarde do dia 4 de julho de 1922 o tenente Eduardo Gomes apresentou-se ao comandante do Forte de Copacabana, capitão Euclides Hermes da Fonseca, para participar da Revolução. Assim, observando um canhão Schneider, que estava no pátio interno do Forte, Gomes pediu permissão para estudar seu mecanismo, ficando até a noite com uma lanterna examinando a arma. Foi assim, que a uma hora da madrugada de 5 de julho a revolução começou, os canhões do Forte deram o sinal combinado, atirando contra a ilha de Cotunduba (RJ). Nesse dia, a artilharia do movimento bombardeou vários pontos militares, como o Forte do Vigia, o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, o Quartel General e o Arsenal da Marinha.

Vendo que o movimento estava prestes a fracassar, o capitão Euclides Hermes da Fonseca reuniu seus comandantes e lhes disse que haviam honrados seus compromissos, porém a revolução já ultrapassara seus limites e quem quisesse deixar o Forte poderia sair; fato que fez muitos militares saírem do Forte, com a esperança de reanimar a revolução.

Na manhã do dia 6 de julho restavam apenas vinte e oito homens no Forte, dentre os quais cinco oficiais: capitão Euclides Hermes da Fonseca e os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Carpenter, que permaneceram decididos a tudo. Às dez horas da manhã, o governo, na esperança de obter rendição do movimento revolucionário pediu para dialogar, e o movimento assim concordou; porém, no momento em que os revolucionários recebiam os emissários do governo, pelo tenente Newton Prado, aviões da Marinha começaram a sobrevoar o Forte e a bombardeá-lo (CHAGAS, 1946).

O capitão Euclides Hermes da Fonseca, revoltado com esse acontecimento, pediu para falar com os representantes do governo, fora do Forte, e reclamou da ética militar. Reunindo seus companheiros, o capitão apresentou a eles o que pretendia e Siqueira Campos considerou três condições para o rendimento do movimento, sendo a garantia de vida para todos os oficiais e praças, passagem livre para o estrangeiro e demissão do Exército. Feito isso, elegeram o capitão Euclides seu emissário, que partiu deixando o comando do Forte a Siqueira Campos (CHAGAS, 1946).

Chegando no Palácio do Catete, Euclides foi surpreendido pela recusa do Presidente Epitácio Pessoa em dialogar com os revolucionários e mandou prender o capitão, que imediatamente avisou os revoltosos sobre sua situação, mandando-os decidirem por si próprios a continuidade do movimento. Dessa maneira, os revolucionários, num ato de coragem e bravura, resolveram sair do Forte para lutarem corpo a corpo com as tropas do governo; e Siqueira Campos sugeriu levar a bandeira do Brasil, que estava no Forte e dividi-la em vinte e oito pedaços, distribuindo uma parte a cada companheiro e guardando uma para o capitão Euclides (CHAGAS, 1946).

Fato curioso, corajoso e ao mesmo tempo trágico, ocorreu quando os soldados estavam caminhando na Avenida Atlântica em direção às tropas legalistas para o combate, neste momento, um civil gaúcho chamado Otávio Corrêa, que estava passeando no Rio de Janeiro, resolveu perguntar aos revolucionários para onde eles estavam indo e qual seria o intuito do movimento. Chagas (1946, p. 84) em sua biografia descreve esse diálogo entre o civil e os soldados:

Onde vão?  
 Vamos para a morte.  
 E por que?  
 Para ajudar a salvar o Brasil.  
 Então também vou.

Neste exato momento, Newton Prado passou o fuzil ao civil e os homens em menor quantidade, pois muitos outros soldados haviam desistido na saída do Forte, seguiram firmes na praia, em direção à Praça Serzedelo Corrêa, onde estavam as tropas adversárias (CHAGAS, 1946). O combate seria um massacre, pois os revolucionários estavam em torno de dezoito homens e as tropas legalistas tinham aproximadamente quatro mil soldados. O combate histórico teve entre seus mortos, o revolucionário Mário Carpenter e Otávio Corrêa, o civil corajoso. Eduardo Gomes, Siqueira Campos e Newton Prado ficaram gravemente feridos, inclusive Gomes teve uma fratura exposta do fêmur esquerdo, atingido por uma bala, e foi submetido a delicadas intervenções cirúrgicas.

No hospital, Siqueira Campos e Eduardo Gomes salvaram-se da morte, porém Newton Prado não resistiu, pois segundo Chagas (1946), ele arrancou as ataduras que estavam sob seu extenso ferimento no abdômen, devido a raiva que estava sentindo.

Analisando o movimento tenentista de 1922, sob a ótica do autor, percebemos que Chagas (1946) engradece o movimento, afirmando que o episódio dos Dezoito do Forte de

Copacabana se tornou uma legenda do Brasil e cinco de julho passou a ser uma data do povo e um título da nação brasileira.

Chagas (1946) não aborda muitos detalhes sobre a Revolução de 1924, em São Paulo, mas afirma que o movimento foi um desdobramento lógico dos acontecimentos de 1922, que ocorreu coincidentemente na mesma data de aniversário da sublevação anterior. Gomes já sabendo da Revolução, partiu de Mato Grosso, onde estava, para São Paulo, chegando lá no dia 1º de julho. Cabe destacar que a Revolução de 1924, a qual teve como chefe o general Isidoro Dias Lopes, foi preparada em São Paulo e espalhada por Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e sul de Minas, durando aproximadamente um mês, obtendo sucesso entre o dia 9 a 27 de julho, quando os revolucionários decidiram sair de São Paulo, resolvendo poupá-la da guerra e seguir rumo a Foz do Iguaçu, onde ocorreria tempos depois a famosa Coluna Prestes.

Com relação a candidatura à Presidência da República do Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, em 1945, Chagas (1946), diferentemente do trabalho de Silva (1945), assume desde o início sua posição favorável à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, tanto é que escreve a biografia justamente para demonstrar seu apoio ao candidato da UDN:

Quando escrevemos este ensaio, consideramos como assunto de relativa importância a possibilidade de ver o Brigadeiro na presidência da República. Pelo contrário, o fato nos trazia um compreensível constrangimento, tolhendo-nos a espontaneidade de estudo. O que nos seduzia em Eduardo era o próprio Eduardo, com seus paradoxos e sua coerência. Era o herói de cabeça fria, com seu claro idealismo. Era o “tenente”, fazendo à pátria o sacrifício de sua mocidade e tornando-se, num dado momento, o líder natural do povo em sua luta contra o despotismo. Era o político, a criar um clima de redenção nacional para repor o país em sua tradição democrática. Era, em suma, o Brigadeiro da libertação (CHAGAS, 1946, p. 5-6).

Como metodologia e fontes, Chagas (1946) utilizou documentos e livros, alguns referidos no texto, e em palestras com várias pessoas conhecedoras da vida de Gomes, como:

[...] a viúva Dionísio Cerqueira, coronel Francisco Pereira da Silva e esposa, dr. Luiz de Menezes, coronel Euclides Hermes da Fonseca, brigadeiro Ivo Borges, coronel Juarez Távora, coronel Tasso Tinoco, capitão Castro Afilhado, Frei Pedro Secondi, capitão Hermes Ernesto da Fonseca, dr. Carlos da Silva Costa, dr. Cláudio Ganns e sr. José da Costa Matos (CHAGAS, 1946, p. 240).

A maior dificuldade de Chagas (1946), segundo ele, foi fazer a biografia de um homem vivo, pois isso podia causar um constrangimento muito grande por se tratar de um político, que era naquele momento um candidato à Presidência da República, retratado numa

fase de intensa ebulição política. Além do mais, o autor nunca tivera contato com Gomes, ficando mais difícil a consecução de seu trabalho. Temos que ressaltar que o autor apoiou o Brigadeiro em sua candidatura, realizou uma biografia favorável a ele, e também foi um dos fundadores da UDN, como descrito no início deste texto. Esses fatores demonstram sua ligação não só com o candidato, mas também com o partido político nos dando uma noção clara de um trabalho biográfico de porte panfletário e favorável à UDN no ano das eleições em 1945.

Chagas (1946, p. 209) comenta que na vontade “[...] de sobreviver, a ditadura devotara-se à faina sinistra de corromper o sentimento cívico da nação, tudo destruindo, com método, sistematicamente”. Desse modo, entre as instituições que haviam se mantido de pé e que se fizera respeitar, figuravam as Forças Armadas. Assim, o candidato a ser escolhido para disputar à Presidência da República em 1945, só podia sair de suas raízes, pois para o autor, as Forças Armadas estavam acima de qualquer vício de regionalismo e de interesse partidário. Fazia-se necessário também que o militar escolhido fosse um nome impoluto, de tradição democrática, que o credenciasse pela opinião civil, e nada melhor do que o Brigadeiro Eduardo Gomes, que, segundo o autor, reunia as qualidades exigidas.

Chagas (1946), defendendo incansavelmente Gomes e o caracterizando com um perfil político democrático, destaca-o como sendo devoto à causa da recuperação democrática, que realizou uma das campanhas de maior conteúdo cívico já existente.

Fica claro, segundo as análises de Chagas (1946), que Gomes desde os seus vinte e cinco anos, quando participou do tenentismo, já era um homem muito conhecido e admirado nacionalmente, devido as suas participações revolucionárias. É assim que o biógrafo, descrevendo os movimentos tenentistas (1922-24) como patriota e nacionalista, insere tais adjetivos políticos à figura de Gomes, que também participou dos movimentos. Além do mais, realizando uma análise de sua posição política, ao longo de sua vida, pelo menos até a sua candidatura à Presidência da República em 1945, período máximo que o livro de Chagas (1946) aborda, devido ao momento histórico da época que a biografia foi escrita. Fica claro que, para o autor, Gomes nunca pactuou com a ditadura nesses anos de opressão e nunca deixou que sua imagem de herói se desmanchasse pela sujeira antidemocrática, conservando seu passado tenentista.

Eduardo nunca pactuou com a ditadura, nesses longos anos de opressão. Dela nada aceitou, quando dela tudo podia ter alcançado. Não permitiu que sua tradição de herói fosse salpicada pela lama anti – democrática. Manteve-se fiel aos seus começos, conservando intacta a flama de 1922. E em tôdas as



contingências de sua vida dramática, continuou um simples soldado do Brasil (CHAGAS, 1946, p. 234-235).

Argumentando sobre a política do Brigadeiro, nas eleições de 1945, Chagas (1946) destaca que o modo de fazer política de Gomes seria a do homem nacional, de um verdadeiro democrata, da opinião civil e do livre debate, longe da política do homem de partido.

Sua política está, assim, definida no primado das forças morais. Não há de ser a política do homem de partido, diminuído pelo espírito de facção: será a política do homem nacional, talhado para grandes destinos. Não há de ser a política, que se impregnou de uma violenta ambição de domínio: será a política da opinião civil. Não há de ser a política do absolutismo, que instituiu a corrupção em princípio e o crime em sistema: será a política do livre debate, a política do comportamento jurídico, a sábia política da democracia (CHAGAS, 1946, p. 235).

A terceira obra biográfica, denominada *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói, de Drumond, foi publicada em 2011, depois de um longo período histórico da publicação das últimas biografias sobre Eduardo Gomes, realizadas na década de 40. Este fato pode ser visto como favorável ao escritor, pois com o passar dos anos documentos a respeito da personagem vieram a público, assim a pesquisa biográfica poderia ser realizada de forma mais densa e completa do que as outras. Entretanto, o autor (DRUMOND, 2011) mesmo tendo acesso a mais documentos e explorado o período todo da vida de Gomes, não conseguiu explorar outras facetas do Brigadeiro, a não ser manter a mesma imagem heroica e grandiosa.

Segundo Drumond (2011), a ideia de lançar uma biografia a respeito de Eduardo Gomes surgiu pela falta de estudos sobre a personagem, por ter sido uma figura importante no cenário brasileiro do século XX e que estava esquecido pelos biógrafos. Além disso, o trabalho foi pensado pela importância do vulto retratado, pela aproximação da data dos 80 anos de criação do Correio Aéreo Nacional e dos 70 anos de fundação da Aeronáutica Militar, que seriam comemorados em 2011. Assim, pela falta de uma biografia recente do Patrono da Força Aérea Brasileira, o projeto foi considerado oportuno e recebeu diversos investimentos de empresas e instituições.

Como metodologia e fontes utilizadas, o autor (DRUMOND, 2011) baseou-se em informações dos registros de época, na imprensa, em depoimentos e entrevistas de contemporâneos do biografado e em documentos de arquivos públicos.

Drumond (2011) realizou um trabalho bem elaborado, porém longe de ser uma biografia crítica, mesmo sendo a obra mais completa até o momento sobre Gomes, na qual

narra a personagem desde sua infância até sua morte em 1981, no Rio de Janeiro, apresentando inclusive, diversas imagens fotográficas do biografado.

Ao atentar-se no movimento tenentista de 1922, Drumond (2011) descreve que os militares, ao saírem do Forte de Copacabana e caminharem pela Avenida Atlântica rumo ao combate com as tropas legalistas, travaram combate com estas nas proximidades do antigo Hotel Londres, esquina com Santa Clara. Foi lá que um veículo da Brasília Filmes querendo filmar o combate ficou no meio da fuzilaria, havendo um episódio drástico, em que o motorista foi atingido mortalmente batendo com o veículo num poste. Com a continuação do tiroteio, além do motorista morto, ficaram feridos o dono da Brasília Filmes, Salvador Aragão, pelo choque do carro contra o poste, o cinegrafista Giuseppe Palaia, que também se feriu na colisão e o auxiliar Adalberto Matos, que foi atingido no olho direito por uma bala.

Após o combate, Siqueira Campos e Eduardo Gomes foram parar no hospital, tendo o primeiro ficado em estado de saúde grave, com profundo ferimento na barriga e braço esquerdo amputado. O quadro de saúde de Gomes não era menos delicado, pois sofreu um tiro que lhe acertou a altura da virilha, fraturando e triturando o osso femoral superior. Mas, com o passar dos anos estes tenentes se recuperariam do combate; Siqueira Campos usaria uma prótese como antebraço e Eduardo Gomes teria uma pequena dificuldade para caminhar com a perna esquerda, por vários anos (DRUMOND, 2011).

Dois anos depois, com tudo planejado, o capitão Joaquim Távora foi para o Rio de Janeiro apresentar seus planos para uma nova revolução tenentista, ao chefe da insurreição, o general Isidoro Dias Lopes. A data marcada para a sublevação, que ficaria conhecida como Revolução de 1924, ficou marcada para o dia 28 de maio, porém foi adiada por Lopes em um mês. Entretanto, novamente a revolução não ocorreu, iniciando apenas na madrugada de 5 de julho, coincidentemente no aniversário de dois anos do episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana (DRUMOND, 2011).

Um episódio interessante durante a Revolução Tenentista de 1924, em São Paulo, foi quando o comando da revolução decidiu localizar a origem dos tiros que vinham em direção a eles. Nesse episódio, os revolucionários decidiram voar para ver se encontravam a posição das tropas legalistas que estavam atirando, porém um grupo rebelde tomou o Campo de Marte e roubou alguns aviões, sobrando apenas dois em boas condições de voo. Foi aí que a aviadora paulista Anésia Pinheiro Machado (1904-1999), que no começo da revolução lançou flores do alto, clamando pela paz, passou a se envolver com o episódio, e no dia 13 de julho sobrevoou junto com Eduardo Gomes, que estava como observador aéreo, a Penha, o Ipiranga e a Vila Mariana. Passando também nas cidades de Sorocaba e Santos, ambos observaram as tropas

legalistas e lançaram panfletos à população local, pedindo para aderirem à revolução (DRUMOND, 2011).

Em uma batalha intensa, que durou aproximadamente um mês, as tropas do Exército avançaram sobre os revolucionários disparando tiros pela cidade toda e destruindo casas e prédios, obrigando metade da população a fugir para o interior. No final do confronto, a cena foi dramática, com cerca de 1.182 prédios destruídos, 500 mortos e 5 mil feridos. Entre os mortos estava o capitão Joaquim Távora, que foi traído, segundo Drumond (2011) na retomada do 5º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar.

Durante muito tempo, o tenentismo exaltaria Gomes como uma de suas figuras mais notáveis, sendo que “esse movimento tampouco pretendia revolucionar a sociedade, mas clamar a atenção do governo para as mazelas sociais e exigir mudanças que tornassem o país mais justo” (DRUMOND, 2011, p. 75).

Drumond (2011) ainda comenta que o objetivo do tenentismo era tornar o Exército voltado apenas para a defesa da soberania nacional e, ao mesmo tempo, lutar por melhores condições de vida para o povo, tanto no campo social, como no nível educacional e no trabalho, exigindo ainda eleições com votos secretos e isentas de manipulações. Todavia, segundo o biógrafo, o tenentismo não possuía nenhuma proposta claramente definida para o Brasil, e o governo pouco se importava em atender seus desejos, fazendo com que acontecessem as conspirações armadas.

Com relação ao perfil político de Gomes, na eleição presidencial de 1945, o biógrafo (DRUMOND, 2011) o classifica, assim como todos os outros autores, como sendo um grande democrata e combatente dos extremos, tanto das políticas de direita como das de esquerda.

Vemos assim que muito pouca informação a respeito do perfil político de Gomes, nas eleições de 1945, ficamos sabendo por meio da obra; do mesmo modo, isso ocorre quando Drumond (2011) nos fornece informações sobre a candidatura política do Brigadeiro, em 1950, concentrando-se mais nos acontecimentos históricos da época.

A UDN lançou o Brigadeiro como o candidato à Presidência da República, pela segunda vez, em 19 de abril de 1950, data do aniversário de Getúlio Vargas, e no dia 16 de maio o PSD tornou candidato Cristiano Machado.

Durante sua campanha eleitoral, o Brigadeiro ganhou muitos eleitores, como os jovens universitários, o mineiro Aureliano Chaves (1929-2003), que seria deputado estadual, governador de Minas Gerais e vice-presidente da República. Outra figura conhecida de nosso cenário político, que apoiou o Brigadeiro nessa época, foi um jovem que contava com apenas 15 anos em 1950, José Sarney, que seria futuro Presidente da República, tendo feito parte da

juventude brigadeirista em seu estado. Nesse período, o Brigadeiro contava com a ajuda de Prado Kelly, que anotava no papel todos os temas de seus discursos; do mesmo modo isso ocorreu nas eleições presidências de 1945 (DRUMOND, 2011).

Encerradas as eleições, Getúlio Vargas foi o vencedor, obtendo no dia 3 de outubro de 1950, 3.849.040 votos, contando com o ex-deputado paraibano João Café Filho como vice. Eduardo Gomes recebeu cerca de 2.520.790 votos, Cristiano Machado, do PSD teve 1.697.193 votos e João Mangabeira, do PSB, conseguiu apenas 10 mil votos (DRUMOND, 2011).

O autor (DRUMOND, 2011), do mesmo modo que os outros dois biógrafos, realiza uma obra que enaltece Gomes. Percebemos isso quando Drumond (2011, p. 23) comenta no início de sua biografia que o Brigadeiro foi “[...] o grande, senão o maior, revolucionário da história político-militar do Brasil no século XX”. No final do livro, o escritor também chega à conclusão de que Gomes fora um mito, desses que surgem raramente.

Como nasce um mito? No meu entendimento, decorre de senso de liderança, de virtudes, de ideais nobres, de causas justas – explicação simplória, é certo, mas o fato é que, na figura de Eduardo Gomes, vamos encontrar todas essas qualidades juntas. O mito nasce forjado por circunstâncias de sua época. Segundo os historiadores, nessas ocasiões é que aparecem os paladinos, os heróis, as lendas. Para muitos, Eduardo Gomes foi um mito. Sua história de vida é bonita, cativante, exemplar, como a dos grandes homens (DRUMOND, 2011, p. 342).

Ainda, para Drumond (2011), o Brigadeiro foi um homem de personalidade forte, um autêntico patriota e cristão, sempre seguindo o caminho da integridade e da honestidade, o qual participou do tenentismo sem jamais se vangloriar disso e deixando de lado a ideia de mito que muitas pessoas achavam que era, afirmando ser apenas um homem comum.

De personalidade forte, autêntico patriota, ele baseou sua existência nos ensinamentos cristãos, apegando-se aos valores morais, à família, às disciplinas. Líder nato, atraiu aliados, amigos, admiradores, seguidores e, como não poderia deixar de acontecer, adversários. Na linha de frente, empunhou a bandeira das boas causas, participou do tenentismo, sem jamais pleitear notoriedade ou tirar partido para si de seus ideais. Quando muitos pensavam que era um mito, dizia-se na verdade um ser comum, afeito a valores de lealdade, honestidade, espírito público, amor à pátria (DRUMOND, 2011, p. 342).

Diante de tais análises, cabe indagarmos qual foi o real motivo da escolha do Brigadeiro Eduardo Gomes, como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945?

Existiam outras figuras políticas importantes e de destaque nacional e o Brigadeiro nunca havia disputado nenhuma eleição antes.

Na biografia de Silva (1945), percebemos que a escolha do Brigadeiro como candidato da UDN, em 1945, se deve a seus princípios democráticos demonstrados ao longo do tempo e a sua imagem de herói perante o acontecimento dos Dezoito do Forte de Copacabana em 1922.

Para Chagas (1946), a ditadura de Vargas corrompeu o sentimento cívico da nação, entre as poucas instituições que haviam restado e que se fazia respeitar estava as Forças Armadas. Então, o nome procurado para ser o candidato da UDN em 1945, só poderia sair dali, pois segundo Chagas (1946, p. 209) devido “[...] ao seu próprio caráter de instituição nacional, as Forças Armadas estavam acima de qualquer eiva de regionalismo ou de interêsse partidário”.

Para Chagas (1946, p. 210) era “[...] preciso que o militar escolhido fosse um nome ímpoluto, de larga tradição democrática, que o credenciasse perante a oposição civil. E a Resistência se fixou no brigadeiro Eduardo Gomes, que reunia as qualidades exigidas”.

Já para Drumond (2011, p. 161), a UDN queria “[...] lançar um candidato capaz de abalar a ditadura e resgatar a democracia no país. Eduardo Gomes tinha uma história de bravura e de amor do Brasil”. Por isso, na avaliação da UDN, segundo Drumond, o Brigadeiro era o nome ideal para sair candidato pelo partido.

No entanto, cabem mais alguns questionamentos. Será que Gomes foi escolhido candidato à Presidência da República pela UDN devido a esses fatores, isto é, por ter uma larga tradição democrática, ser o herói dos Dezoito do Forte de Copacabana e um militar relacionado às Forças Armadas? Acreditamos que tais justificativas, mesmo que importantes, não são tão relevantes quanto ao momento histórico que o Brasil vivenciava em 1945, com Vargas na presidência por 15 anos, tendo participado de dois golpes de Estado, ou seja, de 1930 e 1937 e sendo uma figura política de grande destaque nacional, gozando de simpatia popular. Era preciso que o candidato escolhido para concorrer à Presidência da República, contra o governo Vargas, tivesse um grande apoio dos meios políticos e fosse de certa forma uma figura representativa.

Ao analisarmos as três biografias em questão, vemos que tais autores citam a boa relação do Brigadeiro com os Estados Unidos, mas em nenhum momento afirmam que sua escolha à Presidência da República deveu-se também a essa relação, o que nos causa um certo estranhamento. Para isso, se atentarmos ao momento histórico do início da década de 1940 no

Brasil, veremos a relação que o Brigadeiro tinha com os Estados Unidos e seu grau de importância para o Brasil.

No ano de 1941, com a Segunda Guerra Mundial, e com a ocupação do Norte da África pelas forças do Eixo, os Estados Unidos passaram a se interessar pela utilização de bases aéreas e navais no território brasileiro. Mesmo que os dois países ainda não tivessem entrado na guerra, foi decidido a construção e o equipamento de bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil com o objetivo de aparelhar uma rota aérea até a África – a rota de Dacar, que era destinada a levar recursos para as forças aliadas (tal rota, mais tarde ficou conhecida como corredor da vitória, sendo essencial para o desencadeamento da campanha da Itália nos dois anos seguintes).

Em dezembro de 1941, Gomes foi promovido a brigadeiro-do-ar e nomeado em seguida comandante da I e II zonas aéreas (ZA), com sede em Belém e Recife, respectivamente. Ao se transferir para a capital pernambucana, teve início a construção das bases aéreas, na época as maiores do mundo, com a ajuda de grandes recursos dos Estados Unidos. Alguns dias antes de deixar o comando da I ZA, em janeiro de 1942, Gomes foi nomeado chefe da Diretoria de Rotas Aéreas, que tinha acabado de ser criada. Acumulando a chefia da Diretoria de Rotas Aéreas com o comando da II ZA, viajou no início de 1942 aos Estados Unidos a convite do governo americano, tendo sido recebido com excepcionais honras. (FGV CPDOC, 2017).<sup>19</sup>

Essa boa relação entre Gomes e os Estados Unidos havia acabado de começar, tanto é que em 1942, estando nos Estados Unidos, o Brigadeiro conheceu de perto o *Lend Lease Act* (Lei de Empréstimo e Arrendamento), de 11 de março de 1941, que correspondia a uma lei autorizando o governo dos Estados Unidos a vender, transferir, arrendar ou emprestar qualquer material de defesa ou informação para qualquer país que tenha sua defesa considerada essencial pelo presidente à defesa dos Estados Unidos. As condições para a transferência seriam aquelas consideradas satisfatórias pelo presidente e o seu pagamento poderia ser por meio de qualquer benefício direto ou indireto julgado adequado por ele. Assim, entre 11 de março de 1941 e 30 de setembro de 1946, foram transferidos bens e serviços no valor total de 50,7 bilhões de dólares e seus principais beneficiários foram o Império britânico (31,4 bilhões), a União Soviética (11,3 bilhões), a França (3,2 bilhões), a China (1,6 bilhão) e o Brasil (332 milhões). Cabe destacar que as Forças Armadas Brasileiras tiveram um grande ganho de material bélico com esse acordo, além de uma notável influência

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

norte-americana, havendo o início de uma colaboração militar entre os dois países (FGV CPDOC, 2017).<sup>20</sup>

Diante desse contexto histórico, o Brigadeiro foi convidado em 1943, pelos generais norte-americanos Dwight Eisenhower (1890-1969) e Mark Clark (1896-1984) para realizar uma visita às Forças Aliadas no norte da África. Nesse momento, Gomes escapou da morte, pois quando iria embarcar, atrasou-se por causa de um compromisso de surpresa, perdendo o avião do Exército dos EUA que o levaria ao continente africano. Após esse incidente, Gomes viajou para a África em outro avião militar daquele país e recebeu a informação horas depois, pelo comandante da base aérea norte-americana em Dacar, major Potts, que o avião, em que deveria ter embarcado, havia desaparecido no Atlântico (DRUMOND, 2011).

Ao voltar para seu posto em Recife, o Brigadeiro apoiou a invasão da Sicília, ocorrida em 10 de julho de 1943, que foi um conflito durante a Segunda Guerra Mundial, os quais as potências ocidentais tomaram a Sicília das forças do Eixo. Por sua colaboração, Gomes recebeu em 23 de agosto a medalha da Legião do Mérito dos Estados Unidos da América. É importante ressaltar, que nesse período, a Força Aérea Brasileira passou por uma intensa transformação e evolução em seus conceitos táticos e estratégicos, com grandes melhorias em tecnologias de radar e técnicas de voo noturno. Foi por iniciativa de Gomes que foi implantada no país uma rede de controle e defesa aérea, beneficiando toda a aviação brasileira e iniciando as primeiras áreas de operação no Nordeste, que ficaria conhecida depois como Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA) (DRUMOND, 2011).

Além disso, teve início o estágio dos pilotos na unidade de instrução chamada USBATU (United States Brazilian Air Training Unit). Essa unidade tinha o objetivo de preparar pilotos da FAB para um grupo de aviões Ventura em missões antissubmarino. Ao grupo de Venturas, coube a missão inicial de realizar o patrulhamento de parte da costa brasileira junto com os americanos. Por desempenhar muito bem a missão, o grupo foi substituindo gradativamente os esquadrões americanos. O USBATU era sediado em Recife, sede da 2ª ZA, e do Comando Naval Americano.<sup>21</sup>

Após estagiarem no USBATU, os pilotos brasileiros foram mandados aos Estados Unidos para realizarem outros cursos e Gomes foi o responsável por selecionar os homens que deveriam ir para os Estados Unidos, muitos dos quais eram experientes pilotos do Correio Aéreo Nacional. Coube a Gomes também a indicação de oficiais de Estado-Maior, os capelães

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/vocesabia/texto.php?pSerial=46>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

da Aeronáutica e os pilotos em sua área para constituir o esquadrão de caça. Gomes também ficou incumbido, por meio de conversa com o Ministro da Aeronáutica, da responsabilidade de abrir e conduzir os voluntários no Nordeste para a formação do grupo expedicionário, que estavam ligados à participação da FAB na campanha aliada. Houve tal acontecimento, pois em outubro de 1944, o coronel James Selser, adido militar da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, ficou encarregado do diálogo final da participação da FAB na campanha aliada, porém ainda não se sabia onde os brasileiros atuariam, se na Europa ou na África, por isso, o diálogo entre os americanos e brasileiros haviam começado (DRUMOND, 2011).

Outra informação importante relacionado à boa relação do Brigadeiro com os Estados Unidos que não consta do argumento da escolha de Gomes a sua candidatura pela UDN, é dado por Chagas (1946):

Foi o brigadeiro Eduardo Gomes quem criou o clima de bom entendimento que presidiu às relações entre soldados brasileiros e norte-americanos, sediados nas bases aéreas do nordeste. Sua sinceridade e sua decidida formação democrática destruíram o ambiente de prevenções, reinante em Natal, onde, antes de chegar Eduardo, haviam os americanos conhecido a sabotagem de elementos nazi-fascistas.

Sem embargo, sua política girou em torno do pensamento de organizar a defesa com tropas brasileiras. Devotado e leal amigo dos americanos, pioneiro da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, nunca se esqueceu, porém, de zelar pelo mais religioso respeito à soberania nacional. Nesse sentido, suas atitudes foram decisivas.

De resto, os oficiais americanos cedo se habituaram a estimá-lo. E a respeitá-lo. Não ignoravam possuir em Eduardo um sincero aliado na luta contra o Eixo. Sabiam da “guerra particular do brigadeiro contra Hitler” (CHAGAS, p. 180-181).

Ao afirmar que o Brigadeiro havia declarado sua guerra particular contra Hitler, Chagas (1946) justifica sua afirmação, com relação aos sete prováveis navios mercantes brasileiros que já haviam sido torpedeados, muito provavelmente por submersíveis alemães (FGV, CPDOC).<sup>22</sup>

Deste modo, para Chagas (1946), muito antes de o Brasil ter declarado oficialmente sua guerra contra o Eixo (22/08/1942) e antes do ataque dos prováveis submersíveis alemães aos navios mercantes brasileiros, além do transporte aéreo de homens e material, patrulhamento do litoral, coberturas aéreas e comboio de navios mercantes, o Brigadeiro teria sido responsável pelo ataque de aviões brasileiros a submarinos do Eixo.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.



O primeiro ataque da FAB, realizado em 22 de maio de 1942, entre o arquipélago de Fernando de Noronha e as ilhas Rocas por militares brasileiros e norte-americanos, foi comemorado pelo presidente Franklin Roosevelt, que inclusive enviou um telegrama de congratulações ao governo brasileiro. No dia seguinte, um acordo de cooperação entre as forças armadas dos dois países foi estabelecido, resultando na criação de uma Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, para o estudo dos problemas que diziam respeito com a defesa comum. No entanto, Gomes se opôs a esse acordo, pois não concordava que essas bases fossem administradas por uma comissão mista, ficando acima da soberania nacional. Por causa de sua resistência, esse acordo não se realizou, apesar das pressões do vice almirante norte-americano Jonas Howard Ingram (FGV, CPDOC, 2017).<sup>23</sup>

Fica claro então, que o Brigadeiro tinha uma ótima relação com os militares dos Estados Unidos, assim, consideramos essa questão umas das justificativas de sua escolha como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945. No entanto, precisamos entender melhor essa questão e compreender outras justificativas importantes de sua escolha pela UDN.

Em um relatório importante, datado do dia 04 de novembro de 1944, um ano antes do resultado das eleições de 1945, sem autoria, enviado ao chefe de polícia do Distrito Federal na época, Coriolano de Araújo Gois Filho, percebemos que o indivíduo que escreveu o relatório cita informações importantes de um jornalista chamado Vitor do Espírito Santo, sobre a escolha do Brigadeiro como candidato à Presidência da República pela UDN. Segundo o informante, havia acabado de chegar de uma viagem do Nordeste do país, o jornalista Vitor do Espírito Santo, que entre os anos de 1935 – 1936, foi diretor de *O Jornal*, dos *Diários Associados*, tendo inclusive, embarcado para a Bahia, fundando e dirigindo lá, um jornal de propriedade do interventor Juracy Magalhães. Depois do dia 10 de novembro, quando foi extinta a circulação do jornal, o jornalista regressou ao Rio de Janeiro, continuando a manter íntimo contato com Juracy Magalhães, que em 1944 era major do quadro do Estado – Maior do Exército, destacado naquele momento, no Nordeste, onde exercia comando também, o major-brigadeiro Eduardo Gomes, e que estavam formando um movimento político-militar contra o Presidente Vargas. Segundo consta no relatório, o jornalista Vitor do Espírito Santo havia contado, em numerosas conversações, que foi autorizado a estabelecer no Rio a seguinte notícia:

---

<sup>23</sup> Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

[...] o major brigadeiro Eduardo Gomes, em reunião havida no Nordeste, nestes últimos dias, na qual tornaram parte elementos militares e civis, haver acedido ao lançamento de sua candidatura, dele, major-brigadeiro, á Presidencia da Republica – contra o sr. Getulio Vargas, “contra”, porque, no exame a que foi submetida a situação do país, a oposição chegou á conclusão de que o Presidente Vargas pretende fazer-se candidato, aliás confirmado o que já amplamente disse seus amigos e correligionarios, o sr. Oswaldo Aranha, ex- Ministro do Exterior (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas – Correspondência, nov. 1944, p. 1-2, grifo do autor).

Essa informação dada pelo jornalista Vitor do Espírito Santo e escrita pelo informante do relatório, confirma a candidatura do Brigadeiro, que ocorreu pouco tempo depois. Além disso, o relatório afirma que a candidatura de Gomes serviria a uma dupla finalidade, com fins eleitorais e fins revolucionários pois, se houvesse eleições, o Brigadeiro seria o candidato de todas as oposições coligadas e não havendo eleições ou havendo posse ilegal de Vargas à Presidência, Gomes seria o chefe de uma revolução fatal (Arquivo Getúlio Vargas – Correspondência, nov. 1944).

O relatório também antecipa o que iria ocorrer no ano seguinte, isto é, que o Brigadeiro seria o candidato de todas as oposições coligadas. Em 1945 vemos que a UDN teve no início de sua fundação o apoio de inúmeros políticos importantes, tanto de esquerda, quando de direita, inclusive de partidos como a União Democrática Socialista (UDS) e da Esquerda Democrática (ED). Sobre a afirmação de que o Brigadeiro seria o chefe de uma revolução fatal, caso não houvesse eleições ou houvesse a posse ilegal de Vargas, não temos como confirmar, porém cabe ressaltar que isso não seria muito difícil de ocorrer, pois como sabemos, Gomes participou de inúmeros movimentos revolucionários que visavam a uma reformulação no Brasil, como o movimento tenentista de 1922 e 1924 e a Revolução de 1930, sendo ainda contrário aos levantes causados pelos revolucionários em 1932, a Revolta Comunista de 1935 e ao golpe de Estado de 1937, sem contar ainda sua participação efetiva no início da década de 1940 como comandante das I e II zonas aéreas no Brasil e seu possível envolvimento no ataque de aviões brasileiros a submarinos do Eixo na década de 1940, como já dito acima.

Gomes tinha nome, respeito e experiência necessária para organizar mais uma revolução, sem contar que já era hora de Vargas deixar o poder, pois fazia 15 anos que estava no governo do Brasil, participando inclusive de dois golpes de Estado. Concomitantemente, o relatório ainda afirma mais indícios de que uma revolução encabeçada pelo Brigadeiro poderia ser possível. Vejamos:

[...] Se V. Ex. bem se recorda, eu tinha informado, em meu relatório anterior, que, há poucos anos atrás, depois do golpe de Estado de 10 de novembro, o major-brigadeiro Eduardo Gomes, servindo-se de conduto de um cunhado do sr. Armando de Sales Oliveira, tentara aliciar chefes militares a uma conspiração contra o regime e o Presidente, declarando, na ocasião, poder contar com elementos materiais imponentes (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas – Correspondência, nov. de 1944, p. 2).

No documento ainda consta como se deu a escolha do Brigadeiro como candidato da UDN, em 1945, confirmando, ainda, nossa hipótese da boa relação que Gomes tinha com os Estados Unidos.

[...] Coincidindo o que o jornalista Vitor do Espírito Santo contou com rumores outros que vinham circulando, de há quatros dias a esta parte, póde ter-se como certo que as oposições políticas, no Brasil, encontraram, depois de afanosas sondagens, o elemento conveniente, pelos seguintes motivos: a) a legenda de heroísmo e idealismo do candidato, unico sobrevivente dos 18 do Forte de Copacabana; b) contar, como, de fato, conta, com setenta por cento, pelo menos, de toda a fôrça do ar do Brasil; c) é catolico praticante, portanto invulneravel á contra propaganda com base revolucionaria, ou melhor, com base em alegação de contagiado por elementos vermelhos, a quem, aliás, combateu em 1935; d) contar – como dizem que conta – com larga simpatia e, mesmo, prestígio, entre as fôrças americanas, não somente as que se encontram no Brasil e, por consequencia, com intimas ligações nos Estados Unidos, com o que se cobrirá de qualquer repressão violenta (CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas – Correspondência, nov. de 1944, p. 2, grifo do autor).

Não se pode dizer então que a escolha do Brigadeiro como candidato à Presidência da República pela UDN, não foi aleatória mas sim demorada, pensada e analisada, observando todos os elementos possíveis que um candidato poderia ter para ser capaz de disputar uma eleição em que a imagem de Vargas ainda era de grande destaque nacional. O Brigadeiro aparecia então, como afirma Carolina Nabuco (1962), em uma biografia que realiza sobre Virgílio de Melo Franco, como “[...] um líder, com nome capaz de empolgar a opinião pública” (1962, p. 159).

Fazia-se necessária a escolha de um candidato com possibilidades de ganhar a eleição e o Brigadeiro com toda trajetória de heroísmo e idealismo que representava, devido principalmente a sua participação no episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922, além de ser o único sobrevivente, ter também o apoio da grande maioria de toda a força do ar do Brasil e contar com a simpatia das forças americanas que se encontravam no país e do

próprio Estados Unidos, era sem sombra de dúvidas um grande nome a ser escolhido. Aliás, com o apoio que possuía das forças do ar e das forças armadas americanas, poderia assumir a presidência sem qualquer perigo de sofrer uma tentativa de golpe, pensando em tudo o que representou o governo Vargas. O fato de o Brigadeiro ser católico era importante também, pois como afirmado no relatório e contando com sua ação contra os comunistas em 1935, era muito pouco improvável que Gomes fosse contagiado por uma propaganda com base revolucionária ainda mais pelo partido que concorria a eleição.

Não foi por acaso a escolha de Gomes como candidato à Presidência da República pela UDN, pois era preciso restabelecer a democracia e a UDN que surgia como o grande partido de oposição a Vargas tinha que escolher um candidato ideal, com grandes chances de vitória. Soma-se a isso, a análise que Nabuco (1962, p. 197) realiza de Gomes naquele momento, em volta “[...] do Brigadeiro, boa figura de militar, alto, têsso, de ombros largos, homem de inspirar logo respeito, formou-se imediatamente uma grande vibração de apoio popular”.

Após analisarmos as biografias sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes, percebemos que independente de seu teor tais biografias são importantes para o pesquisador que trabalha ou deseja trabalhar com a trajetória de vida pessoal ou política de qualquer personagem histórico, pois mostram as diferentes maneiras de vê-lo e interpretá-lo.

Estudar a vida de qualquer personagem ou escrever uma biografia sobre alguém é sempre um trabalho importante, porém difícil de realizar, pois como qualquer pesquisa, requer um grande cuidado e respeito com o biografado. Faz-se necessário evitar ao máximo as emoções e os sentimentos que se possa ter por seu objeto de estudo, para que as biografias não se tornem apologéticas, sem nenhum embasamento crítico.

Os estudos biográficos analisados sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes são realmente importantes na medida em que temos um indivíduo que teve destaque no cenário nacional; porém as dificuldades foram imensas, pois como já ressaltamos anteriormente, as biografias que existem a respeito de Gomes são poucas em relação ao quão importante ele fora para o Exército, para a Aeronáutica e a política brasileira, principalmente se pensarmos que se passaram 67 anos sem que nenhuma outra biografia fosse escrita sobre a personagem, ocorrendo tal ato apenas em 2011. O fato curioso é que nenhuma biografia fora escrita por um historiador.

Ao analisar as biografias, percebemos mais diferenças do que semelhanças, porém não são trabalhos críticos, mas sim de caráter apologético. O primeiro trabalho sobre Gomes editado em 1945, foi escrito por um médico e psicanalista, com uma abordagem em que o

autor visava a construir mais diretamente o retrato psicológico da personagem. A obra de Chagas, também publicada em 1945, e trabalhada aqui com sua segunda edição de 1946, foi escrita por um político e fundador da UDN, partido que Gomes concorreu à Presidência da República, e a terceira e mais recente biografia, publicada em 2011, foi escrita por um redator revisor concursado do Ministério da Aeronáutica, assim, vemos as diferenças entre os autores através de suas respectivas formações e pressupostos de trabalho.

A primeira biografia difere das outras por possuir menos fontes e documentos do que as que a sucederam, porém em termos comparativos, assemelha-se às demais no sentido de descrever o perfil político de Gomes em 1945, caracterizando-o como um democrata. No entanto, cabe destacar que Silva (1945), inicialmente não tinha intenção de apoiar o biografado ou apresentar um estudo favorável a ele, mas acaba fazendo isso. Ao abordar o movimento tenentista de 1922 e conseqüentemente o de 1924, que para o autor foi uma continuação dos Dezoito do Forte de Copacabana; ambos foram movimentos democráticos, patrióticos e nacionalistas, que tinham a intenção de lutar pela liberdade do país. Sua análise se assemelha a da biografia de Chagas (1946), que também descreve os movimentos tenentistas como patriotas e nacionalistas e ainda vê ambos os movimentos como uma legenda do Brasil, sendo o 5 de julho uma data da nação brasileira.

A segunda biografia é um pouco mais completa que a primeira, apesar de ter sido escrita em período bem próximo ao de sua antecessora, por tratar de uma trajetória de vida de forma mais longa do Brigadeiro e, talvez, pelo fato de o autor ter tido acesso a mais fontes que Silva (1945). Em seu trabalho, Chagas (1946) toma partido e defende declaradamente seu objeto de estudo, até mesmo por estar participando naquele momento da própria UDN. O escritor não consegue realizar uma biografia imparcial, apenas escreve pelo calor do momento, isto é, cativado pelos seus ideais e sentimentos políticos daquele período histórico. Para o autor, o Brigadeiro também representava a verdadeira democracia, possuindo um perfil político democrático.

A última biografia analisada neste trabalho, produzida por Drumond (2011), pode ser considerada a mais bem elaborada no sentido de o autor escrever num momento histórico distante dos acontecimentos políticos de 1945, após quase 70 anos. No entanto, também caracteriza o Brigadeiro como um democrata.

Por ter passado um bom tempo dos acontecimentos de 1945, sem dúvida nenhuma, Drumond (2011) teve mais facilidade em encontrar documentação que os outros autores não tiveram, além do mais, o próprio escritor utilizou as duas biografias escritas em seu trabalho, por isso, também, não devemos menosprezar o trabalho de Silva (1945) e Chagas (1946), pois

tiveram mais dificuldades em termos de fontes do que Drumond. Com um ponto de vista em que o movimento tenentista queria revolucionar a sociedade, devido à desordem e as desgraças sociais que havia em nosso país, e exigir mudanças para tornar o Brasil menos desigual, Drumond (2011) não foge muito das análises feitas pelos outros dois biógrafos sobre o movimento, os quais achavam-no heroico, idealizador e patriótico, que havia lutado pela liberdade de nossa nação. Por ter realizado uma biografia sobre a vida toda de Gomes, devido o passar do tempo e acessibilidades das fontes, sua biografia foi a única que encontramos que descreve o momento em que Gomes foi candidato à Presidência da República pela UDN, em 1950; contudo, a análise do autor se mantém a mesma que do período de candidatura anterior do Brigadeiro, isto é, ele continuava tendo um perfil político democrático. O autor conclui que o Brigadeiro foi um mito nacional, patriota e herói do povo, no melhor sentido da palavra.

O que se percebe é que todos os escritores, no geral, não realizaram trabalhos críticos sobre Gomes, ou contrário à ideia de um homem impoluto, talvez porque o Brigadeiro tenha sido uma figura admirável ou talvez porque os escritores não exploraram outras facetas de Eduardo Gomes, enquanto militar da Aviação Militar, e, após 1941, da Força Aérea Brasileira, como candidato derrotado à Presidência da República por duas vezes, e Ministro da Aeronáutica em 1965, sob o governo de Castelo Branco. Aliás, as biografias escritas por Chagas (1946) que era do partido da UDN e por Drumond (2011) que foi redator-revisor concursado do Ministério da Aeronáutica, dificilmente seriam mais críticas e de caráter contestatório, pois ocupavam e ocupam cargos, relacionados ao ambiente em que o Brigadeiro teve grande notoriedade. Por isso, concluímos que as futuras pesquisas, inclusive a nossa, devem se encarregar de construir narrativas mais críticas a respeito da figura do Brigadeiro Eduardo Gomes, fazendo surgir futuramente uma biografia política mais densa e crítica a respeito do que foi a figura do Brigadeiro.

## **CAPÍTULO 2. Os movimentos tenentistas de 1922 e 1924: a participação de Eduardo Gomes**

Neste capítulo trataremos da participação de Eduardo Gomes nos movimentos tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro, e 1924, em São Paulo, analisando sua posição política nesse momento, por meio do estudo de documentos, manifestos e programas do movimento tenentista. Faz-se necessário examinar o contexto histórico da década de 1920 no Brasil, que foi um período muito importante em nossa história e fundamental para destacarmos os acontecimentos das insurreições tenentistas.

Como dito anteriormente, analisaremos os discursos políticos do próprio movimento tenentista para averiguarmos a posição política de Gomes, pois nesse período histórico, ele quase nada nos deixou de discurso e como integrante do tenentismo, partimos da ideia de que Gomes concordava com sua ideologia. Ao mesmo tempo, discutiremos como parte da historiografia brasileira sobre o tenentismo classificou ideologicamente essas insurreições, a fim de dar embasamento e contribuir para nosso pressuposto.

### **2.1 A década de 1920 no Brasil: o Exército e os 18 do Forte de Copacabana**

Até a década de 1930, o Brasil era visto como uma sociedade atrasada; um país rural, agrário – exportador, com um território imenso por explorar. Segundo Gomes (2013), o Brasil era pouco desenvolvido tanto economicamente quanto culturalmente, vivendo dependente da economia internacional, fato esse comprovado pela crise de 1929. Também vivíamos dependentes das ideias formuladas no estrangeiro, pois não possuíamos universidades que formassem nossas elites, nem escolas primárias e secundárias que educassem nossos futuros cidadãos. Diante dessa situação, colocava-se com exigência a necessidade de modernizar o Brasil, para isso apostar em transportes terrestres e marítimos, em meios de comunicações modernos, na melhoria da saúde e educação eram fatores primordiais, a fim de se libertarmos das amarras de um passado colonial e alcançarmos um futuro com o país desenvolvido, num ambiente urbano-industrial.

O período entre 1889 e 1930, pode ser compreendido politicamente como Primeira República Brasileira ou República Velha, sendo um período que a historiadora Resende (2006) considera como ambíguo, pois teoricamente o advento da República seria destinada a servir à coisa pública, ou ao interesse coletivo, fato este que não ocorreu, pois priorizava-se o interesse individual, em um período de construção da democracia brasileira. É nesse momento

histórico que temos a República Oligárquica, iniciada em 1894 e finalizada com a Revolução de 1930, que denunciou tudo aquilo que tivemos de abuso de poder, num sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria no processo de participação política.

Nesse momento histórico seguíamos a Constituição de 1891, que tinha como modelo a Constituição dos Estados Unidos da América, onde o Brasil era enquadrado no modelo da tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo econômico e político. Com o federalismo, os estados adquiriram uma enorme soma de poder, que se distribuía entre o estado e os municípios, dando força à política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. A centralidade conferida aos direitos individuais se transformou em barreira para a construção da cidadania no Brasil, uma vez que o princípio da virtude pública, provinda da República, foi deixado de lado (RESENDE, 2006).

O federalismo aprovado na Constituição de 1891, deixou aos estados recém-criados uma grande autonomia, podendo eles, por exemplo, “cobrarem impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios, organizar força militar, etc.” (RESENDE, 2006, p. 94).

No federalismo da República tínhamos a supremacia dos governadores e presidentes que dominavam seus respectivos estados; assim esse sistema de governo perdurou até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas designou interventores, que eram seus homens de confiança para governar os estados, nomeando seus responsáveis pelas prefeituras de cada município. O fim do coronelismo só ocorreu com a centralização imposta por Vargas, com o Estado Novo, em 1937. Para Resende (2006), se o federalismo possibilitou o surgimento de oligarcas e coronéis em seus meios de atuações, tais domínios dos interesses individuais impediram os temas relativos à nação e a cidadania na política constituinte. A Constituinte de 1891 atentava basicamente aos direitos individuais, tratando de direitos relativos à liberdade de culto e expressão de pensamento, de segurança individual, do direito de propriedade em sua plenitude e de igualdade perante a lei.

Com relação aos direitos políticos, a Constituição determinava a liberdade de associação e do direito ao voto aos cidadãos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei, excluindo os analfabetos e as mulheres de votarem, apesar de não haver nenhuma emenda abordando o voto às mulheres.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 19 de out. 2017.



Vemos, portanto, que esse período predominante do coronelismo, da oligarquia ou da política dos governadores, era dominado por um ambiente favorável à corrupção e ao empecilho do desenvolvimento dos ideais democráticos.

No âmbito econômico, as exportações do café moviam nossa economia, principalmente durante a década de 1920, já que nos anos de 1891 a 1928, houve um aprofundamento da dependência financeira das exportações do café. Os lucros dessas exportações ajudavam, por exemplo, a financiar a industrialização e os melhoramentos urbanos do país (NETO, 2006).

Os dados de 1920 nos mostram “[...] que as indústrias de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material de transporte, química e farmácia, borracha e papel e papelão representavam 14,6% da renda industrial do Brasil” (NETO, 2006, p. 222). Todavia, embora, nossa economia tivesse mais de 85% da renda industrial no setor de bens de consumo, após a Primeira Guerra Mundial, houve um aceleração do processo de investimento no setor de bens de produção (NETO, 2006).

Diante destas questões políticas, sociais e econômicas, relacionadas ao início do século XX no Brasil, não podemos esquecer do papel do Exército que é fundamental para entendermos os movimentos tenentistas de 1922 e 1924, e que contou com a participação de Gomes dando início a sua vida política.

Para Carvalho (2006), o Exército brasileiro formou-se segundo a tradição europeia. De acordo com as análises desse autor feitas sobre as várias biografias e autobiografias publicadas, podemos perceber que a quase totalidade dos líderes tenentistas vieram de famílias pobres, como os dois Távoras, Luís Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos e João Alberto.<sup>25</sup> Segundo o autor, alguns como os próprios Távoras confessaram que entraram para o Exército como o único caminho disponível para continuarem seguindo os seus estudos, pois possuíam uma renda familiar muito baixa. Nesse período, as famílias ricas brasileiras queriam que seus filhos estudassem medicina, direito, engenharia ou talvez seguissem a carreira de oficial da Marinha, sendo que exercer carreira no Exército seria mais para os pobres e os indivíduos excluídos da sociedade.

Segundo Carvalho (2006, p. 22) “[...] a má qualidade dos recursos humanos captados pelo recrutamento marginalizava o Exército e impedia que ele se modernizasse”. Em 1896 foi

---

<sup>25</sup> Carvalho (2006) não comenta nada sobre as raízes familiares de Gomes, mas segundo o verbete do CPDOC, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 08 de jul. 2017, terminada a fortuna paterna, Gomes, assim como seus 4 irmãos, tiveram uma infância pobre. No entanto, por meio de nossas análises, já descritas no texto acima, através das biografias estudadas sobre Gomes; acreditamos que este enfrentou as dificuldades que a classe média enfrenta, não tendo passado grandes dificuldades financeiras, como uma família muito pobre apresenta.

criada a Confederação Brasileira de Tiro, visando aproximar do serviço militar os jovens de classe média e alta, porém a iniciativa não obteve muito êxito, sendo reativada por Hermes da Fonseca em 1906.

A maioria dos oficiais do final do Império e do início da República foram formados na Escola Militar da Praia Vermelha, que continuava a Academia Real Militar de 1810 e que se dividiu em 1858 para separar a engenharia civil do ensino militar. O ensino de engenharia civil acabou ficando com a Escola Central, que em 1874 transformou-se na Escola Politécnica, sob a jurisdição do Ministério do Império. A separação não teve efeito imediato e a Escola Militar, sob o ensinamento do positivismo, transformou-se num centro de estudos de matemática, filosofia e letras, mais do que de disciplinas militares (CARVALHO, 2006).

Com a Revolta da Vacina, em 1904, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada, voltando a funcionar apenas em 1911, em Realengo. Svartman (2012) afirma que o novo regulamento de 1913 para a formação dos oficiais do Exército em Realengo, manteve a imagem francesa do Exército como grande meio profissional e apolítico. Já os regulamentos de 1918 e o de 1919 procuraram servir-se das transformações decorridas da Primeira Guerra Mundial, aumentando o peso das disciplinas militares no currículo e reforçando o enquadramento militar dos alunos em companhias. A Escola Militar também procurou qualificar os seus instrutores através de uma seleção dos quais deveriam passar por provas práticas; ao mesmo tempo, buscava reforçar o caráter profissional e meritocrático do Exército, tanto de seus alunos quanto de seus instrutores, levando a abertura de espaço para os jovens turcos<sup>26</sup> influírem seu pensamento na formação dos novos profissionais. Além disso, o

---

<sup>26</sup> O termo jovens turcos refere-se a um grupo de oficiais brasileiros, que no ano de 1913 se destacou por seu engajamento no processo de modernização do Exército Nacional. Assim, tal expressão fazia referência a oficiais turcos, que, do mesmo modo como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão, e ao retornarem ao seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista, conhecido como Comitê de União e Progresso, informalmente conhecido como jovens turcos, por ser constituído por estudantes universitários e jovens oficiais progressistas. Na Turquia, esses jovens turcos participaram de uma insurreição contra o sultanato e de um processo de transformações, que resultou em 1923, na Proclamação da República sob a liderança de Mustafa Kemal, depois que o Império Otomano foi extinto pela derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918.

No Brasil, o termo jovens turcos ficou conhecido em 1913, quando após três estágios, em que os militares brasileiros foram para a Alemanha, não tivemos para a perplexidade de muitos militares, a missão alemã contratada, com o intuito de ajudar o Exército brasileiro a ter como base o modelo alemão. Desse modo, em outubro de 1912, alguns dos mais empenhados membros da última turma de estagiários se reuniram num restaurante de Berlim, a fim de combinarem de introduzir na tropa brasileira, todo o conhecimento adquirido nas unidades do Exército Alemão. Também surgiu, após esse encontro, a ideia de lançar uma revista, com o objetivo de contribuir para a formação técnica e profissional dos oficiais brasileiros. A revista foi lançada em 10 de outubro de 1913, com o nome de *A Defesa Nacional*, tornando-se o órgão oficial dos militares em questão, os quais propagavam suas ideias, como a defesa da profissionalização do militar; a campanha pela modernização do Exército, principalmente a partir da constituição do Exército em grandes unidades; da compra de material bélico de origem germânica, a vinda de uma missão militar alemã no Brasil; a defesa do desenvolvimento das ferrovias e da indústria de base nacional; a defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário, e a luta pela lei que estabelecia o serviço militar obrigatório e o recrutamento militar através do

regulamento de 1919 priorizava o ensino dos oficiais já formados, de modo que a evolução em suas carreiras dependesse da frequência às instituições de ensino militar ao longo de seu tempo de serviço, priorizando o padrão meritocrático que funciona até hoje.

Mesmo com todos esses regulamentos e mudanças, segundo Svartman (2012) os relatórios ministeriais chamavam a atenção para a questão precária da escola ou para o pouco número de equipamentos de exercício de campanha.

Para o cientista político (SVARTMAN, 2012), ao estudar os depoimentos dos agentes do Exército brasileiro, percebe-se que naquele momento havia um grande sentimento de repulsa ao modelo político vigente no Brasil, e de que os próprios cadetes e oficiais inferiores já começavam a imaginar sobre o papel político que deviam desempenhar enquanto militares do país. Foi na Escola Militar do Realengo, que Gomes, assim como Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes, haviam estudados, talvez sendo por isso, uma das justificativas dos acontecimentos históricos posteriores. Segundo Svartman (2012, p. 291):

A Escola Militar preparava os futuros quadros dirigentes do Exército Brasileiro, e tanto a instituição quanto os alunos sabiam disso. No Realengo, a formação curricular e o tipo de vivência em regime de internato e com forte grau de solidariedade entre os cadetes ia lhes instituindo os saberes, gostos, afinidades, valores e expectativas de um futuro oficial ao mesmo tempo em que isso se fundia com uma espécie de compromisso com a pátria que ia muito além da ‘defesa’ mas com uma ‘tradição’ republicana de ‘arrancadas revolucionárias’ em defesa da nação.

Ainda segundo o autor (SVARTMAN, 2012), a geração desses oficiais do Exército teve uma experiência tanto do profissionalismo, como do intervencionismo político, no sentido de desenvolver entre eles, uma intuição de que apenas a atuação militar na política,

---

sorteio, promulgada em 1908, mas inaplicada até 1916. Entre os membros da revista, estavam: Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis Neto, Euclides de Oliveira Figueiredo, César Augusto Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Francisco Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Vila Nova, e quatro partidários da campanha de modernização do Exército – Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino de Carvalho, Brasília Taborda e José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque.

Fato que chama atenção, é que os jovens turcos desenvolveram uma nova ideia a respeito da atuação política do militar, recusando a intervenção individual deste na política e considerando válida a intervenção do Exército, como corporação nacional. Todavia, com a Primeira Guerra Mundial, a ideia dos jovens turcos de ter uma missão militar alemã no Brasil esfriou, pois o Brasil declarou guerra à Alemanha e se alinhou a Tríplice Entente; com isso, em 1919, o Brasil contratou uma Missão Militar Francesa, fazendo com que esses jovens turcos fossem derrotados na sua preferência pela Alemanha. Cabe destacarmos que a missão francesa não impediu que a influência do estágio na Alemanha continuasse presente em meio ao grupo, que acabou consolidando um pensamento político próprio, em que o Exército foi considerado uma força capaz de participar e conduzir o processo de desenvolvimento político e econômico no Brasil. Conferir em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2017.

asseguraria um Exército de fato profissional e a salvo das influências e cooptações da luta política.

Na Escola Militar do Realengo a socialização e a questão da leitura entre os cadetes eram constantes, pois muitos dos alunos viviam em repúblicas estudantis e outros como Eduardo Gomes, Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes mantinham um espaço social e intelectual fora da escola, discutindo assuntos políticos da época e sobre as questões relacionadas à Primeira Guerra Mundial (SVARTMAN, 2012).

Percebe-se que, da perspectiva de Svartman (2012), os futuros participantes dos movimentos tenentistas, especificamente Eduardo Gomes, tiveram uma formação não apenas militar, mas também política, no sentido de discussões, e até mesmo de leituras relacionadas às questões políticas da época, o que com toda certeza contribuiu para o início do levante militar em 1922.

Ao contrário de Svartman (2012) que valoriza essa ideia, Carvalho (2006) vai mais a fundo e destaca que a grande predominância numérica dos tenentes, associada ao baixo grau de controle hierárquico deram condições necessárias a esses oficiais para se rebelarem. Não apenas isso, mas as lentas promoções militares e suas origens sociais humildes também incentivaram os futuros tenentes a se envolverem em lutas políticas de caráter contestatório, se não pela força, mas pelo sistema democrático representativo, mais tardiamente.

A tática tenentista consistiu em juntar o maior número possível de tenentes e até mesmo de antigos colegas do Realengo, às vezes com o auxílio de alguns sargentos para em seguida se rebelarem em unidades isoladas, para posteriormente contar com a adesão de algum oficial superior de prestígio à frente do movimento. Foi assim, em 1889, com Deodoro, depois em 1922, com Hermes, em 1924, com Isidoro e em 1930 com Goés Monteiro (CARVALHO, 2006).

Para Carvalho (2006), o tenentismo herdou dos positivistas o intervencionismo e o reformismo, porém se afastou deles pelo caráter militarista de sua ação, pois os positivistas eram civilistas, ao contrário dos tenentes, que pregavam o predomínio militar na política e o fortalecimento das Forças Armadas.

Diante deste contexto, apoiamo-nos nas ideias de Franco (1955), que afirma que a primeira república teve um sistema eleitoral inadequado, possuidora de uma democracia conduzida por congressistas, caudilhos, juízes, generais, entre outros, que não era representativa, pois praticamente não havia eleições, sendo um processo político complexo e irregular. Nosso país não se achava preparado para a prática efetiva de democracia representativa e tendo essa carência de transformação política de modo legal, isto é,

constitucional, a única saída seria por meio revolucionário, levando o movimento de 5 de julho de 1922 ao ponto de partida para um processo de transformação das instituições políticas e sociais do Brasil.

Todos os processos relacionados à economia do Brasil, fundamental para seu desenvolvimento, como a industrialização, a imigração ou a urbanização, exigiam uma mudança de nosso sistema político vigente, isto é, uma mudança que assegurasse uma garantia de autenticidade ao sufrágio. Nesse sentido, segundo Franco (1955), muitos setores civis aderiram aos militares na intenção de mudar as instituições que se mostravam inadequadas, e o Exército, principalmente sua parte revolucionária, constituiu-se numa espécie de partido político renovador, que não podendo agir pelo voto, agiu pelas armas. Com relação aos civis que aderiram aos revolucionários, basta citarmos os jornalistas; inclusive Edmundo Bittencourt e outros políticos sem mandatos ou sem imunidades, indo após 1922 para detrás das grades.

Este período da República oligárquica pode ser descrito como parte daquilo que Bobbio (2015) denominou de Estado discricionário. O autor descreve a existência de um duplo Estado, que seria um duplo nível de poder. O primeiro seria um Estado normativo que segue corretamente as leis que o envolve, e o segundo seria o Estado discricionário, que se opera fora do princípio da legalidade, num viés oportunista.

Assim, segundo Bobbio (2015, p. 29) “[...] a democracia é idealmente o governo do poder visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública”. No entanto, não foi isto que ocorreu nesse período e nem o que ocorre atualmente, pois a democracia daquele momento e ainda hoje, apesar de ter havido uma evolução em seus moldes políticos, perdurou aquilo que Bobbio chamou de poder invisível, o qual sem beneficiar o povo, objetiva o benefício ilícito do poder; ora, é neste contexto que o movimento tenentista estava inserido, apesar de todas as questões já levantadas pela historiografia.

Ao discutirmos a década de 1920 no Brasil, se do ponto de vista econômico, tal período sofreu uma certa instabilidade, não podemos esquecer, que em especial, o ano de 1922 marcou uma série de eventos importantes para o momento político e cultural que nosso país estava vivendo, como a Semana da Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o próprio movimento tenentista, o centenário da independência e a sucessão presidencial de 1922.

Todos esses fatores, relacionados à Reação Republicana, a qual ligava as oligarquias dos estados de segunda grandeza na década de 1920, representada pelo Rio de Janeiro,

Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, e que acabou lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra, sobrepondo-se a candidatura à sucessão de Epitácio Pessoa, o qual tinha como grupos dominantes os nomes de Artur Bernardes e Urbano Santos, que concorriam em prol de Minas e São Paulo, contribuíram para a insurreição tenentista de 1922.

Segundo Prestes (1993), Nilo Peçanha fez de tudo para tornar difícil a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca que tinha o apoio do Exército. Conseguindo seu objetivo, Peçanha ainda atraiu para a Reação Republicana o apoio da maioria dos militares, principalmente após a desistência do Marechal Hermes de concorrer às eleições, pois já não tinha o apoio de setores das oligarquias dissidentes que estavam comprometidas com a Reação Republicana. Peçanha, buscando alcançar seu intuito de ganhar apoio dos militares, realizou diversas declarações comprometendo nomear para as pastas militares de seu futuro ministério, oficiais do Exército e da Marinha, que constituía umas das principais reivindicações dos militares naquele momento, insatisfeitos que estavam com a promoção de civis ao governo de Epitácio Pessoa.

Mesmo diante do apoio dos militares à chapa de Nilo Peçanha, única alternativa, sem a candidatura de Hermes da Fonseca, não podemos esquecer do episódio das cartas falsas que acabou por cumprir o seu papel de lançar as Forças Armadas contra a candidatura oficial de Bernardes. Deste modo, segundo Prestes (1993, p. 63):

Estava lançada a sorte da candidatura oficial. A chapa Artur Bernardes – Urbano dos Santos não poderia mais contar com as simpatias nem dos militares nem das populações urbanas, profundamente comovidas pela agressão supostamente perpetrada contra as Forças Armadas, vistas como vítimas da truculência governamental, da “politicagem” e do “bacharelismo” instalados no poder pelos políticos corrompidos e incapazes de cumprir os compromissos assumidos nos pleitos eleitorais. Para essas populações, os militares iriam aparecer, cada vez mais, como os “salvadores” da República e dos ideais proclamados em 1889, abandonados e traídos pelos políticos.

Assim, uma grande parcela dos militares, como os civis, representados pela Reação Republicana, acabaram por juntar forças para combater a dominação oligárquica, implantada pela política dos governadores no Brasil. Mesmo com a vitória de Bernardes, não havia nenhum partido, ou nenhuma liderança que empolgasse as massas para realizar as mudanças

necessárias, cabendo aos militares reunirem-se em torno daquilo que ficou conhecido como movimento tenentista, tendo marco inicial em 5 de julho de 1922.<sup>27</sup>

Igualmente, não podemos discordar de Prestes (1993), que comenta que embora as Forças Armadas sofressem influências de seu meio de instituição, faziam parte da sociedade e como membros desta, eram por ela influenciada, tanto ideologicamente, quanto politicamente. Assim, os militares refletem em seus comportamentos os problemas sociais e políticos que se desenvolvem em torno do país, pois fazem parte de um todo social e estão inseridos numa camada social que gira em torno de uma luta de classes.

Para Prestes (1993, p. 16):

As próprias instituições militares são atingidas pelos conflitos sociais que sacodem a vida nacional. Nos anos vinte deste século, por exemplo, o tenentismo constituiu um movimento aglutinador de segmentos da baixa oficialidade militar, sem conseguir atrair as altas patentes do Exército e da Marinha, mas mobilizando, contudo, setores das oligarquias dissidentes, das camadas médias urbanas e da própria classe operária das grandes cidades e da opinião pública nacional, através da imprensa oposicionista e do Congresso Nacional.

O tenentismo, ligado às baixas patentes, estava identificado em grande medida com os anseios da classe média, mas também com parte da população operária, e por possuírem força da jovem oficialidade do Exército, distribuída por todo o país, tinham uma capacidade de liderança com esses setores da população. O contrário ocorria com a alta hierarquia das Forças Armadas que possuíam alianças com as oligarquias, tendo o objetivo de conduzir um militar ao poder, como ocorreu com o Marechal Hermes em 1910.

Com relação a revolta do Forte de Copacabana, em 1922, Silva (1964) comenta que, momentos antes de ocorrer a sublevação, após o Marechal Hermes ser posto em liberdade, depois das 17 horas de detenção que sofreu como punição ao seu protesto dos crimes políticos de Pernambuco, ao assassinato do dentista Tomás Coelho Filho e às ordens dadas a guarnição federal para intervir; fatores estes que revoltaram a mocidade militar e contribuíram para a revolta do Forte; Eduardo Gomes, que na época era 1º Tenente de artilharia, pertencente à 3ª esquadilha de observação, contando com apenas 25 anos de idade, chegou na parte da tarde do dia 3 de julho ao apartamento do Marechal, para informá-lo sobre o aviso do comandante

---

<sup>27</sup> Para mais informações sobre uma possível conspiração militar que estava sendo tramada com a ajuda de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, caso Bernardes vencesse a eleição de 1922, ver a cópia de uma carta escrita pelo Clube Militar no dia 26 de janeiro de 1922, que está transcrita no livro de Carone (1975). Cabe ressaltar que a carta foi publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 1º de fevereiro de 1922.

do Forte de Copacabana, dizendo-lhe que haveria uma revolta no Forte. Neste momento, Hermes ficou pensando sobre a operação militar que estava por acontecer e recusando o convite de abrigar-se na fortaleza, iria à Vila Militar onde os oficiais o queriam muito bem, assim voltaria para o Catete à frente dos seus soldados.

Em seu livro memorialístico, o General de Divisão Noronha (1924) narra como ocorreu a revolta do Forte de Copacabana em 1922, porém é importante frisarmos, que a intenção principal do autor é narrar os acontecimentos da Revolução de 1924.

Noronha (1924) posiciona-se claramente contrário ao movimento tenentista, mas ao descrever os acontecimentos, comenta que a sublevação do Forte de Copacabana teve início na noite do dia 4 para o dia 5 de julho de 1922, onde a guarnição do Forte, parte da guarnição do primeiro regimento de infantaria, da Vila Militar e da Escola do Realengo, iniciaram a rebelião contra as autoridades constituídas, só não chegando à vitória, porque o governo federal contou com a maioria das forças armadas de terra e mar.

Noronha (1924) sendo contrário a sublevação, afirma que os revolucionários queriam substituir o governo legal por uma ditadura militar e diz que os preparativos no Forte de Copacabana vinham sendo realizados com bastante antecedência, com a organização de trincheiras e de uma rede de arame farpado no local, e nos dias 3 e 4 de julho, com o reabastecimento do mesmo com viveres para um mês, além de impedimentos de praças, mudanças de fogões e colchões do alojamento para o interior do Forte, bem como da preparação de sacos de areia e eletrificação da rede.

O governo suspeitando que algo de anormal estivesse acontecendo no Forte, mandou no dia 4 de julho o general Bonifácio Gomes da Costa, comandante do 1º distrito de artilharia, que se dirigisse ao Forte e fizesse substituir o comando de lá, o capitão Euclides Hermes da Fonseca – filho do Marechal Hermes, pelo oficial de igual patente José da Silva Barbosa. Ao partirem rumo ao Forte, às 23:30 horas, do dia 4 de julho, o general Bonifácio da Costa e o capitão José da Silva Barbosa, em proximidades do local perceberam o intenso movimento que ali havia, e ao procurarem o capitão Euclides, acabaram presos por Siqueira Campos que empunhava uma pistola e estava junto com seus soldados, os quais também possuíam armas apontadas aos dois militares (NORONHA, 1924).

À uma hora da manhã ocorreu o primeiro disparo do Forte de Copacabana contra a ilha de Cotunduba, seguindo por mais um disparo na mesma direção. O terceiro disparo foi em direção a rocha da base do Forte do Vigia e o quarto foi contra o 3º regimento de infantaria. Os revolucionários declararam que os três primeiros disparos foram para anunciar a explosão da revolta e alarmar a população, obrigando-a a se retirarem da praia, e o quarto tiro



fora um protesto. No decorrer da noite, os revolucionários trabalharam na defesa da parte exterior do Forte, organizando sacos de areia ao lado do portão, eletrificando a rede de arame farpado e colocando perto do portão algumas granadas de 190 mm que estavam em volta de circuitos elétricos, destinadas a explodir com minas (NORONHA, 1924).

É importante ressaltar que o Forte de Copacabana era uma grande construção de guerra. Foi projetado em 1808, e ocupava uma posição estratégica na entrada da barra, que era o principal ponto de defesa do setor Sul do Rio de Janeiro. Nos anos de 1890, o Exército queria modernizá-lo, num projeto de autoria do Major engenheiro Augusto Tasso Fragoso (1869 – 1945), mas, o início da obra não deu certo, ficando para outro momento. Muito tempo depois, com Hermes da Fonseca comandando o Ministério da Guerra, o Exército deu continuidade ao plano de modernização do Forte, consultando à empresa Krupp, da Alemanha, para a atualização. As obras tiveram início em 1908, tendo fim em 1914, com o Forte recebendo status da mais avançada praça de guerra da América do Sul e possuindo uma grande artilharia, com Batalhão de Artilharia de Posição, Bateria Independente de Artilharia de Posição, Bateria Isolada de Artilharia de Costa, quatro cúpulas móveis encouraçadas, com canhões de 305 mm, que disparavam tiros com 23 quilômetros de alcance, entre outros armamentos pesados (DRUMOND, 2011).

Por meio do processo criminal que tivemos acesso, através do livro de Hélio Silva, *Sangue na Areia de Copacabana* (1964), encontra-se o depoimento do tenente Eduardo Gomes (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1908. In: SILVA, 1964), dado no dia 12 de julho de 1922, tendo como encarregado do inquérito, o General de Divisão Augusto Tasso Fragoso, juntamente com o capitão Milton de Freitas Almeida, servindo como escrivão. Percebe-se que Gomes, no dia cinco de julho ficou encarregado do canhão Schneider e na noite do dia cinco para o dia seis, esteve na vigilância junto ao holofote no alto da colina, em companhia de Siqueira Campos e alguns praças. Na manhã do dia seis, Gomes dissera que o Capitão Euclides havia anunciado que quem quisesse sair do Forte poderia sair, porém, Gomes resolveu não se entregar, ficando, posteriormente, na incumbência da torre seis. Momento depois, em acordo com os outros oficiais, o Capitão Euclides saiu do local a fim de se entender com o governo, pois havia fracassado a missão do Major Castro e Silva, que juntamente com o tenente Pacheco Chaves, foram enviados pelo Ministro da Guerra a parlamentar com o tenente Nilton Prado, os quais tentaram cessar a revolta, através do diálogo, sobre promessa de dar aos revolucionários garantias de vida e trazer prisioneiros os últimos combatentes, que concordassem em se entregar incondicionalmente.

O depoimento de Gomes (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1908. In: SILVA, 1964), dado para o general Frago, encarregado do inquérito, contando com o capitão Almeida, como escrivão, também nos permite entender que os tenentes só saíram do Forte para não prejudicá-lo e causar mais prejuízos à cidade, quando tiveram a informação de que o Capitão Euclides havia sido preso e que o governo exigia a rendição dos revolucionários. Ainda, compreendemos como se deu o fim trágico do combate entre os revolucionários contra as tropas legalistas, e o porquê Gomes participou desse movimento.

Quando o Capitão Euclides comunicou para o Forte, por telefone, que se achava prês e que o Govêrno exigia que cada um se entregasse saindo isoladamente e desarmado do Forte os oficiais que ainda se encontravam na praça, a saber: o depoente, os Tenentes Siqueira Campos, Nilton Prado e Carpenter, resolveram abandonar o Forte para não sacrificá-lo nem causar mais prejuízos à cidade e ir com o grupo de soldados que os acompanhava por último combate contra às forças do govêrno longe do Forte, pois estavam no firme propósito de não se entregar. O depoente crê que o grupo de oficiais vinham acompanhado por umas vinte praças, cada homem, oficial e praça, trazia um fuzil e alguma munição. Desceram todos pela praia de Copacabana e afinal se detiveram em frente a uma rua, aí mantiveram um tiroteio com as fôrças opostas, o qual lhe parece ter durado cerca de uma hora e três quartos. O depoente caiu ferido por bala de fuzil, na coxa esquerda e ali mesmo na areia ficou deitado, até que o transportaram. Depois dele viu também caírem feridos os Tenentes Siqueira, Carpenter e Nilton. Perguntado por que tomou parte na rebelião contra o govêrno, respondeu que achava que o govêrno estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era desejo do país ver afastada a hipótese da posse do Dr. Artur Bernardes (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1908 v. In: SILVA, 1964, p. 458).

O depoimento de Gomes nos mostra que o movimento tenentista não tinha um programa claramente político e desenvolvido, como ocorreria posteriormente em 1924, mas ao mesmo tempo, esclarece-nos que o caso de Pernambuco e a hipótese da vitória de Bernardes que representaria a continuidade da República oligárquica e suas mazelas, foram alguns dos principais motivos da revolta.

Ao analisarmos o depoimento do tenente Antônio de Siqueira Campos (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964), dado no dia 14 de julho de 1922, no Hospital Central do Exército, contando também com o general de Divisão Augusto Tasso Frago, encarregado do inquérito, e o Capitão Milton de Freitas Almeida como escrivão, percebemos mais detalhadamente como ocorreram os principais acontecimentos e os episódios finais da revolta do Forte de Copacabana, bem como o motivo da participação de Siqueira Campos no movimento. No momento de seu depoimento, Campos contava com vinte

e quatro anos de idade, sendo natural do Estado de São Paulo e pertencente à quarta Bateria isolada de artilharia da Costa.

Segundo Campos (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964), na noite do dia 4 de julho de 1922, ele já havia resolvido se rebelar quando chegou ao Forte de Copacabana o general Bonifácio Costa, momento no qual o movimento já estava decidido a iniciar à uma hora da madrugada, horário em que de fato teve início o movimento. Mas como o general Costa havia chegado ao Forte para retirar o comando dos tenentes, Campos e seus companheiros resolveram impedir a saída do General e dar começo a revolta. Campos ficou encarregado da defesa externa do Forte, que assim o fez por quase todo o momento em que esteve lá.

Na manhã do dia seis de julho, o depoente (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964, p. 460) percebeu que o Forte de Copacabana estava isolado e como prometera o Ministro da Guerra, por meio do telefone, foi dada a garantia de vida aos revoltosos, com a condição de abandonarem a sublevação, assim os revoltosos estavam resolvidos a abandonar o Forte, momento em que Campos tentou mudar a ideia dos companheiros, não conseguindo se comunicar com grande parte de soldados que já haviam saído do Forte. Assim, por volta de sete horas se encontrava no Forte o Comandante Euclides Hermes, o próprio Siqueira Campos, os Tenentes Nilton Prado, Eduardo Gomes e Mário Carpenter, um cabo artilheiro, dois sargentos eletricitas, algumas praças e quatro civis, num total de vinte e oito homens, encorajados a não se entregarem em hipótese alguma. Nesta hora, como relata Campos, começou o bombardeio do Forte, tendo o depoente, junto com os Tenentes Nilton e Carpenter, e mais cinco praças indo guarnecer a cúpula de 190 mm, posteriormente Campos, por meio de seu escrivão relata o que aconteceu depois:

Atiraram com ela contra o QG, contra a ilha das Cobras, contra a segunda bateria e contra o Palácio do Catete. Os dirigidos ao Palácio do Catete se encistaram, conforme observou o depoente: o erro proveio de ter o depoente, digo, de não ter o depoente consigo, na ocasião, a tabelada para carga reduzida, digo, a tabela para carga reduzida, que o depoente havia calculado. Preparava-se para atirar contra Santa Cruz quando recebeu um chamado do Capitão Hermes que procurava sozinho fazer funcionar a cúpula de 305 mm. O Cap. perguntou-lhe se estava atirando contra a cidade, ao que êle respondeu que só estava fazendo contra pontos determinados. O capitão insistiu para que a cidade fosse poupada. Nessa hora o Capitão Hermes foi chamado ao telefone da parte do Ministro da Guerra, que pedia cessassem o fogo porque o Forte estava só e assim sendo deviam êles desistir daquele sacrifício inútil. Então combinaram com o Ministro parar o fogo sob condição que mais tarde assentariam com o Major Egídio de Castro e Silva, oficial que o Ministro prometera mandar ao Forte para esse fim levando em sua companhia o tenente Pacheco Chaves. Em vista disso o comandante

determinou cessasse todo o movimento do Forte, inclusive as usinas. O depoente saiu para o exterior a fim de ver o que havia; estava fora quando um hidroavião atirou uma bomba que caiu a cinco metros da muralha dentro d'água. Retirou-se para o Forte, tendo ficado aguardando, perto do portão, o parlamentar do Ministro, o Ten. Nilton Prado. Algum tempo depois avizinhou-se outro avião (*Briguet* de bombardeio) e lançou outra bomba que tocou em terra atrás do Forte couraçado e do lado do mar. Poucos momentos depois chegou correndo o Ten. Nilton e contou que vinha com o parlamentar do Ministro para dentro do Corpo da Guarda quando, ao defrontar o Cassino dos Oficiais, caiu a segunda bomba. Referiu o Ten. Prado que, vendo a queda da bomba, ato contrário ao combinado, disse ao Major Castro e Silva: “como vê, só nos resta agora atirar até o fim” (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964, p. 461).

Posterior a estes fatos, o tenente Chaves entrou em luta corporal com o tenente Nilton Prado, lançando este dentro da água sobre as pedras. Após esse episódio, os oficiais se reuniram e decidiram continuar com seus planos, porém, lembrando que o comandante era o único que possuía família, resolveram induzi-lo a dialogar com o governo, assim o Capitão Euclides Hermes partiu entregando o comando do Forte a Siqueira Campos, que ficou juntamente com seus companheiros aguardando novas informações que tiveram por telefone à uma hora da tarde, os quais ficaram sabendo que o Capitão Hermes estava preso, não sendo aceitas as suas condições propostas e exigindo aos revolucionários que se rendessem dentro de quinze minutos, saindo do Forte isolados e desarmados, se entregando para as tropas mais próximas e exigindo que se poupassem Copacabana e a cidade (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964, p. 462).

Reunidos no Forte, decidiram abandoná-lo para não provocar mais vítimas estranhas à questão, porém também decidiram sair do Forte armados de fuzil e revólver, imbuídos de seus ideais, confrontando-se assim, contra as primeiras tropas que encontrassem na rua. A última cena do episódio revolucionário foi assim descrita por Campos, através de seu escrivão:

A bandeira do Forte foi fragmentada em vinte e oito pedaços; cada um recebeu o seu, o depoente guardou o dele e o que era destinado ao Capitão Euclides. Marcharam pela praia de Copacabana mais de um quilômetro sem encontrar tropa. Em caminho explicavam aos moradores os motivos por que haviam abandonado o Forte. Foram assim até a altura do Hotel Inglês onde beberam água. Já haviam encontrado oficiais e praças do Terceiro Regimento, que lhes gritavam de longe que se rendessem, ao que eles respondiam que fizessem fogo contra eles. Continuaram pela praia até a rua que passa em frente a Igreja, sita na Praça Serzedelo Correia; aí receberam tiros e começou o tiroteio. A princípio ficaram em pé na Av. Atlântica e depois passaram à praia. Pouco tempo antes um civil se havia aproximado do grupo e, mostrando-se indignado com a situação pediu uma arma; como o Ten. Nilton tinha um fuzil e um revólver, passou-lhe o fuzil; o depoente

entregou-lhe também o fragmento da bandeira destinado ao Capitão Euclides. O tiroteio continuou forte da parte dos atacantes e pouco intenso do lado dos que acompanhavam o depoente, que recomendava economizassem a munição a fim de não caírem prisioneiros por falta dela. Começaram a cair os feridos; o primeiro foi o Ten. Eduardo Gomes, seguiu-se-lhe o civil que tombou sem pronunciar palavra, nem fazer nenhum gesto; depois o Ten. Nilton que se queixou da perna quebrada; depois o depoente com uma bala na região abdominal, escutando, apesar de ferido, que o tiroteio continuava já reforçado por metralhadoras. No meio da ação notou que alguns de seus companheiros queriam cessar o fogo; disse então o depoente ao Ten. Carpenter que dirigisse esses tais desarmados, no rumo da igreja e que êle, Carpenter, com os mais que ficassem, não atirassem nessa direção. Sabe que alguns caíram; não pôde verificar porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois o tiroteio cresceu de intensidade enquanto do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal o depoente ouviu gritos, escutou estas palavras: levantem; viu o Ten. Nilton, mesmo deitado, usar do seu revólver, gesto que o depoente não pôde imitar por falta de fôrças. As tropas do govêrno aproximaram-se e transportaram a braços o depoente (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964, p. 462-463).

O relato de Campos (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964) nos mostra como se deu a batalha sangrenta do movimento tenentista de 1922, na areia de Copacabana, contando inclusive como já dissemos no início de nossa dissertação, com a participação de um civil, chamado Octávio Correia, que era advogado, e outros civis que ajudaram dentro do Forte de Copacabana, sendo em torno de umas quatro pessoas, mas que não lembrava os nomes delas, e que foram avisadas que, em caso de derrota, teriam que morrer junto com a guarnição. Mais interessante ainda foi a resposta dada por Campos (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964) quando foi perguntado de o por que havia se rebelado contra o governo, respondeu que não concordava com os últimos atos do governo, tanto nas questões relativas as candidaturas presidenciais, como no caso de Pernambuco e no caso da prisão do Marechal Hermes, sendo de uma maneira geral, o tratamento ruim dado pelo governo ao Exército.

Outro fato curioso, que demonstra claramente o descontentamento dos revolucionários com relação ao tratamento dado pelo governo ao Exército, foi o episódio de retirada dos revolucionários do Forte, os quais arrancaram seus distintivos, antes da batalha sangrenta, declarando que não pertenciam mais a este órgão, porém segundo Campos (Processo Criminal – 8º volume – pág. 1920. In: SILVA, 1964 p. 464), ao tratar desta cena ao relator do processo, comenta que realizou tal ato, sem injuriar o Exército.

O jovem tenente Luís Carlos Prestes, que morava no bairro Méier, do Rio de Janeiro, também participaria do movimento revolucionário, porém no dia não conseguiu sair de casa,

pois estava doente fazia mais de um mês, com febre paratifoide. Prestes teria a missão de levantar a Companhia Ferroviária do Exército, estava tudo combinado, mas muito mal de saúde não conseguiu nem colocar sua farda. (DORIA, 2016).

A respeito de Gomes, este realizou uma ação difícil, pois segundo Doria (2016), momentos antes de os revolucionários saírem do Forte de Copacabana para combaterem contra as tropas legalistas, Newton Prado foi encontrar seus companheiros que estavam reunidos na sala de comando. Siqueira Campos tinha total interesse em que os militares continuassem o bombardeio da cidade, atirando em alvos de interesse militar e quando acabasse a munição propunha fechar o portão do Forte e colocar fogo na pólvora, ocasionando a morte de todos, mas Gomes não concordou com isso, pois mais bombardeios matariam mais civis, e o Forte não pertencia ao governo, mas sim ao Brasil. Deste modo, os soldados resolveram acatar a ideia de Gomes e depois abandonaram o Forte.

Após o conflito, os revolucionários que ainda se encontravam vivos foram levados para o Hospital Central do Exército, sobrevivendo apenas Eduardo Gomes e Siqueira Campos, contudo, um fato curioso é que durante muito tempo a historiografia brasileira imortalizou os participantes do Forte de Copacabana como os Dezoito do Forte de Copacabana, porém no episódio final, segundo Silva (1964), quando os militares estavam saindo do Forte, ficaram apenas 28 soldados, não havendo certeza do número exato dos combatentes que restaram para lutar contra os soldados do governo, mas futuramente, no livro de Siqueira (1984), já citado por nós, denominado *Caminhada com Eduardo Gomes*, o autor nos revela que Gomes havia dito em uma entrevista que teria sido 13 o número de combatentes finais, contra as tropas legalistas, pois o combinado era saírem em torno de 29 soldados do Forte, sendo confirmado apenas 17 para lutarem contra as tropas do governo, mas durante a marcha, um civil, que era Octávio Correia, juntou-se ao grupo, totalizando 18 combatentes, porém ao se aproximarem do local onde se encontravam as forças opostas, o número se reduziu para 13.

O movimento conhecido como os Dezoito do Forte de Copacabana, que teve a participação de Gomes, foi um movimento importante dentro do cenário de acontecimentos da década de 1920, em que seus participantes tentaram se colocar como defensores da pátria, lutando a favor daquilo que acreditavam, pois não sendo possível uma mudança em nossa democracia que representasse tanto de maneira justa o nosso modelo representativo, visando ao mesmo tempo, melhores condições para o Exército; o movimento revolucionário buscou alternativa pelas armas. No entanto, não apresentando de forma elaborada um programa de reforma, fato este que ocorreria dois anos depois, em São Paulo; apenas se baseando nos

principais acontecimentos do período que também contribuíram para o início do levante militar, que já destacamos, e que foram os episódios das cartas falsas<sup>28</sup>, a Reação Republicana, o caso de Pernambuco e todas as mazelas da República oligárquica, os revolucionários optaram por esse movimento que durou apenas um dia.

Não podemos esquecer que apesar da grande discussão e da crítica historiográfica feita sobre o movimento tenentista de 1922 e de figuras que dele participaram, como é o caso de Gomes, o conflito teve várias vítimas, tanto por parte dos revolucionários, como por parte dos civis que apoiaram ou não o movimento, e das tropas legalistas. Do mesmo modo, os oficiais do Exército que estavam envolvidos na revolta de 1922, foram presos e processados. O mesmo não se deu com os políticos que ajudaram a inflamar a sedição, como o senador Nilo Peçanha, o governador da Bahia J. J. Seabra e Maurício de Lacerda que não sofreram punição.

## **2.2 A Revolução de 1924: uma continuidade**

Após o movimento revolucionário dos Dezoito do Forte de Copacabana, os militares planejaram a próxima revolução que ocorreu em 1924, na cidade de São Paulo. Esta duraria cerca de um mês, do dia 5 ao dia 28 de julho. Dominando São Paulo por esse período, o movimento conseguiu expulsar da capital paulista o governo estadual, porém foram duramente contra-atacados e se retiraram para não serem derrotados, em direção ao sul do estado. Assim, formariam a chamada Coluna Miguel Costa-Prestes, ficando conhecida como Coluna Prestes, que durou de 1925 a 1927. Através da Coluna Prestes os tenentes chegaram ao auge daquilo que foi a primeira fase do movimento tenentista, e marcharam para o interior do Brasil, por acreditavam na possibilidade de expandir a Revolução por todo o país.

Cohen (2007), ao retratar a memória do espaço urbano de São Paulo, no período da revolta de 1924, destaca que houve em grande parte a destruição da cidade paulista, bem como narra os principais episódios conturbados do conflito.

São Paulo que se desenvolveu principalmente com o café e a ferrovia, era nos anos 20, uma cidade cuja população via semelhança com as cidades europeias. Até a segunda metade do século XIX, a cidade era uma pacata vila provinciana, respirando ainda os traços coloniais.

---

<sup>28</sup> As cartas falsas que eram duas, foram publicadas respectivamente, pelo jornal *Correio da Manhã* no dia 3 de junho e 6 de junho de 1921. A primeira carta foi supostamente escrita por Artur Bernardes ao senador Raul Soares, questionando a integridade moral das forças armadas, bem como o marechal Hermes da Fonseca. A segunda carta continha ofensas a Nilo Peçanha, que era o candidato opositor. É importante ressaltar que essas cartas foram usadas como pretextos para organizar os grupos que recusavam o sistema político vigente. Conferir em: <<http://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>>. Acesso em: 09 de jul. 2017.

Fundado no topo de uma colina em volta dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, o núcleo urbano original se organizou devido a uma lógica monumental religiosa, balizada pelo Mosteiro de São Bento, o Convento de São Francisco e o Convento do Carmo (COHEN, 2007).

Os imigrantes que chegaram ao país, atraídos pelo trabalho nas fazendas de café, tiveram em seus descendentes um importante papel para o desenvolvimento da história de São Paulo, pois muitos italianos, alemães, espanhóis, japoneses, entre outros, que passaram a trabalhar nas fábricas, construções civis, e outros lugares, formaram seus próprios bairros, trazendo seus costumes e meios culturais.

Graças ao dinheiro do café, São Paulo teve um rápido crescimento industrial. No Brás e na Mooca, por exemplo, concentraram-se as indústrias têxteis e de alimentos, como o moinho Matarazzo e a tecelagem Mariângela, do conde Francisco Matarazzo ou até mesmo o Cotonifício Crespi, do conde italiano Rodolfo Crespi e também a Companhia Antarctica, de cervejas, os moinhos Gamba e Paulista. Já em Belenzinho, concentraram-se as empresas de vidro: Santa Marina, Itália, Paraíba. Contudo, mais da metade dos operários dessas fábricas eram mulheres ou crianças que ganhavam muito pouco e eram totalmente exploradas em seus trabalhos. As mulheres ganhavam metade do salário dos homens, e as crianças um décimo, sendo que a lei proibia que se contratassem crianças com menos de dez anos ou que menores de dezoito anos trabalhassem a noite, porém a lei era completamente ignorada, e estes últimos trabalhavam em jornadas de até 12 horas, no período noturno (DORIA, 2016).

A revolta teve início no dia 5 de julho de 1924, o qual tanto as praças do 1º Batalhão como as do 2º da Força Pública, estavam em sua totalidade, impossibilitadas de auxiliarem o Governo, pois foram pegas de surpresa no recinto do jardim da Luz pelos rebeldes. Assim, os revoltosos eram em torno de 950 a 1.000 combatentes, contando com a ajuda de todo o Regimento de Cavalaria, tendo cerca de 500 homens; mais da metade das praças do 2º Grupo de Artilharia Pesada, que tinha sob o comando o 1º tenente Custodio de Oliveira, levando consigo perto de 100 homens do 4º Regimento de Quitauína, em número aproximado de 80 praças sob Infantaria, que também tinham quartel em Quitauína, e que estavam iniciando exercício de campanha; 80 praças do 4º Batalhão de caçadores, que tinham sob o comando o 2º tenente Asdrubal Gayer de Azevedo, e no máximo, perto de uns 200 praças do Corpo Escola, e do 1º e 2º batalhões da Força Pública, que logo no começo aderiram à revolta (NORONHA, 1924).



Cabe destacar que a Força Pública contava com equipamentos modernos, que incluíam aviões e canhões de alta artilharia, inclusive seus soldados foram treinados por uma missão francesa, do mesmo modo que as Forças Armadas.

Com relação a participação de Gomes na Revolução de 1924, destacamos alguns momentos decisivos que contaram com o apoio do tenente. O primeiro ocorreu ao anoitecer do dia 5 de julho, em que Gomes foi o comandante da operação em um dos pontos principais dos revolucionários, que era a estação da Cantareira. Os outros pontos importantes dos revolucionários foram: as estações da Luz e Sorocabana, que estava sob o comando do tenente João Cabanas; o Hotel Terminus, que tinha o capitão Newton Estilac Leal como o comandante; a estação do Brás, que contava com o comandante tenente Arlindo de Oliveira; e o Quartel do 4º Batalhão de caçadores, tendo sob o comando o tenente Asdrubal Gwyer de Azevedo (CARONE, 1975).

O segundo momento decisivo ocorreu na manhã do dia 6 de julho, em que os revolucionários se concentravam no 4º Batalhão de Polícia e Gomes assumiu um dos postos de artilharia, que com boa mira, derrubou com um tiro preciso a caixa d'água do quartel, deixando seus oponentes sem água (DORIA, 2016).

Além disso, Gomes no dia 8 de julho, tendo acumulado as funções de comandante de uma seção do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, bombardeou pela manhã, o edifício do comando geral e depois do meio dia o Palácio do Governo e os edifícios da Polícia Central e da Secretaria da Agricultura, bem como o da zona do mercado, pontos estes que situava-se uma forte reserva do Governo (CPDOC – Arquivo João Luis Alves – Procuradoria Criminal da República, dez. 1924).

No dia 13 de julho de 1924, tendo forte concentração das forças legais em direção à Penha e ao Ypiranga, não sendo possível aos revolucionários identificarem a situação das tropas legalistas, a não ser por avião, fizeram o roubo de todos os aviões existentes em São Paulo, guiados pelas informações dos aviadores, Antônio Reynaldo Gonçalves, tenente da Força Pública, e Anésia Pinheiro Machado, que estavam ambos comprometidos com a revolução. Ao tenente Eduardo Gomes coube o comando dessa nova arma do movimento, contando com os aviadores Reynaldo e Anésia, como auxiliares, pois conheciam bem os campos de aviação existentes na Capital, assim como todos os aparelhos de seus colegas (CPDOC – Arquivo João Luis Alves – Procuradoria Criminal da República, dez. 1924).

Outro grande momento decisivo, que acabou não ocorrendo, foi quando os revolucionários depois de perceberem que São Paulo estava arrasado com todo o bombardeio realizado pelos legalistas, resolveram pensar a ideia de um voo. Com um avião monomotor

Curtiss Oriole de três lugares e asa dupla, pertencente a aviadora Thereza de Marzo, com o tanque cheio, poderia sair de São Paulo, ir para o Rio de Janeiro e ainda fazer o caminho de volta. O plano dos revolucionários era de lançar uma poderosa carga de dinamite sobre o Palácio do Catete e eliminar o Presidente da República. No comando do avião ficaria Eduardo Gomes e como piloto o alemão Carlos Herdler, que havia fugido do antissemitismo europeu. Ambos decolaram do Campo de Marte no dia 24 de julho, levando além dos explosivos, mais 30 mil exemplares de um manifesto, dirigido aos cariocas e fluminenses. Todavia, não conseguiram realizar o destino, pois após certo tempo de voo o avião apresentou um problema no motor e os mensageiros tiveram que pousar em Cunha, próximo do Estado do Rio, num pantanal, deixando o avião inutilizado (CPDOC, Arquivo João Luis Alves – Procuradoria Criminal da República, dez. 1924).

Durante o movimento tenentista os revolucionários escreveram alguns manifestos, que mostravam em sua maioria seus objetivos, e como integrante do movimento, partimos do princípio de que Gomes compartilhava de tais ideais.

No dia 10 de julho de 1924, os revolucionários por meio de um manifesto responderam à nação que ansiavam encontrar-se com os representantes da imprensa da capital. Não tendo conseguido, devido aos rigores da lei de imprensa e das consequências do estado de sítio, sendo ele próprio, um movimento de caráter patriótico e nacional, com grande significado político e social. Percebemos também que o movimento já estava sendo preparado há meses e deveria acontecer simultaneamente em alguns estados, só não ocorrendo de forma simultânea devido a algumas circunstâncias imprevistas. Vejamos:

Os chefes do movimento revolucionário ansiavam por encontrar-se com os representantes da imprensa desta capital, porquanto desejavam, com urgência, tornar públicas as razões fundamentais do seu movimento e definir os seus objetivos, não o tendo feito anteriormente devido aos rigores da lei de imprensa e das circunstâncias conseqüentes ao estado de sítio.

Antes de mais nada, é preciso fazer notar que esta revolução não é um movimento isolado, que se tivesse podido levar a efeito somente nesta circunscrição da República.

È um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, a sua ação tem um característico nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente há muitos meses, deveria irromper simultaneamente, em S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Circunstâncias imprevistas porém, determinaram a sua irrupção sem o caráter de simultaneidade previsto, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e a eficácia da ação das demais unidades do movimento revolucionário (SILVA, 1964, p. 528).

Continuando o manifesto, os revolucionários diziam que o Exército Nacional não poderia aceitar o governo do Dr. Artur Bernardes, principalmente devido as ofensas que Bernardes dirigiu a eles. Mas também, o movimento almejava a substituição do atual governo da República, por entenderem que ele não estava a altura dos destinos do país tendo sido o mesmo governo de vícios que vinha dirigindo o Brasil nos últimos anos (SILVA, 1964, p. 528). Além disso, o manifesto afirmava que o Exército não tinha nenhuma ambição e não queria nenhum posto, apenas agia por altruísmo brasileiro, principalmente patriótico, visando dar o exemplo aos republicanos. Vejamos o objetivo do movimento:

O Exército quer a Pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa, e alto descortino político.  
O Brasil está reduzido a verdadeiras satrápias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social (SILVA, 1964, p. 529).

Podemos destacar que o movimento tenentista fazia duras críticas ao sistema político vigente na época, e ressaltando as qualidades que consideravam essências num governo moral, íntegro e honesto, para o Brasil. Ao mesmo tempo, diziam que os políticos daquele momento, buscavam se preocupar apenas com si próprios, agindo de forma autoritária. Outro fato importante que cabe destacar, é a forma com que essa parte do Exército agiu, colocando-se como defensores da pátria, talvez, se inspirando no modelo de aprendizado dos jovens turcos, que tiveram, e que já foi explanado por nós aqui.

Os revolucionários ainda afirmavam a situação de impotência que o povo brasileiro vivia nesse período, perante as mazelas do governo oligárquico, dizendo também, que o Exército Nacional, com a Proclamação da República jurou fidelidade à Constituição, sendo esta uma das causas do acontecimento do movimento que não poderia ficar alheio à vida da nação. O movimento também criticava a irresponsabilidade dos governantes, que estavam abusando do crédito brasileiro (SILVA, 1964, p. 529).

Com os seus propósitos liberais já descritos no começo do manifesto, também constava no documento que o objetivo do movimento, ao ocupar São Paulo, era que a cidade pudesse passar a ter um governo de valor e de caráter. Inclusive, os revolucionários já teriam feito um convite ao Sr. Conselheiro Antônio Prado, para que administrasse o estado paulista, e caso Prado não pudesse assumir o encargo, outro nome havia de ser encontrado para as

exigências do momento. O movimento também afirmava ficar à disposição da população de São Paulo, garantindo a justiça e a segurança necessária a todos. Sobre as depredações, incêndios e saques que ocorreram, os combatentes diziam não terem nenhuma responsabilidade.

Desejávamos, para reafirmar e confirmar os nossos propósitos liberais e abnegação a que aludimos no comêço desta exposição, que, como nos demais departamentos da República, São Paulo tenha um govêrno de paulistas de valor e de caráter, de homens arraigados às suas nobres tradições, capazes de ser, aqui, uma unidade eficiente do programa geral de moralização nacional. Os chefes do movimento revolucionário já deram providência nesse sentido, tendo feito um convite ao Sr. Conselheiro Antônio Prado.

Caso êsse paulista não possa assumir o encargo dos que confiam nos seus merecimentos, outro nome há de ser encontrado capaz de atender às exigências do momento.

[...] a população de São Paulo encontrará da parte dos revolucionários todos os esforços para a sua segurança e garantia, assim como para a aplicação de quaisquer princípios de justiça.

[...] nenhuma responsabilidade ou conivência tivemos em saques, depredações ou incêndios verificados e levamos a nossa tolerância ao extremo de poupar o máximo de vidas e de prejuízos materiais para a cidade. São Paulo tornou-se o centro desse movimento, sendo nosso programa estendê-lo a todo o Brasil, com a ordem e o patriotismo já mencionados.

[...] os prefeitos de tôdas as cidades do Estado, inclusive da Capital, serão mantidos em suas investiduras (SILVA, 1964, p. 529-530).

Segundo os revolucionários, o programa de reforma política e social se estenderia para todo o Brasil, assim vemos o caráter nacional do movimento. Os revolucionários também garantiram que todos os prefeitos de todas as cidades do estado, e até mesmo da Capital, iriam ser mantidos em seus postos, este fato, juntamente com o fato de que os revolucionários queriam convidar um civil, isto é, Conselheiro Antônio Prado, para administrar o Estado paulista, bem como a tarefa de incumbir a administração da cidade de São Paulo ao prefeito Firmiano Pinto, que como já dito anteriormente, continuava em São Paulo, nos mostra a incapacidade dos revolucionários governarem o estado, mas também o país, pois ao invés de eles próprios exercerem tais funções, denotam-nas a outros civis.

Devido à situação preocupante que São Paulo se encontrava no episódio revolucionário, coube a José Carlos de Macedo Soares, então presidente da Associação Comercial na época, desempenhar papel decisivo no episódio. Apesar de ser contra o levante, Soares foi quem iniciou meios de negociação entre os revolucionários e as autoridades contrárias ao movimento. Assim, em uma carta que o general Abílio de Noronha teve acesso,

no dia 17 de julho de 1924, entregue pelo próprio Soares, observamos as reivindicações que o movimento exigia para depor as armas, escrita pelo general Isidoro Dias Lopes, chefe das forças revolucionárias.

Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo: - Dr. Wenceslau Braz. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma *Constituinte* que manterá obrigatoriamente:

1° - Forma de Governo Republicana Federativa.

2° - As actuaes fronteiras dos Estados em tudo que disser respeito aos interesses regionaes, com a possível diminuição do numero das unidades na Federação, afim de tornal-as mais equilibradas.

3° - A separação da Igreja e do Estado, firmando o principio de liberdade religiosa e a defesa da maioria catholica nos seus direitos constitucionaes contra as intolerâncias da irreligiosidade.

4° - Atribuição da justiça de conhecer da constitucionalidade dos actos legislativos.

5° - A proibição dos impostos interestaduaes.

6° - Tudo o que se refere á declaração dos direitos aos Brasileiros, não se admittindo modificação alguma se não ampliativa.

7° - Proibição da reeleição do Presidente da Republica e dos Presidentes dos Estados. Do mesmo modo a mesma proibição quanto a deputados estaduaes, federaes e senadores, salvo si alcançarem o suffragio de 2/3 do eleitorado comparecente.

O Governo Provisório se obrigará logo que possível:

1° - No que diz respeito ás relações internacionais será mantida a politica tradicional do Brasil, de liquidar pacificamente os conflictos internacionaes;

2° - A manter, rigorosamente, todos os compromissos actuaes da União, dos Estados e dos Municipios;

3° - A decretar o voto secreto;

4° - A realizar as reformas tributarias e aduaneiras, sendo que será prohibida a participação dos agentes fiscaes e alfandegários no lucro das multas e apprehensões.

Em relação ás classes armadas será exigido um absoluto respeito da administração aos direitos legaes dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionaes.

São Paulo, 17 de julho de 1924. – (a.) General Isidoro Dias Lopes, - Chefe das forças revolucionárias (NORONHA, 1924, p. 86–88).

Através deste manifesto, podemos ver o carácter reformista dos revolucionários, com relação ao sistema político brasileiro. Primeiramente pensavam num governo provisório, composto de nomes de confiança do movimento, como o próprio Wenceslau Brás, que era um homem com certa formação intelectual, pois era advogado, e também de larga experiência política, pois fora prefeito de Monte Santo (MG), deputado estadual de Minas Gerais de 1892 a 1898. Também já havia sido nomeado para a Secretaria do Interior, ocupando o cargo até 1902, deputado federal no ano seguinte, além de governador de Minas Gerais em 1909, vice-

presidente da República do marechal Hermes da Fonseca, de 1910 a 1914 e Presidente da República em 1914.<sup>29</sup> Isto nos mostra o que já havíamos afirmado anteriormente, isto é, os revolucionários praticavam o movimento armado, conquistavam seu espaço, para depois pensar em colocar um civil no poder, com certa experiência e hierarquia política.

Outra questão importante citada pelos revolucionários é a separação da Igreja do Estado, firmando um princípio de liberdade religiosa e defendendo a maioria católica nos seus direitos constitucionais, contra as intolerâncias da irreligiosidade. O que percebemos nessa proposta do movimento, com relação a separação da Igreja do Estado, é que esta lei já estava escrita na Constituição de 1891, porém os revolucionários, ao defenderem a maioria católica nos seus direitos constitucionais, reafirmam uma certa volta aos valores do Império, em que o catolicismo era a religião oficial do Estado. Os revolucionários defendem também a população brasileira, uma vez que afirmam a não modificação aos direitos dos brasileiros, se não ampliá-los. A proibição da reeleição do Presidente da República é uma questão interessante, pois a Constituição de 1891 já destacava isso, porém afirma que não haveria impedimentos para um mandato posterior e sim a seguinte. A questão do voto secreto nos chama atenção, visto que naquele momento isso não era possível, e o absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais, mostra a grande preocupação dos revolucionários com seu meio.

O terceiro e último texto publicado pelos jornais paulistanos, no dia 24 de julho e escrito pelo General dos revolucionários, dizia que triunfante a revolução, o governo provisório convocaria uma constituinte para regulamentar os princípios de reforma política do sistema, dando ênfase ao melhoramento do sistema público de educação, fato esse que também analisaremos depois, nos discursos políticos sobre a educação brasileira, do Brigadeiro, como candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945. Concomitantemente, os revolucionários reafirmavam a ideia do voto secreto, da justiça gratuita, a reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados e a redução de nossa máquina burocrática. Ao fim do manifesto, as forças revolucionárias diziam o seguinte:

Sem uma forma de processo singela, sem custos nem selo, sem a possibilidade de cada um defender em juízo, por uma forma ditada pelo simples bom senso, sem praxes tabeliães, o seu próprio direito, não existirá em realidade a igualdade perante a lei. Pois os menos favorecidos da fortuna nunca poderão arcar com as despesas do mais pequeno processo.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau\\_bras](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau_bras)>. Acesso: 16 de jul. 2017.

Nutrem os chefes revolucionários, a certeza de que estes ideais merecerão o apoio incondicional de todos os homens de bem (CARONE, 1975, p. 276-277, apud OESP, 27 – 7 – 1924).

Este manifesto nos mostra a ideia de igualdade social e econômica que os revolucionários tinham, com relação ao povo brasileiro, pois os mais humildes e desfavorecidos de fortuna só teriam igualdade perante a lei e acesso a suas mais variadas formas, se pudessem competir de igual para igual, com a classe mais abastada.

Um documento importante que foi encontrado e apreendido no quartel da Luz, em São Paulo, pertencente ao arquivo do general Lopes, e estampado no jornal *O Paiz*, em 12 de agosto de 1924, momento em que os revolucionários já não se encontravam em São Paulo, esclarecia qual era o plano político do movimento para o Brasil. Vejamos:

- 1) – O movimento revolucionario visa a implantação, no Brasil, do regimen republicano democrático, a moralização da administração e da justiça, a diffusão do ensino e o saneamento das finanças nacionais.
- 2) – A direcção suprema do Paiz será confiada, provisoriamente, a uma “Dictadura” cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 annos sejam alfabetizados.
  - § 1) – Uma vez conseguida essa porcentagem, será convocada a “Constituinte”, que resolverá definitivamente sobre os destinos do Paiz.
  - § 2) – Na vigencia da “Dictadura” será mantida a Constituição actual, revogando-se, entretanto, os artigos:...
  - § 3) – Em qualquer hypothese, serão mantidos, em toda a sua plenitude, os direitos dos cidadãos.
  - §4) – Os compromissos contrahidos pelos governos anteriores, nos Paizes estrangeiros, serão fielmente respeitados.
  - § 5) – Será decretada a “Lei Marcial” em todos os theatros de operações das forças revolucionarias.
- 3) – O governo revolucionario creará escolas em numero sufficiente, de modo a attingir, no menor prazo possivel, a alfabetização do povo brasileiro.
- 4) – Composição do governo revolucionario:
  - a) – Governo Federal.
  - I) – O executivo será exercido por uma junta de dois membros militares e um civil. Suas funcções serão idênticas ás dos actuaes Presidentes da Republica.
  - II) – O Legislativo será exercido por um Conselho Nacional, composto de tres membros para cada Ministerio. Será dissolvido o Congresso Nacional.
  - III) – O Judiciario será exercido pelo Supremo Tribunal Federal, organizado sobre novas bases.
- b) – Governos estaduaes:
  - § 2.º do art. 2) – As Constituições estaduaes serão mantidas no tocante á organização dos Municipios. Ulteriormente serão uniformizadas pela Constituição Federal.
  - Executivo – será exercido por um presidente nomeado pela “Dictadura”, a quem prestará contas directamente. Nomeará e demittirá livremente seus secretários.

II) – Legislativo – será exercido por um “Conselho Estadual” de tantas vezes tres membros, quantas forem as secretarias.

III) – O Judiciario – ficará inteiramente a cargo do Governo Federal.

5) – A “Constituinte” compor-se-á de um membro por cada 50.000 eleitores.

§ 1) – O suffragio será directo, obrigatorio, e secreto.

§ 2) – Deverão ter representantes na “Constituição” as seguintes classes: a) agricultores; b) criadores; c) industriaes; d) commerciantes; e) proletarios; f) magistrados; g) professores; h) força publica (exercito, marinha e policiaes); i) classes intellectuaes (bachareis, medicos, engenheiros, etc.); j) jornalistas (COSTA; GOES, 1924, p. 383–385).

Por meio do documento acima, percebemos que os revolucionários visavam a implantação, no Brasil, de um regime republicano democrático, preocupando-se ao mesmo tempo, com a moralização da administração e da justiça, bem como a difusão do ensino e o saneamento das finanças nacionais. No entanto, o que nos chama atenção é o caráter ditatorial do movimento, o qual diz que o país seria colocado sob uma ditadura provisória, cujo governo se prolongaria até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados. Soma-se a isso, a ideia de que seriam criadas escolas suficientes para atender, no menor prazo possível, a alfabetização do povo brasileiro. Tal fato nos mostra que esse plano dos revolucionários poderia demorar muito, uma vez que educar 60% dos cidadãos maiores de 21 anos, numa época em que o analfabetismo era grande, poderia demorar muito e o país poderia ficar nas mãos de um sistema ditatorial e não de um regime republicano democrático, como destaca o início do texto escrito pelos revolucionários.

Para Bomeny (2003), analisando o recenseamento de 1906, por exemplo, percebe-se que o Brasil tinha uma média nacional de analfabetismo na ordem dos 74,6%. No ano de 1920, de acordo com Ferraro e Kreidlow (2004) ao analisarem o censo dessa época, o país tinha uma taxa de analfabetismo de 71,2%, ocorrendo uma queda de apenas 3,4% desta taxa, em um período de 14 anos, entre 1906 e 1920, de acordo com os dados. Assim, vemos que a educação básica não era uma questão importante para a elite republicana brasileira.

No que diz respeito aos revolucionários, estabelecer uma ditadura por um tempo de fato indeterminado, pois não saberíamos quanto tempo levaria para que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados, era perigoso demais e antidemocrático. No documento, os revolucionários também dizem querer decretar a Lei Marcial, em todos os teatros de operações das forças revolucionárias. Através dessa proposta do movimento, vemos novamente um caráter autoritário deste, pois a Lei Marcial seria praticamente a substituição de todas as leis e autoridades civis de uma nação, sendo colocada em prática as leis dos



militares, rompendo com isso o direito de ir e vir, indo mais uma vez, contra o regime republicano democrático que os revolucionários propuseram no início do documento.

O que confirma mais ainda o caráter ditatorial do movimento é o executivo ser exercido por uma junta de dois membros militares e um civil, sendo a maioria militares, bem como a proposta de o executivo ser exercido por um presidente nomeado pela ditadura, a quem manterá informada diretamente. Fica também ao poder do executivo nomear e demitir livremente seus secretários, mas na verdade é a própria ditadura ou os militares que fariam isso, uma vez que estariam sob o poder.

Por fim, os revolucionários confirmam seu caráter ambíguo de movimento político, uma vez que afirmam que o voto seria secreto, rompendo com o sistema de voto não-secreto e estabelecendo a representatividade na criação de uma Constituinte, das seguintes classes: agricultores, criadores, industriais, comerciantes, proletários, magistrados, professores, força pública (exército, marinha e policiais), classes intelectuais (bacharéis, médicos, engenheiros, etc.) e jornalistas. Seria um movimento de caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo que queriam implantar um regime republicano democrático, antes, queriam estabelecer um regime ditatorial.

Entrementes, não é possível entender a história do Brasil Republicano, sem entender o tenentismo, pois foi um movimento, que além de contar com a participação de Gomes, uma figura importante do século XX, influenciou outros movimentos, como a Coluna Prestes, a Revolução de 1930; e ao mesmo tempo, sem entendermos as raízes tenentistas, não poderíamos compreender o golpe-civil militar de 1964 e toda a sua extensão.

Ao adentrarmos um pouco na narrativa sobre os acontecimentos da Revolução de 1924, encabeçada pelo general Isidoro Dias Lopes e principalmente pelos capitães Joaquim e Juarez Távora, veremos que a cidade de São Paulo sofreu grandes consequências, porém em sua maioria realizada pelas tropas legalistas, que não souberam planejar os ataques de forma correta contra os revoltosos, destruindo assim, diversos pontos da cidade (COHEN, 2007).

Durante o conflito, muitas pessoas não conseguiram chegar a seus destinos, por causa dos tiros e barulhos de canhões. Os principais jornais também não circularam nos primeiros dias do conflito, pois era quase impossível chegar às redações, fazendo com que a falta de notícias se prolongasse, sendo que poucos jornais conseguiram publicar, como o caso da *A marreta* e *A capital*. A censura de imprensa também ocorreu, mas do lado dos revolucionários, que sob o porta voz do comando revolucionário, o coronel Paulo de Oliveira, que convocou uma reunião com os diretores dos principais jornais, foi apresentado o censor

Sigmaringa Costa, ficando encarregado de determinar quais notícias poderiam ser publicadas ou não nos jornais (COHEN, 2007).

O comando revolucionário, embora quisesse controlar a fúria popular, não assumiu a administração da cidade, e reconheceu tal função ao prefeito da cidade, Firmiano Pinto, que continuava em São Paulo. Para os revolucionários, naquela altura, não interessava tomar as providências requeridas, como o socorro aos feridos, o controle da população, ou a segurança da cidade, mas sim, definir o rumo da revolução, a elaboração das estratégias e os próximos passos a serem dados, na tentativa de manter a conquista da capital (COHEN, 2007).

Com a revolta, ocorreram muitos furtos e saques nos armazéns de São Paulo,<sup>30</sup> e devido a isso, no dia 9 de julho, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos Macedo Soares, realizou os primeiros contatos com o prefeito e o chefe revolucionário, Isidoro Dias Lopes, em sua casa, decidindo-se assim a formar uma Guarda cívica, a fim de ser responsável pelo policiamento da cidade. O vice-prefeito, Luiz Pereira de Queiroz não gostou muito dessa ideia, pois a decisão colaboraria com os revolucionários. No entanto, o jornalista Paulo Duarte ficou com a tarefa de organizar uma comissão e convocar os estudantes da Faculdade de Direito, que no dia seguinte, se apresentaram em torno de 200 pessoas para realizarem o serviço de policiamento, protegendo as lojas, os cofres de bancos, os depósitos e as instalações industriais.

Outra providência que foi tomada foi a criação de uma comissão de abastecimento que ficou encarregada de estabelecer uma tabela de preços dos gêneros alimentícios e controlar os estoques que haviam na cidade, evitando assim a especulação e o açambarcamento. Também cabia a essa comissão a obtenção e o fornecimento de alimentos para toda a cidade, a partir do interior do estado, tarefa que ficou sob a incumbência dos membros nomeados para percorrerem as zonas de produção no interior e fazer o embarque pelas estações ferroviárias (COHEN, 2007).

Como já dito anteriormente, o bombardeio legalista foi o grande responsável pela destruição da cidade de São Paulo, devido à falta de pontaria e apenas com a função de exercer pressão psicológica sobre o comando revolucionário, além de ter sido duramente criticado pela desconsideração com a população civil (COHEN, 2007).

Descrevendo sobre as estratégias das tropas legalistas e dos revolucionários, a historiadora (COHEN, 2007, p. 81) diz o seguinte:

---

<sup>30</sup> Para saber mais sobre a questão dos furtos e saques dos armazéns de São Paulo, conferir: Leite (1924).

[...] a estratégia do comando legalista consistia em fechar cada vez mais o círculo em torno da capital e atacar os rebeldes por meio de patrulhas de assalto e bombardear ininterrupta e aleatoriamente os bairros da cidade. Aproveitando a topografia acidentada, estabeleceram-se no morro da Mooca, nas colinas da Penha e nos altos do Ipiranga, controlando assim a movimentação nas Trincheiras e orientando suas patrulhas de assalto.

[...] Os rebeldes estabeleceram-se na Liberdade, no Paraíso e ao redor dos quartéis e edifícios públicos já conquistados. Seu quartel – general ficou sediado primeiro na Secretaria do 1º Batalhão, na avenida Tiradentes, e posteriormente na estação da Luz. Havia linhas de trincheiras por toda parte, ficando, às vezes, as duas forças inimigas pouco distantes. Seus canhões eram transportados e assestados em pontos diversos, como no morro dos Ingleses e nos altos do Araçá.

Fica claro que, com superioridade numérica, porém com erros de pontaria, as tropas legalistas fizeram de tudo para bombardear a cidade, a fim de dar cabo dos revoltosos. As tropas legalistas poderiam dar fim aos revolucionários muito antes do conflito aumentar na cidade de São Paulo, mas com grandes erros estratégicos, a revolução conseguiu se alastrar.

No entanto, na noite de 27 de julho, isolados e em minoria, os revolucionários resolveram abandonar a cidade de São Paulo e os jornais do dia 28 publicaram um texto do General Isidoro Dias Lopes sobre a retirada do movimento da cidade, e do objetivo deste:

Nosso objetivo fundamental era e é uma revolução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isto era necessário um facto empolgante qual o da ocupação da capital paulista... A semente está plantada e já antevemos, pelo espírito revolucionário latente dos municípios que conseguimos matar o marasmo político que avassalou o Brasil (COHEN, 2007, p. 87, apud DUARTE, 1927, p. 244).

Nesse manifesto escrito pelo general Lopes, percebemos que o objetivo do movimento era realizar uma revolução no Brasil, pois a população estava enfraquecida e até mesmo escravizada pela oligarquia dominante. Desta maneira, concordamos com Cohen (2007) ao argumentar que o movimento tenentista de 1924 se passava por revolucionário, pois defendia uma transformação de grande amplitude, porém para os defensores da ordem legal tudo não passava de uma tentativa de subversão da ordem, assim, vários termos foram empregados para se referir ao movimento: rebelião, motim, quartelada, revolta, mazorqueiros, sedição, rebeldes, entre outros. Com relação ao marasmo político, ao que o General Lopes se refere, falando em nome dos revolucionários, infelizmente não conseguiram extingui-lo, pois podemos presenciá-lo hoje em dia, inclusive após o movimento tenentista de 1924.

Enfrentamos muitos problemas na saúde e educação principalmente, que ao invés de os políticos investirem e evoluírem estes setores, preferem priorizar seus próprios interesses.

No livro escrito pelo general de divisão Noronha (1924), que participou da Revolução de 1924, do lado das tropas legalistas, ficamos sabendo, de fato, como foi o andamento do movimento tenentista, nesse período, na cidade de São Paulo. Deste modo, o autor demonstra que escreveu o livro para se defender das acusações sofridas pelas tropas legalistas, por não terem previsto o início do movimento tenentista e nem tomarem as providências necessárias para que a revolução abortasse, porém, seu livro procura justamente destruir esses fatos, relacionados aos primeiros sucessos do tenentismo, na cidade de São Paulo.

Segundo Noronha (1924), o efetivo orçamentário da Força Pública de São Paulo, em 1924, era de 8.828 homens, mas em realidade este número era de aproximadamente 6.500 homens.

Na madrugada do dia 5 para o dia 6 de julho, um capitão, não identificado, foi até a casa do general Abílio de Noronha, que era comandante da 2ª Região Militar. O general que havia ficado até tarde em uma festa para celebrar os 148 anos de Independência dos Estados Unidos e estava entre os convidados do cônsul, ouviu atento o que o visitante tinha para dizer, em seguida ligou para o chefe da Casa Militar do governador Carlos de Campo e disse a ele que estava ocorrendo uma revolta no quartel de Santana, depois seguiu para o 4ª Batalhão (DORIA, 2016). Mal sabia Noronha que seu carro seria cercado por homens da Força Pública e do Exército, sendo liderados pelo tenente Gwyer e pelo capitão Joaquim Távora, que o prenderia.

No entanto, desde a manhã do dia 5 de julho até a tarde do dia 8, as forças do governo ficaram na defensiva, apenas repelindo os ataques dos revoltosos e aceitando desde o início a ideia de derrota. Os erros praticados nos dias 5, 6 e 7 de julho, resultaram na retirada de Carlos de Campo da capital, a fim de no dia 8 de julho a tarde, poder num lugar seguro, exercer as suas funções de chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que os dois grupos que se enfrentaram no dia 10 de julho, em São Paulo, tiveram do lado dos revolucionários, cerca de 3.000 a 3.500 homens, e do lado das tropas legais, contaram com 14 a 15.000 homens (NORONHA, 1924).

Para Noronha (1924), a explicação que se dá ao domínio dos revolucionários da cidade de São Paulo, entre os dias 5 a 28 de julho de 1924, está relacionada ao mesmo argumento da historiadora Cohen (2007), isto é, ao fato das tropas do governo, contando com sua artilharia, não realizarem outra coisa a não ser atirar sobre São Paulo, sem pontos específicos, não mirando em seu alvo, pois não sabiam os pontos exatos dos revolucionários. Assim, esse foi

um dos erros cruciais, que causaram mais feridos e a destruição quase total da cidade, e ainda por cima, a dominação dos revoltosos nesse período. A artilharia, segundo Noronha (1924), para destruir seu adversário precisava saber dar tiros precisos, lentos, com grandes observações rigorosas para atingir seu objetivo, e não foi isso que as tropas legalistas fizeram.

Os rebeldes não tinham uma linha contínua de fortificações e as suas trincheiras eram fraquíssimas – alguns paralelepípedos empilhados e em geral guarnecidos por número reduzido de homens. Não eram, portanto, obstáculos sérios e nem de longe se pôde qualificar de trincheiras: não tinham defesas acessórias, não tinham para-dorso, para-estilhaços, etc. – eram obstáculos que operários, em dias de greve, costumam oppôr á acção da policia (NORONHA, 1924, p. 136).

Fica claro, que os revolucionários além de estarem em minoria, não tinham uma estrutura defensiva adequada para combater de igual para igual contra as tropas do governo, portanto, os erros estratégicos do exército legalista, sem saber utilizar de seus conhecimentos de artilharia, e nem da aviação militar, contribuíram para que os revolucionários conseguissem dominar São Paulo por quase um mês.

Segundo Romani (2011), a Revolução de 1924, em São Paulo, foi muito pouco investigada pela historiografia brasileira. Os intensos bombardeios ocorridos nos bairros centrais e operários de São Paulo, realizados pelas tropas federais, deixaram segundo as agências internacionais, por volta de 1.000 mortos e 4.000 feridos, quase todos civis. Toda essa matança gerou o maior massacre urbano realizado na capital bandeirante durante os governos republicanos, e foi praticamente ignorada e quase esquecida pelos próprios historiadores, principalmente os paulistas.

Não podemos deixar de lado também, o fato de que os tenentes tiveram apoio da população, que almejava mudanças sociais no regime do país. Exemplo disso foram os ativistas anarquistas, os sindicalistas e o operariado, que organizados apoiaram o movimento tenentista e se colocaram à disposição dos revolucionários como uma força independente. Os comunistas não apoiaram e nem criticaram a revolução, aguardaram para ver a real força do movimento para se manifestarem (ROMANI, 2011).

Embora a historiografia brasileira já tenha realizado várias análises sobre o tenentismo, como o próprio trabalho de Fausto (1997), que argumentou que entre os traços essenciais da ideologia tenentista, está a de que eles se identificavam como responsáveis pela salvação nacional, sendo os guardiães das instituições republicanas. Ao mesmo tempo, tratava-se de um movimento substitutivo, e não organizador do povo, pois mesmo na década

de 1920, eles tiveram uma escassa preparação para assumir as tarefas das elites dirigentes, procurando as figuras civis conservadoras, como o conselheiro Antônio Prado e o ex-presidente Wenceslau Brás.

Se por um lado o movimento tenentista de 1922 e 1924, em todo seu conjunto, foi um movimento antidemocrático, no sentido de usar da força através das armas para impor suas ideias, e mesmo ditatorial, como vimos em seu programa político, por outro lado, o movimento pregava uma mudança política, tentando reformar o sistema político vigente que estava sob o domínio da oligarquia, para isso o tenentismo exigia eleições honestas, pelo menos com o direito de voto mais bem distribuído. Como afirma Doria (2016), o movimento defendia com insistência, os direitos trabalhista e liberdade de imprensa, bem como o direito à justiça para todos e o caminho da educação como a melhor maneira da população ter a oportunidade de crescer, falando principalmente também, de um Brasil democrático.

Mesmo sendo um movimento radical, no sentido de usar armas para lutar pelos seus ideais, ambíguo no sentido político, pois queriam um regime republicano democrático de fato, mas ao mesmo tempo impunham uma ditadura, o tenentismo de 1922 e 1924 lutou por uma transformação no regime político vigente, diante daquilo que acreditavam ser melhor para o país, em que às vezes sem a possibilidade de uma mudança política, pensando no regime oligárquico da época, a única alternativa é a luta anticonstitucional.

Ao analisarmos parte da historiografia brasileira que estuda o tenentismo, cujo movimento contou com a participação de Gomes, veremos que suas ideias, vinculadas aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, e representadas, ao mesmo tempo, por um coletivo de tenentes, que também participaram das insurreições, têm sido passíveis de questionamentos e problemáticas ao longo do tempo.

A historiografia do tenentismo, da década de 1970, por exemplo, pode ser vista através de dois pensamentos opostos sobre o movimento, no que diz respeito a sua representação social.

O primeiro é o trabalho de Rosa (1976), o qual afirmou que o movimento tenentista foi uma força militar que tentou fazer política, sendo porta-voz da classe média, ou seja, o tenentismo seria o seu legítimo representante.

Já para Forjaz (1977, p. 31-32):

O tenentismo é liberal democrata, mas manifesta tendências autoritárias; busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo; pretende ampliar a representatividade do Estado, mas mantém uma perspectiva elitista;

representa os interesses imediatos das camadas médias urbanas, mas se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade brasileira.

Desta maneira, segundo Forjaz (1977), os tenentes em 1922 não foram identificados como porta-vozes das reivindicações de grupo social algum. Mas na Revolução de 1924 em São Paulo, os tenentes tiveram um amadurecimento político e ideológico passando a falar em nome de interesses nacionais e pensando em representar uma consciência nacional.

Ao analisarmos a historiografia da década de 1980 no Brasil, sobre tal temática, percebemos que as ideias de Forjaz (1977) também são pensadas pelo estudioso Drummond (1986), com relação à representação do grupo social que o movimento tenentista poderia ser enquadrado. Drummond (1986, p. 286) comenta:

O tenentismo, nos valores e nas práticas de seus protagonistas – oficiais no Exército Brasileiro -, me parece um movimento singular cuja compreensão perde seus contornos se procurarmos enquadrá-lo como representativo desse ou daquele grupo social civil.

Por fim, a década de 1990, através do trabalho de Fausto (1995), também analisou o tenentismo, procurando não o enquadrar em nenhum grupo social, e afirmando que considerá-lo como um movimento representativo de uma classe específica seria uma simplificação de sua natureza. Mesmo possuindo inegável prestígio entre a população urbana, a maioria dos integrantes do tenentismo eram oriundos de ramos empobrecidos de famílias de elite do Nordeste. Além do mais, os tenentes eram integrantes do Exército e possuíam uma visão de mundo resultante de sua inserção nas Forças Armadas.

Neste sentido, percebe-se um debate ou até mesmo uma dificuldade entre os historiadores brasileiros de identificar o movimento tenentista a um segmento ideológico. Através de nossas análises feitas sobre a Revolução de 1922 e principalmente aqui, do movimento de 1924, podemos ressaltar que o movimento tinha um caráter nacionalista, mas também reformador, pregando mudanças no sistema política da época, pensando em transformá-lo numa República democrática de fato, longe das mazelas e do marasmo político vigente naquele período. Contudo, o movimento tenentista, especificamente o de 1924, tinha uma característica política ambígua, ora falando em República democrática, mas agindo e apresentando um programa de governo ditatorial. Além disso, a insurreição de 1922 agiu de modo muito rápido, sem nenhuma proposta política preparada, mas sendo importante por dar início ao que ocorreria dois anos depois, em um movimento mais preparado. Também, não

percebemos em nenhum momento que o movimento falava em nome de uma classe média, mas sim em nome nacional, no entanto, os revolucionários não quiseram receber ajuda do povo, como um grupo em si, ou se quiseram, não encontramos nenhuma documentação a respeito, apenas fica claro que parte da população apoiava o movimento, que agia de forma independente recebendo ajuda do povo quando possível.

Deste modo, é importante ressaltarmos que o estudo da posição política dos revolucionários tenentistas de 1922 e 1924, por meio da análise de seus manifestos e programas, permite-nos compreender o ideário e o posicionamento político do Brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto integrante desses dois movimentos tenentistas da década de 1920. Assim, concluímos que Gomes sendo integrante dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, compartilhava de seus ideais.



### **CAPÍTULO 3. As eleições de 1945 pela UDN: os discursos do Brigadeiro sobre a questão dos trabalhadores e a educação no Brasil**

Neste capítulo analisaremos os discursos do Brigadeiro contextualizando-os na década de 1940, já que foi um período importante, pois saímos da ditadura Vargas e iniciamos o processo de redemocratização em 1945, com o surgimento de novas eleições e a fundação de novos partidos políticos. É aí que surge a imagem do Brigadeiro udenista, pelo qual nos atentaremos neste trabalho. Ao mesmo tempo, discutiremos sobre a fundação do partido da UDN e seus representantes, bem como sobre o processo da disputa eleitoral de Gomes nesse período.

Os temas que analisaremos nos discursos são as questões dos trabalhadores e da educação, a fim de sabermos a posição política do Brigadeiro por meio desses discursos, que são assuntos importantes discutidos por quase todos os políticos em suas candidaturas. Observando inclusive, se possível, a existência de alguma relação desses temas com o período em que Gomes participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, já que tais movimentos também exigiam mudanças nas áreas do trabalho e da educação no país, bem como ocorreu o processo de escolha do Brigadeiro para ser o candidato da UDN.

#### **3.1 A década de 1940 no Brasil: um período de transformação política**

De 1930 a 1945, quando houve uma redemocratização no país, com o surgimento de novas eleições, tivemos praticamente três golpes de Estado. O primeiro ocorreu em 1930, dando fim à Primeira República e determinando um período de quinze anos de ditadura varguista. O segundo foi em 1937, com a instituição do Estado Novo, e o terceiro ocorreu em 1945, ocasião em que Getúlio Vargas foi deposto da chefia do Estado, tendo início a Terceira República.

Em 1940, o Brasil foi beneficiado com o Acordo Interamericano do Café, proposto pelos Estados Unidos, com o objetivo de sustentar os preços, temendo a desestabilização política em vários países latino-americanos, devido à queda do preço do café, por causa da perda de mercados. O acordo beneficiou o Brasil, pois atenuou as consequências da guerra sobre as suas exportações de café. Além disso, em 1942 a economia brasileira expandiu-se continuamente até 1962, com uma taxa anual da ordem de 7%, sendo o melhor desempenho conseguido até o momento (ABREU, 2013).

Segundo Furtado (2007), em 1942 o valor Free on Board (FOB) das exportações havia excedido em sessenta por cento o valor Cost, Insurance and Freight (CIF) das importações, tendo alcançado o saldo de 2,8 bilhões de cruzeiros. A economia nacional continuava a produzir café em quantidade superior à que podia vender no exterior ou a consumir. Em 1942, os estoques de café acumulados se aproximaram de 1 bilhão de cruzeiros. Dessa forma, se adicionarmos o déficit governamental de 1,5 bilhão de cruzeiros, tivemos uma boa base de operação para o sistema bancário expandir os meios de pagamentos, que aumentaram entre 1942 e 1943, em cerca de sessenta por cento.

As estatísticas do período sobre o crescimento da economia brasileira nos mostram que no ano de 1929 tivemos uma taxa média anual de crescimento do produto da ordem de 4,5 por cento e no período compreendido entre 1929 e 1937, essa taxa reduziu-se para 2,3 por cento. No entanto, no período de 1937 a 1947, a economia nacional elevou-se para 2,9 por cento, aumentando bem mais no período de 1947 a 1957, com uma elevação de 5,3 por cento (FURTADO, 2007).

Os dados mostram que o período compreendido entre 1937 a 1947 teve um lado positivo, uma elevação da economia para 0,6%, se comparado com os anos de 1929 a 1937, porém, se comparado com o ano de 1929, decaímos 1,6%, dos 4,5% que a economia havia apresentado crescimento.

Diante deste quadro econômico, não podemos esquecer que o ano de 1945 põe fim a um período de quinze anos do governo Vargas, com feitos positivos, mas também negativos. Com relação aos aspectos positivos, o governo Vargas foi fruto de uma política nacional desenvolvimentista que modificou a economia brasileira e criou bons resultados, mesmo após a sua morte.

No primeiro governo Vargas (1930-1945), foi criado por decreto – lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940 o salário mínimo, e o decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), passando a se chamar, de acordo com o decreto-lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que melhorou a vida de milhões de brasileiros.

O legado deixado por Vargas é inegável, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, trazendo diversos benefícios aos trabalhadores, estabelecendo a jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, aposentadoria, etc. Todos estes benefícios ainda são discutidos atualmente, além disso, não podemos esquecer da Petrobrás, da Eletrobrás, e mesmo privatizadas, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (criadas

em 1942) sendo responsáveis por grande parte dos minérios e do aço produzidos no Brasil e por parte de suas exportações (BASTOS; FONSECA, 2012).

Por outro lado, Vargas governou em grande parte sob um regime autoritário e antidemocrático, implantado com a revolução de 1930, e depois sobre a encenação do Plano Cohen, no final de 1937, dando início a um golpe que perdurou por mais oito anos. Houve ainda, o controle de órgãos de comunicações exercido pelo DIP para controlar o cinema, o rádio, a imprensa e a literatura política e social. Para calar os inimigos do regime e sanear as mentes, foi proibida a entrada em nosso país de publicações nocivas aos interesses brasileiros. O nacionalismo e a valorização do trabalho foram promovidos no Estado Novo de inúmeras maneiras, por meio de jornais, revistas, músicas populares, meios cinematográficos, etc. (FAUSTO, 2013).

Em meio a esse contexto, o Brasil em 16 de junho de 1944 enviou suas Forças Expedicionárias para combater na 2ª Guerra Mundial, desembarcando nesse período na Itália, num total aproximado de 25 mil homens, entre tropas de combate e pessoal administrativo. O fato é que Vargas não simpatizava com os americanos, mas economicamente o Brasil precisava dos Estados Unidos. Contudo, é importante ressaltar as condições físicas em que nossa juventude recrutada para o combate apresentava, pois mais de 65% dos convocados foram declarados incapazes por diversas deficiências, como analfabetismo, avitaminoses, verminoses, etc. Mesmo diante da situação precária em que se encontravam as pessoas que participaram da guerra, as tropas brasileiras deixaram no campo de batalha cerca de 451 mortos (BASBAUM, 1976).

A presença dos soldados brasileiros na 2ª Guerra Mundial, para combater contra a Alemanha e a Itália, acabou sendo muito importante para o retorno do Brasil às condições democráticas da vida política, que ocorreria logo em seguida.

Logo após a guerra, o então embaixador dos Estados Unidos, Adolfo Berle, em almoço oferecido por alguns grupos políticos da UDN e outros opositores, pronunciou um discurso favorável a democracia e a necessidade da reconstitucionalização do país, demonstrando novamente, o prestígio que a UDN e o Brigadeiro tinham com os Estados Unidos (BAUSBAUM, 1976).

Assim, com a derrota do nazi fascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no final de 1944, mostrava enfraquecimento político. Diversos estudantes, comunistas, empresários, liberais que ficaram ricos com a ditadura e as coalizações de civis e militares, organizados em grupos de resistências, passaram a agir no cenário político. Foi neste período conturbado que o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes surgiu em outubro, sendo confirmado como o

candidato à Presidência da República pela oposição. Depois de alguns meses, o aparato repressivo do Estado já não dava mais conta dos protestos que estavam surgindo de grupos organizados da sociedade, e em janeiro de 1945, ocorreu o 1º Congresso de Escritores clamando por liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto. Em 22 de fevereiro, José Américo de Almeida concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Gomes (FERREIRA, 2003).

No início de 1945, sem o apoio das Forças Armadas e sem praticamente contar com o grupo que o cercava no Palácio do Catete, e ainda com a derrota quase certa do fascismo na Europa, Vargas perdeu as condições para se sustentar no poder da Presidência da República.

A imagem de Vargas, neste momento, passou a ser vista de modo negativo pela imprensa e pela oposição:

Os ataques das oposições veiculadas nos jornais desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro (FERREIRA, 2003, p. 17).

Em fase de retirada do governo Vargas, no dia 28 de maio de 1945 foi decretada a lei conhecida como Lei Agamenon, dando caráter de abrangência nacional aos partidos políticos que estavam voltando à ativa. Assim, tinham concorrido às eleições constituinte de 1945 diversos partidos, como o Partido Republicano, que estava sob a chefia do ex-Presidente Artur Bernardes, Partido Republicano Democrático e Partido Republicano Progressista; Partido Popular Sindicalista; o Partido Libertador, o Partido Agrário Nacional, que teria como candidato presidencial em 1945, Mário Rolim Teles. Ao mesmo tempo, surgia o Partido Democrata Cristão e os grandes Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional (CHACON, 1998).

Estes últimos partidos, isto é, o PTB, PSD e a UDN foram os partidos de destaque na época, elegendo o maior número possível de candidatos políticos. A UDN foi o partido que realizou uma ampla frente de oposição ao Estado Novo e contribuiu inclusive, para à queda de Getúlio Vargas.

No entanto, não podemos esquecer que no ano de 1937 havia alguns partidos, como o Integralista e o Comunista – este atuando na clandestinidade e o Clube três de outubro,

atuando consideravelmente na função de partido político, que acabou absorvendo a política de Vargas, o integralismo e até mesmo o comunismo.

Em 1945 os candidatos à Presidência da República foram: o Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN, Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, tendo inclusive adquirido o apoio de Vargas; Yêddo Fiuza pelo PCB e Mário Rolim Teles pelo Partido Agrário Nacional (PAN). Dutra acabou vencendo, deixando o Brigadeiro em segundo lugar.

Com relação aos três grandes partidos, além da UDN, o PSD foi um partido fundado em julho de 1945, baseado na perspectiva getulista de continuísmo na transformação, deixando como grande marca a força eleitoral e o pragmatismo. Cabe ressaltar que o PSD reuniu no ano de sua fundação, um grande número de interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e representantes das oligarquias estaduais. Era realmente um partido que possuía grandes vínculos com o PTB. Este último, que também surgiu neste contexto, teve entre seus representantes, operários e outros trabalhadores sindicalizados e funcionários públicos. Seu programa político contava com metas e projetos, incluindo questões de ordem política, econômica e social (DELGADO, 2003).

Em um estudo que visa contribuir para a análise da política brasileira no período de 1945-1964, com o objetivo principal de estudar a relação entre o sistema partidário e o Estado, Souza (1976) comenta que o Manifesto dos Mineiros, que foi uma carta aberta, publicada em 24 de outubro de 1943, por importantes nomes da intelectualidade liberal (advogados e juristas) do estado de Minas Gerais, exigindo a redemocratização do país e o fim do Estado Novo, foi muito importante também para o enfraquecimento político do Estado Novo, uma vez que marcou o início dos protestos contra o regime de Vargas de forma mais organizada, o qual inclusive a imprensa, menos tímida, expressava o pensamento de grupos civis e militares que eram favoráveis à implantação de um regime liberal democrático no país.

Realizando uma análise da política social de Vargas, Basbaum (1976, p. 164) nos diz:

Vargas transformou-se em “pai dos pobres”, “amigo do proletariado”, partidário de uma legislação social que protegesse os operários contra o arbítrio dos patrões, não por sentimentalismo, não por espírito socialista mas simplesmente porque precisava de um apoio para governar e, isolado das chamadas classes conservadoras, e das Forças Armadas que o consideravam com desconfiança – só o povo o poderia manter no poder.

O povo brasileiro estava ansioso para as novas eleições que ocorreriam em 2 de dezembro de 1945, e a UDN era vista como a grande esperança de uma modificação política, aspirando à volta de uma democracia. Por isso, o partido lançou o nome do Brigadeiro

Eduardo Gomes como o seu candidato, pelos motivos já ressaltados acima, em que sua trajetória de vida, de luta democrática, foi fundamental para ser o escolhido como candidato à Presidência da República pela UDN, diante do contexto político da época. Sendo assim, os dados estavam lançados e as eleições iriam decidir os novos rumos do país.

### **3.2 A fundação da UDN e a escolha do Brigadeiro como o candidato à Presidência da República**

A UDN foi fundada em 7 de abril de 1945, tendo como candidato à Presidência da República, o Major – Brigadeiro Eduardo Gomes, que havia se exonerado do cargo da Diretoria das Rotas Aéreas. Nesta data, em uma reunião, houve além da organização formal do partido, a preparação da Convenção que lançaria, oficialmente, a candidatura do Brigadeiro, o qual inclusive, já havia sido anunciada na imprensa por José Américo, no jornal *Correio da Manhã* (BENEVIDES, 1981).

Ao analisarmos os discursos do Brigadeiro presentes na obra *Campanha de Libertação*<sup>31</sup>, observamos que os temas predominantes durante sua campanha foram: a questão do trabalhador, a educação, o café, a siderurgia, o exército, as secas, o transporte e a rodovia, a questão econômica, liberdade de imprensa, anistia, eleições livres, sufrágio universal e principalmente críticas relacionadas à ditadura de 1937. Podemos perceber que eram temas políticos que agradavam tanto os ideários da esquerda, quanto os da direita.

É interessante ressaltarmos que no início da fundação da UDN, o partido reuniu dois grupos (o da esquerda, seus fundadores e os da direita, os invasores), que se encontraram com um único objetivo, o de acabar com o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo. Mais tarde, o grupo da esquerda por ser muito fraco, teve vários de seus integrantes aderindo ao PCB, que havia se tornado legal, após a libertação de Prestes. Assim, os membros da burguesia financeira passaram a dominar o partido, e os elementos esquerdistas, vendo-se em minoria, fundaram dentro da própria UDN, a Esquerda Democrática (BASBAUM, 1976), que se transformaria mais tarde, junto com a União Democrática Socialista (UDS) em 1946, o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Constituído em 1945, em São Paulo, por iniciativa de intelectuais de esquerda, a UDS apoiou a candidatura do Brigadeiro pela UDN. Caracterizava-se como um movimento e não como um partido, visando um agrupamento de ação política independente, no interior do

---

<sup>31</sup> Gomes (1946). Este livro contém todos os discursos do Brigadeiro em sua campanha política pela UDN, em 1945.

movimento operário brasileiro, sem ideais eleitorais imediatos e próprios. Juntamente com outros grupos socialistas, o movimento tinha a intenção de colaborar para a efetivação da democratização no Brasil, lutando ao mesmo tempo, pela conquista de melhorias sociais e econômicas para os trabalhadores, e também pela formação de um amplo partido com base popular e de âmbito nacional, com a intenção de desenvolver eficientemente a difusão do socialismo pelo Brasil (CHACON, 1998).

O movimento, assim como a UDN e outros partidos, reivindicava o fim definitivo do Estado Novo, e todo seu aparelho de repressão, bem como o combate de todas as ações políticas de Vargas. A justificativa da UDS era a seguinte:

O Estado Novo arruinou o Brasil e agravou consideravelmente a situação econômica do povo trabalhador. A desvalorização da moeda e a inflação desenfreada elevaram o custo de vida a índices jamais conhecidos, enquanto os salários tiveram aumentos insignificantes. A miséria, a mortalidade infantil e a ignorância são os contrastes chocantes da dissipação das classes abastadas e dos lucros extraordinários. A crise econômica inevitável com o fim da guerra poderá agravar mais ainda a situação do povo. Daí a apatia popular e a necessidade de satisfação imediata das justas aspirações das classes trabalhadoras (CHACON, 1998, p. 411).

Vemos que a principal questão da UDS para desejar o fim do Estado Novo e o governo Vargas, era a questão econômica relacionada ao povo trabalhador, além da desvalorização da moeda, em que os custos de vida haviam se elevado e os salários, conseqüentemente, tiveram aumentos insignificantes. A miséria e outras situações negativas, que vinham ocorrendo a um bom tempo, prejudicando a classe trabalhadora também eram questionadas pela UDS, bem como a crise econômica obtida após a guerra, que poderia piorar ainda mais a situação do povo.

O movimento, em seu programa, terminava declarando apoio ao Brigadeiro da seguinte forma:

Contrariamente, a candidatura Gaspar Dutra polariza as forças mais reacionárias do País, as velhas oligarquias políticas e o fascismo indígena, cuja vitória significaria a continuação do Estado Novo sob uma nova forma e com democracia puramente de rótulo. Entre essas candidaturas, tomamos partido ao lado de Eduardo Gomes. Esse apoio, entretanto, visa o esforço e a unidade das correntes democráticas de oposição à ditadura, e estará sempre condicionado ao lançamento de programas que sejam consentâneos com as aspirações econômicas, sociais e políticas da classe média e dos trabalhadores (CHACON, 1998, p. 413).

Já a Esquerda Democrática (ED), também fundada em 1945, definia-se como um grupo de pessoas que aceitava uma declaração escrita por eles mesmos. Tal declaração foi entregue ao Brigadeiro no dia 12 de junho de 1945, cujo programa seria elaborado por uma Convenção Nacional, sendo convocada oportunamente. A ED também apoiava Gomes e tinha como objetivo político “conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições” (CHACON, 1998, p. 416).

A fim de consolidar seu apoio ao Brigadeiro, a Esquerda Democrática afirmava o seguinte:

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura, é cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de novembro de 1937, abre ao País perspectivas da mais sincera restauração democrática.

Quando ela surgiu espontaneamente do seio do povo, como um anseio das almas livres e antes que a União Democrática Nacional se houvesse constituído, os homens que formam a Esquerda Democrática aceitaram-na, desde logo, porque representava, por si mesma, o programa da democratização do Brasil e do repúdio total ao ditador de 10 de novembro de 1937.

[...] E, de fato, a candidatura Eduardo Gomes abre perspectivas de um regime que terá de viver no apoio popular e em que todos os que contribuem pelo trabalho para a formação da riqueza, terão em suas mãos o destino dessa riqueza, libertado o trabalhador da opressão oficial em seus sindicatos, restituída ao intelectual a liberdade de opinião e assegurando a todos o direito de influir na direção dos negócios públicos (TSE, Registro Partidário, 1945, p. 9-10).<sup>32</sup>

A ED, ao apoiar o Brigadeiro, também argumentava que seria a melhor opção para o país restaurar-se democraticamente, colocando fim à situação inaugurada em 10 de novembro de 1937. O grupo da ED foi além e afirmou que a vitória de Gomes libertaria os trabalhadores da opressão de seus sindicatos, daria aos intelectuais a liberdade de se expressar democraticamente e asseguraria a todos o direito de influir no controle dos negócios públicos.

A verdade era uma só, o Brigadeiro representava naquele momento os ideais democráticos extintos pela ditadura de Vargas, respeitando os ideais de uma constituição mais justa e igualitária. Com o apoio de vários representantes das mais variadas classes políticas e

---

<sup>32</sup> Conferir em: <[http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf)>. Acesso em: 25 de ago. 2017.



o povo clamando pela democracia, o Brigadeiro passou a ser visto como a personificação da democracia brasileira, em 1945.

Com relação ao partido da UDN, entre os assinantes da Ata da Fundação da União Democrática Nacional, estavam as seguintes pessoas:

José Augusto Bezerra de Medeiros, Adhemar de Barros, Joaquim Bandeira de Mello, João Cleophas, Carlos de Lima Cavalcanti, Carlos Castilho Cabral, Antonio Carvalho Guimarães, João Carlos Machado, Raul Pilla, Poty Medeiros, Waldemar Ferreira, Oscar Stevenson, Mathias Olimpio, José Candido Ferraz, Osório Borba, Arnon de Mello, Wanderley Pinho, Adhelmar Rocha, Francisco Alves Cavalcanti, Raphael Cincurá de Andrade, Oswaldo Trigueiro, Belmiro Medeiros, Raphael Fernandes Gurjão, Ernani Satyro, Nehemias Gueiros, Amorim Parga, Maria Luiza Bittencourt, Maria Rita Soares de Andrade, Orlando Vieira Dantas, Tristão da Cunha, Lourival de Mello Motta, Pedro da Costa Rego, Orlando Araújo, Lino Machado, Luis Camillo de Oliveira Netto, Joaquim de Salles, Astrogildo Pereira, Nelson Souza Carneiro, José Gaudêncio, Emilio Diniz da Silva, Domingos Vellasco, José Ferreira de Souza, Alde Sampaio, Paulo Martins, Luis Pinheiro Paes Leme, Jones Rocha, Tito Lívio de Sant' Anna, João Mangabeira, Heitor Beltrão, Mario Martins, Nelson de Sena, Jacy de Figueiredo, Carmem Portinho, Maurício de Lacerda, Lengruher Filho, Miguel Costa Filho, Raul Leite Filho, Xavier de Araujo, Evandro Lins e Silva, Dortmund Martins, Benjamin Miranda, Aristides Mariano de Azevedo, Jurandyr Pires Ferreira, João Evangelista Lobato, Luiz Tinaco da Fonseca, Jeronymo Monteiro Filho, Oscar Przewodosky, José Eduardo de Prado Kelly, Dionísio Busier Bentes, Arthur Leandro de Araújo Costa, Romão Junior, Virgílio A. de Mello Franco (BENEVIDES, 1981, p. 27-28).

Por meio das seguintes assinaturas, observamos que a fundação da UDN não incorporou apenas indivíduos liberais ou liberais democratas mais de direita, mas principalmente se reuniram para apoiar a candidatura do Brigadeiro, representantes políticos da esquerda, como o próprio Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, Maurício Paiva de Lacerda, que destacou-se como defensor de operários comunistas e anarquistas, e dirigente do PCB, tendo sido preso em 1936 acusado de participar da Revolta Comunista de 1935, e João Mangabeira, que defendeu o socialismo e integrou a Esquerda Democrática (ED), em 1945, apoiando a UDN neste período. Orlando Vieira Dantas<sup>33</sup>, um proprietário rural e empresário da agroindústria açucareira, tendo se formado em engenharia civil, no Rio de Janeiro, em meados da década de 1920, também foi outro que entrou na UDN e mais tarde passou para o lado da Esquerda Democrática e depois filiou-se ao Partido

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orlando-vieira-dantas>>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

Socialista Brasileiro (PSB). José Osório de Moraes Borba<sup>34</sup>, outro político brasileiro, teve um passado de oposição ao governo Vargas, principalmente nas medidas repressivas que ocorreram ao levante comunista de novembro de 1935. Durante o Estado Novo, Borba publicou sátiras e escreveu críticas no jornal, contra o regime ditatorial. Em 1945, ligado a UDN, identificou-se com a corrente udenista que se formou mais tarde, isto é, a Esquerda Democrática, que possuía um programa mais social, voltado para a ampliação das conquistas sociais obtidas durante o governo Vargas.

Alguns nomes, como Carlos de Lima Cavalcanti e Maurício Paiva de Lacerda, defenderam no passado o movimento tenentista. O primeiro<sup>35</sup> foi um advogado, nascido em Amaraji (PE), em 1892, tendo em 1922, apoiado à candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à Presidência da República, lançada pela Reação Republicana. Em 1927, Cavalcanti fundou em Recife o *Diário da Manhã* e, posteriormente, o *Diário da Tarde*, jornais em que fazia a defesa do ideário tenentista. Já Lacerda<sup>36</sup> nasceu em Vassouras (RJ), em 1888, com formação também em Direito, tendo participado das articulações que levaria o surgimento do levante tenentista de 1922. No ano de 1924, voltou a participar das conspirações que levaram ao surgimento de novos levantes militares contra o governo federal. Nesse episódio, foi designado pelos líderes revoltosos para buscar o apoio de políticos civis e do movimento operário aos levantes. Acabou sendo preso por conta de sua atuação nesses episódios. Em 1931, filiou-se ao Clube 3 de Outubro, criado por lideranças tenentistas em apoio ao novo regime. Com o surgimento da UDN, em 1945, presidiu a seção carioca do partido até o ano seguinte.

Entre os assinantes da Ata da fundação da UDN, também estão figuras políticas mais conservadoras ou liberais, como Tristão Ferreira da Cunha, que foi um dos assinantes do chamado *Manifesto dos Mineiros*, que reivindicava a democratização do país, sendo um manifesto público de setores liberais contra o Estado Novo, e Alde Feijó Sampaio, que também apoiou o *Manifesto dos Mineiros*.

Outros nomes ligados às elites paulistas, como Adhemar Pereira de Barros e José Eduardo do Prado Kelly<sup>37</sup>, que inclusive não era de esquerda, também apoiaram o Brigadeiro.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-osorio-de-morais-borba>>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

<sup>35</sup> Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos\\_de\\_lima\\_cavalcanti](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti)>. Acesso em: 06 de ago. 2017.

<sup>36</sup> Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio\\_lacerda](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda)>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

<sup>37</sup> Prado Kelly que era um grande jurista e homem de grande afinidade com as letras, tendo recebido o prêmio pela Academia Brasileira de Letras, aos 15 anos, pelo livro de poemas *Tumulto e alma das coisas*, foi o redator dos discursos do Brigadeiro em 1945 (DRUMOND, 2011).

Adversários de longa data ou velhos inimigos também apoiaram a candidatura do Brigadeiro, com o objetivo de derrubar Vargas e acabar com o regime do Estado Novo. Exemplos disso foram:

[...] Arthur Bernardes (um “carcomido” no partido do Brigadeiro!) [...] Oswaldo Aranha, amigo e aliado de Getúlio [...] os tenentes que se sentiram traídos, como [...] Isidoro Dias Lopes, Juraci Magalhães; os membros da Aliança Liberal, cuja ruptura definitiva ocorre com o apoio à Revolução paulista de 32, como o grupo gaúcho chefiado por Borges de Medeiros (Partido Republicano Rio grandense); os mineiros, como Antônio Carlos (perdeu a presidência da Câmara) e Virgílio de Mello Franco (perdeu, junto com Gustavo Capanema, para Benedito Valadares, a indicação para a interventoria no estado, em 1933); o candidato apoiado por Getúlio às eleições presidenciais frustradas com o golpe de 37, José Américo (embora a maioria de seus partidários tenha engrenado no PSD); os governadores dissidentes ou alijados do poder em 37, como Flores da Cunha (RS), Lima Cavalcanti (PE) e Juraci Magalhães (BA), cuja autoridade foi diminuída pela federalização das forças públicas, e os políticos que apoiaram ou integraram o governo, no período constitucional, como Pedro Aleixo (presidente da Câmara quando de seu fechamento em 1937) e Odilon Braga, Ministro da Agricultura, que se recusou a assinar a carta de 37 (BENEVIDES, 1981, p. 28-30).

Alguns jornalistas ligados ao *O Estado de S. Paulo*, também apoiaram a UDN contra o Estado Novo, como Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto.

Para Benevides (1981), é possível afirmar que excluindo os setores populares, praticamente todos os grupos representativos da sociedade civil, como os socialistas, os liberais-conservadores e os intelectuais, apoiaram o Brigadeiro. Os setores populares, que estavam organizados em sindicatos ou associações afins, permaneceram fiéis as políticas trabalhistas iniciadas por Vargas ou vinculados à palavra de ordem dos comunistas, liderados por Prestes. Mesmo o Brigadeiro não contando com o apoio popular, o crescimento do movimento sindical e as greves provocariam um forte clima de democratização, inclusive, iniciando grande repressão no governo Dutra.

Para Benevides (1981), a escolha do Brigadeiro como candidato da UDN era ideal, pois tinha um alto posto militar, um passado de herói e uma tradição de lutas democráticas, juntamente com um nome limpo, em todos os sentidos. Era também o combatente de 1922 e o sobrevivente dos 18 do Forte de Copacabana (que havia revelado mais tarde serem treze), o organizador do Correio Aéreo Nacional e articulador da defesa aérea do Atlântico na Segunda Guerra Mundial. Além disso, o nome de Gomes surgia perfeitamente para atrair as classes médias, que apoiavam o ideal moralizante, encarnado na grande figura de um cristão e nos

ideais cívicos do antigo tenente. Soma-se a isso, nossa análise já feita anteriormente, na qual destacamos que o Brigadeiro fora escolhido como candidato da UDN, também pelos motivos de possuir na época, grande apoio da Força Aérea Brasileira, do Exército americano, o que garantiria proteção, em caso de uma guerra contra Vargas, caso este desse outro golpe; ser católico praticante, o que era importante naquele momento político, pois era contra a propaganda comunista e dificilmente poderia associar-se a estes e de ter a seu favor o passado de oposição ao Estado Novo, pois fora contrário a este, em 1937.

Chagas (1946), em sua biografia também comenta que era necessária a escolha de um candidato que tivesse uma larga tradição democrática, sendo um homem honesto, com grande dignidade. Assim, pelo seu passado heroico e democrático, o Brigadeiro era a escolha certa para a UDN.

Nesse período, inclusive, o poeta Manuel Bandeira (1886 – 1968) escreveu um conjunto de três poemas sobre o Brigadeiro, demonstrando o seu apoio a este, e quanto o sentimento nacional era grande pela expectativa da eleição de Gomes, ansiosos pela volta da democracia. Os poemas escritos por Bandeira receberam o título de *Lira do Brigadeiro: O Brigadeiro, o Brigadeiro Praticante e a Embolada do Brigadeiro*.

*Lira do Brigadeiro*

*O Brigadeiro*

Depois de tamanhas dores,  
De tão duro cativo  
Às mãos dos interventores,  
Que quer o Brasil inteiro?  
- O Brigadeiro!

Brigadeiro de verdade!  
E o que quer o mau patriota  
Que não ama a liberdade,  
Que prefere andar na sota?  
- Quer a nota!

A nota tirada ao povo  
Pelo Estado quitandeiro  
Rotulado Estado Novo.  
Quem lhe porá um paradeiro?  
- O Brigadeiro!

Brigadeiro da esperança,  
Brigadeiro da lisura,  
Que há nele que tanto afiança  
A sua candidatura?  
- Alma pura!

Pergunto ao homem do Norte,  
Do Centro e Sul: Companheiro,  
Quem dos Dezoito do Forte  
É o mais legítimo herdeiro?  
- O Brigadeiro

Brigadeiro-do-ar Eduardo  
Gomes, oh glória castiça!  
Que promete se chegar  
Ao posto que não cobiça?  
- A justiça!

O Brasil, barco tão grande  
Perdido em denso nevoeiro,  
Pede mão firme que o mande:  
Deus manda que timoneiro?  
- O Brigadeiro!

Brigadeiro da virtude,  
Brigadeiro da decência,  
Quem o ergueu a essa altitude,  
Lhe brindou tal ascendência?  
- A consciência!

Abaixo a politicalha!  
Abaixo o politiqueiro!  
Votemos em quem nos valha:  
Quem nos vale, brasileiro?  
- O Brigadeiro!

*Brigadeiro Praticante*

O Brigadeiro é católico:  
Vai à igreja, ajoelha e reza.  
Mas quando bate no peito,  
Bate em rocha de certeza:  
- É direito!

Brigadeiro praticante,  
Comunga, e quando comunga,  
Incorpora um Deus ativo:  
Não o Deus, inútil calunga,  
Sim o Deus vivo!

O Deus que acende nos homens  
A chama da caridade,  
Do dever sem recompensa:  
Deus que a força da humildade  
Faz imensa!

Comunga, mas não comunga  
Com os impostores ateus  
E os ricos do Estado Novo:

Comunga só com o seu Deus  
E com o povo!

*Embolada do Brigadeiro*

- Não voto no militar; voto no homem escandaloso.
- Ué, compadre, quem é o homem escandaloso?
- O Brigadeiro.
- Escandaloso?
- Escandaloso.
- Escandaloso por quê?
- Ora, ouça lá o meu corrido:

Homem mesmo escandaloso,  
Pois não mata,  
Pois não furta,  
Pois não mente,  
Não engana, nem intriga.  
Tem preceito, tem ensino:  
Foi assim desde tenente,  
Foi assim desde menino!

Homem mesmo escandaloso!  
Não tem mancha,  
Não tem medo,  
Quem não sente?  
Brigadeiro da fiúza,  
Sem agacho, sem empino:  
Foi assim desde tenente,  
Foi assim desde menino!

Homem mesmo escandaloso!  
Não é bruto,  
Ambicioso,  
Maldizente,  
Nunca diz um disparate,  
Nunca faz um desatino:  
Foi assim desde tenente,  
Foi assim desde menino!

Homem mesmo escandaloso!  
Não zunzuna  
Nem não fala  
À toamente:

Será nosso Presidente,  
Estava no seu destino  
Desde que ele era tenente,  
Desde que ele era menino!

- Tem razão, compadre, vamos votar nele  
(BANDEIRA, 1973, p. 327-330).

Notamos que os três poemas escritos por Bandeira (1973) retratam as qualidades de Gomes, consideradas essenciais pelo poeta, principalmente para ser eleito o Presidente da República, bem como o apoio do escritor ao candidato.

No primeiro poema, *O Brigadeiro*, Bandeira (1973) repete em cada estrofe a palavra Brigadeiro, buscando enfatizar a figura do candidato. Bandeira também utiliza de figuras de linguagem, como aliteração, assonância e metáfora. Com relação à aliteração, podemos destacar como exemplo, a repetição da consoante **d** no primeiro verso da primeira estrofe: “**D**e depois **d**e tamanhas **d**ores, [...]” (BANDEIRA, 1973, p. 327, grifo nosso). Vemos o uso da assonância com a repetição da vogal **e** nesse mesmo verso acima, assim como no primeiro verso da segunda estrofe: “Brigadeiro **e** de Verdade!” (BANDEIRA, 1973, p. 327, grifo nosso).

O autor do poema também faz uso de metáforas no sétimo verso, ao comparar o Brasil com um barco tão grande e o Brigadeiro a um timoneiro, referindo-se aqui ao seu cargo de Presidente da República, caso ganhasse. O que nos chama atenção também é que o poema segue uma estrutura em que o segundo, quarto e quinto versos rimam, em cada estrofe.

Refletindo sobre o contexto histórico social ao que o poema remete e pensando sobre sua linguagem, Bandeira (1973) critica na primeira estrofe os interventores que foram instituídos no governo Vargas. Já na segunda e terceira estrofes do primeiro poema, o autor critica o mau patriota, que não ama a liberdade, liberdade que estava sendo exigida no contexto político de 1945, com a volta da democracia no país, através de novas eleições políticas. Assim, o poeta critica os indivíduos que não queriam a nova liberdade do país, preferindo andarem na sota, isto é, na folga ou descanso, e tece duras críticas ao Estado Novo de Vargas, afirmando que seu fim só se concretizaria com vitória do Brigadeiro.

O poema também ressalta as qualidades do Brigadeiro, como a lisura, a virtude e a decência; além disso, o passado heroico de Gomes também é explorado no poema, o qual entre os Dezoito do Forte, o mais legítimo herdeiro é o Brigadeiro. Na quarta estrofe, o poeta (BANDEIRA, 1973) afirma que seria a alma pura e a honestidade, que assegurariam a candidatura do Brigadeiro.

Na sexta estrofe, o poema chama atenção a relação de Gomes com a aeronáutica, chamando-o de Brigadeiro do ar, ao mesmo tempo, Bandeira (1973) novamente ressalta a humildade do Brigadeiro, dizendo que ele promete chegar ao posto que não cobiça, no caso a Presidência, sendo substituída tal palavra por justiça. Já na oitava estrofe, o autor diz que o Brigadeiro quis ser o candidato à Presidência da República, em 1945, por causa da consciência. Tal consciência, podemos interpretar como um motivo que o Brigadeiro teve

para tentar ser o novo libertador que o Brasil precisava, depois de 15 anos de governo Vargas e o restabelecimento da democracia.

Por fim, Bandeira (1973) apoiando o Brigadeiro na vitória, reafirma a propaganda que faz no poema, com relação a Gomes, pedindo ao povo para votar nele, a fim de ir contra a politicalha, enfim, da política feita para atender aos próprios interesses, ao invés dos interesses coletivos, bem como do politiquero.

No segundo poema, *Brigadeiro Praticante*, o poeta (BANDEIRA, 1973) procura retratar como temática principal o lado religioso de Gomes e sua ligação com o catolicismo. Isso confirma, inclusive, o que as biografias dizem a seu respeito, pois o Brigadeiro desde menino sempre foi católico, devido à educação religiosa que recebeu quando criança pelos seus pais. Na biografia escrita por Silva (1945), a mãe de Gomes, Jenny Gomes, era extremamente católica, já seu pai, Luiz Gomes acabou se tornando ateu no fim da vida, porém o menino Gomes sempre ficou do lado de sua mãe na defesa pelas virtudes cristãs. Futuramente, todos os domingos o Brigadeiro tinha costume de ir à missa, mantendo sua tradição religiosa. Aliás, em um determinado momento de sua vida, Gomes que havia acabado de receber uma quantia de dez mil cruzeiros, feito pelo governo aos oficiais anistiados, do saldo relativo ao tempo em que estiveram afastados do trabalho, acabou doando tal quantia ao Monsenhor Pedro Massa (que estava de passagem pelo Brasil, no Rio de Janeiro), pois ficara entusiasmado com o trabalho feito por Massa, a favor das missões católicas no Brasil, e aos Salesianos do Rio Negro.

Não podemos esquecer também, que a oração oficial que existe à Padroeira dos Aviadores, Nossa Senhora do Loreto, foi mandada a ser composta pelo Papa Paulo VI, a pedido pessoal do Brigadeiro Eduardo Gomes, quando este visitou o Vaticano, em Maio de 1967.<sup>38</sup>

Com relação ao poema, *Brigadeiro Praticante*, temos na primeira estrofe a imagem que Bandeira (1973) faz de Gomes, afirmando que este é católico, vai à igreja e é direito, ou seja, o homem correto para ser candidato à Presidência da República, em 1945. Na segunda estrofe, o poeta repete o título do poema em seu primeiro verso e comenta que o Brigadeiro comunga, e ao comungar incorpora um Deus ativo, em oposição ao inútil calunga, que o autor cita. Este calunga está relacionado a um dado espírito ou divindade que se manifesta através da Umbanda, o qual tais entidades são conhecidas como pretos-velhos, possuindo amplo

38

Disponível em:  
<<http://www.derradeirasgracas.com/4.%20Apari%C3%A7%C3%B5es%20de%20N%20Senhora/Nossa%20Senhora%20de%20Loreto.htm>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.



conhecimento sobre diversos assuntos. Tal crítica ao calunga, diz respeito ao Deus vivo e ativo que Gomes incorpora, diferente do espírito do calunga.

Já na terceira estrofe, Bandeira (1973) ressalta as qualidades que Gomes possui, através de um Deus caridoso, o qual o Brigadeiro realiza deveres sem recompensa, sendo um homem humilde. Por fim, o poeta diz que o Brigadeiro apenas comungava com o seu Deus e com o povo, menos com os impostores ateus e os ricos do Estado Novo. A palavra *comunga*, aqui, pode ser descrita não apenas no sentido religioso de tomar a comunhão, mas também de pertencer a algum grupo que tem as mesmas ideias, por isso o Brigadeiro comungava apenas com o seu Deus e com o povo e não com os impostores ateus e os ricos do Estado Novo. Vemos assim, novamente, a confirmação feita pela poesia aos valores católicos de Gomes e a crítica ao Estado Novo.

As palavras que se repetem no poema são *comunga* e *Deus*, fato que dá sentido à ideia do Brigadeiro religioso, praticante, que o poeta (BANDEIRA, 1973) procura ressaltar em seu poema. Figuras de linguagem como assonância e aliteração também estão presentes. Com relação a assonância, temos como exemplo a seguinte passagem, que dá ênfase a vogal *o*: “**O** Brigadeiro é católico:” (BANDEIRA, 1973, p. 328, grifo nosso). Exemplo de aliteração encontra-se com a repetição do *n*, no seguinte verso: “Comunga, e quando comunga, [...]” (BANDEIRA, 1973, p. 328). O autor procura manter uma rima diferente de seu primeiro poema sobre o Brigadeiro, mantendo todas as estrofes rimando entre o segundo verso com o quarto e o terceiro com o quinto.

A fim de complementar nossas análises sobre os poemas escritos por Bandeira (1973), Santoro (2005), destaca que o primeiro poema, *O Brigadeiro* e o segundo, *Brigadeiro praticante*, foram escritos em uma forma regular, como se estivessem formando um único poema. Além disso, todas as estrofes são compostas de cinco versos, com os quatro primeiros em redondilhas maiores e o último com três ou quatro sílabas, respondendo no primeiro poema às perguntas realizadas nos versos anteriores da estrofe. As rimas dos dois respectivos poemas seguem o padrão ababb no primeiro, e no segundo abcba.

Em seu terceiro poema, denominado *Embolada do Brigadeiro*, Bandeira (1973) volta a ressaltar as qualidades pessoais de Gomes, reafirmando seu passado tenentista, ao dizer que desde o tempo de tenente nunca fora ambicioso, bruto ou maldizente. A poesia termina de certa forma, com o poeta (1973) apoiando e pedindo apoio político ao Brigadeiro e fazendo uma projeção futura, o qual Gomes seria o Presidente do Brasil, estando em seu destino desde quando era tenente e menino. Dessa forma, esse poema funciona como uma campanha política em prol de Gomes.

Ao analisarmos o terceiro poema, temos que atentar-se primeiramente ao título, pois a expressão embolada, se refere a uma espécie de arte surgida no Nordeste, onde existem dois cantadores, que ao som de um batuque do pandeiro, constroem versos rápidos e improvisados, em que um cantor tenta denegrir a imagem do que lhe faz dupla com versos ofensivos, e aquele que foi ofendido deve improvisar uma resposta rápida para retrucar, se não perde a disputa.

Assim, neste poema, o que nos chama atenção é que existe um diálogo entre dois compadres e que um deles convence o outro no final do poema, que deve votar no Brigadeiro. O termo escandaloso, surge no poema não para denegrir a imagem do Brigadeiro, mas pelo contrário, para exaltar sua imagem. As palavras repetidas que Bandeira (1973) utiliza são escandaloso, Brigadeiro, tenente e menino. Tais palavras servem para dar embasamento a ideia que o poeta procura construir em seu poema, sobre o Brigadeiro.

Na primeira estrofe, o escritor (1973) utiliza de um recurso de figura de linguagem denominado anáfora, com a intenção de dar destaque as palavras repetidas, pois repete a palavra escandaloso três vezes. Isso acontece na segunda estrofe, com a repetição da frase “Pois não [...]” e “Foi assim desde [...]”, na terceira estrofe com as frases “Não tem [...]” e novamente a frase “Foi assim desde [...]”. Na quarta estrofe novamente a frase “Foi assim desde [...]” aparece, bem como ocorre a repetição da palavra “Nunca [...]”. Já na sexta estrofe a anáfora é utilizada para dar destaque a frase “Desde que ele era [...]”.

As figuras de linguagem, como assonância e aliteração também são usadas pelo escritor (1973). Exemplo de assonância ocorre com a repetição da vogal **o**, no primeiro verso da primeira estrofe: “- Não **voto no** militar; **voto no** homem escandaloso”. (BANDEIRA, 1973, p. 329, grifo nosso). Já um exemplo de aliteração, podemos encontrar no sexto verso da terceira estrofe, com a repetição da letra **m**: “**Sem** agacho, **sem** empino: ”. (BANDEIRA, 1973, p. 330, grifo nosso).

A imagem feita por Bandeira (1973), através de seus três poemas, era a de um Brigadeiro católico, da esperança, da honestidade e da mais íntegra pessoa, que iria ser o responsável por levar o Brasil a liberdade novamente, trazendo de volta a democracia que o povo tanto esperava, longe do período do regime autoritário que foi o Estado Novo. Nesse sentido, o Brigadeiro seria a personificação da democracia brasileira, em 1945. Além disso, chama-nos atenção a exaltação da imagem do período em que Gomes foi tenente, devido a sua participação no lendário Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922. Fica claro também, que os poemas de Bandeira refletem a vontade de grande parte da população na época, de apoiar o Brigadeiro e até mesmo, a propaganda política que Bandeira realiza em favor de

Gomes. Ao mesmo tempo, para Santoro (2005, p. 146) o modo “tradicional, que reflete o respeito e a admiração do poeta para com o Brigadeiro Eduardo Gomes, contrasta com o coloquialismo e a forma livre da primeira estrofe da *Embolada do Brigadeiro*”, o qual temos um diálogo entre dois compadres.

Na obra *Correspondências* (2015), de Clarice Lispector, encontramos uma carta enviada por Bandeira a Lispector, no dia 20 de março de 1945, em que o poeta fala de seus três poemas escritos sobre o Brigadeiro, nos dando indícios de que tais poemas foram escritos, talvez, no início de 1945. Concomitantemente, percebe-se que Bandeira escreveu os poemas, inspirado na comoção democrática que sacudia o Brasil, devido a figura do Eduardo Gomes. Vejamos:

[...] Mando-lhe duas lembrancinhas: a última edição das *Poesias completas* e os *Poemas traduzidos*. Mando-lhe também cópia de três poemas políticos que escrevi, inspirado na comoção democrática que agora sacode o Brasil – inspirado sobretudo pela figura de Eduardo Gomes. O poema *O Brigadeiro* foi lido pelo Chico Barbosa (já está inteiramente bom da perna e mais serelepe do que nunca) num grande comício realizado em Belo Horizonte. Todos os meus amigos estão verdadeiramente estarecidos com essa novidade de minha demagogia política! Eu, que nunca tive jeito senão para choramingar umas dorezinhas de corno. Quero saber sua opinião a respeito (LISPECTOR, 2015, p. 58).

Chico Barbosa, citado na carta que Bandeira escreveu a Lispector, era na verdade Francisco de Assis Barbosa, que nasceu em Guaratinguetá (SP), em 21 de janeiro de 1914 e veio a falecer no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1991. Barbosa era advogado, mas trabalhou como jornalista, ocupando postos de relevos em jornais e revistas, como *Correio da Manhã* (1944) e *Última Hora* (1951 a 1956), entre outros jornais. É importante ressaltar que sua relação com Bandeira, talvez tenha começado, quando Barbosa fundou a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), presidida por Manuel Bandeira, o qual Barbosa teve destacada atuação ao organizar, junto com Aníbal Machado, o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em 1945.<sup>39</sup>

Bandeira, ao comentar que seu poema sobre o Brigadeiro foi lido por Barbosa, num comício realizado em Belo Horizonte, se refere ao comício ocorrido na noite de 17 de março

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/francisco-de-assis-barbosa>>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

de 1945, em que Barbosa leu o poema *O Brigadeiro* para o público presente na cidade mineira.<sup>40</sup>

O jingle de campanha política de 1945<sup>41</sup>, de Gomes, denominado *Salve o Brigadeiro*, também evocava a questão da liberdade nacional, comparando o Brigadeiro com Dom Pedro I. Este último havia gritado às margens do rio Ipiranga a liberdade do Brasil, nos separando de Portugal, e o Brigadeiro em 1945 apresentava-se como o homem que iria retirar o nosso país da ditadura de Vargas, trazendo a democracia e a liberdade de volta.

*Salve o Brigadeiro*<sup>42</sup>

*AUTOR:* Carlos Frias  
*INTÉRPRETE:* Coro e orquestra  
*GÊNERO:* Samba  
*GRAVADORA:* Gravação especial  
*ACERVO:* Franklin Martins

Dom Pedro I gritou,  
 No Ipiranga, a nossa liberdade.  
 O povo em torno clamou  
 Salve, salve, vossa majestade.  
 Agora outro grito ecoou  
 Sacudindo o Brasil inteiro  
 O povo da rua gritou: oba,  
 Salve, salve o Brigadeiro  
 Oooooô, oooooô,  
 O povo está alegre  
 Porque o Brigadeiro chegou  
 Oooooô, Oooooô,  
 Gritando Brigadeiro  
 Nossa tristeza acabou  
 (MANHANELLI, 2009, p. 83-84)

Entre a data de seu primeiro discurso oficial da campanha, que foi no dia 16 de junho de 1945, até a data de seu discurso de encerramento da campanha, em 28 de novembro, o

<sup>40</sup> Para mais informações sobre o comício realizado em Belo Horizonte, bem como o poema de Bandeira sobre o Brigadeiro, lido por Barbosa, conferir o jornal *Correio da Manhã* do dia 18 de março de 1945, p. 32 - 33.

<sup>41</sup> Não se sabe ao certo se a composição deste jingle para a campanha de Gomes foi feita nas eleições de 1945 ou em 1950, já que o Brigadeiro concorreu em ambas para Presidente, mas é mais provável que seja de 1945, pois o samba passa um clima de entusiasmo e confiança na vitória, o que não ocorreu na segunda campanha de Gomes, destinada mais a ser um mero candidato do que realmente a disputar o poder. Também, atrás do disco em que foi gravado *Salve o Brigadeiro*, aparece o título *Asas do Brasil*, que foi composta em 1942 tratando sobre a aviação brasileira. Deste modo, a proximidade das datas indica que o samba foi feito para o pleito de 1945, ao invés de 1950 (MANHANELLI, 2009, p. 83, apud MARTINS, 2008).

<sup>42</sup> Para escutar o jingle da campanha política do Brigadeiro, em sua forma original, denominada *Salve o Brigadeiro*, conferir em: [http://quemfoiqueinventoubrasil.com/?s=Salve+o+Brigadeiro&iva\\_search\\_keyword=Musicplay\\_Custom\\_Sea\\_rch&iva\\_search\\_input=Salve+o+Brigadeiro](http://quemfoiqueinventoubrasil.com/?s=Salve+o+Brigadeiro&iva_search_keyword=Musicplay_Custom_Sea_rch&iva_search_input=Salve+o+Brigadeiro). Acesso em: 25 de ago. 2017.

Brigadeiro percorreu as seguintes cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Barbacena, Salvador, Corumbá, Campo Grande, Santos, Uberlândia, Mococa, Rio de Janeiro, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, Florianópolis, Taubaté, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru, Presidente Prudente, Assis, Sorocaba, Itapetininga, Juiz de Fora, Petrópolis, Três Corações, São João del-Rei, Campos e Distrito Federal.<sup>43</sup>

O Brigadeiro realizou uma campanha árdua e intensa, além de ser beneficiado pela imprensa, que apresentou uma imagem positiva dele, tornando-o o principal candidato a vencer as eleições à Presidência da República, de 1945.

Benevides (1981) ainda ressalta que dois pontos mereciam destaque na plataforma do Brigadeiro:

[...] a reivindicação do direito de greve e da liberdade sindical como armas essenciais à defesa dos interesses dos trabalhadores (16/06/45) e a proposta de um modelo econômico que conciliasse a livre empresa, o papel do Estado e do capital estrangeiro (15/07/45) (1981, p. 46).

Vemos neste fragmento, que o Brigadeiro propunha suprir tanto os interesses da esquerda, como os interesses dos conservadores. Não é à toa que ele conquistou simpatias de vários grupos políticos, que também se associaram a Gomes para apoiá-lo, com o objetivo de derrubar a ditadura de Vargas.

Durante as eleições políticas, Prado Kelly, que em 1945 foi um dos articuladores da candidatura do Brigadeiro, pela UDN, mostrou-se tão confiante na vitória de Gomes, que criou seu slogan de campanha: “O preço da liberdade é a eterna vigilância” (DRUMOND, 2011, p. 165). Tal frase é de autoria de Edmundo Burke, que foi um político conservador inglês do século XVIII e deu origem ao conservadorismo moderno.<sup>44</sup>

Por meio da frase acima, vemos o quanto a ideia de liberdade na candidatura do Brigadeiro foi explorada em sua campanha, repetindo parte do que Bandeira escreveu em seus

<sup>43</sup> Conferir em: Gomes (1946).

<sup>44</sup> Conferir em: [https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT2826&lpg=PT2826&dq=o+pre%C3%A7o+d+liberdade+%C3%A9+a+eterna+vigilancia+edmundo+burke&source=bl&ots=L5qzB\\_MPh&sig=zY7sThmov5BaMueWtZhJfLvLg\\_c&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiPuKan0ufVAhWFD5AKHb6VBOMQ6AEIQDAH#v=onepage&q=o%20pre%C3%A7o%20da%20liberdade%20%C3%A9%20a%20eterna%20vigilancia%20edmundo%20burke&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT2826&lpg=PT2826&dq=o+pre%C3%A7o+d+liberdade+%C3%A9+a+eterna+vigilancia+edmundo+burke&source=bl&ots=L5qzB_MPh&sig=zY7sThmov5BaMueWtZhJfLvLg_c&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiPuKan0ufVAhWFD5AKHb6VBOMQ6AEIQDAH#v=onepage&q=o%20pre%C3%A7o%20da%20liberdade%20%C3%A9%20a%20eterna%20vigilancia%20edmundo%20burke&f=false). Acesso em: 21 de ago. 2017. A frase de autoria de Edmundo Burke, foi retratada de modo errado por Cosme Degenar Drumond, na biografia que escreveu a respeito do Brigadeiro, denominada *O Brigadeiro*. Eduardo Gomes, trajetória de um herói (2011). Nesta biografia, Drumond argumenta que tal frase foi retirada de um dos vários discursos do ex-Presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln.

poemas sobre o Brigadeiro, bem como a maioria da imprensa e a música de Carlos Frias, *Salve o Brigadeiro*, retratavam, para tentar mostrar aos brasileiros, que o país precisava retomar o caminho da democracia, saindo da ditadura de Vargas.

Segundo Ferreira (2003), o Brigadeiro, possuindo apoio das rádios, jornais, do empresariado, da intelectualidade e das elites políticas do país, tinha praticamente a vitória quase garantida, sobretudo, porque Vargas recusava-se a apoiar o general Dutra. Faltavam menos de duas semanas para o pleito eleitoral, em 2 de dezembro, e nada poderia mudar o rumo da situação. Contudo, Hugo Borghi, que foi um empresário, líder queremista, e também o dono de rádios, trabalhando na campanha de Dutra, atentou-se aos discursos de Gomes, pela rádio, realizado no Teatro Municipal e ouviu a seguinte frase: “[...] voto dessa malta de desocupados que anda por aí [...]”. Assim, após o discurso do Brigadeiro, Hugo Borghi procurou no dicionário de Candido de Figueiredo, o significado do termo malta, tendo encontrado “[...] gente de baixa condição, sucia, caterva reunião de trabalhadores que se transportam juntamente, de um para outro lugar a procura de trabalhos agrícolas [...]”. Deste modo, Borghi colocou na imprensa que o Brigadeiro queria dizer que não necessitava do voto dos marmiteiros, ou seja, dos trabalhadores, confessando assim, a mentira, que na época contribuiu para a vitória de Dutra, do PSD, que tinha apoio do PTB.<sup>45</sup>

Na verdade, o Brigadeiro estava querendo se referir a um conjunto de trabalhadores que havia participado dos comícios queremistas, e em sua percepção política, eles haviam recebido dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer a essas manifestações, que exigiam a continuidade de Vargas no poder.

Outro fato curioso na época ocorreu durante a campanha de Gomes, que não possuindo grandes recursos, teve o apoio de um grupo de senhoras do Rio de Janeiro, as quais pensando em arrecadar dinheiro, tiveram a ideia de criar um tipo de doce, feito de chocolate e leite condensado – sobra dos estoques de guerra norte-americanos, e deram o nome ao doce de Brigadeiro, para homenagear o candidato.<sup>46</sup> O docinho foi vendido nos comícios da UDN, fazendo enorme sucesso, e se alastrando até hoje, sendo desejado por adultos e crianças. A

---

<sup>45</sup> Conferir em: *Jornal Correio da Manhã*: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=Malta%20de%20desocupados](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=Malta%20de%20desocupados)>. Acesso: 21 de ago. 2017.

<sup>46</sup> A campanha do Brigadeiro promovia comitês de senhoras da sociedade, que apoiavam a candidatura de Gomes, marcando reuniões requintadas, com chás da tarde e doces dos mais variados tipos. Assim, em um destes encontros, uma mulher chamada Heloisa Nabuco de Oliveira, que era doceira, apareceu com uma novidade, um docinho preparado com leite condensado e chocolate, dando o nome ao doce de Brigadeiro, em homenagem ao candidato da UDN. Quem lembra dessa história é a filha de Oliveira, Ida Nabuco de Oliveira, em uma entrevista realizada pelo *Globo Repórter*, sobre a história do doce brigadeiro, no dia 16 de junho de 2017. Conferir em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/brigadeiro-doce-preferido-nas-festas-surgiu-em-campanha-eleitoral/5946162/>>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

militância feminina aproveitando da ocasião criou uma mensagem dirigida às mulheres, ficando bem marcada na época: “Vote no Brigadeiro; além de bonito, é solteiro”. Todavia, o episódio dos marmiteiros, bem explorado como marketing político, acabou dando mais certo (DRUMOND, 2011, p. 173).

No segundo comício que o Brigadeiro realizou em Belo Horizonte, no dia 15 de julho de 1945, o povo mineiro foi convocado para o encontro através de uma proclamação que associava Gomes a Teófilo Benedito Ottoni, que foi uma grande figura política mineira do império brasileiro, tendo o costume de acenar para o povo com um lenço branco, tornando-se um importante gesto do liberalismo brasileiro e descrito no anúncio do comício como o primeiro apóstolo da democracia. Na associação, Gomes era visto como o candidato do povo e o digno herói de Copacabana, em 1922, sendo chamado também de o Brigadeiro da libertação. A proclamação dizia o seguinte:

*MINEIRO!*

Teófilo Otoni, a grande figura do nosso patriciado, marcou na história do Brasil a intensa época do liberalismo triunfante. Foi no império o primeiro apóstolo da democracia.

[...] A legenda de seu lenço branco também se incorporou ao comentário histórico. Lenço branco com que o tribuno, acenando às massas, inflamava os comícios. Lenço branco, a cuja agitação as multidões obedeciam em delírio, Lenço branco que teve força para levantar o povo do Rio de Janeiro, desafrontando a pátria, frente aos canhões do almirante Warren.

[...] Mineiro! O lenço branco, que evoca o apostolado democrático de Teófilo Otoni, tem seu lugar no comício do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato do povo, em sua campanha libertadora. Tu lhe prestarás altíssima homenagem, com êste símbolo, buscando em nosso patrimônio cívico. De resto, o impoluto herói de Copacabana tem com Teófilo Otoni, o parentesco da predestinação histórica.

[...] Traze para o comício o teu lenço branco! Agita-o!

Com a flâmula do MINISTRO DO POVO, saúda o BRIGADEIRO DA LIBERTAÇÃO! (CHAGAS, 1946, p. 222-225).<sup>47</sup>

Mesmo não sendo este o intuito desta pesquisa, acreditamos que a derrota do Brigadeiro nas eleições de 1945, só foi possível devido ao episódio dos marmiteiros, que foi bem explorado por Borghi, a associação do PTB ao PSD quase no final das eleições, favorecendo Dutra, e principalmente aos discursos de porte jurídico, citados pelo Brigadeiro, sendo sugeridos por Kelly, que era redator dos discursos de Gomes, auxiliando-o nas escolhas

---

<sup>47</sup> Após o comício de Belo Horizonte, o lenço branco passou a ser um símbolo da campanha do Brigadeiro, sendo usado pela população em todos os outros comícios.

dos principais temas que seriam apresentados aos eleitores. Também acreditamos que o caráter dos discursos de Gomes, que eram em sua maioria longos e de difícil compreensão para o eleitor humilde, isto é, dificilmente os discursos do Brigadeiro conseguiria atingir a classe trabalhadora, contribuíram para a derrota do candidato.

### **3.3 Entrevistas concedidas durante a campanha presidencial**

Em um relatório muito importante, publicado sobre a forma de livro em 1946, denominado *A Campanha da U.D.N. (1944 – 1945)*, escrito pelo então Secretário Geral do partido, Virgílio A. de Mello Franco, tivemos acesso a alguns documentos importantes daquele momento político de campanha do Brigadeiro, como alguns dos discursos iniciais do candidato. Inclusive para o autor (FRANCO, 1946), passados alguns dias do resultado do pleito de 2 de dezembro de 1945, em que o Brigadeiro havia sido derrotado, a campanha pela recuperação da democracia brasileira pela UDN não fracassou. Isso ocorreu devido aos resultados conquistados com a demolição da ditadura e com a eleição de um parlamento com poderes constituintes. Assim, a luta do partido não objetivava apenas a vitória de Gomes, mas, especialmente, o estabelecimento de uma estrutura capaz de governar de maneira mais democrática.

No dia 16 de abril de 1945, o Brigadeiro concedeu sua primeira entrevista à imprensa, como o candidato à Presidência da República pela UDN, enfatizando que sua candidatura emergiu de um movimento espontâneo da opinião pública do país, consciente da importância de obter o direito de escolher livremente o seu governo.

Acabo de deixar a direção das Rotas Aéreas para poder dedicar-me com toda a liberdade aos deveres que me impõe a minha candidatura à Presidência da República. Êsses deveres são tanto mais graves e mais absorventes, quanto a minha candidatura emergiu de um movimento espontâneo da opinião pública do meu país, a qual se levantou em massa para a reconquista do direito mais elementar de um povo civilizado: o direito de escolher livremente o seu governo. No gozo deste direito se encontram hoje quase todos os povos civilizados do mundo, e os poucos infelizes, que dêle se viram privados pelos regimes de força, estão sendo restituídos à dignidade cívica que haviam perdido pela maior guerra de libertação registrada na História (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 233).

Seguindo com seu discurso, o Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946) discorreu sobre a importância da reconquista da liberdade do povo brasileiro, mas também se ateu para o fato



de que o Brasil ainda vivia sob o regime ditatorial de Vargas, podendo o Presidente a qualquer momento restaurar o regime de exceção que vigorou durante mais de sete anos no país, colocando fim a todos os direitos e a todas as liberdades.

É necessário, porém, frisar que estamos apenas no comêço da campanha pela reconquista das nossas liberdades. Se estamos presentemente no gozo de liberdades com as quais não poderíamos nem ao menos sonhar há poucos meses atrás, deve-se ter presente ao espírito que se trata tão sòmente de um gozo de fato, pois permanece em tôda a sua integridade o aparelho de compressão montado pela ditadura. Ela pode fazê-lo funcionar no momento oportuno, restaurando o regime de exceção que vigorou durante mais de sete anos, com a postergação de todos os direitos e tôdas as liberdades. A ditadura ainda subsiste em estado potencial. Foi o que observou o Supremo Tribunal ao conceder o habeas-corpus impetrado em favor de vítimas ilustres da perseguição política [...] (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 233).

Para o Brigadeiro, não se conhecia na história “[...] nenhum exemplo de uma ditadura empenhada em dirigir o processo de reintegração do país no regime legal e democrático [...]” (1945 apud FRANCO, 1946, p. 234). Assim, mostra aos brasileiros o perigo de terem vivenciado o governo Vargas.

O Brasil, segundo o candidato, precisava voltar à comunhão dos povos livres, sendo urgente que se estabelecesse a Constituição de 1934, a qual havia sido violada pelo golpe de Estado, passando a seguir outra Constituição, mas sem adquirir força, uma vez que não tinha o apoio do país.

É urgente o restabelecimento no Brasil da ordem constituída. Não é possível esperar que esta ordem resulte de um processo eleitoral conduzido, dirigido e manipulado pela própria ditadura. A situação não comporta dilações. O lógico, o necessário, o urgente é que seja restabelecida em todo o seu vigor a Constituição de 1934. Ela não foi revogada ou substituída por nenhuma Assembléia Constituinte. Foi apenas violada. O golpe de Estado pretendeu substituí-la por uma outra Constituição, que não chegou, entretanto, a adquirir força constitucional definitiva, uma vez que ela mesma condicionava a sua vigência constitucional, ou a sua existência como Constituição, ao pronunciamento favorável do país. Êste pronunciamento foi deliberadamente evitado pelo govêrno, que manifestou, dêste modo, o seu propósito de não aceitar, nem mesmo a Constituição por êle outorgada. Decorrido, porém, o prazo máximo, dentro no qual a Constituição determinava se realizasse o plebiscito, e não tendo êste se realizado, tornou-se inviável ou caducou de modo definitivo a Constituição de 1937, que não passou, assim, do estado virtual ou de projeto de Constituição –

Constituição, em sentido, técnico ou formal (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 235).

O Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946), ainda discursando sobre a Constituição de 1934, dizia que ela só desapareceria definitivamente, se os brasileiros tivessem aprovado a Constituição de 1937 e que se houvessem restaurado a Constituição de 1934, não haveria mais a permanência de Vargas no poder que, às vésperas do esgotamento do período presidencial fixado pela Constituição de 1934, Vargas em nome das forças armadas acabou dando um golpe em 1937. Com o golpe conferiu-se a Vargas um novo período presidencial de seis anos, que não foi respeitado pelo Presidente, que ainda continuava no poder. Cabe destacar ainda que as eleições à Presidência da República, determinadas pela Constituição de 1937, seriam indiretas.

O que é fato, pois, é que ao golpe de Estado faltou a força suficiente para destruir a Constituição de 1934. Esta só desapareceria definitivamente se a Nação houvesse aprovado a Constituição de 1937. O que houve, portanto, foi apenas um obstáculo de força maior à vigência da Constituição de 1934. Removido o obstáculo, pela inviabilidade do projeto de 1937, o que volta a vigorar é a Constituição que estava em vigor em 1937 e que não foi revogada pelos meios idôneos ou adequados.

Restaurada a Constituição de 1934, não se compreende mais a permanência do Sr. Getúlio Vargas no poder. Às vésperas de esgotar-se o período presidencial fixado pela Constituição de 1934, S. Ex., em nome das forças armadas, desferiu o golpe de 1937, conferindo-se um novo período presidencial de seis anos. Mas este período de seis anos já se cumpriu até ao último dia, e, apesar de ser um período que ele mesmo se outorgou, depois de expirado, continua S. Ex. no governo, agora sem qualquer apoio na própria Constituição por ele outorgada, ou, antes, com violação da norma fundamental dessa Constituição, que é, precisamente, a que dispunha sobre a sua aprovação dentro dos seis anos fixados à duração do período presidencial (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 235).

Terminando seu pronunciamento desta data, Gomes (1945 apud FRANCO, 1946) dirige as palavras a todas as forças democráticas e liberais do Brasil, convocando-as a estarem presentes para vigiarem e lutarem, com o objetivo de evitar que as forças reacionárias pertencentes a Vargas pudessem impedir a volta da democracia ao povo brasileiro.

Ao dar início, com esta entrevista, à grande campanha pela restituição do Brasil ao gozo das liberdades que lhe foram usurpadas por um regime que ainda procura sobreviver a sua aparente capitulação, meu pensamento dirige-se a todas as forças realmente democráticas e liberais do meu país, convocando-as à vigilância e à luta, afim de evitar que as forças reacionárias, que ainda se mantêm nas trincheiras, possam impedir, nesta hora de

profundas transformações políticas e sociais, que o Brasil participe do mundo melhor para cuja conquista os povos livres do mundo não pouparam sacrifícios, nem o nosso homem do povo, embora privado de liberdade, negou a contribuição de sua pobreza e do seu sangue (GOMES, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 237).

Um dia após Vargas discursar sobre os trabalhadores, no dia 1º de maio, o Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946) discorreu no dia 2 a respeito da oratória de Vargas. Inicialmente, Gomes afirmou que o discurso de Vargas não corresponderia a nenhum dado de realidade, e que as pessoas que tivessem acesso ao pronunciamento do Presidente, pensariam que a situação política do Brasil estava em plena revolução. No entanto, após ter sido Presidente da República devido ao apoio de movimentos revolucionários ou golpistas, ficando quinze anos no poder, percebe-se que Vargas nunca foi eleito diretamente pelo povo. Vejamos o discurso do Brigadeiro:

O discurso do Sr. Getúlio Vargas revela um estado de espírito a que não corresponde nenhum dado da realidade. Ao lê-lo os que não conhecerem a situação política do Brasil, hão de pensar que estamos em plena revolução. De fato, depois de haver recebido o govêrno graças a uma revolução e ter-se mantido nele por força de um golpe de Estado, o Sr. Getúlio Vargas não conclui que se possa conseguir o poder senão mediante movimentos revolucionários ou golpistas.

Exercendo o poder há quinze anos, a verdade é que o Sr. Getúlio Vargas nunca foi eleito diretamente pelo povo. Tomando o poder à mão armada em 1930, foi eleito em 1934 por uma assembléia e quando se aproximava a eleição presidencial de 38, S. Excia. antecipou-se ao pronunciamento popular, decretando a prorrogação do seu mandato, que continua a exercer além do termo por êle mesmo fixado à sua duração. Nunca, portanto; nesses quinze anos de govêrno o Sr. Getúlio Vargas exerceu um mandato de caráter verdadeiramente popular (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 250).

Continuando, o Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946) afirmou que Vargas considerava a mobilização das forças políticas que o país vivenciava como uma ameaça à ordem estabelecida, fato justificável devido a sua incompatibilidade, se considerarmos sua história à Presidência da República a processos democráticos de escolha dos governantes, considerando a eleição um recurso revolucionário. Da mesma forma, Vargas, em 1942, por meio de um decreto, decidiu que o mandato de seu governo não teria tempo definido para terminar, ficando o povo mais uma vez alheio de sua participação política. Assim, Gomes critica o modo de Vargas governar, pois este parecia sempre se opor a tentativa do povo escolher o seu governo.

Aberto, contra a sua vontade, o problema da sucessão presidencial, e mal iniciada a campanha eleitoral, o Sr. Getulio Vargas considera o simples fato da mobilização das forças políticas como uma ameaça à ordem estabelecida. Está na lógica do seu temperamento e na linha da sua tradição política. Na sua incompatibilidade visceral com os processos democráticos de escolha dos governantes, o Sr. Getulio Vargas considera a eleição como um intolerável recurso revolucionário, parecendo-lhe que seria muito mais razoável, muito mais cômodo e muito mais decente resolver-se o caso mediante um pequeno golpe branco, a exemplo do de 1942, em que, por um simples decreto, S. Excia. estabeleceu que o seu mandato não teria termo certo, suspenso como ficaria o seu curso até que S. Excia., por ato exclusivo da sua vontade e, como sempre, sem qualquer participação do povo, desse por finda a sua divina missão.

Todo o discurso de S. Excia. distila êsse espírito de oposição sistemática a qualquer tentativa de entregar ao povo a escolha do seu govêrno (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 250-251).

No mesmo discurso, Gomes (1945 apud FRANCO, 1946) questionou Vargas, ao indagar que se ele realmente fosse amigo do povo e contasse com espírito de justiça, por que não havia submetido a Constituição de 1937 ao plebiscito? E por que não legitimou o seu mandato consultando a população e privou a nação de participar da escolha dos órgãos de governo? Concluindo, o Brigadeiro afirma que Vargas deveria ter consultado o povo para saber de suas preferências, pois sempre que o Presidente reunia a população era para ouvir passivamente os seus discursos.

Se o Sr. Getulio Vargas é o amigo do povo e se confia no seu espírito de justiça, por que não submeteu a Constituição de 37 ao plebiscito, por que não legitimou o seu mandato mediante uma larga consulta popular, por que insistiu, por tanto tempo, em privar a nação de participar na escolha dos órgãos de govêrno [...].

[...] De nenhuma vez o Sr. Getulio Vargas convocou o povo para que êle se pronunciasse ou manifestasse o seu voto ou as suas preferências. Sempre que o convocou foi apenas para que ouvisse passivamente as suas orações ou os seus relatórios, sôbre os quais, uma vez pronunciados, só se admitia o louvor, a lisonja ou o encômio (GOMES, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 251).

O candidato (1945 apud FRANCO, 1946) ainda afirmou que, para Vargas, quem naquele momento clamava pela ordem constitucional eram indivíduos subversivos ou revolucionários; enquanto no Brasil predominava corrompida a ordem jurídica, econômica e financeira.

[...] Implantando o caos da ditadura, S. Excia. não deseja que se restaure a ordem constitucional. E quem clama pela ordem constitucional é tachado por S. Excia. de subversivo e revolucionário.

Enquanto isso, continua subvertida a ordem jurídica no Brasil; não apenas a ordem jurídica, mas igualmente, a ordem econômica e a ordem financeira (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 254).

Segundo o Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946), discursando sobre a questão econômica, naquele momento o povo mais pobre, principalmente as donas de casa, o homem do campo e das cidades, estariam sofrendo com o nível dos preços, não conseguindo ter uma estabilidade financeira. A classe mais pobre, sobretudo, os assalariados, encontravam-se bem mais próximos do limite marginal, da miséria e da fome. Além disso, o aumento de impostos tornava-se cada vez mais opressivo para as camadas mais pobres da população e o governo tinha acabado de lançar um aumento do imposto de consumo, em mais de dois bilhões de cruzeiros.

A desordem econômica é hoje um dado sensível ao homem do povo, às donas de casa, no campo e nas cidades, onde a vida se torna cada dia mais difícil e mais dura, com um nível de preços que torna ainda as mais elementares comodidades da vida inacessíveis à maioria do povo brasileiro. As classes mais pobres, particularmente os salarizados, encontram-se hoje mais próximas do que nunca daquele limite marginal além do qual começa o regime da miséria e da fome [...].

O sistema tributário, se pode dar-se o nome de sistema ao caos, torna-se dia a dia mais opressivo, particularmente para as camadas mais pobres da população. Sobre estas camadas, já excessivamente oneradas pela alta vertiginosa dos preços, o governo acaba de lançar a carga de um aumento do imposto de consumo, que orça por mais de dois bilhões de cruzeiros.

Aumenta-se o valor nominal dos salários, e diminui dia a dia o seu valor aquisitivo, ante uma alta de preços, que só encontra paralelo na China, desorganizada por uma guerra que dura há mais de dez anos. Enquanto o teto dos preços se mantém mais ou menos estável em todos os países em guerra, os preços entre nós têm por teto o céu (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 254).

O Brigadeiro (1945 apud FRANCO, 1946) também defendia o empréstimo externo, dependendo de sua boa e honesta aplicação, pois graças a ele os nossos governantes puderam construir o aparelhamento portuário e ferroviário. Por outro lado, criticava Vargas, que priorizava o nacionalismo, achando que o empréstimo externo era um mal em si. Contudo, para Gomes, o Presidente falava de empréstimo externo como se nunca tivesse necessitado dele, esquecendo que já havia utilizado dos créditos abertos nos Estados Unidos para a

aquisição de material bélico, construção da Usina de Volta Redonda e a reconstrução e reaparelhamento da estrada de ferro Vitória a Minas.

O Sr. Getulio Vargas lança à conta do regime representativo, que vigorou no Brasil até 1930, todos os êrros de que possamos ter sido vítimas. Dentre êles avulta o êrro dos empréstimos externos. Para o paroquialismo do Sr. Getúlio Vargas, o empréstimo externo, mesmo para um país desprovido de reservas, é um mal em si. O empréstimo externo, entretanto, em si, não constitui um mal; tudo depende da sua boa e honesta aplicação. Graças a êle pudemos construir o nosso aparelhamento portuário e ferroviário. Demais o Sr. Getulio Vargas fala de empréstimo externo do passado como se nunca houvesse êle recorrido a essa modalidade de crédito. Aí estão os créditos abertos nos Estados Unidos para aquisição de material bélico, construção da Usina de Volta Redonda e reconstrução e reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Tais créditos como sabe o Sr. Getúlio Vargas, constituem precisamente o empréstimo externo tão malsinado por êle (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 254-255).

Por fim, o candidato (1945 apud FRANCO, 1946) declarava que a oposição afirmava que a UDN tinha injuriado e maltratado o chefe da nação, mas, que isso era mentira. Segundo Gomes, a UDN não realizou nenhum ataque pessoal a Vargas, e sim ao sistema de governo deste, que não se encontrava num mandato legítimo, nem mesmo nos termos da Constituição por ele outorgada. O Brigadeiro afirmou que a oposição não incitava a desordem, mas, queria reconstruir o governo representativo que estava refém de Vargas desde 1937. E, confiante da vitória, Gomes incitava o povo contra a ditadura e terminava com a frase de Edmund Burk, “O preço da liberdade é a eterna vigilância”, para o qual temos que tomar cuidado com a minoria que obtém o poder todo para si, deixando a maioria de lado; por isso a liberdade em sua maior extensão deveria ser vigiada.

A outra queixa formulada contra a oposição consiste em que esta tem injuriado e maltratado o Chefe da Nação. Não ha tal, porém. Da oposição não partiu ainda nenhum ataque pessoal ao Sr. Getulio Vargas, à sua honra, ou à sua dignidade. A oposição ataca o sistema de govêrno encarnado no Sr. Getulio Vargas, mostrando o que é evidente e notório, isto é, que o Sr. Getulio Vargas não se encontra no exercício de um mandato legítimo, nem mesmo nos têrmos da Constituição por êle próprio outorgada. A oposição não incita à desordem; ao contrário, clama pelo restabelecimento da ordem constitucional, a fim de que o povo brasileiro possa reconstruir o govêrno representativo, de cujos benefícios se ha privado, por fôrça do golpe de 37, ha quase 8 anos.

[...] As ditaduras passaram como passam as epidemias. Nas areas por elas devastadas, a vida renasce com mais viço e com mais exuberância. Esta é a mensagem que dirijo ao povo brasileiro, lembrando-lhe, contudo, que o preço da liberdade é a eterna vigilância (BRIGADEIRO, 1945 apud FRANCO, 1946, p. 255-256).

Fica claro que o Brigadeiro em seus discursos pronunciados, realizou uma dura crítica ao governo ditatorial de Vargas, ao golpe de 1937 e às questões econômicas, como o aumento dos impostos e o desequilíbrio econômico, que estavam acabando com a população humilde. O que Gomes pregava era a volta da democracia representativa, com a defesa de empréstimos ao mercado externo, apresentando-se como o salvador da pátria, num período de redemocratização brasileira.

### **3.4 O Programa da UDN em 1945**

Em 17 de agosto de 1945, em uma reunião entre os membros do partido da UDN, foram criados os estatutos, a nova direção e o programa político da UDN, que examinaremos aqui.

Na data de 17 de outubro de 1945, foi enviado ao Presidente do Tribunal Eleitoral, um documento contendo todas as assinaturas dos indivíduos que compactuavam com o partido, a fim de tornar definitivo o seu registro como partido de âmbito nacional, num total de 18.086 assinaturas, com maior número nas cidades de São Paulo, possuindo 3.279 assinaturas, Ceará, com 2.372, Minas Gerais, possuindo 1.586 assinaturas, Pará, 1.426, Pernambuco, 1.230, Distrito Federal, 1.103 e Paraíba, com 1.032 assinaturas (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 32). O registro do partido acabou sendo autorizado no dia 31 de outubro de 1945, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 45).

No programa político da UDN os principais assuntos discutidos foram sobre a democracia, a administração, o homem, o capital, a técnica, a terra, a industrialização, o comércio, os transportes, o regime fiscal, a política social, a intervenção do Estado e a segurança nacional.

O início de seu programa valorizava o processo de democratização e o progresso político de nosso país: “A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL preconiza e apoia um processo de democratização do Brasil, de fim construtivo e social, capaz de promover o progresso político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros” (TSE, Registro partidário da UDN, 1945 p. 10).

Com relação à democracia, o programa do partido visava garantir o exercício das liberdades de pensamento em todas as suas formas de manifestações, de associação, de reunião, de ensino, de religião e de culto, e também de organização partidária e sindical. A UDN lutava pelo direito de um regime representativo consciente, pelo voto universal, direto e

secreto, tendo em vista o reconhecimento do direito de representação proporcional. Todos esses princípios seriam assegurados por leis, que estabeleceriam severas penalidades para os crimes de liberdades públicas e eleitorais. O processo eleitoral ficaria a cargo do poder judiciário. A vida municipal seria beneficiada de forma mais equitativa pelas rendas, sendo atribuída ao Município uma porcentagem dos impostos arrecadados pela União e pelo Estado no Município. Além disso, os pobres teriam direito a um poder judiciário que os assegurasse a uma justiça acessível, rápida e gratuita, tendo-lhes todos os direitos que a democracia consagrasse (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 10).

Com relação ao tema da administração nos chamou atenção a seguinte parte do programa: “[...] conceder ao funcionalismo público maiores direitos e vantagens, considerando que, bem remunerado, poderá ser selecionado, e selecionado produzirá, em menor número, mais e melhor” (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 10-11). Neste excerto, percebemos o caráter progressista e liberal da UDN, priorizando a questão do funcionalismo público que está voltado ao mérito e ao individualismo, muito parecido com o sistema de governo americano.

Na questão do homem, o partido enfatizava que iria “preparar o homem brasileiro para sua missão econômica e social [...]” (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 11). Assim, ele seria valorizado pela sua cultura física, educacional e pelo ensino técnico profissional. Os serviços de saúde ainda seriam organizados como questão fundamental, bem como os planos de puericultura, a fim de cuidar das crianças e de seu desenvolvimento e o combate às endemias, assim como a todas as formas de preservação da vida humana. A ideia de preparar o homem brasileiro para sua missão econômica, reforça mais uma vez, um programa político de caráter liberal.

A educação foi outro tema bem discutido pelo partido, que dizia o seguinte:

II – O problema da educação, fundamental, como o da saúde, deverá obedecer a um plano geral, compreendendo a União, os Estados e os Municípios, que lhe assegure verbas previstas por preceitos constitucionais e a necessária continuidade, tendo-se em vista para esses fins: a) a convocação de uma convenção nacional de Educação para o completo estudo do problema, dentro de um âmbito nacional, sem quebra da autonomia dos Estados; b) a máxima extensão da rede escolar primária, transformando a escola pública, além de órgão de instrução, em órgão de assistência social, como meio também de estimular uma frequência eficiente; c) adaptar a escola, principalmente a rural, à vida real brasileira; d) criação de colônias-escolas, internatos rurais e instituições do mesmo tipo de educação primária e profissional para as populações que não possam ser beneficiadas pela rede escolar nacional; e) ampliação ao máximo do ensino técnico profissional, ajustando-o com as escolas primárias, secundária e superior; f) educação



supletiva pelo aproveitamento de todos os veículos de educação popular: radio-difusão, cinematografia, cartazes, discos, etc.; g) obrigatoriedade do ensino primário urbano; h) gratuidade do ensino público em todas as modalidades e em todos os graus; [...] (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 11).

Percebe-se que tanto a União, quanto os Estados e os Municípios deveriam assegurar as verbas necessárias para o programa da educação que, aliás, tinha propostas muito interessantes como a preocupação do partido em criar escolas no meio rural e de tornar a educação acessível ao povo deste meio, sendo uma questão nova, pois a Constituição de 1937<sup>48</sup> não abordava especificamente a educação no meio rural. Cabe destacar também no programa da UDN, a gratuidade do ensino público em todas as modalidades e todos os graus, o fim da indústria de ensino, associada às escolas particulares, beneficiando apenas quem podia pagar. Este item também era algo inovador, com relação ao governo Vargas, pois na Constituição de 1937, no artigo 130, apenas era abordado a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário e não em todos os graus do ensino; além disso, o artigo destacava que a gratuidade do ensino não excluía o dever de solidariedade para com os mais humildes, sendo exigida por ocasião da matrícula escolar, aos que não comprovassem ou não pudessem alegar escassez de recursos, uma contribuição modesta e mensal para o caixa escolar.<sup>49</sup>

Outra questão importante estava relacionada ao ensino técnico profissional, pois o partido queria ampliar ao máximo este ensino - que já estava garantido na Constituição de 1937, ajustando-o com as escolas primárias, secundárias e superiores, visando assim, a preparação do estudante não só intelectual, mas também profissional, como ocorre atualmente em nosso sistema neoliberal, através, por exemplo, das Etecs, mantidas pelo governo do Estado de São Paulo e subordinadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que fornecem cursos técnicos e ensino médio.

Com relação ao fim da indústria do ensino, que estava inserido no programa da UDN, também podemos perceber mais uma diferença sobre o governo Vargas, que possuía escolas particulares para quem pudesse pagar. O ensino superior também seria beneficiado, tendo autonomia técnica e financeira, mantido com patrimônios inalienáveis. Os professores teriam especial atenção, com a formação e a criação de escolas normais rurais; a criação da carreira

---

<sup>48</sup> Conferir em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 26 de ago. 2017.

<sup>49</sup> O artigo 130 da Constituição de 1937, dizia o seguinte: O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez e recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 26 de ago. 2017.

de professor secundário e universitário. A UDN também propunha uma campanha nacional de alfabetização de adultos, uma vez que tínhamos uma grande taxa de analfabetos no país.

i) eliminação das taxas que gravam os estabelecimentos particulares, reprimindo, ao mesmo tempo, a indústria do ensino; j) autonomia técnica e financeira do ensino superior, mantido com patrimônios inalienáveis; k) formação de professores, inclusive pela criação de escolas normais rurais, garantindo-lhes a necessária independência econômica, para que se possam dedicar à sua elevada missão; l) criação da carreira de professor secundário e de professor universitário; m) promover, com a cooperação de todos os brasileiros, uma campanha nacional de alfabetização de adultos (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 11).

A UDN também incentivava as correntes imigratórias, sobretudo do pessoal técnico e operários especializados, aptos à agricultura e à indústria, que seriam distribuídos conforme o interesse de cada região e da unidade nacional, e pensava em adotar uma política de costumes para coibir os males que prejudicavam a nossa formação moral (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 11).

No que diz respeito ao capital, o programa visava apelar para o capital estrangeiro, que seria necessário para dar suporte à reconstrução nacional, sobretudo, para aproveitar melhor nossas reservas inexploradas, dando-lhes um tratamento igualitário com liberdade de saídas de juros (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 11). Na questão dos meios técnicos, visava a elevar a capacidade de produção, de descobrir e criar novas riquezas, por meio de uma organização nacional de cunho técnico e científico que trouxesse aparelhos de institutos de pesquisa, laboratórios e todos os instrumentos necessários para cumprir tal objetivo (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 12). O partido também tinha a intenção de mobilizar para essa racionalização todos os seguintes recursos:

[...] a) das reservas petrolíferas e de carvão; b) das fontes de energia elétrica que representam a solução natural, num país, como o nosso, pobre de combustíveis, da industrialização e dos transportes; c) das reservas de ferro para a grande siderurgia, como meio de criar uma nova civilização de trabalho (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 12).

Com relação à terra, a UDN propunha uma reforma agrária, visando a produção da agricultura para a venda, por meios de subsídios que o governo daria, cuidando da terra, defendendo-a da erosão, da seca, da inundação, dos pântanos, da derrubada e da queimada.

Ao mesmo tempo, o partido tinha o objetivo de mecanizar a lavoura, conceder o crédito agrícola e tornar mais atrativo o ambiente rural, a fim de atrair e fixar o trabalhador ao campo.

[...] a) defende-la da erosão, da seca, da inundação, dos pântanos, da derrubada e da queimada; b) torna-la mais fértil pelos necessários suprimentos; c) mecanizar a lavoura; d) conceder o crédito agrícola; e) reduzir os gravames fiscais que depauperam o trabalho e a produção; f) tornar mais atrativo o ambiente rural, pelas condições de higiene, conforto e distração e pelo interesse material que produzir, como meio, antes de tudo, de fixar o trabalhador no campo (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 12).

Haveria também a colonização de grandes áreas devolutas ou pouco povoadas e o investimento em máquinas, tratores e fertilizantes para atender as necessidades dos produtores, bem como a criação de indústrias locais para cuidar do preparo e ocupação dos produtos na entressafra. O trabalhador também teria uma área reservada para a horta e cultura de cereais necessários à sua subsistência. Além disso, o programa relacionado a terra voltava-se principalmente a melhores solicitações de preços remunerados ao produtor, sendo acessíveis ao consumidor. Assim dizia o conteúdo:

II – A política agrária terá os seguintes objetivos: a) colonizar as grandes áreas devolutas ou escassamente povoadas; b) promover o parcelamento progressivo da terra; criando, em cada núcleo de pequenas propriedades, um centro de assistência técnica e financeira, servido, principalmente, de máquinas, tratores e fertilizantes, que atenda, dessa forma mais econômica, a maior soma de necessidades; c) reservar em cada grande propriedade uma área suficiente para a horta e a cultura de cereais necessários à subsistência do trabalhador, dispensando-lhe o tempo suficiente para cultivá-la; d) criar cooperativas que libertem os lavradores da especulação dos intermediários; e) preparar as necessárias instalações para o armazenamento e a conservação dos produtos; f) montar indústrias locais para o preparo dos produtos e ocupação na entre-safra; g) criar em todas as cidades e, em geral, nos maiores centros de consumo a chamada “cintura verde” para o seu abastecimento (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 12).

O tema da industrialização no programa de 1945 era tratado para promover e estimular este setor no Brasil, pensando na modernização de nosso sistema de trabalho e de elevar o padrão de vida da população. Assim, caberia ao Estado favorecer o desenvolvimento industrial do país, reduzindo os direitos aduaneiros pelo “[...] crédito industrial; b) pela assistência técnica; c) pelo fomento da produção de matérias primas; d) pela proibição dos

carteis e outras formas de monopólio da produção” (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 13).

A proposta para o comércio era, além de estimular o comércio interno, excluindo-o de exigências fiscais e regulamentares, priorizar o comércio externo, “considerando as normas da cooperação econômica dos povos, sem óbices à exportação, que não sejam opostos pelo interesse nacional e, ao contrário, favorecendo-a pela procura de mercados [...]” (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 13). Fica nítida aqui, a diferença na relação comercial que havia entre o governo nacionalista de Vargas que priorizava o comércio interno e o programa de governo da UDN de caráter mais liberal, acreditando que o desenvolvimento brasileiro teria que passar pela indispensável busca de capitais fora do país, mostrando mais uma vez o caráter reformista do programa político da UDN.

O partido considerava crucial uma melhora no sistema de transportes, para isso acreditava na:

[...] exploração da navegação fluvial dotada do material adequado que sempre lhe faltou; d) com o aproveitamento dos novos transportes aéreos de grande capacidade, aperfeiçoados na guerra, para os longos percursos, como o extremo Norte; e) com a regulamentação da navegação de cabotagem, de maneira que, enquanto não puder ser atendida, satisfatoriamente, pelas empresas nacionais, a economia do País, sejam permitidos navios estrangeiros nesse serviço (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 13).

No programa da UDN sobre os transportes, observamos mais uma vez a intenção do partido de trazer tecnologias externas, pois enquanto a navegação de cabotagem não pudesse ser atendida satisfatoriamente pelas empresas nacionais, nosso país permitiria o uso de navios estrangeiros. Complementando tal afirmação, o plano para o regime fiscal da UDN também favorecia nossas relações com o mercado externo, permitindo:

[...] livre entrada, durante a fase necessária para o aparelhamento nacional: - de locomotivas e todo material ferroviário e rodoviário especializado, não produzido no País; de máquinas operatrizes e aparelhos industriais não fabricados no Brasil; de aviões, automóveis, caminhões e tratores de quaisquer tipos; da gasolina e do petróleo necessários para esses veículos; (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 14).

O plano do regime fiscal do partido, ainda tinha o intuito de reduzir o imposto sobre os gêneros alimentícios, os medicamentos e vestuários indispensáveis à classe média e aos pobres, e sobre os instrumentos manuais essenciais ao operário e ao trabalhador rural,

inclusive o pequeno agricultor. A intenção do partido era oferecer à população um padrão de vida igual ao da classe média. Vejamos:

III – Reduzir o imposto de consumo que recair: a) - sobre generos alimenticios e de primeira necessidade, medicamentos e vestuário indispensaveis à classe media e pobre, suprimindo-os nas crises de escassez e de carestia; b) sobre instrumentos manuais de trabalho do operario e do trabalhador rural, inclusive o pequeno agricultor.

IV – Isentar de impostos de renda o minimo correspondente à manutenção de uma existencia digna e eficiente, tomando como padrão a vida da classe media (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 14).

A política social foi criada pensando em evitar a pobreza extrema do trabalhador e principalmente de conceder a este, autonomia sindical, direito de greve e uma maneira de dar-lhes, com a presença dos interessados, o direito de participação nos lucros excedidos das empresas pelos quais trabalharem. Esta última proposta defendida pela UDN, certamente seria muito difícil de se concretizar; por isso, acreditamos que seria mais uma propaganda política do que algo que realmente seria bem sucedido. Além disso, o partido visava conceder o seguro social aos trabalhadores.

I – O trabalho destina-se a crear a riqueza, mas, principalmente, a evitar o pauperismo. É este o principio que deverá dominar sua politica.

II – Proteger o trabalho, sob todas as formas, aperfeiçoando a atual legislação e dando-lhe uma aplicação mais humana e racional que torne seus beneficios efetivos.

III – Para que o seguro social possa atender às suas finalidades, urge:

a) - descentralizar os serviços administrativos, afim de obter presteza na concessão dos beneficios; b) calcular o valor dos auxilios nas pensões e aposentadorias, na base da constituição da família e do custo de vida; c) aplicar o seguro – doença a todos os segurados.

IV) – Conceder : a) – autonomia sindical; b) direito de greve.

V) - Estudar, com a audiência dos interessados, uma formula de participação nos lucros que excederem na justa remuneração fixada para o capital (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 14).

O programa de governo da UDN priorizava a intervenção do Estado na economia, a fim de garantir todos os direitos aos trabalhadores, tanto intelectuais, quanto manuais, bem como para o favorecimento dos diversos setores da economia (TSE, Registro partidário da UDN, 1945, p. 14–15). Concomitantemente, destacava a política externa do Brasil, da seguinte maneira: “[...] A politica externa do Brasil deverá inspirar-se: a) no interesse da colaboração entre os povos e no sentimento de fraternidade humana; b) nos postulados das Nações unidas; c) na integração da comunidade das Nações americanas” (TSE, Registro

partidário da UDN, 1945, p. 15). Defendia também a restauração do princípio da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, relacionado à segurança nacional, que dizia o seguinte:

- I – Restaurar o princípio da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891: -  
 Artº 14 – As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior, e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierarquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.  
 II – Organizar a indústria militar (TSE, Registro partidário, 1945, p. 15).

O programa político de 1945 mostra-nos seu caráter liberal, essencialmente fundamentado no ideário do liberalismo clássico. Contudo, ressaltava a importância de um país democrático, favorável às eleições representativas, que não havia no governo Vargas. Por isso, o Brigadeiro, devido ao seu passado de lutas a favor de nosso país, era o candidato ideal para esse partido que acabava de surgir, num período em que os ideais democráticos estavam em ebulição.

A UDN ainda tentava incorporar todos os interesses das diversas correntes partidárias opostas, pois muitos partidos de esquerda o apoiava; assim, temas como autonomia sindical, direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ênfase no combate aos problemas relacionados à habitação e a alimentação aos mais necessitados, e a classe média; educação pública gratuita, campanha nacional de alfabetização dos adultos, investimento no professor de ensino básico, assim como de ensino superior e eliminação das taxas dos estabelecimentos particulares, reprimindo, ao mesmo tempo, a indústria de ensino, entre outras questões, eram extremamente importantes para a UDN manter o apoio destes partidos e conquistar votos. Mas não podemos esquecer seu caráter liberal que priorizava o capital externo e a entrada de tecnologias em nosso país, pensando no desenvolvimento, bem como da intenção de investimento no ensino técnico profissional, ajustando-o com os ensinos primários, secundários e superiores. Aliás, no viés econômico, a proposta do capital externo foi uma das questões mais importantes tratadas no programa do partido, sendo o diferencial do programa de governo do Brigadeiro, com relação ao governo Vargas.

### **3.5 O Brigadeiro Eduardo Gomes e seus discursos sobre os trabalhadores**

Em discurso inicial da campanha, no dia 16 de julho de 1945, na cidade de São Paulo, o Brigadeiro (1946) tratou de diversos temas atacando o governo de Vargas; porém, a questão social relacionada aos trabalhadores foi seu discurso que primeiramente propomos a analisar.

O que nos chama atenção é a vinculação de seu discurso às questões católicas, ao tratar sobre os trabalhadores. Assim, inicialmente o Brigadeiro (1946) citou o ensinamento do Papa Pio XI, numa carta denominada *Quadragesimo Anno*, escrita no dia 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de leão XIII, *Rerum Novarum* (VATICAN, 2017).<sup>50</sup> Após citar a carta, o Brigadeiro (1946) afirmou que o Estado não poderia ficar neutro nas relações entre capital e trabalho e deveria cuidar dos mais pobres, numa economia em que priorizava o lucro individual. Além disso, para Gomes (1946), depois da encíclica de 1931 o mundo havia mudado, podendo chegar a uma verdadeira democracia, na qual os ricos seriam menos poderosos e os pobres menos sofrendores.

Não pode o Estado, como é corrente, ficar neutro nas relações entre capital e o trabalho. A função que lhe toca, no ensinamento de Pio XI, em “Quadragesimo Ano” é a de “soberano e supremo árbitro das ambições e cupidez dos homens”. E’ a de amparar o mais fraco, não permitindo o seu esmagamento numa economia açulada pelo incentivo único do lucro individual. Com isso, nada terá a reear o capitalismo progressivo e humano; compreenderá, todavia, com as frases da encíclica famosa, que “certa categoria de bens há de reservar-se ao Estado, pois levam consigo um tal poder econômico que não é possível conferi-lo aos particulares, sem dano para o Estado”. São êsses os acentos da mais alta sabedoria cristã. Mas, depois da encíclica de 1931, o mundo mudou e se encaminha para uma transformação. A um futuro melhor podemos e devemos chegar pela verdadeira democracia, progredindo numa ordem social mais justa, na qual o triste espetáculo da opulência excessiva de uns não afronte a miséria extrema dos outros; para uma era em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofrendores (GOMES, 1946, p. 16-17).

Ao comparar em seu discurso a questão dos trabalhadores no Brasil, relacionando-o a encíclica *Quadragesimo Anno*, escrita pelo Papa Pio XI, Gomes não só confirma seu posicionamento católico, como foi discutido ao longo da dissertação, como procura estabelecer um novo viés ideológico, propondo uma reforma dentro do sistema capitalista, seguindo como modelo a doutrina social da Igreja Católica, presente na encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII e resgatada no 40º aniversário desta, na encíclica *Quadragesimo Anno*.

Deste modo, quando Gomes afirma que o Estado não pode ficar neutro nas relações entre capital e trabalho, pregando ao mesmo tempo, uma nova democracia, em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofrendores, ele se posiciona ao lado da Igreja

<sup>50</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)> Acesso em: 02 de jan. 2017.

Católica, na ideia de pregar uma reforma cristã dos costumes. Assim, o Estado funcionaria como um instrumento harmonizador dos conflitos entre capital e trabalho, “[...] favorecendo a modernização industrial do país, criando uma legislação de proteção ao trabalho mas amarrando as organizações operárias ao Estado” (BEOZZO, 1964, p. 309). Gomes, partindo da ideia da encíclica, nega o conflito da luta de classes, bem como o comunismo e o liberalismo, pois a encíclica denuncia a concentração e a monopolização do capital, que está presente nas mãos de poucos; no entanto, defende uma terceira via, através de um reformismo dentro do sistema capitalista<sup>51</sup>, como já ressaltamos.

Para Pierucci, Souza e Camargo (1964, p. 364):

[...] a terceira via católica acabou reduzida aos reclamos por um capitalismo corrigido de seus desvios e excessos, com base no pressuposto antiliberal de uma normatividade anterior e superior às leis de mercado.

Um capitalismo corrigido: é onde a Igreja se compromete, confessadamente ou não. Para tanto, concorreu sem dúvida o fato de que a condenação vaticana do comunismo era absoluta, ao passo que a do capitalismo jamais se fez sem qualificações. A Doutrina Social da Igreja toma partido e se reduz a um reformismo no interior do sistema capitalista: legislação social e trabalhista, assistencialismo, liberdade de organização, normatividade ética na economia via Estado, etc.

É neste sentido então, que Gomes acredita que as injustiças devem ser exterminadas, a fim de se obter um sistema justo e mais igualitário, no qual entre capital e trabalho não deve existir oposições, lutas de classes, violências, baseando-se nos princípios da caridade cristã.

Ao atentarmos a encíclica *Quadragesimo Anno*, observamos que o documento nos mostra que o Estado tem sua função essencial e não o nega, visto ser dever dele defender toda a nação, mas tendo um cuidado sempre especial para os mais necessitados.

Aos governadores compete defender toda a nação e os membros que a constituem, tendo sempre cuidado especial dos fracos e deserdados da fortuna ao proteger os direitos dos particulares. << Por quanto a classe abastada, munida dos seus próprios recursos, carece menos do auxílio público; pelo contrário a classe indigente, desprovida dos meios pessoais, esteia-se sobre tudo na proteção do Estado. Por conseguinte deve ele atender com particular cuidado e providência aos operários, visto serem eles do número da classe pobre>> (VATICAN, 2017).<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Um artigo interessante para completar essa discussão é o de Mendes, Oliveira e Perin (2016).

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)>. Acesso em: 02 de set. 2017.



O candidato também enfatizava que todo trabalhador deveria ter direito a duas condições essenciais: “[...] a liberdade sindical e o direito de greve [...]”. Tudo isso vindo a fazer jus “[...] ao aperfeiçoamento da vigente legislação especializada e ao expurgo dos dispositivos e aparelhos fascistas, que nela se introduziram, após o golpe de 1937 [...]” (GOMES, 1946, p. 17).

É importante lembrar que a Constituição de 1934 instituiu a justiça de trabalho, incorporando o princípio da convenção coletiva de trabalho, dispondo a esse respeito a lei ordinária. Deste modo, o Estado Novo proibiu a greve, o que só após sua queda, reiniciaram-se as greves como direito estabelecido na Constituição de 1946 (SIMÃO, 1966). Assim, Gomes ao estabelecer o direito de greve em seu programa de partido, se opõe ao governo Vargas e coloca uma nova proposta em sua concepção reformista, bem como a questão da liberdade sindical. Aliás, se realizarmos uma reflexão sobre a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, em que a encíclica *Quadragesimo Anno*, citada por Gomes é baseada, vemos que tal documento é contra a greve, pois elas causam danos não só aos patrões, como aos operários, principalmente por causa da sua forma violenta e tumultuosa; porém, a encíclica afirma que a greve ocorre, pois o Estado não oferece aos trabalhadores os direitos. Assim, se o Estado colaborasse com os trabalhadores, com seus direitos, as greves não existiriam. Sendo assim, podemos pensar que a greve em sua forma pacífica pode ocorrer e, neste sentido, a doutrina social da Igreja também é a favor da greve.<sup>53</sup>

Gomes (1946) além de exigir tais direitos aos trabalhadores era favorável à intervenção do Estado para estimular as iniciativas e atividades pessoais, e não acabar com elas, devendo se pensar no bem da população. E para o bem de todos seria indispensável que o trabalhador tivesse um salário justo nas normas do manifesto dos bispos. Fica claro que, para o Brigadeiro, o Estado deve-se basear na reforma cristã dos costumes, como bem afirma a encíclica *Quadragesimo Anno*.

Para o Brigadeiro (1946), não apenas seria necessário o salário mínimo para suprir as dificuldades do povo brasileiro, mas também complementá-lo com outras medidas que favorecessem a classe mais pobre, através da redução de impostos nos gêneros alimentícios, medicamentos, vestuários, bem como nos instrumentos manuais essenciais ao operário e ao trabalhador rural, que inclusive já estava indicado no programa de governo da UDN. Outra questão importante, e que se encontra no programa de governo do partido, é que Gomes voltava a defender um emprego em que os trabalhadores pudessem proporcionar as suas

---

<sup>53</sup> Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh\\_enciclica\\_rerum\\_novarum.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_rerum_novarum.pdf)>. Acesso em: 02 de set. 2017.

famílias a moradia própria e o conforto razoável, de acordo com um padrão de vida da classe média. Assim, fica claro que suas ideias estavam direcionadas a uma mudança de vida da população mais pobre do Brasil, seguindo como modelo os padrões de vida da classe média, que inclusive apoiava em massa a UDN. Vejamos quais eram suas medidas complementares ao salário mínimo para o povo humilde brasileiro:

[...] supressão ou redução de qualquer imposto sobre gêneros alimentícios de primeira necessidade, medicamentos e vestuário indispensável às classes pobres e médias, bem como sobre os instrumentos manuais do operário ou do trabalhador rural, inclusive o pequeno lavrador; a gratuidade da instrução em todos os graus; a assistência social à infância, nas cidades e nos campos. Se aquêle salário importa na possibilidade de ter o trabalhador a sua casa, não se desviem os recursos das Caixas e Institutos oficiais para os “arranha-céus” luxuosos, para os negócios privados, para os depósitos em bancos particulares: tenham exclusivo emprêgo em proporcionar às famílias pobres a moradia própria e de razoável conforto. Isente-se, também, do imposto de renda um mínimo correspondente à manutenção de uma existência digna e eficiente, tomada como padrão de vida a da classe média; não se sacrificará, com isso, a receita ordinária; pois o de que se deve tratar é do aumento do consumo interno, sem o qual a nossa industrialização será artificial, e, portanto, insustentável (GOMES, 1946, p. 17-18).

Finalizando seu discurso em São Paulo, o Brigadeiro (1946), discutindo sobre os salários rurais procurou manter seus princípios católicos democráticos relacionados à carta encíclica *Quadragesimo anno* (VATICAN, 2017), para a qual de que nada valeria o capital sem o trabalho, e nem o trabalho sem o capital, pois todos deveriam possuir os mesmos direitos e adquirir os mesmos frutos trabalhando em união; assim, para Gomes (1946, p. 18), o trabalhador não estava recebendo o salário merecido, “[...] porque o lucro, em sua maior parte, passa indevidamente aos intermediários, os quais enriquecem, enquanto os produtores se endividam”. Nesse sentido, o candidato [considerava essencial dignificar o trabalho para valorizar o homem.

Esse discurso do Brigadeiro (1946), sobre a questão dos trabalhadores, nos mostra novamente seu posicionamento político de caráter reformista, pregado pela doutrina social da Igreja, resgatado pelos valores cristãos da carta do Papa Pio XI, funcionando como uma terceira via política de reforma no sistema capitalista.

Dando mais um exemplo de como seus discursos eram pautados nos princípios religiosos do catolicismo, em seu segundo comício, realizado no dia 15 de julho de 1945, em Belo Horizonte, Gomes (1946) ao tratar das questões econômicas do país, mais uma vez manteve um posicionamento político relacionado à Igreja Católica, ao pronunciar:

A liberdade é uma condição para se adquirirem todos os outros bens; não é um resultado ou efeito deles. Aos que renunciam a faculdade de pensar, de opinar, de agir, lembremos estas palavras de Bergson: “ O homem não vive apenas de pão, mas de **fé**, de admiração, de simpatia. E’ superficial dizer que o algodão e o ferro, ou a prata e o ouro são os reis do mundo; há outros senhores que obumbram aquêles. Assim o amor. Assim o caráter. Os homens vivem pelas suas **crenças**. Os governos subsistem por elas, pela **fé** das pessoas, quer proceda da **religião** em que foram educadas, quer de um sentimento pessoal, a que corresponde a **religião** popular. Se o govêrno se mantivesse exclusivamente pela fôrça, e se o instinto do povo lhe resistisse, é evidente que, para estar em segurança os governantes deveriam ser dois contra um, e ainda assim não estariam protegidos de golpes desesperados” (GOMES, 1946, p. 54, grifos nossos).

O Brigadeiro (1946) fez referência ao filósofo Bergson e procurou ressaltar à população o valor da liberdade, que claramente não havia com o Estado Novo autoritário de Vargas; assim, a liberdade é essencial e uma condição para se adquirir outros bens. Concomitantemente, Gomes criticava as pessoas que renunciavam a liberdade, pois era ela que dava a capacidade de pensar, opinar e agir. O candidato dizia que a alimentação e a riqueza não eram tudo no mundo, mas a fé, a admiração, a simpatia e principalmente o amor e o caráter são essenciais. Assim, os homens vivem pelas suas crenças e fé, que estão relacionadas a religião e o governo apenas existe devido a religião das pessoas. Deste modo, se o governo quisesse reagir pela força, teria que ser maioria contra a população, mas mesmo assim sofreria um ataque furioso do povo.

Na verdade, Gomes afirmava que a religião ou a crença era muito importante, pois mantém a ordem na sociedade, conservando os indivíduos unidos devido a seus princípios morais, no qual o amor é fundamental para conduzir as pessoas até Deus, e principalmente para manter a população em liberdade.

Em 22 de novembro de 1945, Gomes (1946) esteve na cidade de Assis, discursando sobre a questão dos trabalhadores do município, principalmente sobre os trabalhadores rurais, bem como sobre a imensa extensão territorial que possuímos, justificando que os operários disponíveis para o trabalho no Brasil eram poucos, pois segundo os últimos dados do censo, não chegavam a 21 milhões o número de adultos, com idade superior a 18 anos, devido a mortalidade da população e alta natalidade, causadas, sobretudo, pela “[...] desnutrição e pauperismo, existentes principalmente nas classes trabalhadoras” (GOMES, 1946, p. 277). Isso sem contar que para o Brigadeiro, a população nacional, segundo os últimos dados do recenseamento, estava estimada em 45. 300.000 habitantes.

O que chama a atenção em seu discurso é a questão dos trabalhadores agrícolas, relacionada às migrações constantes que ocorriam na época, principalmente da população do Nordeste, que ia em busca de outras regiões mais promissoras, afastadas do grande centro de consumo.

Os nossos trabalhadores agrícolas, já de percentagem diminuta, ainda sofrem os efeitos da eterna mobilidade e instabilidade acentuados no passado e ainda existentes no presente. A par das grandes migrações internas, provocadas pelos flagelos do Nordeste – sentimos os efeitos funestos dos deslocamentos mais próximos das massas rurais, abandonando para trás as velhas regiões primitivamente férteis, transformadas em desertos ou extensas campinas pastoris, para outras regiões mais promissoras, porém, cada vez mais afastadas dos grandes centros de consumo (GOMES, 1946, p. 277).

Segundo o candidato (1946), a produção agrícola havia caído e o povoamento das regiões novas pelos migrantes não estavam tendo resultado, dentro das leis do progresso: “[...] a produção tem diminuído e o ciclo destruidor de exploração das terras vem se repetindo de uma região para outra: - A terra virgem – a queimada – a cultura – a pastagem e o deserto” (GOMES, 1946, p. 278). Assim, devido a essa exploração desordenada do território, passou a ocorrer o êxodo do campo, atraindo os trabalhadores para as cidades em busca de salários melhores, oferecidos pelas indústrias e pelas obras do governo, mas também, pela extração de minerais que estava em declínio.

Deste modo, os agricultores também foram afetados pois, desamparados, sem créditos e sem transportes, não puderam evitar o êxodo “[...] que preferiram trocar os ínfimos salários e o desconforto do campo em que viviam, pela ilusão dos salários altos e pelo fascínio do conforto dos grandes centros” (GOMES, 1946, p. 278).

Para o Brigadeiro (1946, p. 279), junto com a queda da produção agrícola, havia caído a produção dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, que: “[...] há mais de dez anos, se vinha mantendo em torno de 18 e meio milhões de toneladas, caiu, em 1944, para 17 milhões, regredindo aos números índices do ano de 1932, quando a nossa população era muito menor”.

A saída para essa crise, segundo Gomes (1946), seria o aumento da produção agrícola através do estímulo do financiamento fácil, importação e distribuição de máquinas agrícolas a menores preços, assim como a distribuição de adubos e sementes, utilização e ampliação da rede de armazéns gerais que existiam, além do desenvolvimento da assistência efetiva, técnica e social aos trabalhadores.

Para que isso pudesse acontecer, seria indispensável a cooperação das três esferas dos poderes públicos, isto é, a União, os Estados e os Municípios. Concomitantemente, percebemos a intenção do candidato (1946) em tentar realizar uma campanha doutrinária democrática, a fim de conquistar votos, elevando cada vez mais em seus discursos os ideais de justiça e de liberdade, totalmente cabíveis naquele momento histórico.

Mas é preciso constância nesta política. É preciso, sobretudo, cooperação ininterrupta das três esferas dos poderes públicos, em nosso regime, a União, os Estados e os Municípios. Torna-se indispensável que nenhum dos seus órgãos se descure da solução conjunta de um problema, que desafia a capacidade dos responsáveis pela administração do país. Será uma das etapas futuras de um grande esforço; as primeiras do caminho estão vencidas com a campanha de **doutrinação democrática**. Ela honra a vós todos que colaborastes, com o máximo interesse, no esclarecimento da opinião pública, e que permanecestes a postos, para assegurar, em proveito da Nação, a vitória, nas urnas, dos princípios de **Justiça** e de **Liberdade**, inseparáveis da consciência do povo brasileiro (GOMES, 1946, p. 279, grifos nossos).

Segundo Gomes (1994), a questão da migração interna que o Brigadeiro (1946) afirmava em seus discursos e todas as questões prejudiciais que ela envolvia, já ocorriam desde meados da década de 1920, por meio dos nordestinos que se deslocavam para São Paulo e Rio de Janeiro; porém, tal movimento necessitava de controle, pois a população migratória estava esvaziando o campo, superpovoando as cidades industrializadas que necessitavam de trabalhadores. Além disso, isso se agravou principalmente no início dos anos 30, que além de contarem com o problema migratório da população, contava com a entrada de estrangeiros em nosso país, havendo um aumento de desempregados. Todas essas questões também estavam relacionadas à crise econômica que o Brasil vivenciou no início dos anos 30. Por estas razões, Vargas achava necessário aplicar uma política de restrição à imigração.

Em 22 de novembro de 1945, o Brigadeiro também esteve em Sorocaba e realizou um discurso intenso, talvez sendo o pronunciamento que melhor destaca o posicionamento do candidato com relação a questão dos trabalhadores e o interesse de classes, entre o dono da fábrica e o operariado. Mas também, a ideologia católica de Gomes (1946), vinculada ao seu pensamento das questões sociais.

Vejamos:

A questão social ocupa, nos dias atuais, o primeiro lugar nas preocupações de todos os homens de pensamento, e, portanto, tem de ocupar o primeiro lugar nas cogitações de todos os homens de governo. Esse problema, entretanto, se resume numa questão de justiça. O que tem faltado, nas

relações entre o capital e o trabalho, é o sentimento e o espírito de justiça. Introduzir êsse espírito e êsse sentimento em tais relações é resolver, de maneira radical, o angustioso problema (GOMES, 1946, p. 280).

O Brigadeiro (1946) cita a sabedoria do Papa, que na época era o papa Pio XII, como homem de grande inteligência, para ressaltar que as medidas violentas deveriam ser abandonadas. Assim, Gomes defendia a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, entre os interesses dos patrões e dos proletários. Nesse sentido, ele pregava mais uma vez a não luta de classes, defendendo uma reforma no sistema capitalista. Para o Brigadeiro, tanto a solução capitalista como a proletária são desastrosas.

Em sua oração, Gomes (1946) teceu críticas ao comunismo e à experiência que a Rússia vivenciava naquele momento histórico, com relação a ditadura do proletariado, pois os trabalhadores não estavam sendo os donos das fábricas, mas estavam sendo comandados por elas.

Grandes inteligências, desde os mais obscuros filósofos e sociólogos até os chefes de Estado mais eminentes como, entre todos e acima de todos o Sumo Pontífice da Igreja Católica, têm dedicado longas horas ao estudo da solução adequada. De tudo quanto se tem escrito e experimentado até agora, a primeira conclusão, a que se chega, é a de que devem ser abandonadas as medidas violentas. Só será satisfatória uma fórmula em que se conciliem os interesses do capital e do trabalho ou, por outras palavras, em que se assegure a cooperação dos patrões e dos operários. Tanto a solução exclusivamente capitalista como a solução exclusivamente proletária, tomadas unilateralmente, serão desastrosas. Se o capitalismo dominador leva à opressão do operariado, a chamada ditadura em nome do proletariado, que está sendo experimentada na Rússia, constitui, também, uma forma de escravidão. Se, ideologicamente, o Comunismo promete ao operário o máximo de independência e o máximo de prosperidade, o certo é que, até agora, nenhuma dessas promessas foi cumprida. Em vez de dono da fábrica, onde trabalha, a fábrica é que é, na Rússia, a dona do operário que nela moureja (GOMES, 1946, p. 281).

O Brigadeiro (1946) faz defesa do modelo de democracia norte-americana em oposição ao regime soviético, salientando que os americanos eram mais desenvolvidos que os russos. Para Gomes, o modelo soviético não seria a solução ideal para o povo brasileiro, pois o regime soviético lutava por implantar uma ideologia que favorecesse o operariado russo, mas que realizava um intenso extermínio de sua população, como realmente ocorreu no período de governo de Stalin. Nesse sentido, mais uma vez o Brigadeiro criticava o comunismo e defendia soluções pacíficas para harmonizar os interesses de todas as classes, pois era contra o conflito de classes, principalmente através de seus dogmas católicos.

Por outro lado, o teor de vida do operário russo está muito longe de atingir o alto plano que já mereceu na democracia norte-americana. Nem a prosperidade material, com que lhe acenaram, os trabalhadores russos conseguiram alcançá-la. Se dispõem, hoje, de uma assistência mais desenvolvida que no regime czarista, o que possuem, é sob quase todos os aspectos, inferior ao que possuem os seus colegas dos países capitalistas. O mais triste, porém, é que os benefícios, que o regime soviético está procurando assegurar ao operariado russo, são realizados com o extermínio implacável de milhões e milhões de indivíduos e com a mutilação radical de tudo quanto constitui valores espirituais. A materialização completa do indivíduo e da coletividade, que se processa nas repúblicas soviéticas, não é, evidentemente, a solução ideal para um povo como o brasileiro, de profundas raízes cristãs e de uma índole natural que não se compadece com a ferocidade das lutas de classes e com a conquista de vantagens materiais, em trôco do sacrifício absoluto da liberdade, dos sentimentos humanitários e da dignidade humana. [...] Para que não sejam contrariadas a índole e as tradições do povo brasileiro temos que buscar soluções sociais que harmonizem os interesses de tôdas as classes (GOMES, 1946, p. 281).

Gomes (1946) defendia os interesses gerais dos operários, afirmando que manteria os seus benefícios e os ampliariam, quando fosse possível. Também dizia que os trabalhadores tinham o direito de exigir do Estado tudo quanto pudesse lhes oferecer, para que tivessem uma condição mais digna de vida.

Tudo quanto a legislação social proporcionou ao operário, de benefícios, deve ser mantido, quando não houver ensejo de ser ampliado. No terreno das conquistas sociais não é admissível retrocesso algum. Temos, cada vez mais, de andar para a frente. A solicitude do govêrno para os que, desprovidos de riquezas materiais, procuram avançar na vida, deve ser contínua e fecunda. O homem que vive do seu trabalho tem o direito de exigir do Estado tudo quando o Estado esteja em condições de lhe fornecer, para que a sua existência se torne cada vez mais digna e mais próspera. Por meio de uma legislação prudente e cautelosa será fácil ao Estado dar ao homem de trabalho, quer o da cidade, quer o do campo, os elementos necessários para que possa extrair da civilização, que atingimos, tudo quanto ela é capaz de lhe proporcionar para o bem-estar dos indivíduos (GOMES, 1946, p. 282).

Gomes (1946) cita novamente a encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. O candidato mantém sua ideologia em toda a eleição, que é a de basear seu posicionamento político, relacionando o com as encíclicas papais, como a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*. Nesse caso, o Brigadeiro se baseia na *Rerum Novarum* para mostrar que não pode mais existir a crença de que a classe rica e a classe pobre sejam inimigas. Para o Brigadeiro, as classes têm que viver em harmonia, pois não seria possível a

existência de capital sem trabalho e nem de trabalho sem capital. Mais uma vez, o candidato ressalta sua posição contra a luta de classes; assim, se cada patrão e operário cumprisse com seus deveres sociais a justiça social poderia ocorrer.

Preciso é que, custe o que custar, se desfaça o êrro capital, assinalado pela Encíclica “Rerum Novarum”, que é a crença de que as duas classes são inimigas uma da outra, como se a natureza, houvesse armado os ricos e o pobres para que combatessem mütuamente, num duelo obstinado. “É isso uma aberração tal que urge colocar a verdade na doutrina oposta, porque, assim como nos corpos humanos os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de maneira a formarem um todo exatamente proporcionado e que se poderia chamar simétrico, assim, na sociedade, as duas classes são destinadas pela natureza a unir-se harmoniosamente e a manter-se em perfeito equilíbrio. Têm elas necessidade imperiosa uma da outra. Não é possível que haja capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia gera a ordem e a beleza. Ao passo que dum conflito perpétuo não pode resultar senão a confusão das lutas selvagens.” [...] Não é possível justiça social onde não há percepção e sujeição a deveres. Não pode haver paz social onde não existem aquela percepção e esta sujeição (GOMES, 1946, p. 282-283).

Para o Brigadeiro (1946), os sindicatos têm de possuir autonomia, pois as exigências dos operários só criam força quando se transformam em reivindicações de grupos a que pertencem. Também critica a sindicalização subordinada ao governo, que ocorre nos países de regime totalitário, em que tudo só existe para o Estado. Indiretamente, critica a ditadura de Vargas, que possuía sindicatos com amplo controle do Estado. Gomes ainda afirma que, com a sindicalização livre, os operários teriam mais chances de lutar por seus direitos. Assim, o candidato guiado pelos valores cristãos, reconhece o sentido social em contraposição ao sentido individualista, em que para haver uma sociedade mais justa, o povo teria que se unir mais e respeitar uns aos outros, de acordo com seus direitos, deveres e limites.

O operário isolado é um lutador desarmado. Nada poderá contra o egoísmo capitalista. As suas reivindicações só criam força quando se transformam em reivindicações dos grupos a que pertencem. Daí, para a defesa dos interesses da classe, necessária é a organização de sindicatos dotados de plena autonomia. A sindicalização livre é uma das condições essenciais para a proteção dos direitos do operário. [...] A sindicalização – subordinada ao governo – só se compreende em países de regime totalitário, em que tudo se submeta ao Estado e só exista para o Estado, ou melhor, para os homens que detêm o poder. Com sindicatos compostos de homens cõscios dos seus deveres, o operariado ficará habilitado a compor com os empregadores tôdas as questões de importância, como a dos salários, as de assistência, as do seguro, as de participação nos lucros, as das mesclas dos contratos de trabalho com os contratos de sociedade, sem perturbação da ordem social e sem recurso, sempre nocivo, das greves gerais ou parciais. Com a sindicalização livre, tanto dos operários como dos patrões, reduz-se ao



mínimo a necessidade da intervenção do Estado nas relações de trabalho e amplia-se a órbita da atividade particular na solução dos problemas sociais. Urge que, nos indivíduos e nas corporações, se desperte e se fortaleça o sentido social em contraposição ao sentido individualista, isto é, que todos se considerem, não titulares de direitos intangíveis, mas obreiros do bem comum (GOMES, 1946, p. 283-284).

No discurso abaixo, observamos que novamente o Brigadeiro (1946) prega a aproximação entre as classes operária e burguesa, em que a boa relação entre ambas seria muito importante no caminho para a solução do problema social. Nesse sentido, o candidato afirma que a existência dos patrões é necessária para a existência dos operários, e vice versa, sendo melhor viverem em harmonia do que sofrerem a intervenção do Estado para coagi-los.

O candidato (GOMES, 1946) também defende a propriedade privada, mas de acordo com o modelo definido na encíclica *Rerum Novarum*, que estabelece que a propriedade privada não seja privilégio apenas de uma minoria, causando um contraste grande entre os que tudo possuem e os que nada possuem.

É ainda da “*Rerum Novarum*” a lição de que os patrões e os operários podem singularmente concorrer para a solução da questão social, por meio de obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e facilitar uma aproximação entre as duas classes. Compenetrem-se tanto os patrões como os operários, de que a existência daqueles é necessária para a existência destes, e vice-versa, e que mais benéfico será, tanto para uns como para outros, o entendimento mútuo do que a intervenção do Estado para coagi-los a proceder desta ou daquela maneira, e terão andando mais de meio caminho na solução do problema social. Sem destruir o regime da propriedade privada, regime que corresponde a exigências da natureza humana, é possível dar-se uma nova organização à sociedade, de modo tal que aquela propriedade não venha a ser privilégio de um reduzido número de indivíduos, nem venha a constituir obstáculo para que se dilatam as conquistas sociais dos que nada possuem de seu, a não ser a energia de sua inteligência e a fôrça do seu braço. Mantendo o direito de propriedade nos termos e para os fins expostos na encíclica “*Rerum Novarum*”, e procurando favorecer a iniciativa privada na exploração da terra e na transformação fabril de todos os seus produtos, poderá o Estado, perfeitamente, assegurar o desenvolvimento do país e a prosperidade dos seus filhos, sem as desigualdades clamorosas, que tanto nos escandalizam, e sem tão violento contraste entre os que tudo possuem e os que não possuem coisa alguma (GOMES, 1946, p. 284).

Finalizando seu discurso na cidade de Sorocaba, o Brigadeiro (1946) aconselha a população a lembrar de seus deveres e reivindicarem seus direitos, tendo espírito de justiça, para que ocorra a solução do problema social.

Entre uns e outros reina, de há muito, a convicção de que é preciso, para a solução do problema social, que todos se lembrem dos seus deveres, ao mesmo tempo que reivindicuem os seus direitos, e de que, sem um largo espírito de justiça, no exame das controvérsias, que se suscitarem, não é possível solução satisfatória (GOMES, 1946, p. 285).

No dia 24 de novembro de 1945, na cidade de Juiz de Fora, o Brigadeiro (1946) iniciou seu discurso saudando a população da cidade a respeito de sua gratidão ao civismo, lealdade à família, lealdade às crianças religiosas, enfim a toda doutrina católica, de lealdade, amor ao próximo e uma vida de respeito e honestidade. Vejamos:

O caráter do povo mineiro se formou na lição da lealdade. Lealdade à terra natal, como dever de gratidão e de civismo; lealdade à família, no culto de sentimentos cristãos que a dignificam; lealdade recíproca dos indivíduos, na constância do afeto, na uniformidade do trato, na segurança dos negócios, na firmeza dos compromissos; lealdade às crenças religiosas, às ideias políticas, às tradições sociais; lealdade do espírito a si mesmo, como expressão proibida de respeito humano (GOMES, 1946, p. 292).

O candidato (1946) continua seu discurso buscando destacar que as primeiras leis sociais em nosso país já existiam antes do governo Vargas, porém frisou a importância das leis sociais garantidas aos trabalhadores, por meio do governo provisório de 1930, da Constituição de 1934, do poder legislativo de 35 a 37 e, por último, dos sistemas de normas da ditadura que ampararam os direitos e estabeleceram garantias aos trabalhadores. Complementa que esses direitos adquiridos no governo Vargas iriam continuar, caso ganhasse, porém seriam aperfeiçoados.

Sabe-se que as primeiras leis sociais antecedem a revolução de 1930. O anseio de igualdade econômica se manifestara quase um século antes, em 1840, quando o Senador Vergueiro instituiu a chamada “parceria agrícola” a fim de dar solução humana e patriótica ao problema de mão-de-obra especializada. O Código Comercial de 1850 e o Decreto de 15 de março de 1879 dispuseram sobre o contrato de locação de serviços, tornando obrigatório o aviso prévio em caso de rescisão. A primeira lei sindical data de 1903; de 1907 a sua reforma ampliativa; de 1911 a lei relativa à construção de casas de operários. E quando, terminada a guerra de 1914 a 1918, se criou o “Bureau” Internacional do Trabalho, como justa conquista do proletariado universal, recebemos, sem tardança, o influxo das cláusulas do “Tratado de Versalhes”, com a promulgação da lei sobre acidentes, em 1919; e, em 1923, se inaugurava a previdência social, no Brasil, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, a que se seguiu a dos Portuários, regulamentando-se também os trabalhos dos menores e concedendo-se o direito de férias a industriários e comerciários. Não insistamos, porém, no assunto. O Governo Provisório de 30, a Constituição de 34, o Poder Legislativo de 35 a 37, e por último, a ditadura

compuseram um sistema de normas que ampara direitos e estabelece garantias para os trabalhadores. Não nos cansaremos de dizer que esses direitos e garantias deverão ser mantidos e aperfeiçoados (GOMES, 1946, p. 295-296).

As primeiras leis sociais que o Brigadeiro cita antecederam a revolução de 1930, aliás a parceria agrícola instituída pelo senador Vergueiro, realmente ocorreu em 1840, em que Nicolau Pereira de Campos Vergueiro havia trazido da região do Minho, Norte de Portugal, cerca de 90 lavradores, a fim de trabalharem como parceiros em sua Fazenda Ibicaba, perto da cidade de Limeira, na província de São Paulo. O contrato de parceria dizia que cada agricultor e sua família deveria cultivar certa extensão de pés de café na fazenda em que fosse trabalhar, recebendo anualmente uma porcentagem do lucro da venda do produto. Além disso:

A parceria empenhava daquele modo, por antecipação, o resultado do trabalho futuro do imigrante, com o qual ele deveria saldar os gastos feitos em seu benefício, desde a viagem marítima até os adiantamentos para compra de alimentos e subsistência.

O contrato previa também a possibilidade de transferência do *parceiro* a outros empregadores, independentemente da sua vontade, num negócio comercial que passou a ser comparado à revenda de escravos. Além dessas condições nos latifúndios, o lavrador europeu passava a conviver lado a lado com negros cativos (MENDES, 2009, p. 174, grifo do autor).

O Brigadeiro (1946) também comentou que mesmo os trabalhadores tendo adquirido direitos sociais importantes no governo Vargas, seu governo teve débitos crescentes e conclui que os trabalhadores precisavam menos do Estado, do que o Estado deles, pois a ditadura lhes devia “[...] em 31 de dezembro de 1944, Cr\$ 898.703.000,00, sendo: Cr\$ 608.595.000,00 aos industriários, Cr\$ 213.974.000,00 aos comerciários e Cr\$ 76.134.000,00 ao Instituto de Transportes e Cargas [...]” (1946, p. 296).

Gomes (1946, p. 296-297) ainda completou:

Defenderemos tôdas as conquistas consagradas na “Consolidação”, nomeadamente as que se referem à duração do trabalho, ao salário mínimo, às férias, à higiene e à segurança, à proteção da mulher e do menor, e às regras que disciplinam o contrato individual, quanto à remuneração, ao aviso prévio e à estabilidade. Entendemos que essas conquistas devem ser aprimoradas, não só nos pontos a que aludí, mas ainda: na extensão do direito de indenização por despedida injusta a todos os casos, sem limitação do tempo de serviço; na aplicação de iguais benefícios aos trabalhadores assalariados das autarquias, dos institutos para-estatais e das repartições do Govêrno, quando não fôr mais favorável o seu estatuto; na incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema legal trabalhista.

O discurso de Gomes (1946) demonstra a intenção em cuidar dos interesses dos trabalhadores, ampliando de forma positiva as leis sociais, de forma a auxiliá-los a terem uma vida digna e justa. Além disso, o candidato pensava nos problemas relacionados à saúde do operário e dos meios de aquisições de suas casas próprias, com as isenções de impostos. O incentivo de dinheiro por meio da iniciativa privada, destinado à recreação e à cultura do trabalhador também seria necessário em certos casos.

Gomes (1946) também voltava a falar da educação, que era fundamental para todos, como já identificado no programa político da UDN, e que priorizava a ampliação das escolas, bem como sua gratuidade e obrigatoriedade progressivas, para que todos pudessem ter direito às mais diversas oportunidades de profissão. Além disso, sustentava que as verdadeiras elites, de que necessita a sociedade moderna, resultavam de indivíduos de valores e não de condições econômicas ou diferenças sociais. Para o Brigadeiro, também era necessário estimular os alunos bem dotados de conhecimento.

Em 25 de novembro de 1945, o Brigadeiro (1946) esteve em Petrópolis, desta vez dando ênfase à questão do seguro social brasileiro, realizando uma crítica à assistência médica, que era comumente propalada pelo governo Vargas, estando praticamente inexistente, pois não concedia “[...] como benefício regulamentar e obrigatório o Instituto dos Industriários, o dos Comerciantes e o dos Empregados em Transportes e Cargas, que, em conjunto, totalizam mais de 90% dos segurados dos Institutos” (GOMES, 1946, p. 305).

Além disso, os benefícios de invalidez e de morte correspondiam a 60% e 30%, ambos do salário médio de contribuição. Ao mesmo tempo, estes benefícios se faziam com grande demora, devido principalmente a documentos de difícil obtenção, sendo que essas dificuldades eram maiores em algumas Instituições, pela centralização excessiva e por sua complexidade administrativa (GOMES, 1946).

Para Gomes (1946, p. 306), “[...] a desastrosa política financeira do Governo, responsável pela alta desmedida no custo das utilidades, envolveu no seu cortejo de males a desvalorização efetiva dos já reduzidos benefícios de previdência”.

Realizando uma dura crítica as facilidades de empréstimos obtidos por Institutos durante o governo Vargas, Gomes (1946) ressaltou que, em contraposição a isso, os empréstimos feitos por Vargas para as casas próprias, eram sempre difíceis e insignificantes, ficando os problemas da habitação, de certa forma barata, sem a devida atenção.

O Brigadeiro (1946) propôs, caso ganhasse, a seguinte missão:

E' necessário que as leis se modifiquem no sentido de ampliar o limite dos cálculos para a concessão das aposentadorias e pensões; que se diminuam as despesas administrativas; e que se dêem, às aplicações da receita, finalidades de reconhecido interêsse.

Ao lado da rêde das instituições de assistência é preciso criar o serviço social, como a melhor forma de defender o capital humano.

Para mostrar o que êle significa nas suas múltiplas atividades basta um exemplo: a "Metropolitan Life Insurance".

Essa companhia até 1929 realizou seguros de 27 milhões de pessoas nos Estados Unidos e no Canadá.

Suas assistências sociais e enfermeiras efetuaram de 1909 a 1929, 34 milhões de visitas. Como resultado dessa campanha educativa, melhorou a saúde e diminuiu a mortalidade dos segurados, o que levou a Companhia a empreender por sua conta várias campanhas sanitárias.

Para provar o valor da higiene e da educação, a "Metropolitan" financiou a primeira demonstração prática da adoção de todos os recursos preventivos de proteção à saúde numa determinada zona industrial.

O resultado obtido foi a redução de 68%, em 7 anos, na mortalidade por tuberculose, numa cidade industrial de 25 mil habitantes (GOMES, 1946, p. 311).

A proposta de Gomes (1946), em seu discurso dado em Petrópolis, era a de melhorar a Previdência Social em todos os fatores, além de propor a criação do serviço social, colocando como modelo os Estados Unidos, realizando uma propaganda da Metropolitan Life Insurance, nos mostrando mais um exemplo de submissão brasileira ao modelo econômico dos americanos. O candidato (1946, p. 312) encerrou seu discurso incentivando o homem para a realização de um ideal mais alto, "[...] na conquista do qual a vida vale menos que o preço da dignidade e da honra".

Através de seus discursos sobre a questão dos trabalhadores, percebemos que o Brigadeiro, como é de costume a todo candidato à Presidência da República, realizou duras críticas ao seu antecessor, tomando o, neste caso, como um ditador. Concomitantemente, Gomes manteve um discurso religioso associado à doutrina da Igreja Católica, sendo inclusive um ideal deste, pois nas biografias que retratamos acima, teve uma criação católica por sua mãe e patriótica por seu pai. Sua personalidade católica se misturava aqui com a exaltação da democracia brasileira, que em 1945 estava vivendo um momento político de novos rumos ao país, depois de 15 anos de Vargas na Presidência, não havendo eleições com a participação da população e nem de partidos políticos.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a nova ideologia política que Gomes tentava implantar, isto é, uma terceira via, em que pregava uma reforma no sistema capitalista, baseado nos princípios da encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, escrita pelo Papa Pio XI, valorizando uma reforma cristã dos costumes, como meio de neutralizar a luta de classes.

Assim negava o comunismo e o liberalismo, que enriquecia poucos, gerando grande desigualdade social e econômica.

Em nossas análises sobre seus discursos relacionados aos trabalhadores, o Brigadeiro procurou seguir o programa de governo da UDN, indo além em determinados momentos, prometendo uma série de benefícios sociais aos operários, mas não deixando, contudo, de manifestar a importância das políticas sociais desenvolvidas por Vargas. Além disso, seus discursos nos mostram a defesa da influência do mercado externo, especificamente dos americanos em seu plano econômico de governo, em que via nos Estados Unidos um modelo de se fazer política. Criticou também a ditadura do proletariado na Rússia e defendeu a liberdade sindical que estava estabelecida no programa político da UDN e a propriedade privada, de acordo com a encíclica papal *Rerum Novarum*. Cabe ressaltar, que a defesa da propriedade privada não estava explícita no programa do partido.

Entretantes, ele combateu o governo nacional desenvolvimentista de seu antecessor, defendendo a democracia, e sendo inclusive uma figura política que representava a sua personificação nesse momento.

### **3.6 A educação no Brasil: os discursos do Brigadeiro sobre o tema**

No dia 25 de agosto de 1945, no município de Salvador, o Brigadeiro (1946) discursou sobre a temática da educação no Brasil. Logo no início de seu discurso, percebemos novamente a questão da religião, especificamente, o lado católico de Gomes sendo manifestado outra vez em sua campanha eleitoral pela UDN.

[...] Nas lajes vetustas se erigiu a primeira sede do Estado; e os sentimentos de amor à causa pública tanto se arraigaram na consciência coletiva que lhe imprimiram a solidez das inspirações, dos estímulos e das crenças liberais, com a resistência que a Igreja de Roma recomendava para os primeiros edifícios de Salvador, em cuja construção se devia “atender à perpetuidade”. Dilatando-se em torno do Colégio de Jesus, cerne da nova povoação, esta confirmou, em nossas plagas, a frase de Simão Rodrigues a D. João III: “Não se arreceie Vossa Alteza de ficar a casa fora da cidade; a cidade virá juntar-se ao redor da casa.” No solo venerável a Colonização assentou o modelo da catequese, da instrução e da prédica (GOMES, 1946, p. 60).

Em seu discurso, o Brigadeiro faz (1946) referência ao Colégio de Jesus e ao padre Simão Rodrigues, que foi um dos companheiros de Inácio de Loyola na fundação da Companhia de Jesus, bem como o primeiro jesuíta a chegar em Portugal. No ano de 1542, D.

João III havia doado à Companhia de Jesus o mosteiro de Santo Antão-o-Velho, que passaria a ser o primeiro colégio dos jesuítas em Portugal. Em junho deste mesmo ano, Simão Rodrigues acabou fundando o Colégio de Jesus, em Coimbra, citado pelo Brigadeiro em seu discurso.

Com relação a frase dita por Simão Rodrigues a D. João III, que o Brigadeiro (1946) comenta, ela foi registrada em 1663, por um outro padre, chamado Simão de Vasconcelos, em *Crônica da Companhia de Jesus*. A frase foi dita pelo padre Simão Rodrigues a D. João III, com relação ao fato do Colégio de São Roque de Lisboa ficar fora da cidade (MARADO, 2013).

Adentrando ao discurso da educação no Brasil, Gomes (1946) criticou a grande taxa de analfabetismo no país, que privava os homens de terem acesso ao conhecimento, enriquecendo sua inteligência, tornando-os massas de indivíduos alheios aos assuntos gerais. Para Gomes, isso deveria mudar, principalmente porque não teríamos como trazer o progresso da ciência, das letras e das artes, proporcionando a população o que eles realmente mereciam.

Somos uma nação de 45 milhões de habitantes. Dêstes, quase dois terços são analfabetos. Sabeis o que significa êste enunciado? E' a diminuição das prerrogativas e das possibilidades do homem, privado de enriquecer a sua inteligência com os tesouros da cultura. E' a sua insignificância como fator de produção, a refletir-se na minguada capacidade econômica do país. E' a crise permanente na vida política de uma democracia, na qual as grandes massas se alheiam dos assuntos gerais, por não lhe poderem acompanhar os debates esclarecedores. E' a nossa prejudicada influência no convívio das potências civilizadas, por não podermos trazer ao progresso da ciência, das letras e das artes uma contribuição proporcionada à grandeza de nossa população, que nos coloca em um dos primeiros lugares do mundo (GOMES, 1946, p. 63).

Abordando a questão do ensino, o Brigadeiro (1946) discorreu sobre sua importância, quando se iniciou o movimento renovador para a educação em 1923, tendo se estendido até 1937, em que o Brasil estava seguindo o rumo de uma nova era educacional, com a cooperação de especialistas na área. Além disso, Gomes enfatizou a Constituição de 1934, pois tinha um programa generoso para a educação, cumprindo apenas executá-lo, ampliando-o progressivamente (GOMES, 1946).

No entanto, Gomes (1946) criticou a educação na carta de 1937, afirmando seus objetivos fascistas:

[...] suprimiu, de plano, o princípio da liberdade de cátedra. Não reconheceu a educação como um direito de todos os brasileiros. Restringiu a obrigação dos poderes públicos de darem escolas àqueles a quem faltem recursos necessários à instrução em estabelecimentos particulares; instituiu, na escola, o dever de contribuição econômica dos mais favorecidos em favor dos necessitados; grifou, assim, as desigualdades sociais, acentuou a divisão entre ricos e pobres, substituiu o regime igualitário da gratuidade indistinta pelo da proteção jactanciosa. Desapareceram os dispositivos concernentes à autonomia dos departamentos, à fixação de verbas próprias e fundos especiais, e à isenção de tributos para as escolas particulares. Ao Estado se outorgou todo arbítrio em matéria de ensino; daí a enxurrada de decretos-lei, balburdiando, encarecendo e dificultando a educação em diversos graus e ramos (GOMES, 1946, p. 64-65).

Dos pontos discutidos por Gomes (1946), com relação a educação na carta de 1937, a questão da obrigação dos poderes públicos de oferecerem escolas àqueles que não podiam pagar um ensino num estabelecimento particular e o dever de ocorrer na escola a contribuição econômica dos mais favorecidos em favor dos necessitados, chamam a atenção, e realmente a Constituição de 1937 estabelecia isso, fato que nos mostra o conhecimento da lei apresentado por Gomes em suas orações. Além disso, estabeleciam as desigualdades sociais, enfatizando ainda mais a divisão entre ricos e pobres. Com relação ao primeiro ponto, a Constituição afirma o seguinte:

Art 129 – A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (PLANALTO. GOV, 2017).<sup>54</sup>

No que diz respeito ao segundo ponto, a Constituição de 1937 afirma:

Art 130 – O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (PLANALTO. GOV, 2017).<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 08 de set. 2017.

<sup>55</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 08 de set. 2017.



Gomes (1946) ainda criticava a crescente interferência do Estado e a implantação do governo Vargas do fascismo no ensino, em que os órgãos passaram a servir unicamente aos fins partidários e unipessoais da Ditadura. Gomes também comenta sobre a ausência de liberdade de crítica, em que apenas a opinião das autoridades no governo Vargas era valorizada. Ao mesmo tempo, o Brigadeiro fazia uma dura crítica à difusão da imagem de Vargas nas escolas, a fim de glorificá-lo.

O fascismo educacional caracterizou-se nas seguintes realidades incontestáveis: a) ausência de liberdade de crítica, substituindo, apenas, a opinião das autoridades, a lisonja ao Poder, mesmo a custo da mentira e do artifício, a rotina, as atitudes subservientes, a negação da integridade moral; b) o nacionalismo político, não identificado com o patriotismo nobre e construtivo, e sim com o irrestrito apoio aos governantes, com a intangibilidade majestática do guia da Nação, com o impedimento de qualquer apreciação que não fosse panegírica; irmanado ao nazismo na sublimação da fôrça e no apêlo aos recursos da violência; confundido com o personalismo, na proliferação, pelas escolas, dos retratos do Ditador, nas preleções sôbre a sua “providencialidade”, nas biografias encomiásticas, em todos os estilos, nas manifestações de crianças coagidas, nas paredes de adolescentes, na utilização leviana dos escolares para a aparente glorificação de um homem; [...] (GOMES, 1946, p. 65).

Para Gomes (1946), no governo Vargas os professores viviam em situações precárias, com falta de concursos e a ideia de que as escolas propagavam a servidão de seus elementos a simples figura de Vargas. Havia também a censura, a queima de livros e o retorno à mentalidade medieval.

c) a censura e a queima de livros, retôrno à mentalidade medieval; d) a demissão de professôres sem processo, com o desrespeito de concursos, de títulos, de provas inequívocas de competência e probidade; e) a criação exótica, no Distrito Federal, de um “Departamento de Educação Nacionalista”, requinte totalitário na capital da República, pregão de elogios, órgão de propaganda dos interêsses oficiais; f) a ausência de iniciativas, da parte de colegiais e de professôres, uns e outros atônitos e desorientados ante o absolutismo das autoridades, só elas capazes de opinar em assuntos de pedagogia. Foi a mais criminosa infiltração fascista entre nós, porque se projetava sôbre crianças e adolescentes, conduzidos pelos pais, de boa-fé, à escola, onde se lhes devia moldar o caráter para o culto das causas nobres e justas, e onde se lhes procurou deformar o temperamento, para a ignomínia da servidão (GOMES, 1946, p. 65-66).

Voltando a discutir em seus discursos a questão do analfabetismo no Brasil, o Brigadeiro (1946) argumenta que no período de 1937 a 1942 o país teve um aparente crescimento do sistema educacional, porém demonstra dados criticando a incompetência

administrativa do Estado para resolver o problema do analfabetismo, visto que a melhora foi mínima.

[...] Em país de alta percentagem de analfabetos e em época na qual tôdas as nações vêem crescer os seus sistemas escolares, em consequência do maior interêsse público pelo ensino, deve-se examinar, não apenas o crescimento aparente, mas as relações reais entre essa expansão e a capacidade administrativa, a qual traduzirá, em última análise, a capacidade do Estado. De 1937 a 1942, na falta de dados mais recentes, a matrícula geral subiu de 3.250.296 para 3.829.446, isto é, sòmente 18%. Não levando em conta a parcela de matrículas em escolas particulares, cujo custeio nada deve aos poderes oficiais, consideremos as despesas com a educação por parte da União e dos Estados: em 37, somaram Cr\$ 343.573.738 e, em 42, Cr\$ 477.998.669, isto é, uma diferença para mais, aproximada, de 40%. O crescimento da matrícula geral, de 18%, corresponde ao acréscimo normal da população nesse período de cinco anos, e contrasta rudemente com o vulto das despesas, demonstrando a incompetência administrativa para resolver o problema do analfabetismo (GOMES, 1946, p. 66).

É importante salientar a influência da Revolução Industrial no processo de expansão de ensino. Assim, desde a segunda metade do século XIX, os países desenvolvidos vinham se preocupando com a implantação da escola pública, universal e gratuita e o Estado adquiriu papel central na área da educação. As mudanças que ocorreram nas relações de produção e o aumento cada vez mais constante da população em centros urbanos, fizeram com que fosse essencial acabar com o analfabetismo, dando um mínimo de qualificação para o trabalho a um maior número de pessoas possível (ROMANELLI, 2010).

Segundo Romanelli, em seu trabalho sobre a história da educação no Brasil, no período de 1930 a 1973:

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuem condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 2010, p. 62).

Nesse sentido, no Brasil o regime republicano instalado e a forma que se conduziu o poder das elites, não modificando a estrutura socioeconômica, contribuiu para que não

houvesse pressão de demanda social da educação, não tendo ao mesmo tempo interesse pela educação pública, universal e gratuita.

Do mesmo modo, com a Revolução de 1930, em que houve a destruição do controle do poder pelas velhas oligarquias e a implantação do capitalismo industrial no Brasil, a educação teve uma certa melhora, através da expansão do ensino, porém a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas áreas onde se intensificaram as relações de produção capitalista, não atingido todo o território nacional de forma igual. Neste contexto, duas questões com relação ao analfabetismo são importantes ressaltar: a primeira diz respeito ao início de nossa revolução industrial e educacional, foi feita com um atraso de mais de 100 anos, em comparação com os países mais desenvolvidos, e a segunda questão é o fato da expansão do ensino, iniciada com a Revolução de 1930, não ter atingido todo o território nacional de forma igualitária (ROMANELLI, 2010, p. 64). Isso contribuiu com a grande taxa do analfabetismo e com a incompetência administrativa do poder público para resolver o problema do analfabetismo.

Concomitantemente, se trabalharmos com estatísticas, veremos que no ano de 1940 o percentual de analfabetos de 15 anos ou mais no Brasil era de 56,2%, com relação ao total da população, o que correspondia na época 41.236.315. Mesmo com uma pequena redução da taxa de analfabetismo, com relação ao ano de 1900, que era 65,3%, caindo em 1940 em torno de 9,1%, percebe-se que houve pouca melhora nesse setor, após se passar 40 anos. Aliás, no ano de 1940, havia no Brasil mais da metade da população com 15 anos ou mais que era analfabeta (ROMANELLI, 2010, p. 66).

O Brigadeiro (1946) também discursou sobre a situação precária do ensino da criança brasileira, afirmando:

O Ditador se atribui o título de protetor das crianças. O que a estatística revela, com relação à educação pré-primária, contraria aquela presunção. Nos dias de hoje, sobretudo nas cidades de industrialização crescente, com fortes contingentes proletários, sendo freqüente a participação da mulher em atividades fora do lar, as instituições pré-primárias são indispensáveis e constituem uma das mais salutaras soluções do problema de assistência social. Apesar do que se deve à iniciativa privada, a matrícula subiu apenas de 41.464, em 1937, para 51.258, em 1942, enquanto a população nessa idade se calcula em alguns milhões. Quantas instituições pré-primárias (maternais e infantis), mantidas pelos poderes públicos, havia, em 37, na Capital da República, metrópole industrial por excelência? Apenas três, as duas primeiras fundadas em 1903 e 1910. Quantas possui em 45? As mesmas três (GOMES, 1946, p. 68).

Dessa forma, vemos a preocupação do Brigadeiro (1946) com um tema importante, pois a mulher na sociedade industrializada acabava tendo que trabalhar e a criação de instituições pré-primárias era essencial para cuidar das crianças. No Brasil, ao contrário do que aconteceu na Europa, até o século XIX não existiam praticamente instituições destinadas a educação da criança, sendo um problema para o país.

Quando o Brigadeiro (1946) cita a mínima quantidade de instituições pré-primárias no Brasil, entre os anos de 1937 e 1945, mantidas pelos poderes públicos e instaladas no Rio de Janeiro, que era a capital da República, não deixa de ter razão. Para Kuhlmann Júnior (1991), em um artigo que discute sobre as instituições pré-escolares no Brasil durante a Primeira República, vemos que em 1899 funda-se o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Tal instituição abriria posteriormente filiais por todo o país; além disso, 1899 foi o ano de inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), sendo a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro.

Segundo Kuhlmann (1991, p. 19):

Durante as duas décadas iniciais do século XX, implantam-se as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil. Se, na Europa, as salas de asilo antecedem a criação das creches, aqui a situação se inverte: em geral, as entidades fundam creches prevendo uma posterior instalação de jardins de infância.

Em 1908 também havia sido fundado outra creche, pelo IPAI-RJ, denominada *Sra. Alfredo Pinto* (KUHLMANN, 1991). Já os primeiros jardins de infância privados, foram criados no Brasil no ano de 1875, no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo. Posteriormente, iriam ser fundados outros jardins de infância públicos, que seriam destinados à elite social brasileira, possuindo um programa pedagógico para o desenvolvimento das crianças (MENDES, 2015).

Realmente o Brasil necessitava de mais instituições pré-primárias para poder atender as crianças das mulheres que precisavam trabalhar. Ao afirmar que o Rio de Janeiro possuía apenas três instituições pré-primárias, entre 1937 e 1945, observamos que haviam poucas mesmo, mas com relação às datas de fundação permanecem dúvidas, uma vez que as informações que ressaltamos mostram outras datas de criações das instituições.

O Brigadeiro (1946) comenta que o ensino primário foi o que mais sofreu com o fascismo. Além disso, o candidato atentava para a precariedade do ensino primário e para a falta de críticas na escola e liberdade de expressão.

O ensino primário foi o que mais sofreu os efeitos de tôdas as providências fascistas, já arroladas. Serviu de instrumento a exibições artificiosas, sobretudo no Distrito Federal, embora sob a revolta íntima do seu digno magistério. O descaso pela qualidade da instrução era manifesto: o tempo mal sobrava para a revisão de métodos, para ensaios e experiências essenciais à evolução do ensino. Não se admitiam críticas. A rotina apossou-se, de novo, do organismo educacional, tão fecundo de iniciativas até às vésperas do Estado Novo. O Ministério da Educação, preocupado líricamente em elaborar um plano nacional, com que tudo enfeixasse em suas funções – exemplo de centralização acentuadamente totalitária – recomendara aos Estados e aos Municípios que estagnassem o ensino primário, aguardando, não mais o plano inacabado, mas a lei federal sôbre a matéria. Nomeada uma comissão, ultimou-se o projeto. Êsse trabalho, entregue há mais de cinco anos, continua a dormir nas gavetas ministeriais. Eis um episódio que retrata o aprêço do Ditador e seus auxiliares ao grau de ensino mais procurado e reclamado por tôda parte (GOMES, 1946, p. 68).

Para Gomes (1946), o governo Vargas tratava com indiferença a questão da formação de professores. Ao mesmo tempo, faltavam professores e em vários estados existiam escolas superlotadas. Além disso, o candidato argumenta que grande número de jovens, em torno de três milhões, estavam fora da escola esperando para ter acesso ao estudo.

Igual indiferença se votou ao problema conexo – o da formação de professores. Outro projeto sem andamento... Cansadas de esperar por duas leis, que não se completavam, embora prometidas com alarde – algumas unidades federativas passaram a enfrentar diretamente as suas necessidades. O ensino normal, que rumava, até 1937, para o nível universitário, sofreu um retrocesso: baixou ao grau de ensino secundário. Não melhorou em qualidade nem em número. Em vários Estados, e até na capital, escasseiam mestres para as escolas superlotadas.

A população em idade escolar, isto é, de 7 a 12 anos, segundo os dados que se baseiam nas apurações provisórias do recenseamento de 1940, é de 6.409.303, afora o acréscimo dos anos posteriores. Entretanto, só se acham matriculados, segundo os dados de 1943, ..... 3.291.420 alunos de curso primário, nêles incluídos estudantes de mais de 12 anos e sendo ainda considerável a quota dos que abandonam a freqüência, logo nos primeiros dias ou meses. Basta ponderar que deixam as aulas, após a primeira série, 60% daquela cifra. E' um *déficit* impressionante: três milhões de jovens patrícios fora da escola, sem escola, à espera de escola (GOMES, 1946, p. 68-69, grifo do autor).

O candidato (1946) também criticava as três reformas do ensino, isto é, a do ensino secundário, a do ensino técnico e a do ensino comercial, realizadas no governo Vargas. Vejamos:

A educação da adolescência não encontrou na Ditadura a compreensão da sua verdadeira finalidade. Em vez de proporcionar a todos, naquele período de vida, uma educação apropriada, com os conhecimentos e técnicas

essenciais a qualquer indivíduo, como complemento de sua educação geral de primeiro grau – realizou o Governo três reformas – a do ensino secundário, a do ensino técnico, e a do ensino comercial, para dividir a juventude em ricos, em operários e em comerciários – orientação reacionária e antidemocrática pois o ideal em educação é o livre acesso dos valores, sem barreiras nem distinções, no legítimo reconhecimento das possibilidades humanas (Gomes, 1946, p. 69).

Em seu discurso, Gomes (1946) realiza duras críticas ao sistema educacional brasileiro, principalmente nas três reformas de ensino, que para ele foram estabelecidas com a finalidade de dividir a juventude entre ricos, operários e comerciários. Para o candidato isso era reacionário e antidemocrático, pois o ideal em educação é o livre acesso aos valores, sem barreiras, preconceitos e distinções.

Mais uma vez o Brigadeiro (1946) defende uma ampla reforma no sistema educacional do país, assim como defendia com relação aos trabalhadores. Nisto se difere de Vargas, principalmente porque lutava para restabelecer o processo de redemocratização no Brasil.

No que diz respeito ao ensino secundário, o Brigadeiro (1946) diz o seguinte:

O ensino chamado secundário, pela última reforma, que mais o distanciou das exigências do meio e do tempo, continua no caos. Leis, regulamentos, programas, fiscalização não conseguem dar-lhe eficiência. Domina um regime convencional de provas. Exigências burocráticas excessivas lhe entravam o desenvolvimento natural. A língua pátria anda malbaratada na boca de milhares de adolescentes. Embora incluídos nos currículos secundários, os idiomas estrangeiros não são falados, e os que desejam fazê-lo têm de matricular-se em cursos práticos. As ciências, sobretudo a matemática, exigem para os discentes explicadores particulares, muletas de uma instrução claudicante. Restabelecido com evidente exagero, o ensino de latim transforma-se em disciplina fatigante, numa época em que se exigem noções objetivas, adequadas às modernas técnicas da vida. Aumentam os livros obrigatórios, o material escolar, as taxas, os horários, os deveres, tornando o ensino cada vez mais caro, mais penoso e de menor produtividade. Só os que dispõem de recursos pecuniários abundantes podem manter os filhos nesses estabelecimentos, cuja missão, aliás, se completa com professores estranhos e com a ajuda quotidiana dos pais, em socorro à falência de seus métodos e processos. Tal educação está longe de ser a autêntica educação da adolescência, generosa e útil, capaz de aprimorar os valores morais e assegurar o futuro do homem no campo da economia. Para a grande massa, o que o Estado oferece, e, até, aí, escassamente (uma escola em cada Estado), são as escolas técnicas. Para os pobres, um caminho único: o ofício. Para os ricos, capazes ou incapazes, os cursos secundários. Assim se prolongam e perpetuam as diferenças da fortuna (GOMES, 1946, p. 69-70).

Ao analisarmos a reforma do ensino secundário que Gomes (1946) critica, vemos que ela foi proposta, pela primeira vez, através do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, sendo

consolidada pelo Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932 (ROMANELLI, 2010). Esta reforma foi idealizada pelo ministro da educação e saúde da época, Francisco Campos, recebendo por isso, o nome Reforma Francisco Campos.

Romanelli (2010, p. 136-137) afirma o seguinte:

[...] a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção.

Com a reforma, o curso secundário dividiu-se num ensino fundamental de 5 anos e num ensino complementar de 2 anos. O primeiro tornou-se obrigatório para entrar em qualquer escola superior e o segundo em determinadas escolas; além disso, no ensino complementar foi estabelecida uma subdivisão, compreendendo um certo grau de especialização, caso fosse um curso preparatório para a entrada nas faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia (ROMANELLI, 2010).

A estrutura do curso secundário ficou organizada com muitas disciplinas. O ciclo fundamental, por exemplo, era composto das disciplinas de português, francês, inglês, latim, alemão, história, geografia, matemática, ciências físicas e naturais, física, química, história natural, desenho e música. Já o ensino complementar, para candidatos à Faculdade de Direito, era composto de latim, literatura, história, noções de economia e estatística, biologia geral, psicologia e lógica, geografia, higiene, sociologia e história da filosofia.

Para os candidatos às faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia, as disciplinas do ciclo complementar eram: alemão e inglês, matemática, física, química, história natural, psicologia e lógica e sociologia. Aos candidatos aos cursos de Engenharia e Arquitetura, as seguintes disciplinas eram necessárias: matemática, física, química, história natural, geofísica e cosmografia, psicologia e lógica, sociologia e desenho (ROMANELLI, 2010).

O caráter elitista do ensino secundária era visível e nem todos poderiam estudar neste ensino, pois a exigência era enorme, com muita burocracia, disciplinas fatigantes, materiais escolares diversificados, e outros materiais cada vez mais caros.

Complementando o discurso do Brigadeiro (1946), Romanelli (2010, p. 138) afirma:

[...] para um contexto social que começava a despertar para os problemas do desenvolvimento e da educação, numa sociedade cuja maioria vivia na zona rural e era analfabeta e numa época em que a população da zona urbana ainda não era totalmente atingida, nem sequer pela educação primária, pode-se imaginar a camada social para a qual havia sido elaborado um currículo assim tão vasto.

Havia uma média de 102 disciplinas anuais no ensino secundário, em que por lei cada disciplina teria uma arguição mensal, uma prova parcial a cada dois meses e um exame final. Ao mesmo tempo, esse sistema de ensino era muito rígido, sempre com os mesmos métodos, mesmos critérios de avaliações e sistemas de provas. Só o ensino secundário possibilitava o acesso dos alunos ao ensino superior. Os cursos profissionais, por exemplo, não tinham nenhuma relação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior (ROMANELLI, 2010).

Beisiegel (1984) nos informa que a legislação em vigor nas décadas de 1940 e 1950 manteve a antiga organização dualista do ensino, em que de um lado havia a educação para o povo e do outro lado para as elites. O primeiro tinha a educação iniciada na escola primária, continuando depois nas escolas profissionais de nível médio, e as elites começavam com a educação primária e continuavam posteriormente na escola secundária, unicamente organizada com o interesse de encaminhar seus estudantes para o ensino superior e formar indivíduos em profissões privilegiadas.

Com relação ao ensino técnico, Gomes (1946) comenta:

No ensino técnico, reestruturado por meio de leis aparatosas, não confia a própria União. Sentindo-o formal, teórico, livresco, instituiu uma rede paralela, não nos quadros do Ministério, mas numa simbiose dêle com o do Trabalho – o S.E.N.A.I. (“Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial”), com a direta colaboração das federações de indústria, cuja finalidade – apesar das vantagens parcialmente colhidas e dignas de realce – não é, por certo, a de dar educação completa e desinteressada à adolescência e suplementar aos adultos, mas principalmente a que convém ao interesse patronal, satisfeito com a habilitação de operários, para melhor rendimento de suas fábricas.

No que tange às iniciativas, é espantosa a passividade do Estado. O ensino secundário está quase cem por cento em mãos de particulares. Nenhum auxílio se lhes dá para evitar o encarecimento. Sabendo-o insuficiente, a administração não se anima a fundar outros institutos. Só mantém à sua custa o Colégio Pedro II, fundando há mais de um século (GOMES, 1946, p. 70).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que o Brigadeiro (1946) elogia em um certo momento, mas tece críticas em seguida, ao afirmar que a intenção da



criação do Senai era satisfazer o interesse patronal, que vê seus operários melhorarem suas habilidades de trabalho, contribuindo assim, para um satisfatório rendimento de suas fábricas, foi criado pelo decreto – lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

De certa forma, o Senai contribuiu e ainda contribui com as pessoas que buscam um emprego no mercado de trabalho, bem como para os detentores do meio de produção, mas realmente o ensino profissional era voltado aqueles que não podiam ter acesso a um ensino com mais qualidade, além de que a classe média não estava interessada no ensino profissional de grau médio e podia ter uma melhor instrução educacional. Nesse sentido, o ensino deveria ser universalizado em todos os sentidos, podendo ambas as classes sociais terem acesso do mesmo modo à educação.

Com relação à reforma do ensino comercial, esta foi aprovada pelo decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, o qual organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior, regulamentando a profissão de contador (ROMANELLI, 2010).

Para Romanelli (2010, p. 142):

Dentre as críticas que se podem fazer à reforma do ensino comercial está aquela que também se faz à do ensino secundário: uma fiscalização e controle excessivos que centralizavam as decisões e que, determinando programas de forma minuciosa a partir do centro, tornavam rígida e inelástica a estrutura do ensino. Outra crítica consiste no exame de admissão aos cursos propedêuticos e de auxiliar de comércio: ele exigia conhecimentos de disciplinas que não constavam do currículo da escola primária (o caso do Francês, por exemplo), o que significa que o ensino médio profissional não tinha nenhuma articulação com o ensino primário. Um último aspecto criticável era a organização de um curso de administrador-vendedor, de 2º ciclo médio, que não dava acesso ao curso superior de finanças ou a qualquer outro curso superior.

Gomes (1946) também critica o ensino universitário, principalmente fazia defesa da liberdade de cátedra e da democratização do ensino superior, uma vez que só as elites tinham acesso a este ensino, além de que para ele, só os povos sem formação poderiam suportar um governo ditatorial como o de Vargas.

[...] as faculdades, de que dispomos, estão isoladas, em prédios distantes entre si e impróprios, só irmanadas pela obra benfazeja da coesão, que os universitários teimam em conseguir por seu denodado esforço. A reitoria burocratizou-se, sem reivindicar, sequer, a autonomia, sem defender a liberdade de cátedra, sem lograr uma sede condigna. A Faculdade de Filosofia mal se acomoda em dois prédios de empréstimo, separados, com uma congregação quase tóda de professores interinos, só agora se falando de concursos, após oito anos de existência. Nada, porém, certifica tanto o

descaso administrativo como a tão anunciada Cidade Universitária. Dela se cuida há nove anos. Comissões especiais foram constituídas e substituídas. Anteprojetos e projetos se importaram da Itália e se encomendaram a técnicos brasileiros. Assinaram-se decretos de desapropriação de terras. Uma série de leis entulhou o arquivo. [...] Cuidemos, em seguida, de realizar o voto da Constituinte de 1823, estimulando a formação de outras universidades, sobretudo no Norte. Esperamos todos que o futuro parlamento, ao deliberar sobre o assunto, não esqueça os direitos e os títulos da Bahia, nessa amistosa competição entre os Estados.

Em 1932, havia 21.526 alunos de cursos superiores; em 42 baixou a cifra a 18.036, com uma redução, portanto, de 16 por cento. À mentalidade dominante consistia um perigo a formação de elites culturais. Em tudo isso devia haver, como houve, uma intenção política – a da sonhegação da democracia. Só os povos incultos, sem instrução, sem ideais, sem vontade, sem os primores da razão e do sentimento, são capazes de suportar o despotismo (GOMES, 1946, p. 71-72).

Em relação à liberdade de cátedra, que a reitoria não havia defendido, pronunciado por Gomes (1946), só existirá 43 anos depois, na constituição de 1988, presente no artigo 206.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...] (PLANALTO. GOV, 2017).<sup>56</sup>

Cabe discutirmos neste momento quais as soluções educacionais propostas pelo Brigadeiro (1946), para posteriormente analisá-las.

Ao nosso ver, o problema educacional requer urgente revisão em seus termos e em suas fórmulas. Precisa ser resolvido com segurança, por etapas ordenadas segundo planejamentos traçados com objetividade. Já não comporta amostras de realização, e sim a realização mais ampla que for possível, para cobrir, quanto antes, toda a população em idade escolar e todos os que, além dessa idade, necessitam educar-se. Para esses últimos, tenhamos em atenção o exemplo norte-americano, através de seus institutos federais, estaduais e particulares, de fins filantrópicos, cívicos ou religiosos, como informam Bryson, Thorndike, Beals e Brody (GOMES, 1946, p. 72).

Ao apresentar as soluções para a educação brasileira, vemos que o Brigadeiro (1946) reafirma sua ideia de ter os Estado Unidos como modelo, mas desta vez, de ensino. Além

<sup>56</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 09 de set. 2017.

disso, Gomes cita alguns teóricos americanos, como Lyman Lloyd Bryson e Edward Lee Thorndike, o primeiro sendo assessor de mídia e um conhecido autor de época por seu trabalho em programas de rádio e televisão educacionais para a Columbia Broadcasting System (CBS). Já Thorndike ficou muito conhecido por sua teoria de tentativa de erro na aprendizagem, os avanços na teoria da aprendizagem, o behaviorismo e psicologia educacional. Thorndike é também muitas vezes referido como o fundador da psicologia educacional moderna, sendo conhecido pela teoria que chamou de *lei do efeito*, surgida através de sua pesquisa sobre como os gatos aprendem a escapar de caixas de quebra-cabeça.<sup>57</sup>

Gomes (1946) também afirma:

[...] Os pais, em verdade, são os primeiros e diretos líderes e educadores, pela influência que exercem sobre as gerações novas, órbita familiar. Esse hodierno conceito do pátrio-poder, que revigora o instituto civil, cria e fortalece uma autoridade oriunda das relações básicas e indestrutíveis de uma ordem cristãmente organizada. Cabe ao Estado amparar a família, como instituição que o precede na escala normal do desenvolvimento da vida coletiva, e como núcleo da sociedade, em benefício da qual – e somente em seu benefício – deve atuar o próprio Estado.

Sendo responsável pela educação no mundo moderno, cuja complexidade lhe plasmou atribuições de caráter construtivo, em prol do progresso dos povos – o Estado faz das escolas órgãos por excelência da sociedade, e não instrumentos de seu domínio. Emanações das vastas comunidades humanas, as escolas completam, suplementando e apurando, a ação educativa da família, e coordenam, como órgãos específicos que são, as fontes de difusão cultural e os demais estímulos educativos, que o meio proporciona por tão diversas formas.

[...] Planos eficientes – eis os que cumpre elaborar, estreitamente ligados às necessidades objetivas, com a proscrição da rotina e com o propósito de uma reconstrução realística. Vitalizemos a instrução. Menos aparato, menos formalismo, menos aulas, menos livros, e mais educação, mais resultado, mais proveito, não só nas zonas urbanas, mas também nas zonas rurais, e principalmente nelas, para resgatar as culpas denunciadas há tantos anos, e fazer que o ensino atenda aos reclamos dos meios diferenciados, penetrando-se de suas exigências, dentro das constantes nacionais (GOMES, 1946, p. 72-74).

---

<sup>57</sup> Pela *lei do efeito*, respostas que são seguidas por um resultado satisfatório, acabam se tornando melhores associadas ficando firmemente ligadas a situação, sendo mais prováveis de ocorrer de novo, quando a situação se repete. Já se as respostas são seguidas por resultados negativos ou desconforto, tornam-se mais fracamente associadas, com menos chances de ocorrer novamente no futuro, em uma situação repetida. Disponível em: <<http://psicoativo.com/2016/08/lei-do-efeito-de-thorndike-importancia-psicologia.html>>. Acesso em: 09 de set. 2017.

Para o Brigadeiro (1946), a família é essencial para a educação dos filhos, inclusive tendo o Estado a amparando. Dessa forma, a educação começa em casa e termina na escola, sempre com um lugar complementando o outro com seus deveres educacionais.

O candidato (1946) também pensa em democratizar o ensino, para que todos tenham acesso à educação de qualidade, deixando de lado o ensino dualista, penoso e exaustivo, com inúmeras disciplinas e provas, como estabelecido na reforma da educação secundária, por exemplo.

Gomes (1946) prossegue:

[...] Não devemos faltar à missão providencial, e arriscar talvez a integridade e a soberania da pátria, exposta sempre à cobiça de quem espere valorizá-la melhor. Mas os nossos campos não se transformarão em searas abundantes, nem as nossas indústrias tomarão em lugar harmônico na competência mundial sem a formação técnica do trabalhador patricio. Escolas profissionais de todos os tipos e graus, copiosamente multiplicadas, inteligentemente distribuídas, a compor valiosa rede de instituições úteis – eis uma condição de sobrevivência nesta fase decisiva do nosso crescimento como povo livre.

No rol de semelhantes problemas se incluem os que dizem respeito ao magistério. Ainda há professôres que percebem cem cruzeiros por mês. A formação do mestre, a sua carreira, a remuneração condigna, o acesso são assuntos de forçosa incorporação à futura política educacional. A liberdade da cátedra só colimará a sua posição de total valia, com a independência econômica do professor. Também se faz mister que à referida liberdade correspondam a de opinião e de iniciativa, por parte dos alunos no regime escolar, dentro das boas normas de responsabilidade. A liberdade de crença, que é um dos postulados irrecusáveis da democracia, justifica a adoção de ensino religioso voluntário e, descendo aos recessos da alma, completa o quadro moral, em que a escola deve mover-se para a prosperidade, o incremento e a defesa das regalias do espírito (GOMES, 1946, p. 74).

Ao defender a formação técnica do trabalhador, com o desenvolvimento e ampliação de escolas profissionais de todos os tipos e graus pelo país, Gomes (1946) se contradiz em seu discurso, pois já havia criticado o Senai, desenvolvido por Vargas, o qual visava apenas a atender o interesse do patrão, com a qualificação do trabalhador, gerando um melhor rendimento deste para as fábricas.

A questão da valorização do professor também era defendida por Gomes (1946), que pregava melhores salários, bem como a liberdade de cátedra, novamente discutido pelo candidato. A liberdade de crença também foi um princípio defendido pelo Brigadeiro, justificando seu posicionamento católico e combatendo a ditadura de Vargas, já que a constituição de 1937 destacava que o ensino religioso, apesar de poder ser considerado como

disciplina do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, não poderia ser tratado como assunto exigido dos mestres ou professores, nem de frequência obrigatória por parte dos alunos.<sup>58</sup>

O Brigadeiro (1946) tinha então os seguintes princípios para uma reforma e desenvolvimento da educação do país:

1.º - “A educação é um direito de qualquer indivíduo, e cumpre-lhe seja assegurado.” Para tal se impõe: a) ampliação efetiva da rede de escolas, com a revisão e o aumento do sistema predial e com a criação de outros institutos de formação e aperfeiçoamento de magistério; b) a gratuidade e a obrigatoriedade progressivas, segundo um desenvolvimento possível, e não utópico, mas em ritmo intensivo (GOMES, 1946, p. 75).

O plano educacional que Gomes (1946) pretendia estabelecer, caso ganhasse, inegavelmente visava garantir aos brasileiros uma educação mais democrática e igualitária possível, principalmente quando o candidato defende a facilidade de acesso às escolas secundárias e às universidades, o que não havia na época, visto que o acesso a esses ensinos era em sua maioria para as elites. No entanto, algumas questões são importantes ressaltar. Primeiramente, o Brigadeiro defendia a gratuidade e a obrigatoriedade progressiva do ensino, segundo um desenvolvimento possível, o que é contraditório se analisarmos o programa político da UDN, que pregava a gratuidade do ensino público em todas as modalidades e graus. Gomes, em nenhum momento de seu discurso em Salvador, cita a gratuidade do ensino em todas as modalidades e graus.

Gomes também afirma:

2.º - “A educação deve possibilitar a todos as mais variadas oportunidades, abrindo-lhes acesso a qualquer profissão.” – Para tal se exige: a) a revisão de fins e de meios do sistema educacional em geral, adaptando-o às contingências da vida moderna e ao espírito do mundo democrático; b) variedade e flexibilidade de cursos, permitindo equivalências e transferências; c) adequação da escola urbana e da escola rural às necessidades de cada meio; d) intensificação dos cursos para adultos.

3.º - “O trabalho é um dos problemas substanciais do homem, e deve ser considerado pelas escolas de todos os graus e tipos.” Para tal se preconiza um conjunto de medidas: a) trabalhos manuais e artes industriais, em desenvolvimento contínuo até às técnicas que todo homem deve saber; b) o estudo das ciências sociais, levando em conta a realidade econômica e as

---

<sup>58</sup> Verificar em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso: 09 de set. 2017.

possibilidades de trabalho de cada região; c) a preparação e a especialização profissionais, na educação secundária e na superior (GOMES, 1946, p. 75).

Outras questões importantes dizem respeito à eliminação das taxas que firmam os estabelecimentos particulares, reprimindo ao mesmo tempo a indústria de ensino, e que está no programa de educação da UDN, bem como a obrigatoriedade do ensino primário urbano e campanha nacional de alfabetização de adultos, com o auxílio de toda a população, que se encontram no programa do partido. Todavia, em nenhum momento Gomes (1946) discursa sobre tais questões, o que exige uma reflexão. Será que Gomes, caso ganhasse, iria realmente estabelecer todas estas reformas na educação brasileira?

Ao mesmo tempo, chama-nos atenção a questão do trabalho, o qual Gomes (1946) defende mais uma vez, a preparação e a especialização profissionais, na educação secundária e na superior, consolidando de vez a sua contradição ao que havia pronunciado contra Vargas, quando este criou em 1942 o SENAI e que já foi discutido por nós acima.

Prosseguindo com o discurso, Gomes afirma:

4.º) – “As verdadeiras elites, de que necessita a sociedade moderna, são as que resultam da seleção geral de valores, e não de condições econômicas, ou diferenças sociais, dos indivíduos, cabendo, pois, aos sistemas de educação prover à sua formação e aperfeiçoamento.” Para tal se reclama: a) facilidade de acesso às escolas secundárias e às universidades; b) estímulo aos alunos bem dotados.

5.º - “A educação deve ser ministrada pela ação coordenada da União, dos Estados, dos Municípios e da iniciativa privada, por meio de planos predeterminados e sucessivos, elaborados em função dos princípios acima e da realidade revelada nas estatísticas e nos inquéritos, para uma rigorosa execução, de âmbito crescente e de resultados progressivos.” Para tal, é necessária uma soma de providências: a) a elaboração de planos nacionais, para coordenar as atividades oficiais e particulares, mediante diretrizes, acordos, convênios, subvenções, assistência técnica, etc. que assegurem a co-participação útil, sem impedir a liberdade de iniciativa e a experimentação, indispensáveis ao progresso do ensino; b) o estabelecimento de fundos especiais – federal, estaduais e municipais – destinados a custear as grandes realizações em matéria educativa; c) a fixação de uma percentagem em todos os orçamentos públicos, determinada em razão dos planos; d) a utilização do rádio, do teatro, do cinema e dos demais instrumentos de cultura, como elementos complementares da escola (GOMES, 1946, p. 75-76).

Para Gomes (1946), a sociedade moderna necessita das elites, resultantes da seleção geral de valores e não de condições econômicas ou diferenças sociais dos indivíduos, cabendo às instituições de ensino cuidar de suas formações e aperfeiçoamentos. Assim, o candidato

defende a facilidade de acesso às escolas secundárias e às universidades, bem como estímulos aos alunos superdotados. É importante ressaltarmos ainda, que Gomes estabelece como um dos princípios fundamentais para a reforma educacional que visava a fazer, caso ganhasse, a aplicação da educação pela ação coordenada da União, dos Estados, dos Municípios e da iniciativa privada. Todavia, em nenhum momento, o programa da UDN afirmava que o gerenciamento da educação seria estabelecida pela iniciativa privada, mas apenas pela União, os Estados e os Municípios.<sup>59</sup>

O Brigadeiro finaliza o seu discurso no município de Salvador, com a seguinte frase:

O que o Brasil deseja é reerguer o edifício da legalidade republicana. Mas deve acautelar-se, como os israelitas, quando reconstruíram o templo de Jerusalém. Cada operário, diz a Escritura, com uma das mãos fazia a obra, e na outra empunhava o gládio; pois também lá havia samaritanos, que, embora confessando a crença em Deus, procuravam, por todos os modos, obstar que se levantassem as paredes do templo.

Entre os que trazem à bôca a palavra “democracia”, não são poucos os que a profanam e renegam. Na memória e na intuição populares, as suas efígies estão gravadas. Não se apagaram, de todo, os acentos da pregação fascista. A hora universal da concórdia, com a vitória sôbre a insídia japonêsa, demonstrou o vigor da legenda inscrita no coração dos soldados e dos marujos americanos:

*“Lembra-te de Pearl Harbour!”*

A prudência nos aconselharia recomendar aos cidadãos, juízes de sua sorte:

*“Lembrai-vos de 37!”*

Mas a certeza de que ressurgiu o povo brasileiro para a aurora de tempos melhores nos leva a dizer-lhe, com o coração transbordante de fé: “Nossa causa é invencível!” (GOMES, 1946, p. 78).

O discurso final de Gomes (1946) sobre a temática da educação, nos revela três características do Brigadeiro que foram discutidas ao longo do trabalho. A primeira é a religião católica, pois o candidato procura discursar sobre o conflito dos grupos hebreus, entre israelitas e samaritanos, citado na bíblia, no episódio da reconstrução do templo de Jerusalém pelos israelitas, que tiveram seus objetivos dificultados pelos samaritanos. Com isso, compara essa passagem bíblica com o contexto das eleições políticas da época, em que o partido da UDN e também o Brigadeiro reivindicavam a volta da democracia.

---

<sup>59</sup> Para mais informações sobre o programa de governo completo da UDN, no ano de 1945, conferir em: Chacon, (1998).

A segunda característica é a democracia em oposição a Vargas. Nessa comparação, Gomes (1946) afirma a existência de pessoas que profanam a democracia e as que renegam, referindo a esta última a ditadura de Vargas, que implantou um governo autoritário. Aqui fica clara uma das marcas centrais da UDN, o antigetulismo. Como terceira característica de Gomes está novamente sendo destacado sua afeição pelos americanos, quando relembra o ataque cruel dos japoneses à base naval de Pearl Harbor, em 1941, matando milhares de americanos e fazendo-os não esquecerem do episódio. Inclusive, este foi um dos estopins para os Estados Unidos entrarem na Segunda Guerra Mundial e derrotarem os japoneses no final do conflito.

Nessa comparação, o Brigadeiro (1946) tenta mostrar que a guerra sangrenta de Pearl Harbor marcou a população americana, assim como a ditadura de Vargas marcou o povo brasileiro, e como naquele contexto de guerra, quando houve a vitória dos Estado Unidos sobre os japoneses, no final do conflito, em 1945; os brasileiros conquistariam a democracia de volta, com a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes.



## **CAPÍTULO 4. A segunda candidatura do Brigadeiro pela UDN: seus discursos sobre a questão dos trabalhadores e a educação em 1950**

Analisaremos neste capítulo os discursos do Brigadeiro sobre a questão dos trabalhadores e da educação no Brasil, na segunda candidatura de Gomes pela UDN em 1950, contextualizando-os, quando saímos das eleições de 1945 e adentramos no governo Dutra e início das eleições presidenciais de 1950. Nessas eleições, Gomes que concorreu pela UDN disputou o páreo contra Getúlio Vargas, do PTB e Cristiano Machado, do PSD. Concomitantemente nossa intenção é observar se os discursos de Gomes sobre as temáticas dos trabalhadores e da educação no país, em 1950, estabelecem algum vínculo com a ideologia do período tenentista, movimento em que teve participação, e principalmente com as eleições de 1945.

### **4.1 O Brasil pós 1945 e as eleições de 1950**

Após a vitória nas eleições presidências de 1945, Dutra escolheu seu ministério, com um caráter moderadamente conservador. O ministério das Relações Exteriores tinha sob chefia Raul Fernandes, que foi um membro da UDN; o ministro da Guerra foi o general Canrobert Pereira da Costa, que era um anticomunista. Já o ministro das Finanças, Côrrea e Castro, comprometeu-se a focar no problema da inflação, resultante da escassez da guerra (SKIDMORE, 2010).

Para Malan (1984) a situação econômica externa parecia favorável ao Brasil, principalmente com o fim do preço-teto estipulado pelo governo norte-americano sobre o café, em julho de 1946. Ao mesmo tempo, as autoridades monetárias do país comprometidas com a doutrina liberal e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, moderaram diversas restrições à saída de divisas do Brasil, medida que visava a impulsionar novos ingressos de capitais privados.

Em dezembro de 1946, os problemas do governo Dutra aumentaram quando Vargas rompeu com ele, passando a se dedicar na organização do Partido Trabalhista no Rio Grande do Sul. Os comunistas aproveitaram a situação e teceram críticas à atração que o governo Dutra tinha pelos investidores estrangeiros. Dessa forma, no começo de 1946, Prestes declarou que ficaria do lado da União Soviética em caso de uma guerra deste país contra o Brasil. Sem perder tempo, em maio de 1946, o governo Dutra tirou todos os funcionários do governo que pertenciam ao Partido Comunista (SKIDMORE, 2010).

Cabe ressaltar que diante da crise econômica da época, com a elevação dos preços, os comunistas conseguiram infiltrar-se em diversos sindicatos operários, e no ano de 1947, conquistaram uma boa força política, sendo o quarto partido mais poderoso, através das eleições estaduais e complementares para o Congresso de janeiro daquela data. Nesse ano, o PCB elegeu mais dois deputados, totalizando dezessete e um senador, enquanto elegia mais 46 membros em quinze legislativos estaduais e 18 vereadores na Câmara Municipal do Distrito Federal. Em São Paulo, o partido substituiu a UDN como o terceiro partido em quantidade de votos. Assim, diante desse quadro político, o governo Dutra partiu para a repressão e o PCB foi declarado ilegal, por meio de um tribunal em 1947. Os líderes trabalhistas de esquerda também foram reprimidos pelo governo Dutra, resultando na ilegalidade da Confederação dos Trabalhadores no Brasil, organizada em 1946 e na intervenção do governo federal em 143 sindicatos, de um total de 944 na época, com o objetivo de acabar com os elementos extremistas (SKIDMORE, 2010).

Na questão econômica do governo Dutra, Skidmore (2010) comenta que ela pode ser dividida em duas fases: 1946-7 e 1947-50. A primeira fase ficou bastante marcada por uma tentativa de retorno aos princípios do liberalismo do tipo *laissez-faire* e a segunda fase marcou um período de aceleração da industrialização espontânea e uma virada com direção a maneiras mais rudimentares de planejamento geral dos gastos federais.

Segundo Skidmore (2010, p. 104):

A política econômica do começo do regime Dutra, baseada no mínimo de controles em todos os setores, logo se revelou contraproducente. As reservas de divisas estrangeiras, que em 1945 totalizavam 708 milhões de dólares, praticamente desapareceram em um ano e meio. Os pequenos saldos restantes estavam em contas bloqueadas, deixando um total de ativos líquidos em divisas estrangeiras de apenas 92 milhões de dólares no fim do primeiro trimestre de 1947. A política de satisfazer a demanda interna mantendo alto níveis de importação ia de encontro à limitada capacidade de importação do Brasil. Em essência, o Brasil tentara retornar ao nível de gastos com importação que prevalecera em 1929, enquanto a capacidade de importação permanecia igual.

Nos dois últimos anos do governo Dutra a industrialização foi favorecida por uma política de crédito facilitado, com empréstimos do Banco do Brasil a vários setores da indústria privada, como à Klabin, empresa que havia construído uma fábrica de celulose no Paraná e à Acesita, com o intuito de uma operação siderúrgica no Vale do Rio Doce. No fim do governo Dutra, a economia brasileira apresentou um impressionante crescimento. Nos anos

de 1945 a 1951, a economia do país cresceu 6% ao ano na produção total e obteve um aumento de 3,2% na produção per capita. Em maio de 1948, Dutra criou o Plano Salte (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), sendo incorporado à proposta para o orçamento federal de 1949. Todavia, nunca chegou a ser posto em prática, funcionando apenas por um ano e esbarrando em dificuldades financeiras, sendo suspenso em 1951 (SKIDMORE, 2010).

Nas eleições de 1950, os candidatos à Presidência da República foram Getúlio Vargas, que concorreu pelo PTB, o advogado Cristiano Machado, sendo lançado pelo PSD, com insistência de Dutra e novamente o Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN. Com relação as eleições, Machado do PSD, não fez um grande esforço nacional para ganhar, optando por concentrar esforços onde já tinha grande destaque. Por outro lado, Gomes percorria o Brasil em busca de votos e a UDN apoiava-o com grande publicidade, pois exercia o controle na maioria dos jornais e emissoras de rádio. Já Vargas enfrentava tais propagandas por meio de caminhões de som e folhetos de propagandas (SKIDMORE, 2010).

No dia 3 de outubro a eleição foi realizada e Vargas saiu vitorioso, sendo uma grande surpresa para a UDN, que até aquele momento parecia estar com a vitória garantida. Vargas obteve 3.849.040 votos ou 48,7%, ficando Gomes em segundo lugar com 29,7% de votos e Machado conquistou 21,5% do eleitorado.

Segundo Skidmore (2010), Vargas durante sua campanha defendeu suas realizações de 1930 a 1945, sobretudo as questões relacionadas à política econômica de seu governo anterior; o candidato também prometeu fortalecer e ampliar a legislação de bem-estar social criada na década de 1930. Além disso, Vargas se protegia dos reacionários citando a *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. Contribuiu muito para sua vitória também, o fato de Vargas ter um conhecimento precioso do Brasil, que nem Gomes e Machado tinham.

#### **4.2 Os discursos do Brigadeiro sobre a questão dos trabalhadores**

A UDN lançou a segunda candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes no dia 18 de abril de 1950 (CORREIO DA MANHÃ, 19-04-1950). O jornal *Correio da Manhã* publicou no dia 19 de abril de 1950 um manifesto lido por Prado Kelly, na reunião do Diretório Nacional da UDN, no dia anterior, aprovado por unanimidade e assinado individualmente por todos os representantes dos estados, sobre a candidatura do Brigadeiro.

O manifesto ressalta a importância da escolha do Brigadeiro como candidato à Presidência da República pela UDN, destacando que a escolha do candidato nasceu do anseio do povo e que Gomes representa os seus ideais. Vejamos:

O Diretório resolveu propor à Convenção o nome do tenente Brigadeiro Eduardo Gomes para candidatura à presidência da República. A U.D.N. está fiel à sua legenda: porém o candidato é menos dela do que de todos os cidadãos leais ao regime, estejam onde estiverem. Ninguém encarna melhor os anseios gerais de aperfeiçoamento dos costumes administrativos e políticos. Ninguém melhor assegurará o florescimento das instituições em vigor.

Essa escolha nasce do seio do povo, que a consagra com a emoção de sentimentos incorruptíveis (CORREIO DA MANHÃ, 19-04-1950, p. 1).

No dia 19 de abril de 1950, a Comissão Executiva da UDN decidiu visitar o Brigadeiro Eduardo Gomes para lhe comunicar o lançamento da candidatura à Presidência da República. Nesse dia, às 14 horas, seguiram até a residência do Brigadeiro, localizada na praia do Flamengo, Prado Kelly e o ex-presidente do Diretório e senador na época, José Américo de Almeida. Prado Kelly destacou ao Brigadeiro a importância de contar com ele como candidato à Presidência da República pela UDN, bem como o apoio que ele tinha pelos membros da Comissão Executiva (CORREIO DA MANHÃ, 20-04-1950).

O Brigadeiro aceitou sua indicação como candidato do partido da UDN e proferiu um pequeno discurso ressaltando a tradição liberal do partido:

Na vida dos homens públicos, instantes como êste, de cordial compreensão [...] compensam e premiam todos os esforços. Ligado a cada um de vós [...] pela mais estreita amizade e pelos vínculos de fé republicana, que uniram os nossos corações no ritmo de uma campanha memorável, não poderia deixar de estar convosco agora, quando a U.D.N., já de gloriosas tradições liberais, se encontra novamente a serviço de uma grande causa: a consolidação das nossas instituições (CORREIO DA MANHÃ, 20-04-1950, p. 1).

Na tarde do dia 13 de maio de 1950, o Brigadeiro chegou ao Palácio Tiradentes para a cerimônia do encerramento da Convenção da UDN e realizou um discurso, em que, primeiramente, valorizava a opinião civil que estava em luta pela liberdade nacional. Ao mesmo tempo, Gomes rememorou a sua candidatura em 1945, em que pregava a volta da democracia de fato e da liberdade nacional.

Essa imensa parcela da opinião do país recomendou-se pela sinceridade dos seus ideais, e tem por aspiração permanente, senão como prêmio de suas fadigas, o serviço da pátria. A sua perseverança na atividade política é uma prova dignificante de que está em pleno rendimento o regime da ordem jurídica, pela restauração do qual nos congregamos há cinco anos, sem agravos nem ódios, com a oportuna confiança de que a nação retomaria o curso da sua história, sob as fecundas inspirações da liberdade (CORREIO DA MANHÃ, 14-05-1950, p.1).

O discurso de Gomes nos chama atenção pela ideia progressista, vinculada à ideologia liberal, ao destacar que seria preciso completar o quadro das instituições progressistas, ampliando os recursos destinados aos municípios, com o objetivo de destinar aos cidadãos as suas principais necessidades de vida. Assim, mais uma vez, vemos o posicionamento liberal do candidato e do partido em que está filiado. Concomitantemente, Gomes volta a comentar a concepção cristã de liberdade e justiça, valores que sempre o acompanharam e que estiveram ressaltados em seus discursos, nas eleições de 1945.

Mas, para que o regime se fortaleça, é imprescindível que o povo compreenda e sinta os seus benefícios, não no plano abstrato das doutrinas e sim na realidade do meio social, na disciplina e no prestígio das administrações bem conduzidas, e sobretudo nas vantagens diretamente colhidas dos governos locais, para a melhoria das condições de subsistência, de trabalho e de bem-estar. Nesta ordem de idéias, ainda é preciso completar o quadro das instituições progressistas, com a ampliação dos recursos destinados aos municípios, para que possam ter a posição que lhes cabe em nossa organização política e proporcionem a cada um dos cidadãos a certeza de que os órgãos de origem popular são os mais aptos a satisfazer as suas primeiras e mais importantes necessidades. No dia em que cada brasileiro encontrar em sua comuna, e no zêlo da autoridade que escolhe; os meios adequados ao seu padrão de vida, ao conforto do seu lar, à dignidade do seu trabalho, à educação dos seus filhos, ao recreio de sua família em suma, à compensação dos seus labores e penas -, o regime, que fundamos, apresentará tais requisitos de solidez e firmeza que não haverá motivo para reechar a propaganda de qualquer teorias subversivas da nossa concepção cristã de liberdade e de justiça (CORREIO DA MANHÃ, 14-05-1950, p.1).

Ainda ressaltando a concepção cristã de liberdade e de justiça, como de extrema importância para que os homens possam realizar os atributos da sua personalidade, o Brigadeiro atenta para a questão econômica, como primordial para que o cidadão possa cumprir o seu destino, na comunidade a que pertence. Além disso, Gomes argumenta que a solução para os problemas do governo, só será digna de louvor, quando conseguir melhorar a situação de vida da população mais carente.

Sem essa concepção, nenhum homem realiza os atributos da sua personalidade, mas sem a completa satisfação dos direitos econômicos, nenhum cidadão cumpre o seu próprio destino, na comunidade a que pertence. A missão dos governos é mais do que nunca a de extirpar as causas de descontentamento, que dêles afasta os necessitados e os desvalidos, aos quais muitas vezes falta o mínimo de assistência e de amparo. A solução dos problemas de govêrno – até os mais complexos no domínio da economia e das finanças – só será digna de encômios, quando influir, rápida e favoravelmente, na situação dos que mais sofrem as desigualdades da fortuna (CORREIO DA MANHÃ, 14-05-1950, p.1).

Para Gomes, o Brasil precisava aumentar o ritmo de sua produção industrial e agrícola, mas antes de tudo, tinha que diminuir a alta dos preços, que dificultava dia a dia a massa de consumidores, cada vez mais empobrecidos, tendo seus salários prejudicados.

O Brasil precisa de intensificar o ritmo de sua produção industrial e agrícola; mas não pode fazê-lo sem mitigar, ao mesmo tempo, as provações de quantos patrícios, nas cidades e nos campos, constituem o exército anônimo dos operários de nossa grandeza. A nação aspira a maiores testemunhos de confiança entre ela e os que a representam e administram; mas essa confiança dependerá principalmente de receptividade para os reclamos do povo cuja voz deve repercutir em todos os espíritos acima de qualquer outra e, de certo, mais forte e dominadora que às vezes íntimas e traiçoeiras da ambição, do interêsse ou da vaidade. A União exige providências salutare, para as suas finanças, como sejam o equilíbrio orçamentário, o estancamento das emissões, o saneamento do crédito; mas todo êsse esforço se explicará, antes do mais, pela deliberação de poupar à grande massa de consumidores os sacrifícios sem conta que derivam para ela da alta crescente dos preços, que a empobrece, dia a dia, consumindo os sucessivos aumentos de salário, que já não a iludem nem correspondem às novas solicitações da sua penúria (CORREIO DA MANHÃ, 14-05-1950, p.1).

Com relação a questão dos trabalhadores, na tarde de 27 de junho de 1950, uma comissão de operários em construção civil visitou o Brigadeiro, no seu escritório central, a fim de apoiá-lo em sua candidatura e entregar-lhe um manifesto, que já havia sido distribuído no meio de sua classe (CORREIO DA MANHÃ, 28-06-1950, p. 1).

Por meio desse manifesto, percebemos que ao contrário das eleições de 1945, o Brigadeiro tinha grande apoio da classe trabalhadora. No manifesto, a classe trabalhadora ainda se lembra da promessa feita por Gomes, em seu discurso inicial de campanha pela UDN, na cidade de São Paulo, em 16 de junho de 1945. Naquele momento, o Brigadeiro (1946) havia prometido realizar a verdadeira democracia, em que os ricos fossem menos

poderosos e os pobres menos sofredores, presando uma igualdade econômica entre a população. É importante observar que naquele contexto o Brigadeiro fazia referência ao ensinamento de Pio XI, em *Quadragesimo Anno*.

Conclamamos todos os trabalhadores a cerrar fileiras em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes, para que possamos, no futuro govêrno que vamos eleger, dar ao nosso candidato a oportunidade de realizar a sua grande promessa: “que a riqueza excessiva de uns não envergonhe a extrema pobreza dos outros”, e mais rapidamente chegarmos a tão prometida era em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofredores (CORREIO DA MANHÃ, 28-06-1950, p.1).

O manifesto ainda relembra o discurso do Brigadeiro, pronunciado nas eleições de 1945, mas dessa vez, em sua oração realizada no dia 22 de novembro daquele ano, em Sorocaba. Naquela ocasião, Gomes (1946) havia defendido a autonomia dos sindicatos, como essenciais à proteção dos direitos dos trabalhadores, argumentando que a sindicalização subordinada ao governo, só se compreende em países de regime totalitário.

No manifesto, a classe operária não só defende o direito de liberdade sindical, prometido por Gomes, em 1945, como realiza uma crítica direta à ditadura de Vargas, que possuía sindicatos com a intromissão do governo, violando a liberdade de consciência e do direito dos operários.

Sr. Tenente Brigadeiro: falando V. Exa., em Sorocaba, disse que o operário isolado é um lutador desarmado, e nada poderá contra o egoísmo capitalista; suas reivindicações só criam fôrça quando se transformam em reivindicações de grupos a que pertencem. Daí, para a defesa dos interesses da classe, necessária é a organização de sindicatos dotados de plena autonomia. À sindicalização livre, é uma das condições essenciais para proteção dos direitos do operário. Deve favorecer todo govêrno genuinamente democrático, isto é, todo govêrno do operariado e não satisfazer os homens que se acham no poder. A sindicalização subordinada ao govêrno só se compreende em países de regimes totalitários. É o que se tem feito desde 1937, intervindo na vida das associações, afastando companheiros por discordarem a intromissão indébita do govêrno na vida das nossas associações, e culminando agora com a maior farsa que foram as instruções sobre o pleito sindical, em que só vota quem o govêrno quer em face dos atestados anticonstitucionais que são os atestados de ideologias, para nós a violação da liberdade de consciência e do direito de reunião (CORREIO DA MANHÃ, 28-06-1950, p.1)

Por fim, o manifesto encerra apoiando o Brigadeiro e saudando o Brasil e os trabalhadores unidos na figura de Gomes.

E aqui terminamos incentivando V. Exa. a ser como tem sido, o condutor de homens livres. Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes, para frente! Contai conosco para a vitória a 3 de outubro que há de ser a vitória de um Brasil livre e soberano.

Viva o Brasil, vivam os trabalhadores unidos em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes. Viva o Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes. as). Giovani Batista Borges, José Bonfim de Sananta, Elpídio de Menezes, Sebastião Ribeiro, Manoel Oliveira, Washington Campos, Eurico Viera Alves e Antonio Sodré.” (CORREIO DA MANHÃ, 28-06-1950, p.1).

Em 09 de Julho de 1950, o Brigadeiro esteve em Curitiba e discursou na convenção da UDN paranaense. Gomes trata sobre os trabalhadores agrícolas no Brasil, comparando novamente, como fez nas eleições de 1945, com os Estados Unidos na questão da produção. O fato de comparar o Brasil com os Estados Unidos reforça ainda mais a posição favorável do Brigadeiro, visando a realizar melhorias no país, seguindo os americanos como modelo de país avançado. No que diz respeito ao melhoramento da produção, Gomes ressalta a importância do trabalho, das matérias primas, da energia e outras forças da natureza e da capacidade técnica, como primordiais para o aumento da produção brasileira.

Com uma população de trabalhadores agrícolas, que orça por dez milhões e rivaliza, assim, com a dos Estados Unidos, o total da nossa produção atinge a quinta parte da americana. Naquela República, o êxodo gradativo do campo para a cidade se explica e até se justifica por já ter a produção alcançado volume satisfatório. Não é o que tem ocorrido no Brasil, neste decênio, sob os incentivos ilusórios da inflação não estancada. As capitais, e sobretudo a Capital Federal, passam a ser os focos de atração, que despertam, em todo o país, a fácil confiança em melhores proventos, quando se multiplicam os empregos do governo e as iniciativas privadas ostentosas e de valor apenas aparente. Precisamos reagir a êsses êrros, desfazendo a crença ingenua de que tudo se obtém com os enxurros de papel moeda, quando, na realidade, os fatores de produção são o trabalho, as matérias primas, a energia e outras forças da Natureza, e a capacidade técnica (CORREIO DA MANHÃ, 11-07-1950, p. 1).

No dia 20 de julho de 1950, o jornal *Correio da Manhã* publicou um artigo denominado *O Brigadeiro e a mulher que trabalha*. Nesse artigo, o jornal afirma que como já não bastasse a calúnia sofrida pelo Brigadeiro em 1945, de boatos de que seria inimigo dos marmiteiros, recentemente Gomes havia sofrido uma nova calúnia semelhante, afirmando que o Brigadeiro se tenha manifestado contra o trabalho das mulheres. Assim, a equipe de reportagem do *Correio da Manhã* foi até o escritório de Gomes, entrevistá-lo sobre o



ocorrido, publicando a opinião do candidato sobre o assunto no jornal. Vejamos a resposta de Gomes: “ Já ouvi. Está claro que se trata de pura invenção, de baixa manobra eleitoral. Nunca eu disse nem pensei coisa semelhante. Pode escrever isso. Para mim, o caso está encerrado (CORREIO DA MANHÃ, 20-07-1950, p. 1).

Perguntado sobre seu ponto de vista com relação ao episódio, o Brigadeiro afirma:

Meu ponto de vista é o do bom senso e apoiado nas estatísticas e pesquisas da sociologia. Ninguém diminuiria a função primordial que a mulher exerce, na sociedade, como mãe. O respeito que dedico à minha própria mãe não é apenas sentimento filial, também é consciência do que as mães significam na vida de uma nação. Mas isso não quer dizer que as mulheres, e inclusive as mães, não tenham o direito de trabalhar em tôdas as profissões condizentes com as suas aptidões. Quem pretende limitar o trabalho da mulher à cozinha e aos afazeres da educação dos filhos é um atrasado, um ignorante (CORREIO DA MANHÃ, 20-07-1950, p. 1)

Perguntado se o Brigadeiro achava que a mulher teria o direito de trabalhar, afirma:

O direito, sim, e muitas vêzes o dever. A sociedade moderna passou, em consequência da industrialização, por modificações profundas. Em muitos casos, o chefe da família não está, infelizmente, em condições de ganhar o bastante para a subsistência dos seus. Então, o trabalho da mulher e das filhas não seria porventura um dever imperioso? Quem pensa de outra maneira não é só inimigo da mulher que trabalha e sim também dos homens que trabalham. Em inúmeras profissões, os chefes preferem aliás com tôda razão o trabalho feminino, já insubstituível. [...] Sou partidário da igualdade dos direitos políticos e portanto também da igualdade dos direitos econômicos (CORREIO DA MANHÃ, 20-07-1950, p. 1).

A equipe de reportagem do *Correio da Manhã* também perguntou ao Brigadeiro se o Estado teria de defender essa igualdade e sua opinião foi a seguinte:

O Estado só em última instância. A defesa dos direitos do trabalhador é tarefa dos sindicatos livres. [...] Todos êsses problemas não podem ser resolvidos por imposição da parte do Estado, muito menos pelas intervenções burocráticas. O sindicato livre é a fortaleza do trabalhador, seja homem, seja mulher. Eis meu ponto de vista (CORREIO DA MANHÃ, 20-07-1950, p. 1).

No discurso sobre a temática supracitada, percebemos que Gomes possui um ponto de vista revolucionário para a época, pois defende que as mulheres no geral têm o direito e muitas vezes o dever de trabalhar. Gomes não tem uma opinião machista, como muitos diriam atualmente, mas se posiciona a favor da igualdade dos direitos políticos e econômicos. Sua

opinião pode ser considerada revolucionária, pensando que naquele contexto histórico a mulher ainda estava fadada a ficar na esfera do lar, cuidando da casa e realizando serviços domésticos, enquanto o homem exercia o papel central da família, trabalhando e sustentando-a. Isso iria mudar nos anos 1960 com o movimento feminista.

Além disso, o Brigadeiro volta a defender os sindicatos livres, com a finalidade de defender os direitos do trabalhador e indo contra a interferência do Estado nessa questão, que inclusive, teve papel de destaque no governo Vargas, intrometendo-se nos sindicatos operários. Para o Brigadeiro, o Estado só deveria interferir nos problemas dos trabalhadores em última instância.

Em 26 de julho de 1950, o jornal *Correio da Manhã* ressalta a afirmação feita pelo Brigadeiro em seu discurso realizado no dia 23 do mesmo mês, em Belo Horizonte, o qual o candidato aponta que a legislação trabalhista deveria continuar evoluindo e que os benefícios das leis trabalhistas deveriam ser levados aos operários do campo, como aos operários das fábricas e os que pertencem a outras classes assalariadas (CORREIO DA MANHÃ, 26-07-1950). Assim, fica claro que Gomes manteve o mesmo posicionamento de sua candidatura de 1945, em que defendeu os benefícios das leis trabalhistas criadas por Vargas, mas pensando em melhorá-las e expandi-las.

No dia 15 de agosto de 1950, o *Correio da Manhã* reproduziu os discursos do Brigadeiro nos três dias em que esse percorreu o interior de Minas Gerais, visitando 13 cidades e discursando às populações locais.

Na cidade de Carangola (MG), o Brigadeiro discursou sobre as necessidades do trabalhador rural e urbano, enfatizando que falta aos homens públicos a responsabilidade de melhorar a vida de tais operários, a fim de garantir as bases da sobrevivência econômica do Brasil. Nesse sentido, uma melhora de vida dos trabalhadores seria uma melhora na economia do país. Dando ênfase ao trabalhador rural, Gomes abordou algumas reclamações desses, como a construção de escolas para seus filhos, ensino e ajuda técnica, melhores condições de moradia e de alimentação.

O trabalhador rural, especialmente, reclama amparo; escola para os filhos, ensino e ajuda técnica, recursos essenciais, melhores condições de moradia e de alimentação. São deveres precípuos que cumpre satisfazer.

Se o vosso labor tem sido intenso e constante, através das gerações, muito há que fazer ainda para que êsse esforço se valorize mais viva de sentido econômico, de modo que tôda uma região recolha os frutos dêsse trabalho e alcance melhorias de vida, com sua integração completa e definitiva nos bens da civilização. Sentimos as vossas necessidades, compreendemos o vosso anseio de progresso. Cabe aos homens públicos a responsabilidade de

encontrar as soluções adequadas, de anotar as medidas eficazes, de promover meios de estímulo e garantia ao trabalhador rural e urbano, se quisermos sinceramente promover as bases da sobrevivência econômica do Brasil (CORREIO DA MANHÃ, 15-08-1950, p. 3).

No dia 14 de agosto de 1950, Gomes esteve em Manhuaçu (MG) e garantiu à população da cidade que, caso ganhasse as eleições de 3 de outubro, iria investir no aumento da produção em bases econômicas, de modo a amparar o trabalhador rural, sem se distanciar das dificuldades da população urbana, tendo como objetivo impedir o aumento do custo de vida.

As dificuldades criadas à produção se refletem com incidência maior sobre o elemento urbano e daí, em face da ausência de medidas que promovam o aceleração e maior volume da produção, as constantes altas do custo de vida, gerando o círculo vicioso da política de preço e salário. Se a boa gente brasileira houver por bem sufragar o nosso nome nas urnas de 3 de outubro, prometemos que uma atenção toda especial será dedicada ao estudo do aumento da produção em bases econômicas, ou seja, com amparo seguro e assistência eficaz ao trabalhador rural, sem nos distanciarmos das dificuldades com que lutam as populações urbanas, visando, sobretudo, impedir o aumento do custo de vida e dar a cada cidadão a tranquilidade de que necessita, a fim de que possa, como unidade útil, trabalhar pela grandeza da pátria (CORREIO DA MANHÃ, 15-08-1950, p. 3).

Em 29 de agosto de 1950, o Brigadeiro discursou na cidade de Campos (RJ) discorrendo sobre os trabalhadores ligados à indústria e ao plantio de cana, defendendo a esses o direito da assistência social, já determinada em lei e o direito de melhoria de seu nível de vida.

Aos trabalhadores ligados à indústria ou ao plantio da cana, deve ser garantida a assistência social, já determinada em lei, com a aplicação compreensiva e patriótica da taxa fixada para aquele fim, cabendo a esse respeito, ao órgão competente, encarregado de sua fiscalização, observar permanentemente o critério seguido na maneira por que vem sendo utilizada, de modo a que não se afaste de sua verdadeira finalidade. Assiste-lhes, também, o direito de melhoria de seu nível de vida, como tantas vezes tenho realçado (CORREIO DA MANHÃ, 30-08-1950, p. 1).

Discursando em Uberlândia (MG), no dia 12 de setembro de 1950, o Brigadeiro salienta novamente para as dificuldades do trabalhador rural e urbano. No que diz respeito ao trabalhador rural, o Brigadeiro argumenta que esse precisa de mais amparo e assistência, para conseqüentemente ter melhor condição de vida. Com relação ao trabalhador urbano, Gomes

afirma que esse arca com grande custo de vida, reduzindo assim a capacidade aquisitiva de seu salário. Nesse sentido, para Gomes, teria de haver uma melhora nas condições de vida dessas duas classes de trabalhadores, a fim de lhes garantir condições de vida mais estáveis e seguras.

O trabalhador rural, por sua vez, precisa mais amparo, mais assistência, melhores condições de vida. Permanecer como está é ter negada a sua própria condição humana. Os salários altos, que esporadicamente se registram, não constituem garantia para a solução dos seus graves problemas, visto como não entram em seu orçamento normal, e se apresentam com a precariedade característica da procura anormal no mercado de trabalho. O trabalhador urbano, igualmente, arca com um custo de vida exorbitante, que reduz a capacidade aquisitiva dos seus salários, estabelecendo uma situação real aflitiva, muito embora os vencimentos se apresentem aparentemente elevados. Urge para uns e outros um reajustamento das condições de vida, e garantias que a tornem estável e segura (CORREIO DA MANHÃ, 13-09-1950, p. 3).

Em Teresópolis (RJ), no dia 20 de setembro de 1950, o Brigadeiro elogiou a localização da cidade, por possuir parques de fábricas com pouca distância da metrópole e por ser um lugar propício para a recuperação de energia. Assim, o candidato mais uma vez, como foi comum durante sua candidatura de 1945 e 1950, cita os Estados Unidos como modelo de gestão, dando como exemplo a Associação Nacional de Recreação do país. Nesse caso, Gomes discorre sobre a importância da recreação para os cidadãos, pois possuem o direito de passar suas horas de folgas em lugares agradáveis com diversas possibilidades de recreação. Ao mesmo tempo, Gomes afirma que essas horas de folga, citando o modelo da Associação Nacional e Recreação americana, crescem à medida que o trabalhador consegue produzir mais em menor período e na medida em que lhe é assegurado um limite de tempo na exploração de sua capacidade profissional.

Esse modelo de trabalho discursado por Gomes, nada mais seria que o modelo de trabalho liberal, em que o trabalhador é recompensado se consegue produzir mais em menor tempo possível. Na verdade, o Brigadeiro tinha a intenção de trazer os operários para o mundo do trabalho e da família e a recreação ocuparia a mente deles de se bandear para a criminalidade ou aos vícios prejudiciais da vida, como as drogas, não deixando-os se concentrarem no trabalho.

Nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Recreação acompanha cuidadosamente os hábitos dos cidadãos, com o intuito de proporcionar-lhes um campo vasto de possibilidades proveitosas, em meio das quais possa

passar as suas horas de folga. Essas horas de folga crescem à proporção que o homem consegue, pela técnica, produzir mais em menor período e na medida em que se lhe assegura um limite de tempo na exploração de sua capacidade profissional. É um meio de ensinar a usufruir prazeres legítimos da existência, em contraste com a desordem a que são, por vezes, lançadas certas criaturas, pelos costumes malsãos dos círculos perniciosos em que vivem e que são fonte comum do vício e da criminalidade (CORREIO DA MANHÃ, 21-09-1950, p. 3).

No último dia de campanha política do Brigadeiro, realizado em 30 de setembro de 1950, no Distrito Federal, o candidato fez um de seus maiores discursos sobre a questão do trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Inicialmente, Gomes tratou sobre a concepção do salário aos trabalhadores, defendendo que o trabalhador deveria ganhar um salário compatível com o valor do produto acabado e não como valor de produção perante o processo de fabricação do produto.

Daí decorre a errônea concepção do salário, não como representando a cota a que o trabalho tem direito sobre o valor do produto acabado, mas como custo de produção, equiparável ao que se gasta na conservação e na lubrificação das máquinas, e, como todo custo de produção, devendo ser comprimido ao mínimo possível. Desta maneira o trabalho é dissociado do sistema de produção, dando margem a que se houvesse criado o proletariado industrial. É relegado o trabalho ao estatuto de mercadoria, que se procura adquirir, como as demais, pelo menor preço de mercado (CORREIO DA MANHÃ, 01-10-1950, p. 5).

O Brigadeiro defende os princípios sociais presentes na *Rerum Novarum*<sup>60</sup>, tão citado em sua campanha eleitoral. Para o Brigadeiro, o salário que o trabalhador recebe não dá para se sustentar dignamente, indo contra os princípios de vida de Deus. Assim, com um salário precário, o trabalhador não pode participar dos bens da civilização e da cultura que ajudou a criar. Nesse sentido, o salário do trabalhador deveria ser mais justo e para evitar a luta de classe, tanto o patrão quanto o operário deveriam cumprir seus deveres de forma justa e honesta.

A concepção do salário – como devendo restringir-se às necessidades de subsistência do trabalhador – constitui, a um só tempo, uma injúria à dignidade humana e uma blasfêmia contra Deus. Com ela se exclui o trabalhador da participação nos bens da civilização e da cultura, que êle ajudou a criar e cuja conservação se deve em grande parte ao seu concurso.

<sup>60</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em: 03 de nov. 2017.

Por ela se elimina o trabalho do sistema social da produção e, mais do que isto, se coloca o trabalhador à margem da sociedade, de cujos benefícios não poderá participar, como se, para criar o seu imenso arcabouço material, não houvesse decisivamente contribuído com o seu trabalho (CORREIO DA MANHÃ, 01-10-1950, p. 5).

Para Gomes, o trabalhador não pode se submeter a categoria de escravo, merecendo exercer a função de um associado no processo cooperativo de produção, tendo o direito incontestável de receber um salário condizente com o valor do produto acabado ou final, que ajudou a produzir.

Não. Nem o trabalho é uma mercadoria; nem o salário pode ser concebido como custo de produção do trabalho; nem o salário mínimo, a não ser que se avilte o trabalhador à categoria de escravo ou de concentracionário, pode considerar-se como justo, se apenas é destinado a satisfazer às necessidades elementares do trabalhador. Não, em nome da dignidade de ser humano; não, em nome da fraternidade entre os homens; não, em nome da justiça; não, em nome de Deus.

Como associado no processo cooperativo de produção, o trabalhador tem incontestável direito de participação no valor do produto acabado ou final, pois de tal valor é que resultam os recursos necessários à remuneração de todos os fatores envolvidos no processo de produção. (CORREIO DA MANHÃ, 01-10-1950, p. 5).

No discurso abaixo, observamos mais uma vez a questão religiosa embutida na oratória de Gomes. Ao mesmo tempo, o candidato critica novamente, que o lucro final do produto acabado ficasse apenas com o patrão. Para Gomes é devido a isso que a desarmonia no sistema das relações sociais da produção ocorre. Assim, vemos mais uma vez a defesa do Brigadeiro contra a não luta de classes, como defendido pela *Rerum Novarum*. Gomes também critica a queima, considerada por ele como insensata, de milhões de sacas de café durante o governo Vargas, como se a função da mercadoria fosse a de produzir lucros e não tivesse também um destino social. Ao mesmo tempo, para Gomes foi destruído aquilo que nunca mais poderíamos recuperar, como a terra, o trabalho, a graça do tempo e as reservas acumuladas pelo sacrifício do passado, que os trabalhadores ajudaram com seu trabalho diário.

Além disto, o princípio de que o produto final é de exclusiva propriedade de um dos parceiros e, precisamente, do mais afortunado deles, não somente constitui a causa principal da desarmonia reinante no atual sistema das relações sociais da produção, como concorre para perverter a concepção do valor econômico da produção, o qual é considerado em termos de margem de lucro, dando lugar à monstruosa política de destruição de mercadorias, -

tal a da queima insensata de milhões de sacas de café, - como se a única função da mercadoria fôsse a de produzir lucros e não tivesse, igualmente, um destino social, ou como se a mercadoria não fôsse, em si mesma, abstração do lucro que possa dar ao capital, uma riqueza, que só a loucura humana, gerada por um inconcebível êrro de perspectiva, a um só tempo de ordem intelectual e moral, pode arrogar-se, sem temor de consciência, o direito de destruir, nela e com ela destruindo o que nunca mais se poderá recuperar, - a terra, o trabalho, a graça do tempo e as reservas acumuladas pela parcimônia e pelos sacrifícios do passado (CORREIO DA MANHÃ, 01-10-1950, p. 5).

Gomes encerra seu discurso sobre a questão dos trabalhadores defendendo a participação desses no valor do produto final, com a justificativa de que o trabalhador sendo mais valorizado, colocaria um maior ritmo no processo de produção, aumentando-a e melhorando por consequente a relação entre o patrão e o empregado.

O Brigadeiro defende então a reformulação das injustiças presentes no sistema capitalista, procurando, segundo Pierucci, Souza e Camargo (1984, p. 364) encontrar “função social no capital, para torná-lo um sistema justo e equitativo. Entre capital e trabalho não deve haver antagonismos, luta de classes obedecendo-se os princípios da caridade cristã”.

[...] a participação do trabalhador no valor do produto acabado ou final tornará mais estreita a sua cooperação no processo geral da produção, interessando o trabalhador no aumento quantitativo e qualitativo da riqueza produzida. E o aumento da produção nacional é, inquestionavelmente, um dos imperativos indeclináveis, a que teremos de nos submeter, se não nos dispomos a aceitar resignadamente a estagnação intelectual, moral e tecnológica, a que estaremos inapelavelmente condenados, se, por um impacto decisivo da nossa vontade, não imprimirmos maior velocidade ao ritmo da nossa produção.

[...] Dentro de poucas horas o Brasil terá de optar pela direção que lhe pareça mais conveniente. Não se poderá dizer que não foi advertido em tempo sobre o caminho mais acertado que conduz ao encontro do seu destino.

Que Deus o inspire e proteja! (CORREIO DA MANHÃ, 01-10-1950, p. 5).

### **4.3 Os discursos do Brigadeiro sobre a questão da educação**

Em 22 de agosto de 1950, o Brigadeiro realizou seu primeiro discurso sobre a questão da educação, na cidade de Teresina, capital do Piauí. O candidato tratou sobre a deficiência dos professores em número e qualidade no Brasil. Em seguida, discursou sobre a construção e instalação de três escolas normais rurais, localizadas em Piripiri, Campo Maior e Picos.

É importante ressaltarmos, que no ano de 1949 a educação primária no Piauí já apresentava condições precárias, segundo destacou o governador daquele momento, José da

Rocha Furtado. O estado carecia de prédios e materiais didáticos referentes ao ensino primário. Com relação a construção e instalação das três escolas normais rurais no Piauí (Piripiri, Campo Maior e Picos), foram alvos de acordos com o Ministério da Educação e Saúde, juntamente com a construção de 60 prédios para tais escolas. Sabe-se que os prédios para a escola normal foram efetivados, mas parece que a implantação do curso de formação para professores rurais não foi realizada (LOPES, 2013).

A dificuldade talvez mais fortemente notada de quantas se antepõem à resolução do problema educativo, no Brasil, é por certo, a da deficiência de professores em número e qualidade.

Para superá-la, já se deu, no Piauí, um largo passo. O Estado ajustou, com o governo da República, a construção e instalação de três escolas normais rurais, localizadas em Periperi, Campo Maior e Picos.

Uma vez em funcionamento, estarão elas em condições de formar, com as de Floriano, Terezina e Parnafoa, o corpo de educadores de que carece o ensino primário estadual, para desenvolver-se amplamente. E haverá, ainda, a vantagem de contar-se com professores adaptados às regiões onde terão de exercer a profissão, evitando-se os desajustamentos tão frequentes e tão prejudiciais (COREIO DA MANHÃ, 23-08-1950, p. 1-6).

Gomes também ressalta a importância da União para auxiliar na construção das escolas rurais, bem como do ensino superior e o técnico profissional. A Constituição de 1946 já afirmava que a União deveria aplicar nunca menos de dez por cento, anualmente, da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.<sup>61</sup> Além disso, o Brigadeiro também destacava a importância do ensino técnico profissional, que estava ligado ao modelo liberal, em que o indivíduo é preparado para a cidadania e para o trabalho.

Mas, além disso, é preciso não olvidar o que, em complemento, o Piauí necessita e não pode, infelizmente, alcançar, com os recursos de um orçamento de parcas rendas e profundamente desequilibrado.

Justifica-se, por isso, que se volva, confiante, a pleitear, na forma constitucional, o auxílio da União, para suprir-lhe a carência. A cooperação poderá ser dada através da ajuda material e da orientação técnica.

A experiência realizada até o presente demonstra que será útil prosseguir com o plano de construção das escolas rurais, estendendo-o, gradativamente, a todo o território piauiense.

Ainda nesta parte, e sem referir ao concurso da União para o ensino superior e o ensino técnico profissional de artes e ofícios, há que considerar o que será possível fazer para a recuperação dos (CORREIO DA MANHÃ, 23-08-1950, p. 6).

<sup>61</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 05 de nov. 2017.



Gomes também defende o ensino agrícola para os trabalhadores do campo, visando propiciar-lhes condições de trabalho menos árduo e mais recompensador.

Tendo em vista que mais de dois terços dos piauienses se dedicam aos labores do campo, tudo aconselha a propiciar-lhes condições de trabalho menos árduo e mais recompensador. Para tanto, convém arrancar o camponês à rotina secular, dando-lhe os conhecimentos imprescindíveis a melhor orientar a atividade. Importa difundir o ensino agrícola, não apenas pela palavra, mas, sobretudo, pela demonstração e pelo exemplo.

Dois desses estabelecimentos, observadas as exigências legais, poderão ser, inicialmente, instalados no Piauí, sendo um ao Norte e outro ao Sul, em centros de zonas de maior atividade agropecuária (CORREIO DA MANHÃ, 23-08-1950, p. 6).

Em 30 de agosto de 1950, o Brigadeiro discursou em Cordeiro (RJ) e enfatizou que o mais urgente problema de assistência que o governo deveria enfrentar seria o habitante rural. Assim, com relação ao ensino, Gomes defendeu o desenvolvimento do espírito crítico das crianças e dos adultos, bem como a instrução da saúde e da proteção da lei para estes. Para o candidato, não é o trabalhador que deveria sair do campo para ir ao ambiente desenvolvido, mas o ambiente desenvolvido deveria se deslocar ao mundo do trabalhador. Nesse sentido, o Brigadeiro pretendia desenvolver a área rural, para que os trabalhadores tivessem acesso aos mesmos direitos que as pessoas da cidade possuíam.

O habitante rural constitui o mais urgente problema de assistência que tem de ser enfrentado pelo govêrno. Essa assistência há de desdobrar-se no terreno da educação, da saúde e da proteção da lei. Não só se devem criar novas escolas, como tomar outras iniciativas, para possibilitar a todos – crianças ou adultos – o benefício da instrução; para dar-lhe, ao lado do ensino comum, conhecimentos que os habilitem a ganhar a vida com mais facilidade e êxito; para acostumá-los ao debate das idéias e formar-lhes o espírito crítico, de modo a julgarem, sem paixão e com critério, os homens e os atos públicos; para manter uma orientação favorável à saúde, no domínio, da alimentação e da profilaxia, estabelecendo as mais íntimas conexões com os postos e centros de natureza sanitária e médica; para facilitar a informação, a comunicação dos fatos, o intercâmbio das idéias e as formas possíveis de recreação, por meio do livro, do jornal, do rádio e do cinema. Êste veículo, a ser usado para fins recreativos e educativos, deverá integrar as missões culturais, levando os proveitos da educação e do recreio àqueles que, por fôrça do trabalho, não logrem vir aos lugares onde tais atividades estejam radicadas. Não é o trabalhador que deve desvincular-se do campo, para as cidades; é a civilização que deve ir das cidades para o campo, onde quer que exista uma criatura humana (CORREIO DA MANHÃ, 31-08-1950, p. 3).

Na noite de 31 de agosto de 1950, em Friburgo (RJ), Gomes discursou sobre os problemas da educação brasileira, mas alertou a família para participar mais da educação de seus filhos e atentar às dificuldades do ensino.

Frisemos, antes do mais, que o direito à educação é a conquista mais relevante dos tempos modernos. Constitui uma exigência fundamental da sociedade complexa, em que vivemos. Está consagrado em nossa Constituição. Corresponde a uma proteção efetiva, que pode e deve ser exigida. Cabe, pois, aos Poderes Públicos tudo fazerem, nos limites de seus recursos, e em ritmo crescente, mas nem por isso se dispensa a colaboração de quantos, por iniciativa própria ou a serviço de empreendimentos particulares, se consagram à mesma tarefa. Também por isso não se desobriga a família dos graves deveres que lhe assistem no plano educativo (CORREIO DA MANHÃ, 01-09-1950, p. 1).

Gomes não só alertou as famílias para participar mais da vida escolar de seus filhos, como salientou a importância da opinião pública sobre a temática do ensino, devendo se manifestar mais.

Ainda penam sem escola milhares de crianças e não são fáceis os meios orçamentários para acabar, de vez, com essas deficiências: temos que conclamar a vontade de todos em favor da causa generosa. A cooperação da União, dos Estados, dos Municípios e da incansável iniciativa particular poderão assegurar, para prazo mais curto, a solução desejada do problema. Cada brasileiro deve ser um colaborador da Campanha de redenção nacional pela educação; colaborador, tomando a si os encargos ao seu alcance, ou colaborador, fazendo-se beneficiar ao esforço comum, na frequência dos cursos ou no encaminhamento de seus filhos aos bancos escolares. A colaboração ainda se fará sentir na assistência que prestar à escola e ao aluno: não basta matricular uma criança, torna-se necessário assisti-la. Não basta que se abra uma escola, é indispensável prestigiá-la. Nada proporciona mais o aperfeiçoamento dos sistemas de ensino, oficiais e particulares, do que a vigilância da opinião pública. Se existe assunto, a respeito do qual tem a opinião pública o direito de manifestar-se, tal será êste, pelos efeitos imediatos que produz na coletividade (CORREIO DA MANHÃ, 01-09-1950, p. 1).

Para o Brigadeiro, no regime democrático todos têm que ter oportunidades iguais, principalmente, no que diz respeito à educação. O Estado deveria também exercer um papel maior na educação pública, para competir com igual valor as escolas particulares.

A educação primária para a infância propriamente dita e a Companhia Nacional de Adultos devem atingir, no mais breve prazo possível, o quadro integral de escolas e cursos de tal forma que ninguém reclame matrícula. Eis aí um compromisso que nos está exigindo o Brasil. Desejo que os pais não

encontrem embaraços no encaminhamento de seus filhos para a vida prática. A democracia tem obrigação de proporcionar oportunidades iguais a todos, para que êles conquistem a posição compatível com a sua vocação, capacidade e aspirações.

[...] Aqui nos peca dizer que a ação do Estado tem sido mínima. Baixa instruções, regulamentos, avisos, mas pouco dá de eficaz. Os seus estabelecimentos são raros e vivem superlotados. A maioria das casas de ensino se deve a iniciativa privada. Vem de longa data, desde o tempo da Colônia, com a atuação desinteressada dos jesuítas. Hoje se divide entre as ordens religiosas e os particulares, na distribuição de salas de aula e de cursos letivos [...] (CORREIO DA MANHÃ, 01-09-1950, p. 1-3).

O Brigadeiro se coloca contra as instituições particulares, pois para ele o ensino não se assemelha a um ramo do comércio ou da indústria, mas é um serviço público. Assim, Gomes argumenta que o Estado deveria arcar com as despesas dos alunos, quando se tratar de educandos necessitados ou excepcionalmente dotados.

Todavia, o empreendimento, sendo particular, vive de suas taxas, e essas taxas sobem alarmantemente. Sobem a ponto de tornar proibitiva a freqüência de tais escolas. Mesmo que as despesas justifiquem a elevação das taxas, essa elevação não pode subsistir. O ensino não se assemelha a um ramo do comércio ou da indústria: trata-se em qualquer de suas modalidades, de um serviço público. Por isso ao Estado incumbe estudar, honesta e conscientemente, os encargos financeiros dos estabelecimentos, a fim de encontrar, admitido o lucro razoável, o custo de cada aluno. Mas êsse custo não pode ser cobrado integralmente da família: é de justiça que o Estado contribua com parcelas diferentes, conforme a situação dos pais, para facilitar a freqüência à escola e arque afinal com tôda a despesa, quando se tratar de educandos realmente necessitados ou excepcionalmente dotados. (CORREIO DA MANHÃ, 01-09-1950, p. 3).

Por fim, o Brigadeiro é a favor da meritocracia, vinculada ao modelo liberal. Assim, para Gomes, os melhores alunos que concluírem o curso primário deverão ter as suas matrículas gratuitas na etapa posterior de estudo. Nesse sentido, o candidato defende que cada indivíduo possa ter o mesmo acesso ao estudo, desde que o Estado banque o ensino de quem comprovar carência de renda, como a Constituição de 1946 já ressaltava ou for superdotado. No entanto, seria através do mérito que cada indivíduo, com seu esforço próprio, poderia almejar melhores condições de vida.

Os melhores alunos, que concluírem o curso primário, deverão ter a sua matrícula gratuita nas escolas que se seguem, como prêmio, bem merecido, e meio de garantir o prosseguimento dos estudos aos mais capazes. Bem diverso é o que sucede atualmente; de dez alunos primários, apenas um alcança o ginásio. Não é o mais capaz: é o que pode pagar.

Os que na juventude conseguem educar-se, vêm a ocupar, na comunidade a que pertencem, o posto dos orientadores, dos líderes, dos profissionais de maiores aptidões. Não é justo que eles sejam recrutados apenas dentre os favorecidos pela fortuna, e, sim, que eles resultem dos mais aptos, independentemente da condição econômica ou social. A camada humana, que então, se originam dos cursos secundários acessíveis a todos, representará a vitória do mérito e a prática efetiva da democracia (CORREIO DA MANHÃ, 01-09-1950, p. 3).

Com relação aos discursos do Brigadeiro sobre a questão da educação, em 1950, percebemos que Gomes defendia uma educação nos moldes do modelo liberal. Para Gomes, o Estado deveria financiar a educação de quem não podia pagar, mas principalmente dos superdotados. Gomes era contra as instituições particulares de ensino e defendia o modelo meritocrático, ou seja, o indivíduo que se esforçasse mais teria melhores condições de ter sucesso na vida. Ao mesmo tempo, o Brigadeiro argumentava que a família e a opinião pública tinham um papel fundamental na vida educacional dos estudantes.

Todavia, o modelo liberal de educação defendido por Gomes, com maior participação da família e da opinião pública, para ter sucesso, deveria ocorrer uma reforma drástica no sistema de trabalho, pois com a implantação do modelo liberal o trabalhador humilde passou a trabalhar cada vez mais, tendo menor tempo de dialogar com o seu filho em casa, devido ao cansaço, estresse e outras questões causadas pela sociedade moderna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos e interpretamos a participação do Brigadeiro Eduardo Gomes nos movimentos tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro e na Revolução de São Paulo, em 1924, bem como a ideologia política do movimento, a fim de sabermos qual foi a posição política de Gomes nesses dois momentos. Assim, como Gomes quase nada deixou de discursos nesse período histórico, enquanto integrante do tenentismo (1922-24), partimos do princípio de que ele concordava com a ideologia do movimento.

Ao mesmo tempo, examinamos os discursos do Brigadeiro em suas duas candidaturas à Presidência da República pela UDN, nos anos de 1945 e 1950. Nessa análise, consideramos dois temas: a questão dos trabalhadores e da educação no Brasil, pois são temas de grande importância política e de interesse social, sendo sempre discutidos pela maioria dos candidatos nas eleições.

Nosso objetivo foi analisar se a posição política-ideológica do Brigadeiro modificou ou não ao longo desses dois períodos históricos distintos: década de 1920, como integrante do tenentismo, e década de 1940, como candidato à Presidência da República e representante dos ideais da UDN.

Em meio as nossas interpretações, discutimos também como as biografias escritas sobre o Brigadeiro retrataram sua posição política nos dois momentos distintos deste trabalho, bem como os respectivos autores construíram a imagem do Brigadeiro e, principalmente, justificaram como seu deus a sua escolha para ser o candidato a disputar à Presidência da República pela UDN, em 1945. As biografias analisadas foram: *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945), escrita por Gastão Pereira da Silva; *O Brigadeiro da Libertação* (1946), segunda edição da obra, escrita por Paulo Pinheiro Chagas e *O Brigadeiro. Eduardo Gomes, trajetória de um herói* (2011), de Cosme Degenar Drumond.

Este trabalho se torna importante, uma vez que não existe até o momento nenhum trabalho que historicize a vida do Brigadeiro, apresentando, por conseguinte, as devidas críticas necessárias ao personagem. Do mesmo modo, nos causa um certo estranhamento que a área de história não tenha se dedicado até o momento a estudar o Brigadeiro, que foi uma personagem de grande importância no século XX. O que existem são as biografias analisadas por nós, mas escritas por estudiosos de outras áreas, apresentando uma abordagem apologética e panfletária, com o objetivo de construir uma imagem positiva, heroica, e ao mesmo tempo, contribuir para que o Brigadeiro fosse eleito presidente da República em 1945. A obra de Drumond (2011), o último trabalho produzido até o momento sobre o Brigadeiro,

não consegue fugir das análises feitas pelos autores dos trabalhos anteriores realizados sobre o Brigadeiro, isto é, Drumond mantém a construção de uma biografia apologética, posicionando-se a favor de Gomes e ressaltando que este foi um herói.

Nosso estudo também traz novas questões sobre o Brigadeiro. Em primeiro lugar, rompemos com as análises das biografias apologéticas sobre o Brigadeiro, as quais discutem que Gomes foi escolhido para ser o candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945, devido a seu passado heroico, sendo o herói dos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922 e de lutas em favor da democracia brasileira. Assim, num momento histórico de mudanças políticas, como foi o ano de 1945, o Brigadeiro era visto como a personificação da democracia brasileira e o candidato favorito a ganhar a eleição, contando com grande apoio da imprensa.

Nesse sentido, concluímos que não só a participação de Gomes no episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922, como o seu passado de lutas em favor do país, foram as principais justificativas para que ele fosse escolhido o candidato da UDN em 1945. Mas, outros motivos também foram importantes. Primeiramente, o Brigadeiro tinha o apoio da grande maioria de toda a força do ar do Brasil e, além disso, contava com a simpatia das forças americanas, que se encontravam no país e do próprio Estados Unidos. Aliás, caso ganhasse a eleição, com o apoio que tinha das forças do ar e das forças armadas americanas, ficaria livre de qualquer perigo de tentativa de golpe, caso Vargas tramasse algo mais uma vez.

O fato de o Brigadeiro ser católico e não comunista, lembrando sua ação contra a Revolta comunista de 1935, também era importante, pois segundo nossas análises seria muito improvável que Gomes fosse contagiado por uma propaganda com base revolucionária, ainda mais pelo partido que concorria a eleição.

Consideramos essencial levantarmos a discussão sobre as biografias produzidas sobre o Brigadeiro e outros documentos relevantes, pois isso pode contribuir para o futuro pesquisador que também deseja tratar sobre o assunto.

Com relação à participação de Gomes nos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922 e na Revolução de 1924, este trabalho traz discussões interessantes, na medida que não apenas aborda o envolvimento de Gomes nesses episódios, permitindo-nos compreender seu ideário e posicionamento político, como destaca a ideologia dos movimentos, através das análises dos manifestos, programas políticos e outros documentos relacionados aos tenentes. Assim, a insurreição tenentista de 1922 lutou a favor daquilo que acreditava, sendo um movimento que agiu rapidamente, no calor do momento, sem nenhum programa político. Não sendo possível

uma transformação na democracia que representasse uma maneira mais justa para o modelo representativo vigente na época e ao mesmo tempo, melhores condições para o Exército; o movimento revolucionário buscou alternativas pelas armas. Cabe ressaltar que os episódios das cartas falsas, a Reação Republicana, o caso de Pernambuco e todos os contratemplos da República oligárquica também contribuíram para a insurreição.

Nesse sentido, constatamos que a Revolução de 1924 tinha um caráter nacionalista e reformador, com a intenção de exigir mudanças no sistema político da época, para transformá-la numa República democrática de fato, contrário as mazelas e ao marasmo político predominante naquele período. Contudo, percebemos que o movimento tenentista de 1924, tinha uma característica política ambígua, em que defendia uma República democrática, mas agia e apresentava um programa político de caráter ditatorial. Concomitantemente, a insurreição de 1922 foi importante para o desenvolvimento da Revolução de 1924, que foi um movimento mais preparado e organizado. Não percebemos em nenhum momento que o movimento falava em nome de uma classe média, mas em nome nacional. Além disso, os revolucionários não quiseram receber ajuda do povo para desenvolver seus objetivos, ou se quiseram, não encontramos nenhuma documentação a respeito. Fica claro que parte da população apoiou o movimento, que agia de modo independente, recebendo ajuda do povo quando necessário.

Nossas interpretações sobre os discursos do Brigadeiro relacionados à questão dos trabalhadores e da educação em 1945, permite compreender vários pontos importantes. No que diz respeito aos discursos de Gomes sobre os trabalhadores, este realizou duras críticas a Vargas e seu governo, considerando-o um ditador. O Brigadeiro proferiu um discurso religioso, associado à doutrina da Igreja Católica, o que confirma a sua posição católica. Sua personalidade se mistura com a exaltação da democracia brasileira, que no ano de 1945 estava em ebulição. Soma-se a isso, o fato de que Gomes tentou implantar uma nova ideologia política no país, isto é, uma terceira via, pregando uma reforma no sistema capitalista, baseando seus discursos nos princípios da encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, escrita pelo Papa Pio XI. O Brigadeiro valorizava uma reforma dos costumes, como meio de neutralizar a luta de classes, negando ao mesmo tempo, o comunismo e o liberalismo, que enriquece poucos e deixa muitos na miséria, gerando grande desigualdade social e econômica.

Em nossas análises, o Brigadeiro procura seguir o programa de governo da UDN, indo além, em determinados momentos, garantindo uma série de benefícios sociais aos operários e não deixando, contudo, de manifestar a importância das políticas sociais desenvolvidas por Vargas. O que nos chama atenção é que Gomes defende a influência do mercado externo no

Brasil, enxergando os Estados Unidos como um modelo de se fazer política. O Brigadeiro também defende a liberdade sindical, de acordo com a encíclica *Rerum Novarum* e a propriedade privada. Cabe ressaltar que a liberdade sindical estava estabelecida no programa político da UDN, mas a propriedade privada não estava explícita no programa do partido.

Com relação aos discursos de Gomes em 1945, sobre a educação no país, percebe-se que este também tece duras críticas ao governo Vargas, valoriza o modelo de ensino dos americanos e prega uma reformulação na educação. Para Gomes, todos deveriam ter acesso ao ensino gratuito, porém, defende o modelo meritocrático de ensino, presente no sistema liberal, em que os melhores, que se esforçarem individualmente, poderiam ter melhores condições de vida.

Os discursos do Brigadeiro, como candidato à Presidência da República em 1950, pela UDN, sobre os trabalhadores e a educação, não diferem muito de suas ideias e do programa político de seu partido, em 1945. Assim, com relação a seus discursos com a temática dos trabalhadores no ano de 1950, percebe-se a admiração que o Brigadeiro tinha pelo modelo de gestão dos Estados Unidos. Para Gomes, os trabalhadores deveriam ter direito à recreação, passando horas de folga em lugares agradáveis, com diversos entretenimentos. Na verdade, o Brigadeiro procura defender o modelo de trabalho liberal, em que o trabalhador só é recompensado se consegue produzir mais em menor tempo possível. A família e a recreação foram duas questões importantes defendidas por Gomes, pois para ele, os trabalhadores que vivenciassem mais o mundo da família, do trabalho e da recreação, não teriam tempo de se perderem no caminho da criminalidade ou nos vícios prejudiciais da vida, como as drogas.

Na verdade, tanto em 1950 como em 1945, observamos que o Brigadeiro era contra a luta de classes e seguia as ideias presentes nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Assim, defende a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas afirma a importância dos patrões e das oposições de classes, desde que ambas vivessem em harmonia, cada qual cumprindo com seu dever, a fim do trabalhador receber um salário justo, com melhores condições de trabalho e o patrão também se contentar com seus direitos.

A questão da educação, no ano de 1950, foi defendida pelo Brigadeiro dentro dos moldes do modelo liberal. Para Gomes, o Estado deveria arcar com os custos da educação de quem não pudesse pagar, principalmente dos superdotados. Nesse sentido, Gomes era contra as escolas particulares e defendia o modelo meritocrático, como fez nas eleições de 1945. O Brigadeiro também apoiava a ideia de que a família e a opinião pública tivessem um papel fundamental na vida educacional dos estudantes.



Por fim, concluímos que, mesmo sendo momentos distintos, tanto a década de 1920, representada pela participação de Gomes nos movimentos tenentistas (1922-24), como a década de 1940, representada pelas duas candidaturas do Brigadeiro à Presidência da República pela UDN (1945 e 1950), Gomes participou de ações políticas consideradas importantes na primeira metade do século XX, em que tanto os movimentos tenentistas em que teve participação, como as suas duas candidaturas, visaram a uma mudança nos rumos da política do país, defendendo um modelo democrático. Talvez, aí se encontre a maior semelhança entre esses dois períodos diferentes. No entanto, a análise dos discursos políticos de Gomes, nas eleições de 1945 e 1950, levou-nos a considerar que o Brigadeiro teve um amadurecimento político, enquanto candidato da UDN, em comparação com sua participação nos movimentos tenentistas (1922-24), que foram movimentos, no geral, de jovens tenentes que resolveram lutar no calor do momento por aquilo que acreditavam, em 1922, sem nenhum programa político e em 1924, apresentando um caráter contraditório, pois se defendiam uma democracia de fato, também era uma revolta que pregava ideais ditatoriais.

Acreditamos também, que enquanto candidato da UDN, percebemos que Gomes não era um político de fato, isto é, ele não se envolveu diretamente com a política, antes ele mais simbolizava algo do que o incorporava. Por outro lado, com as análises dos discursos verificamos que o Brigadeiro agiu em favor do país, daquilo que considerava como democrático e manteve na década de 1940 um posicionamento de reformulação do sistema capitalista, ligado ao viés católico das encíclicas papais, mas não deixando sua posição liberal de lado.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da libertação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.

CORREIO DA MANHÃ – 1945.

COSTA, Cyro; GOES, Eurico de. **Sob a metralha ... História da revolta em São Paulo**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

FRANCO, Virgílio A. de Mello. **A Campanha da U.D.N. (1944 – 1945)**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.

GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação**. São Paulo: Livraria Martins. 1946.

LEITE, Aureliano. **Dias de Pavor: Figuras e Scenas da Revolta de S. Paulo**. 2 Milhar. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade: Contribuição para a história da revolta em S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: CMG, 1924.

PLANALTO. GOV. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 26 de ago. 2017.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 05 de nov. 2017.

SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Panamericana Ltda, 1945.

TSE. JUS. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf). Acesso em: 25 de ago. 2017.

TSE. Registro partidário da UDN, 1945.

### Arquivos consultados

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV/CPDOC

Arquivo Getúlio Vargas – Correspondência, nov. 1944.

Arquivo João Luis Alves – Procuradoria Criminal da Republica, 1924.

## 2. Bibliografia

- ABREU, Marcelo Paiva. **O Processo Econômico**. In: Gomes, Angela de Castro. **Olhando para dentro: 1930-1964** (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.
- ALMEIDA, Francisco Alves de. **A biografia e o ofício do historiador**. *Dimensões*, v. 32. 2014, p. 292–313.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1973.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento, economia e sociedade na Era Vargas**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). São Paulo: UNESP, 2012.
- BEISIEGEL, Celso de R. **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano: História Geral da Civilização Brasileira – Economia e Cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1984. v. 4.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1968)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2015.
- BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29 f.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BURKE, Maria Lúcia G. P. **As muitas faces da história**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CARONE, Edgar. **O Tenentismo: Acontecimentos – Personagens – Programas**. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiro: discurso e práxis dos seus programas**. 3. ed. Brasília: UNB, 1998.
- COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CONCEIÇÃO, Lúvia Beatriz da. **História e Biografia: limites e possibilidades teóricas**. *Revista Cantareira*, Rio de Janeiro. 15ª edição, jul./dez. 2011, p. 1-9.

CORREIO DO POVO. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/ArteAgenda/Variades/2015/12/575523/Mais-seguro-com-biografias,-mercado-editorial-prepara-novidades-para-2016>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CPDOC. FGV. Disponível em : [http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo\\_pinheiro\\_chagas](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_pinheiro_chagas)>. Acesso em: 13 de nov. 2015

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau\\_bras](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau_bras)>. Acesso: 16 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos\\_de\\_lima\\_cavalcanti](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti)>. Acesso em: 06 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio\\_lacerda](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda)>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/francisco-de-assis-barbosa>>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

DERRADEIRAS GRAÇAS. Disponível em: <http://www.derradeirasgracas.com/4.%20Apari%C3%A7%C3%B5es%20de%20N%20Senhora/Nossa%20Senhora%20de%20Loreto.htm>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

DHNET. ORG. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh\\_enciclica\\_rerum\\_novarum.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_rerum_novarum.pdf)>. Acesso em: 02 de set. 2017.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930). Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT2826&lpg=PT2826&dq=o+pre%C3%A7o+da+liberdade+%C3%A9+a+eterna+vigilancia+edmund+burke&source=bl&ots=-L5qzB\\_MPh&sig=zY7sThmov5BaMueWtZhJfLvLg\\_c&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiPuKan0ufVAhWFD5AKHb6VBOMQ6AEIQDAH#v=onepage&q=o%20pre%C3%A7o%20da%20liberdade%20%C3%A9%20a%20eterna%20vigilancia%20edmund%20burke&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT2826&lpg=PT2826&dq=o+pre%C3%A7o+da+liberdade+%C3%A9+a+eterna+vigilancia+edmund+burke&source=bl&ots=-L5qzB_MPh&sig=zY7sThmov5BaMueWtZhJfLvLg_c&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiPuKan0ufVAhWFD5AKHb6VBOMQ6AEIQDAH#v=onepage&q=o%20pre%C3%A7o%20da%20liberdade%20%C3%A9%20a%20eterna%20vigilancia%20edmund%20burke&f=false)>. Acesso em: 21 de ago. 2017.

DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira.** Rio de Janeiro: Record, 2016.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: Escrever uma vida. Trad. Gilson C. C. de Souza, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista**: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DRUMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro**. Eduardo Gomes, trajetória de um herói. São Paulo: Cultura, 2011.

ESCRITA. Disponível em: <[http://www.escrita.com.br/leitura.asp?Texto\\_ID=15385](http://www.escrita.com.br/leitura.asp?Texto_ID=15385)>. Acesso em: 12 de nov. 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

\_\_\_\_\_. **A vida política**. In: Gomes, Angela de Castro. **Olhando para dentro**: 1930-1964 (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.

\_\_\_\_\_. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRARO, Alceu R.; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil**: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 29 (2), jul./dez. 2004, p. 179–200.

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FGV. CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>>. Acesso em: 06 de maio. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orlando-vieira-dantas>>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-osorio-de-morais-borba>>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955, v. II.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLOBO REPORTER. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/videos/t/edicoes/v/brigadeiro-doce-preferido-nas-festas-surgiu-em-campanha-eleitoral/5946162/>>. Acesso: 23 de ago. 2017.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **População e Sociedade**. In: Gomes, Angela de Castro. **Olhando para dentro: 1930-1964** (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.

KUHLMANN JR., Moysés. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1889-1922)**. *Cad. Pesq.* (77), ago. 1991.

LENA JÚNIOR, Hélio de. **Astrojildo Pereira: Um intransigente Libertário (1917 – 1922)**. 1999, 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) – Universidade Severino Sombra, Vassouras.

LEVI, Giovanni. **Usos das biografias**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia**. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LISPECTOR, Clarice. **Correspondências**; (Org.) Teresa Monteiro. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015.

LOPES, Antonio de P. C. **O debate em torno da educação escolar primária no Piauí: constituição, expansão e composição da rede escolar (1964-1961)**. In: **VII Congresso Brasileiro de História da educação**, 2013, Cuiabá. **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 1-12.

MALAN, Pedro Sampaio. **Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945 – 1964)**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano: História Geral da Civilização Brasileira – Economia e Cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1984. v. 4.

MANHANELLI, Carlos Augusto Bonacorso. **Os jingles eleitorais nas campanhas presidenciais brasileiras**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

MARADO, Catarina A. **A formação do sistema conventual da cidade de Faro. Promontoria**, Coimbra, ano 10, 2012/2013.

MENDES, Claudinei M. M; OLIVEIRA, Terezinha; PERIN, Conceição S. B. **Do Antissocialismo ao Anticapitalismo: um estudo sobre a *Rerum Novarum***. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 9, n. 25, mai./ago. 2016, p. 271-304.

MENDES, José S. R. **Desígnios da lei de terra: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império**. *Caderno SRH*, Salvador, v. 22, n. 55, jan./abr. 2009, p. 173-184.

MENDES, Sarah de L. **Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. Saberes**, Natal – RN, v. 1, n. 11, fev. 2015, 94-100.

NABUCO, Carolina. **A vida de Virgílio de Melo Franco**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

NETO, José Miguel Arias. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1.

OLIVEIRA, Maria Izabel de Moraes. **História Intelectual e Teoria Política: confluências**. In: LOPES, Marco Antônio (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

PIERUCCI, Antônio F. de O.; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido Procópio F. de C. **Igreja Católica: 1945 – 1970**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano: História Geral da Civilização Brasileira – Economia e Cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1984. v. 4.

PLANALTO. GOV. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 09 de set. 2017.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Topoi**. Rio de Janeiro, v. 10, n.º. 19, jul./dez. 2009, p. 7-16.

PSICOATIVO. Disponível em: <<http://psicoativo.com/2016/08/lei-do-efeito-de-thorndike-importancia-psicologia.html>>. Acesso em: 09 de set. 2017.

QUEM FOI QUE INVENTOU O BRASIL? Disponível em: <[http://quemfoiqueinventouobrasil.com/?s=Salve+o+Brigadeiro&iva\\_search\\_keyword=Musical+Custom+Search&iva\\_search\\_input=Salve+o+Brigadeiro](http://quemfoiqueinventouobrasil.com/?s=Salve+o+Brigadeiro&iva_search_keyword=Musical+Custom+Search&iva_search_input=Salve+o+Brigadeiro)>. Acesso em: 25 de ago. 2017.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1.

RESERVAER. Disponível em: <[www.reservaer.com.br/galeriahonra/TB-Deoclecio.pdf](http://www.reservaer.com.br/galeriahonra/TB-Deoclecio.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[www.reservaer.com.br/est-militares/aviao-contestado.html](http://www.reservaer.com.br/est-militares/aviao-contestado.html)>. Acesso em: 20 de mai. 2017.

Disponível em:  
<<http://www.reservaer.com.br/vocesabia/texto.php?pSerial=46>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROMANI, Carlo. **Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n.º. 23, jul./dez. 2011, p. 161-178.

ROSA, Virgínio Santa. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SANTORO, Eliane de Abreu M. **Mafuá do malungo**. A poesia de circunstância de Manuel Bandeira. In: GOLDSTEIN, Norma Seltzer (Org.). **Traços marcantes no percurso poético de Manuel Bandeira**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Biografia como gênero e problema**. **História Social**. Campinas, n.º. 24, primeiro semestre de 2013, p. 53-54.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **A História Intelectual em Questão**. In: LOPES, Marco Antônio (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: Suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. 1966.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Revista de Aeronáutica, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930 – 64)**. Trad. Berilo Vargas, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Trad. Maria Lucia Montes, São Paulo: Braziliense, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo C. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, Ltda, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Autor, texto e contexto: A história intelectual e o contextualismo linguístico na perspectiva de Quentin Skinner**. **Revista de história e Estudos Culturais**. v. 5, n.º. 4, out./dez. 2008, p.1-19.

STRINGUETTI, Lucas M. V. de G. **O Brigadeiro Eduardo Gomes: Uma análise de suas obras biográficas**. **História, histórias**, Brasília, v. 4, n. 8, 2016.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n.º. 63, 2012, p. 281-299.



TSE. JUS. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 19 de out. 2017.

**VATICAN.** Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)> Acesso em: 02 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em: 03 de nov. 2017.